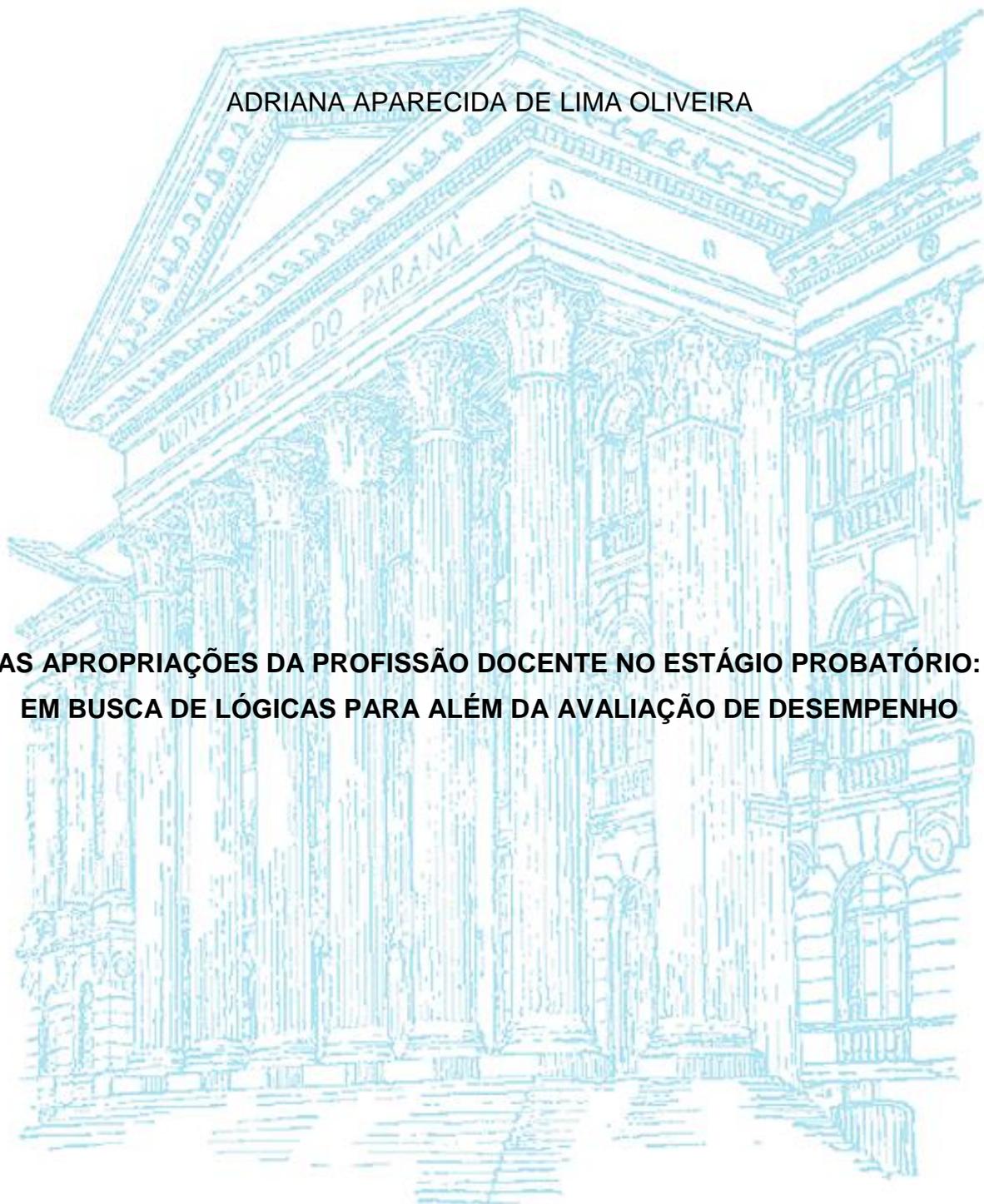


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA

**AS APROPRIAÇÕES DA PROFISSÃO DOCENTE NO ESTÁGIO PROBATÓRIO:
EM BUSCA DE LÓGICAS PARA ALÉM DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**



CURITIBA

2017

ADRIANA APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA

**AS APROPRIAÇÕES DA PROFISSÃO DOCENTE NO ESTÁGIO PROBATÓRIO:
EM BUSCA DE LÓGICAS PARA ALÉM DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Formação de Professores, Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Prof^a Dr^a Regina Cely de Campos Hagemeyer.

CURITIBA
2017

Catálogo na publicação
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Oliveira, Adriana Aparecida de Lima.

As apropriações da profissão docente no estágio probatório: em busca de lógicas para além da avaliação de desempenho. – Curitiba, 2017.

242 f.

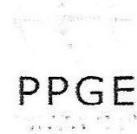
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Cely de Campos Hagemeyer
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Educação. 2. Ensino fundamental. 3. Estágio probatório. 4. Formação de professores. I.Título.

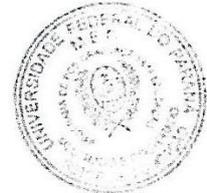
CDD 370.71



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER



Defesa de Dissertação de Adriana Aparecida de Lima Oliveira para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas, Prof.^a Dr.^a Regina Cely de Campos Hagemeyer, Prof.^a Dr.^a Rosa Lydia Teixeira Corrêa, Prof.^a Dr.^a Cristina Carta Cardoso de Medeiros, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "AS APROPRIAÇÕES DA PROFISSÃO DOCENTE NO ESTÁGIO PROBATÓRIO: EM BUSCA DE LÓGICAS PARA ALÉM DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Regina Cely de Campos Hagemeyer		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Rosa Lydia Teixeira Corrêa		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Cristina Carta Cardoso de Medeiros		APROVADA

Curitiba, 31 de março de 2017.

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Coordenador do PPGE

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação
MPAP 137022 / MSIAPE 2169216

Dedico essa pesquisa à minha amada mãe Ondina que não mede esforços para realizar meus sonhos e, portanto, me ver feliz. A Benedita, minha avó amada (in memoriam) minha grande companheira, cúmplice e parceira de tantas histórias - fui muito feliz ao seu lado. Aos bons colegas professores, que na insistência diária em fazer o melhor pela educação colocam suas vidas na certeza de tornar possíveis os sonhos de nossos alunos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, Senhor de todas as coisas e que, após um longo período, me fez perceber que as situações acontecem mediante o seu planejamento, pois ao me ofertar o Mestrado, ofertou-o por inteiro, considerando aquilo que é melhor para mim.

À minha mãe pelo fato de não medir esforços para me formar academicamente e, em função disso, me fazer feliz e proporcionar a qualidade de vida para a produção do texto dessa pesquisa. Amo-te intensamente!

Às minhas filhas do coração, Evellen, Bruna e Olívia pela oportunidade de aprendizagens em um campo que me é desconhecido, a maternidade. Estar ausente não significa que não se está conectado pela emoção.

À Universidade Federal do Paraná e de modo mais específico ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de cursar o Mestrado Acadêmico em Educação.

À Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal de Educação, pela política de formação continuada, aplicando o inciso II do artigo 67 da LDB 9394/96 e, portanto garantindo o afastamento de minhas funções para a dedicação parcial ao Mestrado.

Às minhas amigas, que embora não citadas nominalmente, representam o afeto que nutriu minha caminhada no tão sonhado Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Seus olhares, orações, abraços, incentivos, passeios e leves diálogos energizaram minhas manhãs de produção, minhas tardes de docência e fins de semana de revisão.

À amiga Jaqueline Maas Oliveira, colega mestranda que dividiu seus conhecimentos e ajudou-me grandemente em vários aspectos nesta caminhada.

Aos queridos e comprometidos colegas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, com os quais tive o prazer de trabalhar ao longo de minha carreira como professora, que representam um pequeno e seleto grupo de pessoas que se reconhecem como artífices de sonhos e projetos, talvez ainda não acalentados, no caso de nossos pequenos alunos. Profissionais que orgulham a nossa classe, no seu desejo de querer fazer o melhor, ainda que sob condições não tão favoráveis de trabalho.

À professora Dra. Rosa Lydia Teixeira Corrêa, que ao voltar seu olhar para o tema e a pesquisa aqui apresentada, contribuiu grandemente para aprimorar a produção dessa pesquisa e de modo tão delicado, conduziu suas análises a partir de minha humilde produção, refletindo em uma reescrita textual mais próxima dos meus anseios de contribuir ao desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao trabalho docente.

À professora Dra. Cristina Carta Cardoso de Medeiros, minha “profê” querida, que consegue ver em mim uma pesquisadora produtiva entre tantos outros ótimos colegas que conheci. Nas manhãs de sexta-feira, me vi diante de uma grande e competente docente que inspira ações pródigas no campo educacional. Sua dimensão física tão delicada, inicialmente não revela a força com que nós mantêm sedentos por conhecer, aprender, relativizar e produzir, pois sabe bem colocar “sal na boca” de seus alunos.

À grandiosa e paciente professora Dra. Regina Cely de Campos Hagemeyer, orientadora desta pesquisa e competente profissional da educação que tomou para si meu intento de investigação, propiciando um tempo de estudos que perpassa as dimensões acadêmicas, garantindo nos momentos dedicados ao acompanhamento da produção dessa pesquisa não somente o vínculo professora e aluna, mas também consolidou aprendizagens que representam a possibilidade de ganhar o mundo pedagógico em busca de novas descobertas. Esse é o grande mérito de nós professores, sustentar e instigar novas caminhadas. Minha professora, meu norte.

À você, leitor dessa pesquisa, que tenciona contribuir para a educação, agradeço e desejo que minhas palavras possam inspirar sua jornada de leituras, escritas e publicações.

E à todas as pessoas que aqui não foram mencionadas, mas que fazem parte da minha vida.

Muito Obrigada!

“A identidade docente vai se configurando de forma paulatina e pouco reflexiva por meio do que poderíamos denominar aprendizagem informal, mediante a qual os futuros docentes vão recebendo modelos com os quais vão se identificando pouco a pouco, e em cuja construção influem mais os aspectos emocionais do que os racionais.”

Carlos Marcelo Garcia (2010, p. 13)

RESUMO

Esta pesquisa situa-se no âmbito da cultura escolar e trata do Estágio Probatório, como processo de avaliação e acompanhamento profissional inicial do trabalho de professores que ingressam por concurso público na Rede Municipal de escolas de Curitiba, para analisar a forma como ocorre esta fase da carreira docente e quais as implicações presentes neste momento. O período de três anos do Estágio Probatório do professor torna-se um balizador na pesquisa, para as constatações a serem feitas, sobre esta forma de avaliação do trabalho docente. Considera-se que as orientações iniciais ao trabalho pedagógico, são meramente burocráticas, mas que este período pode favorecer a constituição da profissão docente nesta fase inicial de ingresso na carreira. Nessa investigação, percebe-se que os professores assimilam os processos culturais da escola e de seu *habitus*, ao constituírem-se professores. Para esta discussão e estudo, recorreu-se a Vinão Frago (1995 e 2007), Julia (1995 e 2001) e Bourdieu (1982, 2007, 2009). Diante das demandas do desenvolvimento inicial da profissão docente, e de como contribuem para situar as questões fundamentais nesta inserção inicial dos professores, recorreu-se a estudos com base em Giroux (1997), Tardif (2000, 2002) e Tardif e Lessard (2014), Bourdieu (1982, 2007, 2009), Hagemeyer (2006) e Shulman (1986, 1987, 2005). A pesquisa de cunho qualitativo foi realizada com base em Lüdke e André (1986), Bardin (2011) e se justifica pelo desejo de captar o processo já identificado, em movimento, que se configura na rotina escolar em que os professores passam a atuar, nas escolas municipais. Buscou-se situar de forma breve, na história da avaliação profissional, as tendências da avaliação e acompanhamento profissional na rede pública municipal de ensino, visando situar as influências das relações entre mantenedora e o estado, constatando as imposições e limites à autonomia do profissional docente. O universo da pesquisa, abrangeu seis escolas de três núcleos distintos da Rede Municipal de Ensino, nas quais foram selecionados professores do Ensino Fundamental - anos iniciais, em Estágio Probatório. Foi aplicado um roteiro para compor o questionário semi estruturado, com a maioria das questões abertas, como forma de melhor compreender a inserção dos professores, as formas de efetivação desta avaliação, as necessidades e possibilidades a serem apontadas nesta fase inicial da inserção dos professores na carreira docente. Realizou-se também, entrevistas com um número representativo de diretores e pedagogas, que participam e direcionam este processo de avaliação. A análise dos dados, revelou que a maioria dos professores simplesmente passa pelo Estágio Probatório e que este período não se caracteriza em momento de acompanhamento, socialização, formação, familiarização e auto avaliação no exercício da profissão docente. Na análise dos depoimentos da pesquisa verificou-se que a condição burocrática e a falta de momentos de interlocução, autonomia e auto avaliação vigente no processo de Estágio Probatório, mostra que, com relação à constituição do exercício profissional da docência, as perspectivas e anseios dos docentes e gestores entrevistados apontam para uma retomada do referido processo em outra perspectiva. Diante das demandas da formação e desenvolvimento profissional docente da escola pública municipal atual, as possibilidades levantadas contribuiriam de fato com a carreira profissional e a qualidade do ensino público.

Palavras-chave: Estágio Probatório; Constituição profissional docente; Cultura escolar e da escola; *Habitus*.

.ABSTRACT

This research is within the scope of the school culture and deals with the Probationary Stage, as a process of evaluation and initial professional follow-up of the work of teachers who enter by public contest in the Municipal School Network of Curitiba, to analyze how this phase of the Careers and what implications are present at this time. The three-year probationary period of the teacher becomes a guide in the research, for the findings to be made, on this form of evaluation of the teaching work. It is considered that the initial orientations to the pedagogical work, are merely bureaucratic, but that this period can favor the constitution of the teaching profession in this initial phase of entering the career. In this investigation, it is noticed that the teachers assimilate the cultural processes of the school and its *habitus*, when they become teachers. For this discussion and study, we used Vinão Frago (1995 and 2007), Julia (1995 and 2001) and Bourdieu (1982, 2007, 2009). Facing the demands of the initial development of the teaching profession, and how they contribute to situate the fundamental questions in this initial insertion of teachers, we used studies based on Giroux (1997), Tardif (2000, 2002) and Tardif and Lessard (2014), Bourdieu (1982, 2007, 2009), Hagemeyer (2006) and Shulman (1986, 1987, 2005). The qualitative research was carried out based on Lüdke and André (1986), Bardin (2011) and is justified by the desire to capture the process already identified, in motion, which is configured in the school routine in which teachers In municipal schools. The aim of this study was to briefly describe, in the history of the professional evaluation, the tendencies of evaluation and professional accompaniment in the municipal public school system, aiming to situate the influences of the relations between maintainer and the state, noting the impositions and limits to the autonomy of the teaching professional . The research universe comprised six schools of three distinct nuclei of the Municipal Teaching Net, in which were selected teachers of Elementary School - initial years, in Probationary Stage. A script was used to compose the semi structured questionnaire, with most of the questions open, as a way to better understand the insertion of teachers, the forms of effectiveness of this evaluation, the needs and possibilities to be pointed out in this initial phase of the insertion of teachers in the Teaching career. Interviews were also carried out with a representative number of directors and pedagogues, who participate and direct this evaluation process. The analysis of the data revealed that most teachers simply go through the probationary stage and that this period is not characterized at the moment of accompaniment, socialization, formation, familiarization and self evaluation in the exercise of the teaching profession. In the analysis of the statements of the research, it was verified that the bureaucratic condition and the lack of moments of interlocution, autonomy and self-evaluation in the Probationary Trial process show that, regarding the constitution of the professional practice of teaching, the perspectives and Teachers and managers interviewed point to a resumption of said process from another perspective. Faced with the demands of teacher training and professional development of the current municipal public school, the possibilities raised would actually contribute to the professional career and the quality of public education.

Keywords: Probationary stage; Professional teacher constitution; School and school culture; *Habitus*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorização a partir do objetivo e seus desdobramentos	94
Figura 2- Categorização a partir da pesquisa com os professores	99
Figura 3 – Categorização a partir da pesquisa realizada com os diretores.	112
Figura 4 – Categorização dos dados a partir da pesquisa com os professores	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Menções ao termo Estágio Probatório na plataforma CAPES-Periódicos.....	81
Quadro 2 – Professores em Estágio Probatório nas escolas: Características dos participantes da pesquisa.....	92
Quadro 03 – Categorização 01: Dificuldades no início da profissão	100
Quadro 04 – Categorização 02: Contribuições e apoio pedagógico para a constituição inicial da profissão docente	102
Quadro 05 – Categorização 03: A avaliação democrática e auxiliar da função docente.....	107
Quadro 06 – Categorização 04: As demandas do desenvolvimento profissional docente	110
Quadro 07 – Categorização 01: Preparo e acompanhamento inicial docente	113
Quadro 08 – Categorização 02: Observância da lei 10.815/2003 nos processos do Estágio Probatório	114
Quadro 09 – Categorização 03: As lacunas e possibilidades do acompanhamento e as orientações no período do Estágio Probatório	116
Quadro 10 – Categorização 04: Os critérios e os instrumentos utilizados..	117
Quadro 11 – Categorização 05: O trato e as formas de lidar com o processo de avaliação	119
Quadro 12 – Categorização 01: Participação e contribuições do setor pedagógico na avaliação do Estágio Probatório	122
Quadro 13 – Categorização 02: Percepções sobre as apreensões didático-pedagógicas no Estágio Probatório	125
Quadro 14 – Categorização 03: O que e como se avalia	126
Quadro 15 – Categorização 04: Avaliação: necessidades e aspectos a serem retomados	129
Quadro 16 – Categorização 05: As mudanças necessárias à avaliação para a formação em processo	131

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

- CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil.
- EPA – Equipe Pedagógico Administrativa.
- EP – Estágio Probatório.
- NRE – Núcleo Regional de Educação.
- PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.
- PNAIC – Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.
- RME – Rede Municipal de Educação.
- RMEC – Rede Municipal de Educação de Curitiba.
- SISMMAC – Sindicato dos Servidores Municipais do Magistério de Curitiba.
- SME – Secretaria Municipal da Educação.
- SMEC – Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- UFPR – Universidade Federal do Paraná.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	20
1.2 OBJETIVOS	23
1.2.1 Objetivo Geral	23
1.2.2 Objetivos Específicos	23
2 A ESCOLA, A CULTURA E O TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA BÁSICA	26
2.1 A CULTURA ESCOLAR E O <i>HABITUS</i>	32
2.2 CULTURA DA ESCOLA: A BUSCA DE ESPAÇOS DE AUTONOMIA PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO	43
2.3 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: A APREENSÃO DA DOCÊNCIA PELOS PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO INGRESSO PROFISSIONAL NA ESCOLA	50
2.4 AS RELAÇÕES ENTRE OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DA DOCÊNCIA: AS LACUNAS DO ESTÁGIO PROBATÓRIO EM VIGÊNCIA	53
3 O LUGAR DO ESTÁGIO PROBATÓRIO NA CULTURA DA ESCOLA .	59
3.1 A AVALIAÇÃO INSTAURADA NO CONTEXTO EDUCATIVO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA	60
3.2 SITUANDO O ATUAL MODELO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA	68
3.3 A QUALIDADE DA ESCOLA BÁSICA DE ENSINO FUNDAMENTAL: AS IMPLICAÇÕES DESTE MODELO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO	75
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	79
4.1 AS REVELAÇÕES DO ESTUDO EXPLORATÓRIO: CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES, DIRETORES E PEDAGOGOS	79
4.2 A NATUREZA DA PESQUISA E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	84
4.3 A DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	89
4.4 IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO DE COLABORADORES	90
4.5 A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	94

4.5.1 A categorização dos dados	98
5 ASPECTOS E DIMENSÕES CONCLUSIVAS	134
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE 1	150
APÊNDICE 2	155
APÊNDICE 3	160
APÊNDICE 4	163
APÊNDICE 5	166
ANEXO 1	234

1 INTRODUÇÃO

A forma como cada um de nós constrói a sua identidade profissional define modos distintos de ser professor, marcados pela definição de ideais educativos próprios, pela adoção de métodos e práticas que colam melhor com a nossa maneira de ser e pela escolha de estilos pessoais de reflexão sobre a ação (NÓVOA, 1998, p. 28).

Ao iniciar a presente proposta de dissertação, torna-se necessário expor os motivos que levaram a propor este tema de investigação. Como pesquisadora que atua em escolas municipais, proponho investigar e analisar as implicações do Estágio Probatório, como espaço tempo de avaliação do exercício profissional docente instituído nas redes públicas municipais de ensino, empreendendo o esforço de abordar o tema, para além de sua proposta técnico administrativa e burocrática.

Nesta perspectiva, no âmbito das escolas públicas como *locus* de produção dos processos culturais escolares e da profissão docente, importa analisar as necessidades dos professores que ingressam nas escolas públicas municipais de Curitiba, considerando a constituição inicial da docência a partir de uma ótica profissional fundada na função social da escola democrática.

Retomando a carreira profissional docente que venho construindo, tomo como ponto de partida a visão de mais de vinte anos de trabalho vinculados a escolas municipais. Ao longo deste tempo de profissão, observei colegas iniciando a carreira docente, no primeiro padrão como professor/a, ou assumindo um segundo padrão profissional nas escolas em que atuei.

O período de Estágio Probatório, sempre foi colocado, e ainda o é hoje, como uma primeira exigência da carreira, um processo no qual o professor ingressante a cada seis meses é avaliado por uma equipe constituída na escola (diretor, pedagogo, professores e um representante da comunidade), mas a partir de organização administrativa da mantenedora municipal de Curitiba regulado por documentos e cronograma. Durante os três primeiros anos do Estágio Probatório em uma instituição escolar municipal, o professor funcionário da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, deve obter uma nota de aprovação, em ficha avaliativa própria, com critérios de assiduidade, entrosamento no trabalho, uso dos materiais tecnológicos disponibilizados, dentre outros.

Ao acolher os professores ingressantes via concurso público, processo que pode estar vinculado a três ou quatro fases a depender do edital, a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba promove um encontro organizado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Educação, cujos conceitos versam basicamente sobre aspectos administrativos vinculados ao plano de carreira. Embora participante de um curso inicial ou mesmo nos diálogos com a direção e pedagogos na recepção à escola, o professor neste processo pode não construir uma visibilidade “de si mesmo” e do seu próprio trabalho como docente, que forma sua identidade e por essa visibilidade passa a se aperfeiçoar nesta profissão.

Os professores ingressam na carreira de profissional do magistério, sem a contextualização da função social e cultural da escola e os norteamentos necessários sobre suas incumbências profissionais numa rede pública de ensino. Na sequência, o acompanhamento do exercício profissional inicial da profissão docente, passa a ser realizado pela Equipe Pedagógica escolar, obedecendo aos critérios de avaliação de desempenho, registrados na ficha avaliativa, que contém os vários requisitos esperados para os três anos em exercício inicial no cargo de funcionário público.

Estes professores são inseridos no grupo de docentes da escola e na maioria das vezes, as orientações iniciais pedagógicas já em sala de aula, ficam a cargo sobretudo de colegas, professores dos níveis de ensino em que os iniciantes passam a atuar, os quais são lotados a partir das necessidades do quadro funcional docente no trabalho pedagógico da escola.

Inquietava-me esse tipo de introdução dos professores concursados, os chamados “professores novos”, nas práticas das escolas públicas municipais, assim como a quase inexistência de um esclarecimento específico ao professor sobre sua função no processo de ensino e aprendizagem, que passaria a desenvolver como sua tarefa cotidiana na escola. O processo de Estágio Probatório de forma burocratizada, assim organizado, respondia aos critérios de avaliação de desempenho em vigência, mas não era possível compreender como esse trâmite de cunho administrativo poderia também ser incorporado às necessidades pedagógicas dos novos professores.

Esse cuidado, com vistas a um acompanhamento mais sistemático e eficaz nos anos de Estágio Probatório, pelo fato do profissional ter neste momento o

primeiro contato com a docência, livre de restrições de estágio obrigatório da faculdade, parecia necessário, pois efetivamente o professor não mais agia como estagiário, ou como um profissional contemplativo das práticas docentes, buscando desvendar sua profissão nas escolas.

Era agora professor em exercício naquela instituição e suas ações, embora sustentadas também em exemplos apreendidos no estágio da faculdade, precisariam garantir a efetividade da qualidade do ensino, a partir de tomada de decisões e da assertividade de suas práticas. Por outro lado, percebia que esse professor iniciante parecia se apropriar das práticas pedagógicas por outras fontes, que não as orientações de pedagogos e gestores escolares, no que se refere aos modos de agir e pensar na instituição, tomando-as talvez como via de regra de suas ações docentes.

Observava também, que os colegas iniciantes encontravam-se durante este período, com os gestores e avaliadores do Estágio Probatório para a ciência da nota emitida e sua justificativa, que ocorria de seis em seis meses, aproximadamente. No caso do profissional transitar de uma escola para a outra, receberia essa nota e sua justificativa, já na outra unidade escolar para a qual havia se deslocado, o que poderia levar um pouco mais de seis meses em relação a sua avaliação anterior.

Esse desencadeamento de ações não parecia contribuir para a aprendizagem da atuação docente, primeiro pelo fato de que o avaliado não era informado da nota emitida por seu gestor e avaliador, gerando empecilhos para a auto compreensão, ou sobre o mérito da mesma. Segundo, pelo fato de que a nota em si, não garantia a efetividade do processo de aprendizagem da docência, que se imaginava, o profissional estivesse se apropriando.

As incongruências presentes neste tipo de avaliação de desempenho e a necessidade da formação e desenvolvimento pedagógico na profissão docente na esfera pública, leva à necessidade de saber, qual efetivamente era o papel do Estágio Probatório na carreira do professor iniciante e se havia neste espaço significativo de *três anos*, o acompanhamento e o aprendizado da docência, que se configurasse como auxiliar às práticas a serem realizadas pelos professores recém concursados na educação escolar. Algumas perguntas tornavam-se recorrentes nestas reflexões: O professor precisa ser avaliado institucionalmente, para demonstrar as habilidades e saberes da profissão docente para poder exercê-la? Quais as concepções presentes na avaliação do Estágio Probatório?

O caminhar da presente pesquisa revela que nos processos avaliativos no Estágio Probatório pelo qual passam os profissionais da educação da Rede Municipal de Educação de Curitiba é possível perceber traços de um tipo de avaliação de desempenho de cunho empresarial. Isto se justifica a partir de mudanças históricas da organização do capital no espaço produtivo e laboral, que incidem nas atividades do servidor público em geral e na educação. Desde 1960, as alterações na forma de gerir os regimes de trabalho na educação, ganham contornos da ordem mercadológica, ou seja, a escola passa a atender as exigências de uma sociedade que quer ver os resultados imediatos da produção no campo escolar. Fazia-se necessário um profissional da educação, formado nos moldes empresariais.

Uma nova regulamentação vinculada a descentralização dos serviços sociais, passa à escola a responsabilidade de gerir recursos e, por consequência, também assumir a culpa pela ingerência nos resultados na qualidade da educação. No topo dessa discussão buscou-se trabalhar com os critérios decorrentes das teorias administrativas empresariais de produtividade, eficiência e eficácia, para orientar o campo educacional e seus profissionais.

As reformas educacionais que ocorreram nos anos de 1960 e 1970, como a Lei 5692/71, visavam alterar as estruturas administrativo pedagógicas das escolas, como explicam Fonseca, Richter e Valente (2012), promovendo a implantação de uma gestão educacional mais moderna, apoiada no modelo empresarial, na capacitação docente, e na reforma curricular balizada por um sistema de avaliação eficaz como mecanismos de avaliação discente e docente, por exemplo. O que depreende que todos esses itens, mas principalmente este último serviram ao intuito do Estado de não perder seu o controle sobre o sistema educacional, corroborando com estatutos do capitalismo empresarial.

“A educação perdeu seu caráter de direito e passou a ser uma necessidade para o progresso do mercado” (FONSECA, RICHTER e VALENTE, 2012, p. 417). Esse tipo de pensamento imputa aos trabalhadores da educação, assim como aos demais, um pensamento de luta pela sobrevivência, que os torna agentes da própria dominação mercadológica. Constatam as autoras que,

Todas essas questões incidem sobre o trabalho do professor, dando maior responsabilidade a estes, pois nesta lógica são considerados centrais, como os responsáveis pelas mudanças estabelecidas pelas reformas e

consequentemente pelo desempenho dos alunos e da escola como um todo (FONSECA, RICHTER e VALENTE, 2012, p.417).

Nessa sociedade em transformação, o professor e a própria escola, tendem a assumir papéis que estão além de suas funções. É perceptível a transferência de responsabilidade que o Estado impõe as instituições educacionais. Esse trâmite histórico de corresponsabilização apresenta também como resultado a perda da identidade profissional o que gera um processo de desqualificação e desvalorização dos professores. Goodson (2006), aponta que as reformas tiraram do professor a autonomia do seu fazer pedagógico, pois exigiu um novo profissional, capaz de responder e executar apenas às ordens superiores estabelecidas. Um indivíduo cuja reflexividade crítica é dispensável.

Será que as coisas são realmente assim tão simples? Mesmo no mundo dos negócios a reestruturação mostrou ser complexa e contraditória do que se esperava. Nas escolas o negócio é complicadamente humano e pessoal. Aqui, o desespero e o desencanto levam diretamente a um ensino desmotivado e a oportunidade de vida desperdiçada para os alunos (GOODSON, 2006, 110).

As influências das formas capitalistas de gerir o Estado, aparecem nas formas administrativas e de avaliação das secretarias estaduais e municipais, a exemplo da avaliação de desempenho, com forte inferência no período de Estágio Probatório que ora analisamos. Na prefeitura de Curitiba, este processo ganha aspectos de controle e verificação de produtividade e eficácia de resultados do trabalho docente.

Diante dos imperativos das imposições da avaliação de desempenho aliadas aos processos da racionalidade técnica no processo pedagógico, o Estágio Probatório tornou-se um instrumento constitutivo das formas de condução do processo de admissão e avaliação dos professores e de outros profissionais por longo tempo, integrando-se a processos culturais das escolas municipais públicas.

Segundo Pacheco (1998), no contexto de um sistema altamente centralizado e burocrático, as expressões reiteradas nos discursos políticos sobre flexibilização, modernização, participação, autonomia de certa forma imposta, coexistem com uma visão normativa e prescritiva visível no volume de regras e normas emanadas, de acordo com as quais as escolas e os professores têm de trabalhar. Nesta perspectiva, a retórica da autonomia não tem correspondência na realidade que continua limitada e controlada através de um processo de recentralização.

Como parte desse processos, cabe a análise desse tipo de avaliação a partir da pesquisa proposta no âmbito de escolas da rede pública municipal de Curitiba, buscando depoimentos dos profissionais envolvidos neste processo, diretores, pedagogos e principalmente professores.

Os questionamentos aqui anunciados, levaram à construção da presente pesquisa para o mestrado em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação, da UFPR. Buscar identificar as possibilidades do período do Estágio Probatório para a constituição da carreira profissional docente, possibilitando ampliar e aprofundar tais reflexões, à medida que o estudo exploratório, proposto no início da pesquisa, passou a ser realizado e tomou corpo.

1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O ensino tem sido descrito como uma atividade profissional cada vez mais exigente. A incerteza, a imprevisibilidade, a intensificação e a multiplicidade de tarefas associadas à docência, têm sido apontadas como características chave de uma profissão que tem de ser entendida à luz de um determinado contexto social, político, cultural e econômico.

Para Santos (2004), a avaliação do desempenho docente é um fato recente em nossa história educacional, e tem sido influenciada por processos avaliativos do capitalismo empresarial, aplicados nas instituições escolares a partir de 1960. Nos anos posteriores até 1990, este tipo de avaliação chegou a propor a emissão de conceitos de qualidade total, com critérios empresariais e como forma de avaliar também as instituições educacionais escolares.

Santos (2004), considera por outro lado, a possibilidade de vieses nos processos de avaliação, em que aos diretores se atribuiu um papel-chave, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre docentes e direção podem levar a favoritismos e punições. A autora define este processo como *cultura do desempenho*, que torna-se difícil uma avaliação objetiva e imparcial, quando as relações do cotidiano estabelecem redes de amizade e de resistências entre o corpo docente e a direção da escola.

A ideia da avaliação do exercício profissional dos professores que ingressam na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, a partir da forma proposta de avaliação técnico administrativa do Estágio Probatório, parecia cada vez mais afastada do que

seria coerente caracterizar nesta fase inicial de inserção profissional na carreira docente.

Segundo Marcelo (2009a), os primeiros anos de docência são fundamentais para assegurar que o professor esteja motivado e comprometido com a sua profissão. Trata-se da consciência do professor sobre o momento de conhecer a escola de ingresso profissional, e das implicações da aprendizagem da docência e do ser professor. Os professores que iniciam na carreira profissional, ainda não consolidaram seus saberes didático-pedagógicos e procuram nas suas trajetórias iniciais as formas de enfrentamento dos desafios da nova profissão.

Para Flores (2011), a crescente burocracia, no entanto e os seus efeitos no modo de estar e de viver a profissão docente, descentra o professor do seu trabalho pedagógico com os alunos, com implicações ao nível do profissionalismo docente e para as identidade(s) profissional(ais) dos professores.

Ao constatar que os profissionais da escola estarão inseridos em um *habitus* profissional (BOURDIEU, 2009), há processos estabilizadores instaurados na escola, o que leva a questionar se é possível propiciar ao professor que ingressa na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, a abertura de espaços de autonomia e interlocução, para construir suas próprias visões sobre a profissão que abraçam, levando-os à processos de auto avaliação?

Hargreaves (2001), nas duas últimas décadas, refere-se às escolas e aos seus professores, como profissionais que enfrentam novos desafios, decorrentes do alargamento das suas responsabilidades e dos seus papéis. Hagemeyer (2016) considera neste sentido, os contextos multiculturais em que têm de trabalhar, as alterações das culturas dos estudantes e a expansão das funções que ultrapassam o âmbito da sala de aula, dos conhecimentos curriculares e mesmo da sua formação.

De outra perspectiva, leva-se em conta as necessidades de uma sociedade em constante e rápidas mudanças, e que vem requisitando dos professores uma atuação contextualizada e de compreensão sobre seu papel docente, numa escola que tende a reproduzir ainda, os processos de dominação e exclusão social. Nesta direção Ball (2003), citado por Santos (2004), denuncia que o desempenho consiste em uma cultura, um modo de regulação que emprega julgamentos, comparações e termina se revelando como meio de controle e de desgaste, que não avalia ou contribui com os professores em suas carreiras profissionais.

A ideia da avaliação do desempenho dos professores, não tem se voltado para o que os docentes realizam na carreira, ao enfrentar os desafios da docência na fase inicial de sua profissão, mas verifica aspectos vinculados a esfera administrativa, como uso racional dos materiais, relação entre os pares, assiduidade, dentre outros. A necessidade de investigar suas trajetórias ao ingressar no âmbito escolar, por esta razão, demanda considerar os processos da cultura da escola, os quais assimilam e a partir dos quais constroem os estilos profissionais que adotarão.

Nesta perspectiva, foi necessário recorrer aos fundamentos sobre estes processos culturais, com base nos autores como Vinão Frago (1995 e 2007), Forquin (1993) e Julia (1995, 2001), que examinam e discutem a cultura escolar e da escola, visando constatar como os processos de formação no âmbito da escola, favoreceriam o acompanhamento profissional e a interlocução, para instigar à busca pela pesquisa e pela inovação, oportunizando a possibilidade de construção de uma ética profissional diante do contexto social contemporâneo.

Com este investimento em estudos sobre o tema proposto, e a partir destas reflexões e da seleção de tema de estudo e seus autores, algumas questões contingenciais passaram a nortear a pesquisa: Na avaliação proposta no Estágio Probatório, o professor conhece os objetivos do trabalho docente, decorrentes da função social da escola da rede pública em que ingressa? Ao ingressar na escola como se insere na comunidade escolar e no grupo de professores e educadores, seus pares? O processo de avaliação do Estágio Probatório considera a cultura escolar em que os professores ingressam? Como os professores avaliados no Estágio Probatório, se percebem em sua formação e atuação docente na escola? Ao final desta forma de acompanhamento, o professor estará apto para prosseguir construindo de forma qualitativa sua profissão? Há no cotidiano da escola, espaço para uma avaliação específica e contínua do profissional durante os três anos iniciais da carreira?

No âmbito dessas compreensões, ao refletir sobre as questões formuladas, e ao considerar o professor como objeto da avaliação e foco desta pesquisa, passava-se a constatar a importância de compreender o que é *ser professor* na escola pública atual. A proposta de análise de como se manifesta o trabalho docente e formas de constituição da formação e aperfeiçoamento profissional docente, exigiu uma incursão sob as leituras norteadoras de Marcelo Garcia (1999 e 2009a, 2009b),

Bourdieu (1982, 2007, 2009), Tardif (2000 e 2002), Tardif e Lessard (2014) e Lee Shulman (1986).

A intenção de caracterizar o período de Estágio Probatório no Setor educacional da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (em seus objetivos nas escolas) deve-se a necessária e urgente discussão das concepções, procedimentos, incongruências nas formas de acompanhamento do professor que nela ingressa e, leva-se em conta nessa análise, a qualidade da escola pública municipal tendo como questão central a democratização do ensino.

Neste sentido, o problema formulado nesta dissertação propõe a esclarecer a concepção do Estágio Probatório na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, fundada na cultura do desempenho, detectar como os professores concursados se percebem nas práticas avaliativas deste processo de avaliação profissional, para identificar se as necessidades e demandas para a constituição inicial da profissão docente, apontam novas lógicas de avaliação e acompanhamento das trajetórias docentes, que possam propiciar o desenvolvimento profissional qualitativo para sua atuação nas escolas Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

A partir desta proposta de estudo, investigação e análise, propomos os objetivos desta dissertação:

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral: Analisar o processo de acompanhamento e avaliação do Estágio Probatório de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Curitiba, para constatar como eles têm sido avaliados após sua admissão na instituição escolar, identificando necessidades e demandas da constituição e desenvolvimento inicial da profissão docente.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- a) Esclarecer as concepções e ações do percurso do Estágio Probatório, com base na avaliação de desempenho docente, proposta pelo departamento de Recursos Humanos da Educação da RME, realizado em três anos nas escolas da RMEC, e que finaliza o processo de seleção para a função de profissional do magistério;
- b) Identificar as influências de cunho pedagógico, contextual e interacional, relativas às apreensões da profissão docente e à auto avaliação durante o Estágio

Probatório, considerando os esforços empreendidos por parte dos professores ingressantes no âmbito pesquisado, visando favorecer a instituição pública de ensino na qual ingressou;

c) Analisar os dados obtidos de professores, diretores e pedagogos, para detectar os limites do Estágio Probatório a partir da cultura do desempenho, visando apontar as possibilidades de novas lógicas para o acompanhamento e a avaliação da constituição inicial da profissão docente, visando seu desenvolvimento profissional futuro.

A pesquisa realizada, de cunho qualitativo, iniciou com estudo exploratório sobre o tema investigado, para a seleção dos profissionais e escolas da Rede Municipal de Ensino. O campo de análise desta pesquisa é a escola pública e, mais especificamente, escolas de três núcleos de educação distintos. Cabe informar que o projeto de pesquisa foi avaliado pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, e aprovado pelo parecer do CEP/SD-PB sob o número 1426568, na data de 22 de fevereiro de 2016 (Apêndices 1 e 2).

Para o desenvolvimento da presente proposta de dissertação, buscou-se organizá-la em três capítulos. Como parte introdutória ao estudo e pesquisa sobre o tema proposto, apresenta-se a caracterização da escola e a compreensão sobre os processos culturais como construção presente no seu âmbito, a partir de autores como Vinão Frago (1995 e 2007), Forquin (1993) e Julia (1995 e 2001), que examinam e discutem a escola e seus processos culturais, notadamente a cultura da escola. As formas como se manifesta o trabalho docente, sua constituição e suas necessidades na fase inicial de ingresso na profissão, foi desenvolvida, como se anunciou sob as leituras norteadoras de Marcelo Garcia (1999 e 2009a -b), Bourdieu (1982, 2007, 2009), Tardif (2000 e 2002), Tardif e Lessard (2014).

No segundo capítulo, propôs-se verificar a organização administrativa e pedagógica do Estágio Probatório nas escolas da rede municipal de ensino de Curitiba, a partir das orientações da mantenedora e da lei número 10.815, detectando a presença das influências e inferências do *habitus* e da cultura escolar no processo inicial de ingresso profissional docente, questões tratadas e em debate, a partir das teorizações de Bourdieu (1982, 2007, 2009).

No terceiro capítulo, tratou-se da Metodologia, que inicia com a apresentação das primeiras proposições de investigação, decorrentes de um estudo de caráter exploratório e do amadurecimento da pesquisa científica, sob uma abordagem

qualitativa. São indicados neste capítulo, os dados e a categorização analítica e estruturadora do material empírico, bem como as disposições que precedem uma análise de dados, da pesquisa realizada em escolas públicas municipais de três núcleos de educação distintos. A investigação aprofundada, em aproximação direta ao campo de pesquisa e à conformação profissional dos professores pesquisados.

As análises dos dados obtidos foram realizadas e apresentadas neste capítulo, com base nos referenciais de autores selecionados e nos procedimentos da pesquisa qualitativa. Apresenta-se ainda a sistematização e análise dos dados obtidos.

As considerações finais foram elaboradas a partir das categorizações e das análises sobre os dados e depoimentos obtidos, à luz dos autores adotados na fundamentação desta dissertação. Buscou-se destacar as tendências que se evidenciaram no processo vivido no Estágio Probatório pelos profissionais da Rede Municipal de Ensino, e aquelas que apareceram em possibilidades apontadas pelos colaboradores da investigação, e que identificam atitudes e novos procedimentos para acolher os professores que ingressam na RMEC. Defende-se nesta finalização, que nos três anos iniciais da carreira docente após o concurso, possam ser planejados processos sistemáticos de auto análise e auto avaliação profissional, com vistas a propiciar nesta fase condições para a constituição inicial do ser professor, a partir da compreensão sobre os processos culturais da escola, e desenvolvimento profissional docente, para a escola pública municipal.

2 A ESCOLA, A CULTURA E O TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA BÁSICA

Neste capítulo, propõe-se discutir as relações que emergem no interior da escola pública, considerando as observações realizadas durante o exercício profissional dos professores pesquisados, identificando os processos presentes na cultura escolar. Considera-se tanto os processos burocrático administrativos ali instaurados, quanto os objetivos governamentais, dos quais decorrem também as propostas prescritivas oficiais curriculares e os processos da formação docente continuada propostos à escola.

Para esta reflexão, tomou-se como referência os textos de autores que explicitam as relações de trabalho presentes na produção da docência no âmbito escolar. Nestes processos, buscou-se ainda observar na organização do trabalho da escola, as formas como os professores adquirem conhecimentos sobre a docência em sua modalidade de ensino, bem como a cultura produzida nos processos que se referem ao acompanhamento e avaliação dos professores, considerando sua inserção no exercício profissional da Rede Municipal de Ensino.

Serão evidenciados neste texto, não somente as ideias recorrentes que apontam o que é a escola e sua função social, mas a análise parte do entendimento de que se trata de uma instituição pública da sociedade, no caso da pesquisa proposta. O campo da pesquisa pode ser observado sob o prisma de uma instância social que, vinculada a um sistema organizacional, produz e reproduz cultura (BOURDIEU e PASSERON, 2008) e é por ela concebida como espaço físico e social de desenvolvimento humano.

A escola, enquanto objeto desta pesquisa e órgão público municipal, se organiza a partir de diretrizes pedagógicas e administrativas prescritas, especificadas e aplicadas pela mantenedora. É no âmbito da organização escolar que essas diretrizes são cumpridas. No entanto, pergunta-se quais são as relações presentes na prática cotidiana, no sentido de entendê-las como constituintes de uma cultura escolar? Como constatamos na introdução desta dissertação, cabe considerar os processos culturais da escola municipal, em que os professores ingressam, na qual passam a vivenciar a docência, num processo de imersão na cultura da escola e de seus profissionais.

Na busca por compreender essas relações e demarcar o processo de constituição da organização pedagógica e das culturas dos profissionais

professores, é que se recorre a compreensões sobre a cultura escolar, incluindo a cultura da escola. Pretende-se nesta perspectiva, explicitar as relações presentes na prática cotidiana, no sentido de entendê-las como constituintes de um processo cultural escolar, com interferências que se tornam fundamentais na análise sobre o exercício profissional docente.

Considera-se inicialmente, a significativa contribuição de Forquin (1993), que traz à tona uma questão, relacionada à crise da função específica de transmissão cultural na escola, pois considera que os professores não têm mais certeza do que devem ensinar aos seus alunos. Estas dúvidas ou incertezas têm se manifestado diante dos enfrentamentos presentes na escola, levando em consideração a cultura nela produzida, como matriz de referência para as práticas educativas adotadas no cotidiano pedagógico, e no trato das estratégias de ensino e formação dos alunos. Para Forquin, há uma relação recíproca e complexa existente entre escola e cultura:

Recíproca porque a cultura é o conteúdo substancial da educação [...], a educação não é nada fora da cultura e sem ela. [...] é pela educação que a cultura se transmite e se perpetua. Complexa porque a escola seleciona elementos da cultura que vai transmitir (valorizando uns e esquecendo outros, conforme, interesses sociais, políticos e econômicos) e os reelabora didaticamente, produzindo assim uma cultura escolar (FORQUIN, 1993, p. 14).

A preocupação em destaque, revela que a escola em meio a disputas sociais e processos culturais diversos, se constitui um agente de transmissão cultural, pela qual interesses e anseios de dominação estiveram e estão presentes, como forma de tornar a população vinculada a conceitos que se expressam e são descritos no currículo da escola. Nesta perspectiva a escola descrita por Forquin,

é um lugar específico, onde os membros das gerações jovens são reunidos (...) a fim de adquirir sistematicamente (...) disposições e competências que não são do mesmo tipo das que teriam podido adquirir ao acaso das circunstâncias da vida e em função de suas demandas espontâneas. Aqui a herança da experiência humana é comunicada sob a forma a mais 'universal' possível, isto é, também a menos 'concreta', a menos pertinente em relação às interrogações pontuais, aleatórias ou rotineiras suscitadas pelas situações da vida (FORQUIN, 1993, p.169).

No entanto, a aquisição de disposições e competências descritas por Forquin (1993), remete à ideia de conceitos e conteúdos os quais a escola, ao selecionar aqueles que, por vezes, sem as compreensões necessárias, considera mais oportunos e necessários aos seus alunos, acaba por cercear escolhas e, ao fazê-lo

não considera as necessidades e emergências do contexto próximo ao aluno e do universo social no qual este está inserido.

Por conseguinte, pode tornar os conceitos apresentados, simples exercício de representação de uma conduta social mais próxima possível do desejado, no sentido de atender, sob a perspectiva da escola, um modelo de conduta a ser seguido e/ou reforçado. Neste sentido, não se configura como promotora de práticas educativas referentes a um discurso de escola contemporânea, que se diz crítica.

Observa-se assim, que a escola como uma instituição ímpar, se estrutura sobre processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento, constituidores da própria cultura, que não é monolítica, nem estática, nem repetível. É esse conjunto de características do cotidiano escolar que Forquin(1993) denomina de cultura da escola.

Silva (2006) cita Forquin (1993, p. 168), o qual define a cultura enquanto um mundo humanamente construído, mundo das instituições e dos signos no qual, desde a origem, o indivíduo humano está mergulhado, tão somente por ser humano, e que constitui como que uma sua segunda matriz. Forquin (1993) também se refere a *cultura escolar* como sendo o conjunto de saberes que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos. Nesta ideia está pressuposta uma seleção prévia de elementos da cultura humana, científica ou popular, erudita ou de massas.

Seriam esses elementos estruturais determinantes nos processos pedagógicos, organizativos, de gestão e de tomada de decisões no interior da escola, responsáveis pela instituição daquilo que Forquin (1993, p. 167) chama de “mundo social” da escola, ou seja, o conjunto de “características de vida próprias, seus ritmos e ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos”.

Os conceitos de cultura escolar, e conseqüentemente de cultura da escola, contribuem para evidenciar que a escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e razão, construídas no decorrer da sua história. Nesta perspectiva, toma por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula, nos pátios e corredores, em determinado tempo.

Na busca de compreensões das vinculações presentes entre o termo *cultura* e escola, encontra-se as concepções de Vinão Frago (1995), autor que toma a escola como uma instituição que abrange explicações diversas acerca de cultura. Tratando o termo cultura como uma prospecção, que está vinculada a outro termo, a *cultura escolar*, considera sua amplitude dentro do espaço educativo, o que pode significar tomar a cultura no plural, ou a ser definida como “culturas da escola.” (p. 68).

Vinão Frago (1995, p.68), explica a necessidade de considerar a escola tanto sob a ótica da sociologia das organizações, quanto da antropologia e afirma que:

O problema está em considerar a cultura escolar como um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, que possui várias modalidades ou níveis. Podemos por exemplo nos referir a uma cultura específica de um estabelecimento docente determinado, de um conjunto ou tipo de centros por contraste com outros – por exemplo, as escolas rurais e as faculdades de direito –, de uma área territorial do mundo acadêmico em geral por comparação com outros setores sociais. Também podemos oferecer uma perspectiva individual, grupal, organizativa ou institucional de algum aspecto de um tipo de cultura (VINÃO FRAGO, 1995, p.68).

Nessa perspectiva, pode-se inferir que a cultura escolar está presente nas diferentes instituições educacionais e que se desenvolve nas relações interpessoais que manifestadas na escola, consolidam-na como a cultura *da escola*, pois nestas relações estão presentes gostos, modos de pensar, vivências individuais e grupais, que mais tarde solidificam uma construção daquele grupo em específico, que vivenciando experiências, constitui uma determinada cultura escolar. A cultura escolar se sobrepõe à cultura já existente em cada indivíduo, assim como pode ultrapassar as propostas oficiais prescritivas, rompendo limites, podendo interferir e se agregar à cultura de outros grupos sociais, dos quais os integrantes do grupo de profissionais da escola fazem parte.

Para Vinão Frago (1995), a cultura escolar é toda a vida escolar, atos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, decidir e fazer. Embora, alguns aspectos sejam mais relevantes que outros, como clarificou:

A cultura escolar, assim entendida, seria constituída por um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, modelos, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não interdadas, e repartidas pelos seus actores, nos seios das instituições educativas. Tradições, regularidades e regras do jogo que

se transmitem de geração em geração e que proporcionam estratégias: a) para a integração em tais instituições e interação nas mesmas; b) para levar a cabo, sobretudo na aula, as tarefas cotidianas que se esperam de cada um, e fazer frente às exigências e limitações que tais tarefas implicam ou comportam e c) para sobreviver às sucessivas reformas reinterpretando-as e adaptando-as ao seu contexto e às suas necessidades (VINÃO FRAGO, 2007, p. 87).

A relevância presente em um aspecto, em detrimento de outro, pode ser entendida pelo fato de que a cultura escolar assim determinada, oferece àqueles que se utilizam de teorias, ideias, princípios e demais condutas, aportes para reunir aspectos presentes nas condutas sociais consolidadas e consideradas comuns a uma determinada sociedade e, a partir de um consenso sobre quais conceitos deverão ser repassados, a escola o faz sob a égide de tê-lo feito para manter viva uma história cultural presente naquele espaço social.

Ainda como forma de compreender os aspectos conflitantes presentes no contexto educativo, Julia (1995, p.354) refere-se a característica de controle e poder presente na cultura escolar, que define como:

Conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas que são subordinadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

A cultura escolar assim descrita, nas palavras de Julia (1995), apresenta uma característica muito mais funcionalista como explica Barroso (1996), do que necessariamente uma condição baseada nos aspectos compostos nas relações e vivências e que seriam constituintes de uma cultura escolar, mais próxima e necessária às condições sociais de seus interessados.

A caracterização de Julia (1995) no entanto, com relação a este processo, leva a compreender as formas de imposições prescritivas e os processos de cooptação que estão implicados na reprodução social presente na escola. Julia (2001, p.14) explica que escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimentos, mas é, ao mesmo tempo e talvez principalmente, um lugar de “inculcação de comportamentos e de *habitus*”, cerceando as possibilidades dos professores, de aprofundar conhecimentos, inovar e mostrar suas iniciativas, uma vez que também produzem conhecimentos sobre a ciência pedagógica.

Tomando como premissa as condições do campo, relativas à escola de Ensino Fundamental pública no município de Curitiba, busca-se considerar aqui o conceito de cultura escolar presente na concepção de Viñao Frago (2007, p.87), visando contemplar este espaço escolar, que é plural, e que necessita ser discutido permitindo considerá-la nestas múltiplas dimensões plurais. Neste sentido, o autor destaca a cultura escolar como “[...] conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, modelos, rituais, inércias, hábitos e práticas [...]”, pois existem tantas culturas quanto às instituições.

A ideia da *cultura da escola* presente nas definições de Forquin (1993) e à qual Vinão Frago (1995 e 2007) também se refere, favorece a possibilidade de considerar na sequência, as relações que se pretende efetivar com a empiria, na pesquisa realizada, e descrita no capítulo três. A investigação proposta, trata de profissionais em grande parte, no início da carreira profissional, no momento de ingresso e imersão cultural na escola e na profissão docente. Por outro lado, os profissionais professores, apresentam opiniões, opções por concepções, práticas e estilos de docência a ser partilhado com os professores em Estágio Probatório, bem como resistem a imposições internas e externas pedagógicas, curriculares e sindicais. Neste sentido, cabe buscar os elementos de análise que possam especificar as diversas formas culturais presentes nas atitudes e condutas dos profissionais que serão partilhadas com os professores que ingressam na escola.

Esse ingresso pressupõe considerar que os processos culturais da escola, comportam formas de recepção e apreensão por seus profissionais das propostas educacionais, e de processos de moldagem de suas práticas, como definiu Gimeno Sacristán (1998), ao desenvolver as metodologias e práticas do trabalho curricular. Nesta perspectiva, parte dos profissionais da escola, na busca por espaços de autonomia em função do desenvolvimento profissional, fogem do que é imposto, buscando espaços de criação, produção e inovação didático pedagógica, o que nos leva a também considerar como elementos de análise da pesquisa, a cultura da escola, como definiu Forquin (1993), representada e produzida notadamente por seus profissionais.

A partir dessas constatações, propomos apoiar a compreensão sobre a cultura escolar na aceção de Vinão Frago (1995), buscando focalizar em seu âmbito, a cultura da escola, produzida por seus profissionais, caminhando agora para o entendimento sobre a *organização* da cultura escolar, que configura o

habitus. No item a seguir, propõe-se buscar compreensões sobre o conceito do *habitus* de Bourdieu (2009), o qual impregna a instituição escolar em suas ações, atitudes e procedimentos dos profissionais da escola, notadamente da área administrativa e pedagógica, no espaço em que se processa o exercício profissional docente.

2.1 A CULTURA ESCOLAR E O *HABITUS*

Quando se toma a palavra *escola*, para redigi-la ou pronunciá-la, uma imagem mental se forma. Seja esta vinculada ao espaço físico, no caso um prédio que atenda às necessidades de ensino e aprendizagem que se propõe desenvolver como função central, ou mesmo à ideia de escola como é concebida de modo tradicional, ou seja, um local de aprendizagens que reúne determinado grupo de pessoas, dentre os quais alunos, professores, funcionários específicos, em suas relações e papéis. Estas formas de considerar a escola, complexificam a caracterização das dinâmicas dessa instituição, ao desenvolver seu objetivo de ensinar.

Embora se saiba que o número de escolas é demasiado grande em função de sua extensão social, em todos os casos imaginados, trata-se de uma imagem mais ou menos igual. O que se pretende então, é destacar que ao lembrar de escola, as similaridades acompanham está lembrança muito mais do que aquilo que as difere, ou seja, as experiências sociais evocadas se referem à constituição de uma imagem que não se apresenta diferente daquilo que se conhece de um espaço escolar hoje. Esta imagem, portanto, não é marcada por aquilo que a diferencia das demais, mas sim em função daquilo que temos assimilado enquanto prospecção de escola.

Esses aspectos similares envolvem para além do espaço físico e das pessoas que a tornam real, também uma preocupação com a organização metodológica, uma vez que essa última, legitima o processo educativo. Trata-se desta forma, de analisar uma cultura escolar, consubstanciada a partir das exigências sociais, sejam estas de ordem estrutural ou de anseios próprios daquele espaço educativo. Para Silva (2006, 204),

A cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das

suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares.

A escola deve se reapropriar do sentido de suas práticas e, tomando-as como instituintes de uma conduta escolar, fazer com que o objetivo primordial da escolarização de fato ocorra, ou seja, tornar a função social da escola e seu objetivo de fato exequíveis: ensinar e levar à aprendizagem. Porém, observa-se que ao tentar realizar essa função, a escola consolida também formas de agir e de pensar que, manifestadas ainda que sob uma pretensa ingenuidade pedagógica, acaba por favorecer e demarcar as diferenças culturais existentes na sociedade.

De acordo com Chervel (1988), a escola fornece à sociedade uma cultura constituída de duas partes: os programas oficiais, que explicitam sua finalidade educativa, e os resultados efetivos da ação da escola, os quais, no entanto, não estão inscritos nessa finalidade.

Nas ações da escola, estão subentendidos modos de garantir sua eficácia educativa. Nesse ponto cabe retomar que a escola considera-se livre de pré-conceitos e julga-se detentora dos meios para fazer com que a equidade de condições de aprendizagem seja possível. Para tanto, coloca-se como principal instituição, capaz de atender e fomentar o desejo das classes menos favorecidas em assumir posições sociais as quais almeja, oportunizando para isso suposta igualdade de condições de acesso¹ e permanência à aprendizagem sistematizada.

Nogueira e Nogueira (2014) explicam, a partir de uma análise *bourdieusiana*, que a escola e o trabalho pedagógico que desenvolve, só poderiam ser compreendidos, quando relacionados ao sistema das relações de dominação entre as classes. Isso se dá em função de uma faceta não explícita da escola, que vem há algum tempo sendo discutida, uma vez que toma a herança cultural dominante pré-existente como viés de conduta correta, tornando-a modelo a ser seguido, uniformizando o pensamento sobre a escolarização.

Retomando a clarificação de Julia (2001), que define a escola não somente como um lugar de transmissão de conhecimentos, mas como espaço em que ela mesma torna-se um lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus*. Pode-se

¹ Atualmente no interior da escola pública, complementa-se a palavra *acesso* com a palavra *permanência*, pois entende-se que o direito ao acesso no Ensino Fundamental público já está garantido, contudo o espaço educativo agora reflete como garantir a permanência qualitativa dos alunos na escola, neste ponto ajusta-se o foco, pois nem todos que conseguem adentrar permanecem com a qualidade objetivada, constituindo a certeza de que alguns estão a margem deste critério de permanência.

dizer que passo a passo, ela cerceia as possibilidades de seus profissionais, notadamente dos professores, de aprofundar conhecimentos, inovar e mostrar iniciativas, produzindo conhecimentos e saberes sobre a ciência pedagógica.

Ou seja, a escola ao pretensamente considerar-se local singular de acesso à cultura, tende a refletir os comportamentos e anseios da classe dominante, em função de não se perceber como principal instrumento de consolidação dessa cultura, mas sim por entender que é uma agência capaz de facilitar a inserção social com vistas à adequação cultural.

Essa condição que a própria escola assume, influencia as aprendizagens em seu interior, ou seja, alunos, professores, funcionários e a comunidade no entorno escolar mantém a conduta social predominante como se esta fosse de fato herdada por esses indivíduos. É aí que a cultura dominante se estabelece e se consolida, pois invariavelmente a escola reproduz aquelas imagens de vivência em sociedade que considera modelos de comportamento. Por sua vez os indivíduos que nela estudam reproduzem esses modelos, por vezes na busca por tornar-se efetivamente parte da cultura dominante, ou seja, consolidando um arbitrário cultural instituído no espaço da escola.

De modo mais contundente, Bourdieu e Passeron (2008), na década de 70, afirmaram que o papel da escola é a produção e reprodução das condições institucionais para a reprodução cultural e social, como apontam Nogueira e Nogueira (2014, p.75) nesta reflexão:

A escola cumpriria, assim, simultaneamente, sua função de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais. A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar e que, em função disso, tenderiam a alcançar o êxito escolar, seriam aqueles pertencentes às classes dominantes.

Depreende-se que a escola, como lugar de aprendizagem, tem propagado e estimulado a perpetuação de condutas sociais, muito mais que incentivado sua reinvenção ou a adoção de novos paradigmas, que considerem a diversidade cultural e os diferentes grupos sociais na sociedade contemporânea. Considerá-la um local de neutralidade social torna-se discutível e impossibilita a busca da “interculturalidade e da igualdade social.” (CANDAUI, 2008, p.45).

A escola, sob projeção própria de difusora de conhecimentos e de instituição que a todos abraça, ainda assim acaba por super valorizar uma cultura em detrimento da outra, ou seja, uma estaria acima da outra em função de convenções sociais, as quais a escola tende a supervalorizar ou depreciar, ainda que não objetivamente e negando essa condição que lhe parece imposta.

Contudo é preciso considerar, à guisa de reflexão, que a cultura da sociedade não tem sua origem na escola. Pelo contrário, percebe-se que a cultura social é que, ao adentrar o espaço escolar, se faz permanente e a escola, receptivamente, entendeu que esta é uma condição natural da sociedade civilizada. Ao perceber a predileção de um tipo de cultura em detrimento da outra, importa detectar o que a leva a pensar que de fato, atende a todos ou que estaria favorecendo os alunos de classes mais baixas a possibilidade de adentrar um universo culturalmente privilegiado?

Nogueira e Nogueira (2014), explicam que, inspirando-se nas concepções antropológicas de cultura, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, postula que nenhuma cultura pode ser objetivamente definida como superior a outra. Por considerar que efetivamente pode ser uma oportunidade de ascensão social àqueles cujo histórico familiar de conquistas sociais não é expressivo, a escola reflete seu papel e sua envergadura pedagógica, sendo que sua organização pré-estabelecida é eleita pela cultura posta, ou seja, que a escola acostumou a quem a frequenta e nela trabalha, a entender como “certa”. Neste caso, entende-se que:

A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária na medida em que as estruturas e as funções desta cultura não podem ser reduzidas de nenhum princípio universal [...] não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à natureza das coisas ou a natureza humana (BOURDIEU e PASSERON, 2008,p. 23)

Nestas condições observa-se a crescente instauração de um *arbitrário cultural* (BOURDIEU, 2007), que enraigado nas propostas pedagógicas, toma e enaltece uma cultura, em detrimento da outra. Uma vez que o termo arbitrário possui conotação referente às ações que advindas de um repertório cultural vivido, são geradas a partir de sua própria vontade, e sem a adoção de regras para um determinado curso, torna-se imposta a um grupo social a partir das percepções da escola.

De acordo com Bourdieu (2007, p.53),

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos de ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.

A escola portanto, ao viabilizar uma proposta pedagógica fundada em supostos princípios de igualdade e de acesso às condições para essa superação das diferenças no trato cotidiano dos alunos, como indivíduos pertencentes a uma classe social desfavorecida, tende a manter as diferenças sociais e não a equalizá-las.

Esta proposta de falsa superação das diferenças dos alunos, se constitui como o que Bourdieu (2007, p. 53), definiu como violência simbólica, pois “tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.”

É como se o espaço escolar pudesse ser comparado a um jogo de vídeo game em que só é admitido ao jogador, no caso o aluno, passar à próxima fase ao se ajustar a um certo comportamento que a escola define como correto. Bourdieu (2009) explica que neste caso, a propriedade se apropria de seu proprietário, encarnando-se sob a forma de uma estrutura geradora de práticas perfeitamente conformes à sua lógica e às suas exigências.

Desse modo, a escola age, sob uma pretensa faceta de apoiar os indivíduos na construção do sucesso social, ancorada na certeza de que ao manter as condições de ensino, com uma ou outra possibilidade criativa, tende a favorecer o indivíduo a transpor-se culturalmente de uma situação cultural que considera precária, à uma margem cultural considerada como ideal, perspectiva que aponta para a ampliação da desigualdade.

Trata-se de uma lógica que se consolidou no pensamento educativo escolar, pois forçar o *outro* a pensar de forma a trazê-lo para condutas socialmente aceitas e ensiná-lo a adequar seu vocabulário àquilo que se está “acostumado” a ouvir, conforma e reafirma as certezas que a própria escola, enquanto modelo educativo, considera correto, “conforme a sua lógica e às suas exigências” (BOURDIEU, 2009, p.95).

Estaria a escola ainda de modo velado buscando garantir ao público que a frequente, a realização das proposições que acredita legítimas, e que seriam apropriadas à ascensão social ou ainda para a adesão a uma cultura posta e aceita como correta para as possibilidades de sucesso social? Segundo Bourdieu (2007), a escola está pautada nesse ponto de vista, e ao fazê-lo condiciona os determinantes que levam os indivíduos a se ajustar à cultura dominante que equaciona como superior.

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda a sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BOURDIEU, 2007, p. 53).

Ao fazê-lo, a escola justifica essa ideia, considerando que é mais prudente aos indivíduos ajustarem-se ao sistema. Nesse ajuste estão condicionados certos *arbitrários culturais*, nos quais os indivíduos pensam aproximar-se, na tentativa de superar suas dificuldades sociais e adentrar uma determinada classe e cultura dominantes, ou seja, é a busca pela ascensão social.

Adotando uma perspectiva de instituição equalizadora de condições e oportunidades, o efeito que a escola constitui em suas propostas cotidianas às pessoas, tende a não lhes trazer os benefícios esperados. Valorando uma cultura em face da outra, a escola, ao tentar atribuir a todos uma condição igualitária de aprendizagens, já está aí ratificando a diferenciação de oportunidades. Para Bourdieu:

Somos levados, então, a reconhecer a rigidez extrema de uma ordem social que autoriza as classes sociais mais favorecidas a monopolizar a utilização da instituição escolar, detentora, como diz Max Weber, do monopólio da manipulação dos bens culturais e dos signos institucionais da salvação cultural (BOURDIEU, 2007, p. 64).

A organização da escola, concebida como emancipatória e engajada em oportunizar a redução das diferenças entre culturas e classes sociais a partir do tratamento igualitário aos seus usuários e estudantes, tem contribuído para a dicotomia cultural. Aqueles que na escola desenvolvem suas atividades profissionais, constituem uma margem do que é certo e errado naquele espaço

culturalmente organizado, e acabam por difundir seus próprios pareceres sobre o que se constitui adequado ou inadequado nas relações sociais e escolares.

Nogueira e Nogueira (2006), destacam que os valores e significados que orientariam cada grupo social em suas atitudes e comportamentos, seriam por definição, arbitrários, não estando portanto, em nenhuma razão objetiva fundamental. Nesta perspectiva,

A seleção de significados que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária na medida em que a estrutura e as funções desta cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, [...] não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à natureza das coisas, ou a uma natureza humana (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2006, p. 36).

Nesta linha de raciocínio, as pessoas que estão na escola para desenvolver suas tarefas pedagógicas ou administrativas tendem a ver essa equalização como oportuna e possivelmente integradora na busca por apoiar a ascensão social e não como um arbitrário cultural que, imposto ao todo da escola, faz prevalecer as marcas e diferenciações de classes existentes. Deste modo, ainda que a imposição cultural defendida por uma cultura da escola se reflita de modo ascendente à parcela menos favorecida da sociedade nela presente, estes não têm condições de chegar à ascensão cultural que desejam, pela influência de um pensamento homogeneizante e dominante. De outro modo, o que se percebe é que essa composição contribui para o cenário de um abismo social, que interessa a um grupo da sociedade em específico.

Para Bourdieu (1996) as classes dominantes são beneficiárias de poder econômico, social e simbólico, imbricado nas instituições e práticas das sociedades e reproduzido por essas mesmas instituições e práticas. Trata-se da teoria da dominação simbólica, a qual envolve a dominação de uma etnia sobre outra, de classes dominantes sobre as dominadas, de empregadores sobre empregados, ou do sexo masculino sobre o feminino.

Na escola esse destaque ao que é culturalmente privilegiado, ao entendimento linear do que é belo em artes plásticas, na música, nas convenções sociais, nas composições de vestimentas, modos de agir e pensar, são favorecidos por uma gama de vivências de seus próprios representantes pedagógicos. Ao trazerem para o espaço educativo suas certezas e experiências, acabam por

influenciar diretamente esse campo como lugar de reprodução de uma cultura entendida como correta e mais adequada a um modelo de sociedade que se almeja. É a ação do *habitus* nestas condições sociais de interação dentro da escola.

De acordo com Medeiros e Knoblauch (2016), trata-se de um conceito de longa tradição, utilizado por Pierre Bourdieu a partir de uma ótica original, e tornando-se ponto central na sociologia que desenvolveu. Para Bourdieu (2009, p.87), “Os condicionantes associados a uma classe particular de condições de existência produzem o *habitus*”, que definiu como:

Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Idem, p. 87).

Essa noção, para Medeiros e Knoblauch (2016), delinea uma matriz cultural internalizada, um sistema de disposições, inclinações de percepções incorporados pelo agente no processo de socialização, ou seja, na aprendizagem das relações sociais que ocorrem na trajetória social.

Para Setton (2002) é no ambiente social que o indivíduo encontra condições de forjar tal sistema de referências que mescle influências variadas, em que tecerá uma rede de sentido que unificam as disposições em suas experiências de socialização. Articulado a essas múltiplas referências identitárias, outras adquiridas no espaço social plural no qual se vê inserido, aqui, aparecem como referência à escola e as peculiaridades de relações que nela se constituem.

Dentro do espaço escolar, pode-se observar a tendência dos profissionais da educação à super valorização de um tipo de conduta social definida como correta, levando os alunos a acreditar que é correta e que devem buscar meios para nela se inserir, podendo perpassar o ambiente escolar e impregnar os sentidos nas relações extra-escolares

Esse modo de pensar e de avaliar a partir de um modelo mais acertado de convivência social, ocorre em detrimento de experiências dos indivíduos, marcadas por um arbitrário cultural, a tendência a supervalorizar determinadas condições

presentes nas relações sociais, em função da relação que estabelecem com suas experiências e possibilidades de assertividade na sociedade. Segundo Bourdieu:

O mundo prático que se constitui na relação com o *habitus* como estruturas cognitivas e motivadoras é um mundo de afins já realizados, modos de emprego ou movimentos a seguir e objetos dotados de um caráter “teleológico permanente”, como diz Husserl, ferramentas ou instituições; isso porque as regularidades inerentes a uma condição arbitrária [...] tendem a aparecer como necessárias, até mesmo naturais, pois estão no princípio dos esquemas de percepção e de apreciação por meio dos quais são apreendidas (BOURDIEU, 2009, p. 88).

Neste sentido, aqueles que desenvolvem suas atividades no interior da escola, não o fazem separando suas experiências particulares de suas ações práticas neste ambiente. Muito pelo contrário, essas particularidades individuais inerentes ao convívio social e familiar, tomam corpo no interior da escola e incidem diretamente em cada uma das atitudes nela executadas. É uma forma de pensar e agir muito própria de cada indivíduo que parece não poder ser separada de suas atividades profissionais, o que os leva à dificuldade de compreender qual é a sua atribuição profissional.

Estas ponderações, estão vinculadas às situações de vivência em sociedade, sendo valorizados por profissionais, um tipo de *habitus* proveniente da riqueza cultural da classe dominante.

Aprofundando essa questão, Bourdieu e Passeron (2008) classificam o *habitus* como primário e secundário. O *habitus* primário é aquele transmitido de maneira implícita, inconsciente, pela educação familiar e regras de classe. Neste sentido, constitui-se como produto das relações entre as pessoas de convívio social. O que se observa aqui é que esse *habitus* permite a alguns indivíduos chegarem à escola com uma gama de conceitos pré-concebidos nas suas relações próximas, que podem lhes garantir um *status quo* diferenciado e, em função disso, receberem por parte da sociedade um tratamento também diferenciado por sua herança cultural. São vistos pela escola como modelos a serem seguidos. Aos outros indivíduos não privilegiados por uma herança cultural, resta adequar-se à condição de uma subclasse que deseja igualar-se à classe dominante.

No caso do *habitus* secundário, Bourdieu e Passeron (2008) explicam que este é explícito, metodicamente organizado, proveniente da educação escolar, da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa. Portanto, pode-se

considerar que, no que concerne à escola, trata-se do reflexo dos outros nas atitudes individuais.

Como a escola consegue esse feito de apresentar o mundo e as certezas para conviver no mundo, a partir de seus próprios olhares? Trata-se de um olhar genuíno da escola, que se faz a partir da percepção de que há uma cultura dominante, entendida como a ideal e modelo a ser seguido. Tudo isso tem sido reforçado na escola pela convivência de seus agentes e deste modo, somos coniventes e agimos a favor de uma cultura dominante, mesmo que inconscientemente.

A avaliação por tempo de trabalho em Estágio Probatório, é a forma como historicamente as instituições sociais procuram avaliar e acompanhar o exercício profissional dos anos iniciais do professor, o que tem sido realizado a partir de uma lógica calcada na ideia de avaliação de desempenho docente. A ideia de que está sendo avaliado pelo cumprimento a determinados quesitos, está posta sem discussões ou mesmo clarificações, relativas ao exercício profissional.

Este *habitus* revela que a aceitação sem discussão de tudo que emerge na escola como prescrições ou propostas de ação para o ensino, por vezes não tem a devida atenção ou reflexão. Neste sentido não fornece ao professor, elementos para fazer uma autoavaliação, questionando e buscando novas iniciativas diante dos problemas da prática cotidiana.

Deste modo, as disposições que compõem um determinado *habitus*, referem-se a uma gama de arquétipos, que levam o indivíduo a pensar e agir em relação a algo ou a uma situação imposta, reproduzindo estas formas de atuação, ao exercitar sua profissão no interior da instituição. Pode-se entendê-las como produto das relações em determinadas circunstâncias, para as quais as pessoas agem, em função de passos ou condutas já existentes na instituição ou na sociedade e esperadas para cada momento em específico.

Bourdieu e Passeron (2008, p.53) descrevem o *habitus*, como sendo “produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de se perpetuar após o cessar da ação pedagógica e assim de perpetuar nas práticas, os princípios do arbitrário interiorizado”.

Após as aulas na escola, o indivíduo leva consigo definições e posições que passam para além dos conceitos nela desenvolvidos. Apreende também o que é permitido dentro dos padrões de comportamentos, adquirindo certezas que *a priori*,

parecem lhe favorecer a interação e a aceitação social. Há uma bagagem que se constitui nas práticas escolares e que transportada por aqueles que frequentam e buscam a escola como forma de ascensão social garante a efetividade da ação pedagógica, enquanto cultura escolar. Segundo Bourdieu (2009, p. 92), “O *habitus* tende a engendrar todas as condutas razoáveis do senso comum.”

Observa-se que a forma como este professor adquire concepções, formas de agir e atitudes que são incorporadas passo a passo, a partir da convivência com seus pares e na forma como as Equipes pedagógicas estabelecem relações com os docentes, ou o modo como organizam as atividades e processos pedagógicos escolares, favorece o estabelecimento e à incorporação de um determinado *habitus*.

Medeiros e Knoblouch (2016), explicam que como ação mediadora, não se pode perceber somente o indivíduo sem verificar que as disposições incorporadas refletem os campos sociais em que este se insere. Trata-se do modo como a escola e aqueles que nela desenvolvem suas práticas se transformam em agentes de uma reprodução cultural que muitas vezes, não é vista ou interpretada por aqueles que a consomem. Nesta perspectiva,

O modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente (WACQUANT, 2007, p.65).

O discurso remexido dentro da esfera educativa é um discurso que não pertence ao indivíduo, porém ao ouvi-lo em uma determinada situação, tende-se a adotá-lo, acreditar nele como sendo *seu* discurso, pois este reflete uma imagem de sociedade à qual se está acostumado a vislumbrar e que, em razão de não perceber isso, não tem o interesse de modificar. É a negação da fabricação da realidade que ocorre dentro da escola.

Ao ingressar em uma rede pública de ensino, e iniciar sua trajetória profissional docente em um determinado universo escolar, o professor vive as experiências do período inicial de apreensões sobre a sua profissão. Nos três primeiros anos vive a busca por compreensões sobre o que se deseja do profissional professor e ao deparar-se com a realidade do ensino, além dos conflitos ali instaurados, acaba passando por processos avaliativos anteriormente determinados, como parâmetros para o seu exercício profissional.

Neste processo, muitas vezes não discutido, não pensado ou retomado com o coletivo da escola, se constitui o professor que ingressa na escola da Rede Municipal de Ensino, e com ele as implicações de suas aquisições, concepções e práticas no Ensino Fundamental. Os espaços de autonomia e autoavaliação, que poderiam veicular as novas formas da prática docente, não parecem sobressair nas prescrições para a avaliação do exercício profissional dos professores.

A partir destas percepções, e neste ínterim, cabe trazer à tona a realidade do trabalho pedagógico na escola, considerando os espaços de autonomia e a busca pela superação de uma cultura posta, instalada em seu interior e realimentada por seus agentes.

2.2 A CULTURA ESCOLAR: A BUSCA DE ESPAÇOS DE AUTONOMIA NO TRABALHO PEDAGÓGICO

Ao utilizar a palavra escola, não se faz referência neste texto tão somente a um constructo físico sustentado por profissionais do ensino, cotidianamente. A instituição escolar, torna-se um espaço que acolhe diferentes indivíduos que a buscam para aprender e por supostas crenças em possibilidade de projeção social, a normas de uma sociedade organizada, que se propõe a proteger a infância e a juventude, ou ainda objetivando atender a exigências sociais, como a apresentação de um diploma. Cabe reafirmar a estrutura administrativa pedagógica escolar, que prioriza as prescrições das mantenedoras, que tomam a escola como um de seus braços, e dentre outras coisas, como possibilidade de ampliar visões sociais dominantes, demarcando o espaço escolar como aquele que subsidia uma cultura dominante.

Lopes (1999), reitera que as relações de poder se constituem socialmente de forma desigual e assimétrica, produzindo diferenças culturais em meio aos processos de dominação. A partir da descrição da autora e tomando como referência as condições de desenvolvimento do trabalho docente na escola, entende-se que o processo de dominação ocorre a partir da constituição de práticas que a objetivem. Algumas circunstâncias externas influenciam diretamente a sua prática cotidiana, principalmente se tomarmos como referência, a suposta autonomia a ela concedida e as características culturais também presentes neste espaço.

Tanto no que se refere ao uso das verbas, quanto às possibilidades de escolha de métodos, seleção de conteúdos ou encaminhamentos possíveis e necessários, as escolas se veem atreladas aos compêndios legais, processos avaliativos, determinações e prescrições que orientam a tomada de decisões sobre a escolarização e as ações pedagógicas que se dirigem àqueles que a frequentam.

Se por um lado essas normas legais favorecem a organização das instituições públicas de ensino, garantindo a unidade das ações, por outro lado elas podem não permitir a garantia de que as escolas trabalhem com as especificidades constituídas em seus nichos sociais. Depreende-se neste ponto a necessidade de refletir sobre como as relações se constituem no interior da escola e em que momento se tornam desiguais e assimétricas como bem assinala Lopes (1999, p. 89-90), quando afirma que,

Ao serem formados num mesmo contexto escolar, os indivíduos, submetidos que são a procedimentos escolares homogêneos, tendem a manter com seus pares uma relação de afinidade e cumplicidade. Ou seja, a relação que um indivíduo mantém com sua cultura depende, fundamentalmente, das condições nas quais ele a adquiriu. Isso inclui a natureza propriamente dita dos conteúdos, bem como o modo de aquisição dos mesmos.

Sobretudo, cabe refletir sobre a afirmação de que a escola parece desenvolver suas propostas pedagógicas sob uma pretensa autonomia, que lhe garante as ações necessárias para que a educação de qualidade de fato se faça neste espaço.

Cabe então, buscar compreender as especificidades presentes no termo autonomia, vinculadas à escola. Barroso (2000, p. 16), explica que a autonomia,

É um conceito relacional [...] pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependências e num sistema de inter-relações. [...] é, por isso uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.

Em se tratando da escola, a autonomia está muito mais vinculada a uma questão de gerência de verbas do que necessariamente de emprego desse conceito relacional no que se refere às práticas pedagógicas. Não que isso não aconteça, mas o controle sobre as verbas públicas, raramente destinadas à escola, e o

emprego das mesmas, é enaltecido pelos gerentes da educação, como a principal característica de uma escola autônoma.

Pode se afirmar que se tem no contexto de escola, uma *autonomia relativa*, a qual se estabelece tanto na aplicação de verbas quanto na organização das práticas pedagógicas vinculadas ao processo de aprendizagem, considerando que as secretarias de educação e órgãos oficiais são instâncias decisórias sobre o processo de ensino e aprendizagem para as escolas. Nestas relações verticais, se estabelece para os professores uma função ainda de executores das propostas emanadas pelas mantenedoras.

Considerando a ideia de autonomia relativa em Bourdieu, as estratégias das classes dominantes fixam, reproduzem, multiplicam, e acentuam as relações de força, numa relação recíproca da produção de uma profissão por exemplo. A discussão das lógicas da dominação tendem a desconstruir a ideia de uma autonomia permitida e que não pode se expandir a não ser em função de reproduzir atitudes autoritárias, que não contribuem com novas formas de exercer a profissão docente. Busca-se uma avaliação da profissão docente que venha a ser ampliada, e possa oferecer condições de proporcionar maior compreensão sobre as possibilidades de modificar, transformar práticas e estratégias de ensinar para levar a aprendizagens.

Esta disposição, nos leva a buscar em autores que têm estudado e investigado os processos de aquisição da função docente, bem como o que se definiu como *habitus* professoral, as possibilidades de conquistar espaços de autonomia próprios dos professores/as, que possam levar à formas de conceber a profissão docente, no âmbito da cultura escolar, sob as prescrições curriculares, propostas educacionais oficiais e processos burocráticos e administrativos como o do Estágio Probatório.

Silva (2005), explica que o termo *habitus* está vinculado à acepção de Bourdieu (2009) e o termo *professoral* está atrelado à categoria *experiência* de Thompson (1981). A ideia da estruturação dos estudos sobre o ensino na sala de aula vai ao encontro da análise dos problemas de procurar uma definição sobre a estrutura da prática docente e sua natureza, para dar conta de mostrar se ela é constituída por uma estrutura estável ou se consiste em um acontecimento singular. A natureza do ensino na sala de aula é constituída por uma estrutura estável, porém

estruturante, isto é, uma estrutura estável, mas não estática, que é definida por Silva (2005), como *habitus professoral*.

Desta forma ao propor uma forma específica para aprender a teoria e a prática da formação de profissionais professores, que atuam na sala de aula, abre-se uma vinculação com o *modus operandi* da noção de *habitus* e da categoria “experiência”. Esse vínculo, poderá levar a observar que o objeto de estudo das investigações sobre o ensino na sala de aula, refere-se ainda aos estudos necessários sobre os professores iniciantes.

As atitudes, informações, processos formativos e relações propiciadas nas escolas por pedagogos e diretores, podem construir neste período de três anos da avaliação em Estágio Probatório, formas de apreensão dos professores sobre a docência, que se processam sobre esta estrutura de *habitus*. Essas formas de avaliar e formar, tanto podem considerar as singularidades das ações dos professores iniciantes, seus interesses e crenças, como ignorá-las. Para Marcelo (2009a, p. 15), as atividades de desenvolvimento profissional, afetam diretamente a interpretação e valorização que os professores fazem das suas crenças e experiências, na formação de professores. Essas aprendizagens, muitas vezes não são geradas de forma intencional, mas penetram de forma inconsciente nas estruturas cognitivas e emocionais dos professores, chegando a criar expectativas e crenças difíceis de eliminar.

Esta forma de pensar as aquisições dos professores iniciantes, estão bastante próximas do processo de aquisição do *habitus professoral*, levando a refletir sobre o fato destacado por Marcelo (2009^a), de que as crenças têm funções afetivas e valorativas, atuando como filtro de informação que influencia a forma como se usa e a recupera o conhecimento e também predizem condutas.

É importante considerar como os professores crescem profissionalmente, e as condições que os auxiliam a promover este crescimento. As formas de interlocução, interação e acolhimento das necessidade e interesses percebidos durante a fase inicial da carreira docente, propiciam essas condições e articulam as atividades docentes com os processos de conhecimento como a pesquisa, as ações interativas e aquelas que levam à abertura para a inovação de suas práticas.

A produção teórica de Pierre Bourdieu, permite que se compreenda a ação interativa entre os atores sociais dotados de vontade na construção social da realidade escolar, atravessada por processos de mudanças, e limitada por fatores

estruturais. Para Bourdieu (1996), os agentes, ou atores, sociais constroem o mundo social individual e coletivamente a partir de uma estrutura objetiva de distribuição de diferentes tipos de capital, sejam eles físicos, culturais ou simbólicos, cuja eficiência varia de forma contingente e localizada.

De acordo com Bourdieu (1996), a ação dos atores sobre essas estruturas objetivas constituem o campo social dentro do qual ocorrem as disputas entre os agentes possuidores de meios e fins diferenciados, e de um *habitus* adquirido por sua socialização prévia ou por aquela praticada dentro do próprio campo. Tais disputas irão contribuir para a conservação ou transformação da estrutura do campo.

A gerência do tempo escolar e a maneira como o trabalho educativo se desenvolve, constitui-se sob indicativos externos de como a escola, o campo, deve efetivar o seu trabalho pedagógico. No que se refere ao sistema de inter-relações, antes apontado por Barroso (2000), observa-se claramente a presença da ação das mantenedoras na escola, e neste caso é necessário apontar a inconsistência da presença da escola, nas decisões das mantenedoras. Basicamente aqui, a escola, na maioria das vezes não está representada no seio da secretaria a que pertence, ou seja, as decisões oficiais incidem diretamente na escola, mas é uma incidência unidirecional e verticalizada. É importante ressaltar que todas as decisões incidem da mesma maneira em todas as escolas, desconsiderando suas especificidades.

Segundo Azanha (1998), a palavra autonomia só começa a ganhar espaço a partir dos anos oitenta. Até então, raramente se falava em autonomia e, ao aparecer em textos legais, estava ligada à prática docente em sala de aula. É necessário destacar que hoje, mantenedoras públicas, como a deste município, interferem diretamente na prática pedagógica de sala de aula, com relação ao planejamento, à sua aplicabilidade, à organização da escola propriamente dita e, portanto, persiste a ideia de uma pretensa autonomia na escola, uma autonomia com restrições pedagógicas e administrativas.

Parece à sociedade, que a escola está trabalhando diariamente de modo autônomo, exercendo suas práticas a partir de sua liberdade de escolha e vinculada a uma cultura social próxima que se mostra presente dentro deste espaço, como já explicitado no corpus textual inicial deste capítulo. Como se a mesma não estivesse vinculada à uma mantenedora, sob suas influências, cujas pretensões objetivam dentre outros aspectos, elevar os índices de ensino na avaliação de larga escala. A prática docente, se destaca como preponderante à efetividade da qualidade e

superação das dificuldades que emergem nos processos de ensino, aprendizagem e formação a serem oportunizados na escola.

Não se propõe aqui uma crítica à busca pela qualidade, mas critica-se a qualidade que se faz subentendida a partir de números e do rompimento com a liberdade educacional que se consolida na gerência dos aspectos pedagógicos, na tentativa de cumprir esse propósito. De fato parecer haver problemas quanto aos processos de “ensinagem”, afinal não somos uma potência educativa², mas a doutrinação parece ser a escolha para assegurar que a escola, a partir daqueles que pensam o processo pedagógico, cumpram metas determinadas.

Para Azanha, (1998, p.03), "a autonomia da escola numa sociedade democrática é, sobretudo, a possibilidade de ter uma compreensão própria das metas da tarefa educativa numa democracia". Isso está diretamente ligado ao desenvolvimento de práticas conscientes na escola e da reflexão permanente de como a tomada de decisões, o emprego de técnicas, a retomada dos processos avaliativos, gera um trabalho educativo eticamente responsável. São atitudes marcadas pelas escolhas presentes na autonomia, ainda que restrita, a qual garante a legitimidade da ação docente, e para Azanha as professoras,

Amordaçadas nos [...] regimentos únicos, [...] castradas na sua autêntica função educativa porque diretores e professores são simples funcionários burocráticos dos quais não se exige que eduquem, mas que cumpram ordens. Em nome de uma alegada necessidade de disciplinar 'enquanto' as escolas não estiverem em condições de se organizar, o que temos não é a sadia diversidade do que é mesmo desigual, mas a aplastante uniformidade que pretende eliminar a possibilidade de erro, e que de fato elimina a responsabilidade. Não pode ser responsável perante o seu próprio trabalho quem não tem nenhuma autonomia de decisão (1995, p. 39).

A autonomia da escola se faz a partir de ações autorizadas, vinculadas a um sistema de ensino e, por isso mesmo, não se pode usufruir plenamente das características de autonomia. Efetivamente o cerceamento presente na escola, aponta para a dimensão da lógica do capital cultural predominante que age contendo as possibilidades de escapar desse processo de dominação. Há um

²O Brasil ocupa a 55ª posição no ranking de leitura, de acordo com a edição de 2012 do PISA - *Programme for International Student Assessment* - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos. Idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>

esforço significativo dentro das instituições escolares por ressignificar seus conteúdos e suas práticas, de modo que estes se tornem correlatos à vida e para a vida em sociedade.

Neste ponto, cabe lembrar que embora os esforços se multipliquem dentro da escola, ela ainda é balizada pelas demandas pedagógicas vinculadas à presença dessa classe dominante em seu interior, no *habitus* de classe das pessoas que fazem a escola. Para Bourdieu (2009), ao mesmo tempo que há um mecanismo de reprodução no *habitus*, ao possibilitar que os professores desenvolvam práticas em espaços de autonomia mesmo que relativa, este constitui um processo de compreensão da lógica de uma prática social. Nas formas inclusive, de orientação e avaliação dos professores, que constituem o ponto chave desta pesquisa, importa olhar o processo avaliativo presente na formação da profissão docente, no Estágio Probatório.

Deste modo, questiona-se se seria esse o caminhar dentro da escola, visando a reprodução e a ausência de reflexão. A presença de uma autonomia condicionada aos determinantes da cultura dominante, que homogeniza a partir do papel da mantenedora, leva a perguntar se os professores que têm o cotidiano nas mãos, e uma real dificuldade em relativizá-lo, considerando as necessidades cotidianas e as urgências da sociedade, poderá encontrar e conquistar espaços de autonomia?

Neste sentido a auto avaliação apresenta-se como uma iniciativa possível para que o professor possa refletir sua prática e considerar os aspectos de suas ações pedagógicas vinculadas ao contexto educativo. Trata-se de uma proposição a ser examinada, no sentido de ganhar contornos inclusive, talvez, como complemento a estratégia avaliativa em uso atualmente.

Cotidianamente a escola vinculada à cultura dominante, apresenta pequenos esforços na busca recorrente por tornar possíveis seus anseios pedagógicos, mesmo trabalhando a partir de uma autonomia aparente. A escola tem buscado a cada passo, refletir a distância entre o lugar onde se está e o movimento de mudança desejado. Ainda que não consiga, efetivamente, livrar-se das amarras de dominação de um arbitrário cultural presente nos seus próprios agentes, a escola procura tomar como referência o quadro de profissionais que possui, as características da comunidade educativa, suas necessidades, suas buscas, desejos e anseios e as dinâmicas sociais que movem o trabalho a partir do conhecimento.

Nesta perspectiva, são apresentados, na sequência, alguns pontos vinculados ao exercício profissional docente, para aprofundar as discussões sobre a docência, a formação de professores e o Estágio Probatório aí circunstanciado, considerando as necessidades que podem ser reconhecidas para maior autonomia docente, no processo de constituição da profissão, e visando constatar os movimentos de atuação considerando a auto avaliação e o atendimento às necessidades da escola pública atual.

2.3 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: A APREENSÃO DA DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS DO INGRESSO PROFISSIONAL NA ESCOLA

As formas de estabelecer vínculos, efetivar diálogos, agir em detrimento de uma situação, ou de solicitações, compreendem um olhar diferenciado sobre o sujeito que busca a efetividade que é exigida no cargo público e de modo mais específico na profissão docente. Por outro lado, essa reflexão incide significativamente no modo de ser desses mesmos sujeitos professores, com implicações que podem ser identificadas na profissão dos profissionais diretores e pedagogos.

Em relação ao trabalho docente, Tardif e Lessard (2014) propõem a reflexão sobre por quê estudar a docência como um trabalho? Estaria essa questão superada? Poderíamos passar a um outro nível de discussão para além desse entendimento? De fato, ao retomar essa discussão, pretende-se transcender ao conceito inicial de que professores, após o concurso público, por exemplo, chegam às escolas imbuídos de um instrumental teórico consistente e, portanto, estariam prontos para os desafios postos na produção das práticas do dia a dia de forma a desenvolver sua função social na escola.

Essa compreensão é o primeiro passo para refletir e tomar como necessária a rediscussão da formação do profissional professor, que começou aqui a ser contemplada a partir da ótica da cultura e da cultura escolar. Propõe-se principalmente, a reflexão de que essa tomada sobre as concepções e ações docentes, incorpore também o período inicial do exercício no magistério, na forma que toma historicamente o Estágio Probatório no âmbito da escola.

Deste modo, a discussão subjacente, é sobre *quem* (indivíduo ou instituição), tem possibilidades reais de atuar junto à formação de professores, para que venha a

se desenvolver profissionalmente, buscando refletir sobre a necessária retomada do termo formação docente, de um ponto de vista de que o professor construa em sua carreira docente, uma função intelectual própria. Giroux (1997) contribui neste sentido, enfatizando o professor como personagem principal do processo de democratização e transformação do ensino.

Nos escritos de Giroux (1997) é possível perceber que há um esforço teórico para defender os professores como indivíduos capazes de produzir e de sustentar as bases educacionais, a partir de sua intelectualidade. Mas é necessário retomar essa característica com os próprios professores, pois estes consideram-se incapazes de tornar as mudanças possíveis na escola, considerando a atual sociedade. Para boa parte dos professores, suas atividades e experiências não significam produção de saberes sobre os processos de ensino e, demonstram preocupações e dificuldades ao estabelecer relações entre os conhecimentos que desenvolvem com seus alunos, e os processos sociais e culturais presentes nessa sociedade.

Neste sentido tomar o professor e sua formação como objeto de pesquisa, não se configura discuti-lo com um fim em si mesmo, por assim dizer, mas trata-se de uma construção científica permanente, nas confluências das reflexões que planejam um ensino de qualidade. O presente objeto de pesquisa investe nos processos de aquisição da profissão; trata-se da desconstrução científica permanente que almeja a ascendência sobre os processos de um ensino de qualidade. Nesta perspectiva,

[...] encarando os professores como intelectuais, nós poderemos começar a repensar e reformar as tradições que têm impedido que os professores assumam todo o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos e reflexivos (GIROUX, 1997, p. 162).

Uma vez estimulados a refletir sobre suas próprias capacidades intelectuais, pode-se considerar que a tendência dos professores é a de também estimular em seus alunos uma valorização da intelectualidade e da capacidade crítica quanto ao aprendizado que lhes é apresentado. Os professores são capazes de problematizar o que está posto na sociedade em função da reprodução de uma cultura dominante, verdades absolutas que permeiam as práticas educativas, conformando aqueles que

difícilmente se colocam em posição de refletir o cotidiano e suas próprias ações, o que significa, muitas vezes, resignificá-las.

De acordo com Giroux (1997), os professores são intelectuais transformadores, pois a eles cabe o questionamento das condições e posições políticas, econômicas e pedagógicas de seu trabalho. Logo, isto não se dá sem reflexividade, criticidade e criatividade. O professor neste caso é entendido como principal responsável pelo processo de democratização e transformação do ensino escolar. Trata-se de considerá-lo com a possibilidade de transformar gerações, gestando uma futura sociedade mais crítica e atuante.

Essa discussão ganha força no contexto dos professores que iniciam suas atividades na profissão docente. Os professores que ingressam em escolas da rede municipal de ensino, recebem propostas prontas e mergulham num *habitus*, no qual suas ações tendem a reproduzir práticas de seus pares, e nem sempre dimensionam o modo e os por quês da composição avaliativa da qual são alvo, e não detectam como serão avaliados ao iniciar sua profissão. Em alguns casos esses profissionais só se dão conta, ou analisam os itens ou termos de tal avaliação, no momento em que este processo se efetiva, ou seja, na primeira avaliação do Estágio Probatório. Cabe assim, retomar alguns conceitos e questões que tornam relevante uma mudança de atitude diante da formação inicial dos professores e mesmo das formas de sua avaliação.

Segundo Tardif (2000) os saberes profissionais dos professores são saberes utilizados no trabalho cotidiano, que lhes servem para desempenhar suas funções e atingir seus objetivos. O que leva a depreender que esses saberes são reelaborados, e tendem a ser incorporados no processo da ação docente, configurando-se como parte da aprendizagem, em ação pedagógica.

Saberes provenientes de fontes diversificadas, constituídos no decurso de uma carreira docente e de uma vida em sociedade, são subsidiados por uma cultura que toma corpo e relevância nas ações docentes. Essa discussão ganha força no contexto dos professores que iniciam suas atividades profissionais.

De acordo com Medeiros (2007, p. 1487) “o professor traz para a prática pedagógica seu *habitus* e seu capital cultural e esses interferem em sua forma de professorar.” Interferências são observadas na sua trajetória profissional, nas ações de cunho pedagógico, que se consolidam nas experiências práticas do trabalho docente na escola. Segundo Medeiros,

Identificando suas percepções, apreciações, ações geradoras de práticas e representações, em sua vida familiar, escolar e profissional, e tendo o entendimento que sua prática pedagógica não é uma construção puramente intelectual e sim fruto da incorporação de disposições é que se pode constatar a inexistência de um modelo didático único e buscar compreender os diferentes modelos em suas variações, bem como salientar suas contribuições diversas (MEDEIROS, 2007, p. 1488).

A ação pedagógica, e neste caso especialmente a Pedagogia escolar, reafirma sua capacidade de influenciar a personalidade cultural dos indivíduos. De acordo com Moreira e Silva (1994) a educação escolar está consubstanciada no trabalho curricular que o professor desenvolve. É preciso considerar que estes,

não atuam apenas como correias de transmissão de uma cultura produzida em um outro local, mas são partes ativas e integrantes de um processo de produção e criação de sentidos, de significações, de sujeitos. A cultura e o cultural não estão tanto naquilo que se transmite, mas naquilo que se faz com o que se transmite, compreendendo um processo de reprodução cultural e social das divisões de classe da sociedade (Idem, p. 26-27).

Para aprofundar essa reflexão, os professores encontram-se como afirma Passeron (1992) em posição de determinar, direta ou indiretamente, os fins e os meios da ação pedagógica, e detém um poder multiforme sobre os indivíduos que sofrem essa mesma ação. Ainda que essa relação exija necessariamente uma atuação de autoridade, sua influência está associada à legitimidade que os emissores e as mensagens detêm.

Diante do exposto, a apreensão da docência nos anos iniciais da profissão docente, confere ao professor a oportunidade de construir para além de práticas assertivas junto aos alunos, também uma ampliação de sua possibilidade de refletir, dialogar e antever as possibilidades de subverter um arbitrário cultural constituído no interior da escola, também para auto avaliar-se.

2.4 AS RELAÇÕES ENTRE OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DA DOCÊNCIA: AS LACUNAS DO ESTÁGIO PROBATÓRIO EM VIGÊNCIA

Contrariando algumas expectativas após a graduação, o professor ao ingressar na carreira, por força de concurso público, vê-se diante de problemáticas que o instigam a buscar por vezes, a partir de seus próprios recursos, a

compreensão das formas de atuação na docência, as quais surgem como imposições e em função das demandas cotidianas que surgem nesta fase.

As pressuposições que esse professor traz consigo ao apresentar-se ao local de trabalho, logo são reelaboradas em virtude das características muito próprias daquela instituição de ensino, vinculada a um espaço físico, cujo entorno escolar é local de contradições culturais e que aguardam deste novo profissional uma docência compatível com as exigências apresentadas cotidianamente.

No contexto da sociedade capitalista, as novas configurações do conhecimento, trabalho e formas de viver delegam novas incumbências à escola e ao professor. Em meio ao complexo quadro da globalização, as graves questões sociais e políticas mundiais atuais, o professor assimila as necessidades desse contexto (HAGEMeyer, 2006, p. 67).

A lógica lhe aponta que muitas de suas convicções, também fruto de seus estudos acadêmicos acerca de métodos e da relação professor e aluno, necessitam ser revistas e reelaboradas como forma de sobreviver, no intento de “dar aulas”.

Embora sua formação ao longo de quatro ou cinco anos na graduação lhe tenha proporcionado sustentação teórica, a prática docente que se apresenta não aguarda que o professor recém formado consulte seus manuais como forma de desenvolver suas atividades. Para Marcelo Garcia (2009b, p.86) “converter-se em professor, se constitui num processo complexo, que se caracteriza por sua natureza multidimensional, idiossincrática e contextual.” O chamado à docência e aos desafios que ela impõe são reais e precisam de uma tomada de decisões de forma constante.

Diante dessas percepções, pretende-se aprofundar a discussão iniciada a partir de alguns pontos do item anterior, sobre como os recém concursados, profissionais docentes se constituem professores, bem como essa demanda é absorvida pela escola.

Ao ser empossado em cargo público para a função de professor do Ensino Fundamental I, o graduado já esteve em contato com a dinâmica de uma instituição de ensino, no momento da realização do estágio obrigatório de seu curso, portanto possui a partir desta vivência, uma ideia primária do que o espera na escola.

Esta ideia primária da profissão docente refere-se à concepção de docência que possui até o momento, e que se fez a partir das observações e intervenções no estágio obrigatório na graduação, bem como nas leituras que fundamentam a prática

docente. No entanto não tomou, via de regra, para si a responsabilidade de uma sala de aula e todas as demandas que ela suscita.

Nesta reflexão, é preciso considerar que o estágio na graduação é um momento balizador, porém em função do tempo exíguo, não permite ao graduando dimensionar as múltiplas necessidades, que se fazem presentes no cotidiano escolar. Para Nóvoa, (2011, p.45),

Nestes anos em que transitamos de aluno para professor, é fundamental consolidar as bases de uma formação que tenha como referência lógica de acompanhamento, de formação em - situação, de análise da prática e de integração na cultura profissional docente.

Considera-se então, que o graduado possui conhecimentos específicos, mas não compreende na inteireza necessária, a dinâmica escolar e os produtos dessas relações. Neste sentido, as múltiplas facetas da relação professor e aluno, a organização muito própria de cada ambiente escolar no que se refere à identidade da escola, os meandros que envolvem o setor pedagógico administrativo, as nuances da presença ou ausência da família na escola, dentre outras relações presentes no “ser” professor, que se manifestam efetivamente em uma instituição de ensino.

Embora o fato de estar na escola e vivenciar o ambiente educativo não garanta a efetividade da qualidade do trabalho docente e principalmente, não certifique o tipo de profissional que se está constituindo, a formação inicial para Tardif (2002), visa *habituat* os graduandos, futuros professores, à prática profissional docente.

Zeichner (1993), esclarece que essa tendência de formação prática é uma estratégia para melhorar a formação de professores, uma vez que pode aumentar sua capacidade de enfrentar a complexidade na escola.

A pluralidade social e cultural com que se depara ao ser recebido na escola, impulsiona o professor iniciante a buscar estratégias que lhe permitam lidar com as características diferenciadas presentes no processo das relações humanas e ainda de realizar suas atribuições a partir daquilo que considera correto, tendo em vista sua formação pedagógica e seus preceitos éticos.

De acordo com Hagemeyer (2006, p.122) deve-se considerar o conhecimento do professor como algo que está fora dele, “analisando o *processo* que desenvolve e

seus resultados, avaliando o seu saber também como amálgama entre o conhecimento e os procedimentos didáticos relacionados a ele.”

O professor recém concursado no serviço público descobre-se agora em um novo estágio, de cunho profissional, o Estágio Probatório. Tem nessa nova etapa uma instância de possível avaliação e questionamentos de suas aquisições como docente, uma vez que será avaliado em prazos pré-estabelecidos pela mantenedora, no caso da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

Trata-se agora de superar três anos de avaliações semestrais, para então, de fato ver se liberto dos olhares avaliativos formais. O que esperar desse período e como saber o que se espera dele/a como profissional, são algumas das conjecturas que podem ser feitas, quando se busca compreender qual o seu lugar na rotina da escola, como profissional que tem necessidades de compreensões sobre a atuação docente e de buscas que daí podem decorrer para sua formação e desenvolvimento profissional.

De outra perspectiva o Estágio Probatório configura-se em um momento de aprendizado e de perpetuação da ação educativa qualitativa e acena com a possibilidade de lutar contra o pensamento social enraizado que postula o empobrecimento da ação docente. Em relação às opiniões sobre a construção da docência em suas várias facetas, cabe considerar que,

Parece haver certo desprendimento pela temática do professor enquanto profissional. [...] O desinteresse pelas questões objetivas que envolvem a docência remete a certa obviedade com o qual é tratado o trabalho docente. Não há uma *expertise* aparente que justifique uma possível preparação teórica e técnica altamente elaborada. O que fazemos parece ser coloquial e simples demais. Há uma sensação de que qualquer pessoa, mesmo sem nenhuma preparação técnica ou conhecimento de causa – mas com alguma boa-vontade –, pode exercer a atividade docente (ESQUINSANI & ESQUINSANI, p.76, 2012).

A efetividade e a seriedade da ação pedagógica, incide de modo irrefutável na sociedade atual. Trata-se de mostrar através da ação pedagógica diária a singularidade dessa prática. Os anos iniciais de entrada para o serviço público, configuram-se em terreno fértil para a compreensão da responsabilidade para com a sociedade e que constitui também a chamada responsabilidade docente.

Observa-se que cada profissão demonstra características que lhe são próprias e mobilizam seus valores, bem como aquilo que delas se espera, uma

composição profissional na qual se fazem presentes tensões e reestruturações que permeiam a formação profissional.

Para Shulman (2005), essas tensões são frutos de uma competitiva demanda acadêmica e profissional, bem como as contradições inerentes aos múltiplos papéis e expectativas em relação àqueles que exercerão tal profissão. Deste modo, o autor destaca que é importante perceber as formas particulares de como se dá o ensino e o modo como essas particularidades caracterizam cada profissão, “sendo desta forma frutífero observar mais atentamente a pedagogia das profissões em atividade” (SHULMAN, 2005, p. 53). A partir das constatações de como as outras profissões constroem a formação de seus profissionais, pode-se conferir maior valor às formas como se prepara o profissional professor para exercer a profissão docente.

De acordo com Tardif e Lessard (2014, p.17) “longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, o trabalho docente constitui uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades do trabalho.”

Estabelecer proximidade com o campo no qual se pretende desenvolver a prática profissional docente é questão inicial para a superação da secção entre o “eu” aluno e o “eu” professor. Nesta tomada de consciência, a percepção de que *ser professor* envolve uma gama de práticas, que fruto de consciência, amplia o desconforto inicial quando estes se veem diante de situações desafiadoras para as quais não foram orientados. Para Silva (2011, p. 338), os professores “são agentes que, de acordo com sua posição social, em sentido largo e estrito, reproduzem modos de ser e estar no efetivo exercício de suas funções. [...] tem um padrão de comportamento constituído pelas características de suas práticas.”

Nestes primeiros movimentos no campo escolar, os professores colocam em prática um conjunto de ações por eles exercidas que objetivam como retorno de seus alunos, questionamentos, relações entre os fatos suscitados, emprego de teorias antes detalhadas e exemplificações vinculadas a estas teorias, remetendo ao que Silva (2005, p. 158) irá denominar como “*habitus* professoral”. Já que para a autora, o *habitus* é a substância da experiência e a experiência por sua vez produz *habitus*. Ou seja, depreende-se que as ações de sucesso no campo escolar possuem sua origem também na qualidade da formação docente e cultural propiciada ou vivenciada por este profissional, contudo a prática motiva a projeção

de etapas e formulação de estratégias para adequar à formação a implementação de ações práticas.

Estas aproximações iniciais acerca da docência e a vinculação da mesma ao Estágio Probatório, permitem identificar a presença de lacunas que precisam ser preenchidas. As análises dos depoimentos e experiências obtidas, objetivam buscar novas formas e lógicas de avaliar e acompanhar o exercício da docência neste período.

Em auxílio a esta configuração, o próximo capítulo apresenta o lugar do Estágio Probatório na escola, um breve histórico da avaliação de desempenho, denominada Estágio Probatório em Curitiba, bem como alguns aspectos vinculados a legislação, critérios e avaliação postulados para o acompanhamento desses profissionais.

3 O LUGAR DO ESTÁGIO PROBATÓRIO NA CULTURA ESCOLAR: AS INTERFERÊNCIAS NA CARREIRA PROFISSIONAL DOCENTE

Neste capítulo, a composição textual apresentada demarca a condição da organização avaliativa do profissional da educação, na rede pública municipal de Curitiba. Para este intento, leva-se em consideração as políticas de avaliação de desempenho consubstanciadas ao longo dos anos sob a forma do Estágio Probatório, destacando uma cultura avaliativa contrastante com a efetiva necessidade das práticas docentes que se consolidam na escola pública.

Além dos documentos que regulam a avaliação de desempenho a partir do Estágio Probatório, serão tomados como referência, teóricos que, ao concentrarem seus esforços de pesquisa nesta esfera do serviço público, permitem a retomada do tema da iniciação profissional docente sob o viés de um tipo de cultura avaliativa que se firmou ao longo dos anos, nas práticas vinculadas ao cargo público.

Na confluência dos textos apresentados na sequência, destaca-se uma cultura de desempenho que valida o profissional da educação a partir da pretensa qualidade de seu trabalho na regulamentação de etapas avaliativas que se materializam semestralmente. Estas práticas, vinculadas a critérios e notas nos documentos de avaliação, podem vir a revelar que, embora após o concurso público se tome o Estágio Probatório como etapa final para a inclusão do professor no cargo de servidor da educação, a avaliação dimensionada da efetividade pedagógica neste período, pode não ser detectada ou consolidada na prática, em função de várias situações que serão destacadas ao longo deste e do próximo capítulo.

Quando se propõe a caracterizar o período denominado de Estágio Probatório busca-se configurar a dimensão pedagógica desejada, e desta forma, tomar como ponto de partida o universo pedagógico escolar da pesquisa, considerando as expectativas e necessidades desses profissionais, no ambiente escolar no qual atuam. Não se está partindo, portanto, da configuração da gerência de recursos humanos e/ou da pretensão de fazer com que os profissionais iniciantes na profissão docente, se tornem aptos a esta função a partir de formulários com data de validade ou pretensa posição de averiguar suas aptidões para o trabalho da docência, no qual prestou concurso. Neste princípio, serão apontados alguns aspectos históricos que podem contribuir para esclarecer a cultura avaliativa presente nos dias atuais nas escolas da rede municipal de Curitiba.

3.1 ESTADO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTAURADA NO CONTEXTO ESCOLAR: ELEMENTOS DE ANÁLISE PARA A MUDANÇA

As noções relativas a uma discussão sobre o estado são complexas e muitos autores têm buscado considerá-la sob diversos ângulos, na busca de uma compreensão mais clara sobre as significações e relações presentes na sua composição, sabendo que em cada contexto e momento histórico há determinações que se diferenciam e respondem às relações de poder vigentes.

Nesta dissertação, ao evocar os modelos de Estado historicamente construídos nos espaços da sociedade civil, desde o início da modernidade, com a modelação de Estado e de soberania, sob o paradigma contratualista, criaram-se novas teorias que deram início a um processo de flexibilização dos conceitos de soberania e da concepção do *poder* (MATTEI, 2012). Isto significou um impulso de teorias que compõem um dos fundamentos da Revolução Francesa e base para a democracia atual. Sabe-se que, por meio das lutas burguesas surgiram as concepções de democracia e cidadania, sob o respaldo do espírito de igualdade, liberdade e fraternidade dos filósofos modernos.

Desta forma, o absolutismo constituía um modelo de Estado que não representava apenas o poder de uma classe, mas de pelo menos duas: a nobreza e a burguesia. No que se refere à estrutura do poder político da época, depois de um Estado baseado no feudalismo, temos o Estado liberal, fundado na oposição entre Estado e sociedade civil.

Surge posteriormente o Estado moderno no século XIX, de conformação liberal que surgiu como uma reação ao Estado Absolutista do século XVIII, caracterizado pela preocupação de que todos usufruíssem dos mesmos direitos e tivessem as mesmas obrigações, não se importando em saber o que realmente era possível para cada um (MATTEI, 2012).

Para Berman (1986, p. 28), o século XIX é marcado por uma nova paisagem urbana, industrial, das comunicações, dos Estados Nacionais, dos movimentos sociais e da devastação. Segundo Mattei (2012), este autor, com base em Nietzsche e Marx, buscou compreender o complexo e rico modernismo do século XIX, em sua multiplicidade.

Em meados do século XIX, percebe-se o clima revolucionário de 1790 até a Revolução Francesa e pode-se perceber o cenário burocrático do aparelho do

Estado e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento do capital comercial e manufatureiro, por ele controlado (GIDDENS, 1996, p.109).

No final de século XIX emerge o liberalismo econômico que caracterizou o Estado Liberal. O Estado de modelo liberal, fundado na oposição entre Estado e sociedade civil, dá lugar posteriormente ao modelo de Estado moderno, marcado pelo positivismo. No modelo positivista, o cidadão é considerado um sujeito de direitos, tendo em vista que a proteção legal da propriedade é uma das decorrências do princípio da igualdade perante a lei.

Com o advento do industrialismo, dos transportes, das comunicações, do comércio e da complexidade da vida social, os Estados modernos foram gradualmente absorvendo o indivíduo, entrosando-o em sua engrenagem cada vez mais vasta e complicada.

Durante este período houve um grande incremento nas revoluções capitalistas e entende-se neste cenário o chamado Estado Social, que nasce como uma reformulação do próprio capitalismo, partindo do esgotamento do modelo liberal, em que os direitos sociais e de participação política assumem a condição de direitos fundamentais por meio do Estado. Os direitos de liberdade, por exemplo, são considerados direitos naturais da própria condição humana e revelaram-se incapazes de controlar os conflitos sociais e as questões decorrentes da diversidade cultural.

A procura de desconstruir um novo Estado, que defenderia as liberdades fundamentais e imporia, por meio da Constituição, o papel de assistência dos desfavorecidos, serviu também de alavanca para impulsionar a economia (GIDDENS, 1996). É importante ressaltar aqui a proposta da terceira via do autor Anthony Giddens (1996, p. 93) em resposta, ou alternativa, para a crise do estado de bem-estar, pois faz um paralelo entre social-democracia, neoliberalismo e terceira via. A **terceira via** surge na ideologia social-democrata, porém, é também promovida por alguns partidários do liberalismo social tentando reconciliar posicionamentos econômicos tradicionalmente associados à direita e à esquerda, adotando uma política econômica ortodoxa e políticas sociais progressistas. Ela não é necessariamente uma alternativa à dicotomia política entre esquerda e direita, mas sim uma alternativa às propostas econômicas do liberalismo econômico e do socialismo.

Desde o início dos anos 70, supostamente vivemos em uma nova época histórica que tem sido descrita como de transição e de mudanças culturais (pós-modernismo). Priorizam-se as transformações econômicas, as mudanças na produção e no mercado, e na organização corporativa e financeira, definida como capitalismo tardio, acumulação flexível e multinacional e assim por diante.

Essas descrições têm em comum a preocupação com as novas tecnologias, as novas formas de comunicação, a Internet, a informação rápida. Trata-se da “era da informação” e quaisquer outros fatores que possam configurar esta época de mudanças, terão sempre nas novas tecnologias sua condição indispensável.

No cenário brasileiro, sabe-se que a partir de 1985, são percebidas transformações no contexto político social e econômico. As novas características podem ser elencadas a partir da esfera político-institucional (descentralização político-administrativa); social (elevação do grau de participação popular em diferentes níveis do processo de decisão, elaboração e implementação das políticas) e da relação entre Estado e setores privados lucrativos e não lucrativos.

Trata-se de uma mudança nos modos de produzir e distribuir os bens e serviços sociais. Percebem-se novas formas de solidariedade social que ocupam o espaço onde anteriormente predominavam o Estado e o mercado. Têm-se novas formas de produção: a revolução tecnológica e a redução do trabalho trazem como uma das consequências a crise dos direitos humanos e sociais.

No tocante aos limites dos sistemas de proteção social, o estado de bem estar social não foi desenhado nem capacitado para enfrentar a situação atual, no caso brasileiro, de acelerada redução de trabalho e emprego. São impactos sociais negativos das políticas de estabilização, reestruturação produtiva e integração competitiva internacional e, portanto, as novas exigências direcionadas às políticas sociais assumem novas posturas (MATTEI, 2012).

O mercado globalizado e competitivo delega ao Estado o papel de agente que agrega as forças produtivas, desenvolvendo políticas de incentivo à produção, à inovação tecnológica e à exportação.

Segundo Evangelista e Shiroma (2007), são vários os documentos e medidas que insistem na redução do custo-professor, inclusive hierarquizando iniciativas e medidas que poderiam melhorar a qualidade do ensino na perspectiva das agências internacionais. O salário do professor é apontado como não tendo repercussão significativa na melhora da aprendizagem, portanto não precisaria ser priorizado nas

reformas, pelo contrário, sua redução foi cogitada, embora tenha sido reconhecido que haveria forte resistência a medidas dessa natureza.

Importa realçar que educação para todos não significa educação pela qual todos aprenderiam. Contrariamente, significa que todos deveriam passar alguns anos da sua vida na escola, passíveis de controle social, inculcação ideológica e alguma formação geral para aquisição de competências para o trabalho.

Nos dias que correm, a teoria do Capital Humano reaparece atualizada. A educação para todos é fundamental para o avanço dos países, mas com ela o Estado não deve gastar muito. É preciso difundir uma concepção que convença a escola e seus profissionais de que eficiência, eficácia e produtividade são valores necessários à qualidade de seu trabalho, mas sem que isso implique em aumento no *quantum* destinado ao financiamento da Educação.

As relações entre a reforma da formação docente e a do Estado evidenciam a incorporação do *lêxico* e da lógica gerencial na política educacional, bem como seu impacto nas práticas e relações de trabalho nas escolas e na formação de novas subjetividades Ball (2003) e Llavador (2003), citados por Evangelista e Shiroma (2007), alertam para a ideia de eficácia na qual escola de qualidade é aquela que faz mais com menos, aquela que gere melhor seus recursos, que arrecade de outras fontes, de modo a não depender do Estado, que constrói sua “autonomia” financeira ou cobre mensalidades, realizando parcerias com empresas ou convocando a comunidade escolar a desenvolver iniciativas que permitam arrecadar recursos para realizar seus projetos.

Conforme Meksenas (2002), vivemos uma democracia deficitária no que tange à garantia de igualdade de condições para o exercício de uma cidadania plena, uma inércia na prestação de serviços básicos e a ausência de canais para a expressão de direitos humanos elementares. A conquista dos direitos sociais exigiu uma reformulação, que implicou em intenso aumento da atuação da administração pública, que passou a atender às demandas de políticas públicas de inclusão social.

As formas de gestão do Estado brasileiro, expressam as interferências das conformações histórico-contextuais do país e do mundo atual, sendo que as imposições dos processos empresariais tomaram lugar na sociedade e em suas instituições, a partir do processo de industrialização empresarial. A instituição escolar, a partir de 1970, absorveu os procedimentos deste modelo, com consequências para a profissão docente. Delegar autonomia para a escola e seus

profissionais, trouxe ao estado a possibilidade de se eximir de responsabilidades para com a educação escolar.

Um exemplo claro dessa análise é o caráter “meritocrático” da escola e para quem dela usufrui, que segundo Meksenas (2002), é mera idealização, pois na realidade o sucesso escolar está reservado para os alunos oriundos da classe dominante, e que deixa evidente a realidade do processo de ensino escolar, como seleção de natureza classista. Calixto (2006) destaca o *habitus*, como construção pregressa e relacionada tanto à origem social quanto aos processos de formação de cada um. Refere-se ainda à correlação de forças do campo econômico e político em sua relação com os diferentes posicionamentos do campo educacional, que subordinam as possibilidades transformadoras da educação.

Como no setor produtivo, pode-se entender a preocupação com a repetência como produção de desperdício e demanda de retrabalho. Na perspectiva gerencial, isso é perda e precisa ser eliminada. Assim, a política de classes de aceleração e de inclusão pode ser vista de outro modo, não apenas como justiça social, direito do aluno, mas como possibilidade objetiva de ter mais estudantes na escola, de ser útil como fator de cálculo dos recursos a serem recebidos pelo financiamento embasado no custo-aluno, visando otimizar o recurso professor.

Ao trazer estas questões para este estudo, pretende-se alertar para a forma como se avalia o professor, também da perspectiva do estado, a partir da adoção de um conceito de mercantilista de acordos com políticas externas e seus órgãos representativos que historicamente colonizaram o país.

Esta tendência a delegar as responsabilidades do estado à municipalidade³, torna-se uma consequência que obstaculiza a formação e constituição de profissionais qualificados para as escolas públicas municipais. Por outro lado, a avaliação com base no desempenho, não contribuirá em si para a formação inicial de professores das escolas municipais, quando reproduz formas empresariais de avaliação dos processos da docência.

³ Ver o Plano Nacional de Educação, com sinalizações também no Plano Estadual de Educação, que indicam aos municípios suas responsabilidades no que se refere à organização e gestão dos recursos pela federação aos estados, orientando a aplicação dos repasses financeiros na gestão da educação pública municipal – PME. Brasil.

A avaliação de desempenho do servidor público municipal, estadual ou federal está vinculada a Constituição Federal de 1988. Naquele período histórico e sob a influência de heranças pedagógicas no campo da educação brasileira, o professor aprovado em concurso público, sob a perspectiva de uma concepção tecnicista de educação, se tornava responsável pela sala de aula e pelo compêndio de práticas que iam se mostrando necessárias para o cumprimento da atividade docente, sob o prisma da técnica. Embora as discussões e alguns encaminhamentos se voltassem aos problemas sociais, ainda mantinham alguns indicativos da lei 5692/71, com vistas a uma proposta técnico empresarial.

Neste contexto, o professor aparecia na sociedade como profissional que ganhava notório reconhecimento social e chegava à escola imbuído de um sentimento de valorização e pertença àquele lugar, buscando saber suas atribuições e dominar as práticas escolares. Desse profissional, configurado em um outro tempo histórico, requeria-se um outro tipo de formação, sendo que um outro alunado o aguardava na escola. Pode-se dizer que a formação e atuação docente com base na racionalidade técnica, reflete-se ainda hoje nas atividades da sala de aula.

O professor, ao ingressar no âmbito da escola, de posse dos conhecimentos de sua formação inicial, passa a concretizar no âmbito da sala de aula a docência, estabelecendo relações-teórico práticas, iniciando o processo de constituição de função profissional docente, na educação escolar.

De acordo com Lira (2003), refletir sobre a avaliação, nos coloca diante da questão do poder na educação, que se institui na relação entre as instâncias dos órgãos governamentais e das políticas educacionais e as instituições escolares, da sociedade e a família. Contudo, tem-se uma dificuldade da própria mantenedora pública em perceber o alcance dessa etapa e, também de como a educação pode dela se servir na busca pela almejada qualidade no ensino.

A avaliação no Estágio Probatório tem a conotação na atualidade, da forma como se consubstancia o concurso público. Se o objetivo é apenas uma ampliação com base no direito administrativo do funcionalismo público, cada uma das profissões da esfera municipal é avaliada por um instrumento que ainda serve ao controle do acesso ao serviço público, no entanto, deveriam ser elaborados critérios de avaliação na direção de todas as atribuições públicas profissionais tão específicas.

Rangel e Canello (2013), definem o Estágio Probatório como o processo que visa aferir se o servidor público adquiriu capacidade para o desempenho do cargo no qual ingressou por força de concurso público. Torna-se, deste modo, relevante para o enriquecimento do profissional da educação no exercício da profissão docente, ao contribuir com a efetivação da qualidade e democratização do ensino público. Nesta perspectiva, o estudo sobre o tema busca ampliar o entendimento de pesquisas que tratam do perfil profissional, da formação em serviço e das condições de trabalho dos docentes.

A avaliação concretizada nas escolas, sob a forma do Estágio Probatório demanda uma reflexão sobre o modelo adotado, centrado na quantificação, e no qual a nota é o produto final. Por outro lado, cabe observar se o professor tem nesta forma avaliativa, parâmetros para que seu trabalho aconteça, compreendendo as etapas necessárias e complementares às aquisições da profissão docente. Sobre a avaliação, Penna Firme (1998, p.62) declara que,

[...] a posição mais contemporaneamente defendida pelos estudiosos de avaliação, com relação às dimensões qualitativas e quantitativas vai no sentido de que não há razões para conflito entre umas e outras. Os estudos avaliativos tendem a explorar a multiplicidade de abordagem e, por conseguinte, dependendo do foco de interesse ou tipo de indagação. O importante é ser responsivo às preocupações e necessidades dos interessados. No seu sentido mais amplo, a avaliação precisa ser impregnada, não só de ciência, mais das artes, para ser mais flexível e tornar a prática mais responsiva aos vários contextos de mudança.

Nota-se que várias concepções de avaliação se confrontam no interior da escola. O interesse prioritário está voltado ao processo de aprendizagem dos alunos, e de outro lado, avalia-se o acompanhamento do uso das verbas como suporte à qualidade da estrutura escolar que a escola mantém. Na perspectiva, das avaliações realizadas no período do Estágio Probatório, o modelo administrativo e não pedagógico adotado está centrado na quantificação e na verificação dos produtos finais do sistema educacional, tendendo a não ser um instrumento avaliativo fidedigno de uma prática que envolva as relações humanas e pedagógicas nos processos que se desenvolvem no interior da escola.

As possibilidades de mudança quanto à avaliação do Estágio Probatório, residem na adoção de processos avaliativos que tomem a docência em sua especificidade, o que desloca a construção dos critérios avaliativos, mais próximos da natureza do trabalho pedagógico e das práticas desenvolvidas pelos professores

aprovados em concurso público. Nesta perspectiva, o acompanhamento e avaliação desta fase inicial da profissão docente, torna-se mais prospectivo com relação à formação de uma *identidade docente* no serviço público, entendendo-a como desenvolvimento profissional, a partir das relações que se mantém no âmbito das atividades docentes no campo escolar, como analisa Marcelo:

A identidade não é algo que se possui, mas sim algo que se desenvolve durante a vida. A identidade não é um atributo fixo para uma pessoa, e sim um fenômeno relacional. O desenvolvimento da identidade acontece no terreno do intersubjetivo e se caracteriza como um processo evolutivo, um processo de interpretação de si mesmo como pessoa dentro de um determinado contexto (MARCELO, 2009a, p. 112).

No contexto escolar é preciso visualizar o conceito de identidade docente atrelado a uma realidade que evolui e se desenvolve, tanto pessoal como coletivamente. A docência ocorre e se reelabora no cotidiano e nas práticas que a constituem, ora concebendo para a interlocução com o campo escolar dados que emergem da formação do professor em seus estudos de graduação, ora nas correlações que estes efetivam a partir dos exemplos e práticas que lhes mostram como agir em função das demandas que esse próprio campo estabelece.

A docência exige uma socialização na profissão e uma vivência profissional através das quais a identidade profissional vai sendo pouco a pouco construída e experimentada, e onde entram em jogo elementos emocionais, de relação, e simbólicos, que permitem que um indivíduo se considere e viva como professor e assuma assim, subjetiva e objetivamente, o fato de realizar uma carreira no ensino (TARDIF, 2004, p. 79).

Os critérios presentes no atual documento de avaliação do Estágio Probatório avaliam profissionais do serviço público municipal de Curitiba de modo geral, o que pode não atender as especificidades de uma carreira, como a docência, que necessita ser observada e tratada a partir de um viés avaliativo que se consubstancie nas práticas efetivadas no campo escolar. Tratar o Estágio Probatório dos profissionais da educação sob o prisma de sua convergência ao ambiente escolar, significa garantir a este momento previsto na legislação municipal, uma verdade que corresponde às emergências da escola nas suas múltiplas dimensões.

Conhecer o modelo avaliativo pelo qual passam os profissionais da educação no município de Curitiba, visa aferir os critérios e ações relativas ao desempenho e competências do professor no período de três anos de efetivo trabalho, contribuindo

para a análise de possibilidades avaliativas mais adequadas à especificidade da profissão docente. Na sequência, destacam-se os processos avaliativos, condicionados à legislação, critérios e ações avaliativas do modelo de Estágio Probatório da RMEC.

3.2 SITUANDO O ATUAL MODELO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

O termo avaliação de desempenho ou Estágio Probatório mencionado atualmente em lei federal, estadual ou municipal na administração pública brasileira, de acordo com Barbosa (2003, p.3), teve suas primeiras bases no governo de Getúlio Vargas, “em 1936 com a Lei nº 284/1936, e antes da reforma administrativa de 1995 outros três sistemas de avaliação foram regulamentados, respectivamente em 1966, 1977 e 1980”.

Atualmente, no que se refere a legislação federal, cabe destacar que o caput e o Parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988 trata da estabilidade e do Estágio Probatório dos servidores públicos, de modo mais específico o art.41 descreve que são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. No entanto, na Prefeitura Municipal de Curitiba há indicativos anteriores de que a avaliação do Estágio Probatório já estava consolidada e era mencionada nas leis ordinárias de 1950, 1953 e 1958. Na Lei ordinária de nº 265/1950, o artigo 14, previa que o Estágio Probatório deveria ser obrigatório e realizado no período de dois anos, neste ínterim os servidores públicos eram avaliados com referência a seis critérios ou requisitos:

- I - Idoneidade moral;
- II - Aptidão;
- III - Dedicção ao serviço;
- IV – Eficiência;
- V – Assiduidade;
- VI – Disciplina.

As Leis ordinárias nº 724/1953 e nº 1656/1958 apresentaram algumas emendas que de modo específico não trouxeram alterações sobre o Estágio Probatório para o funcionalismo público nesta cidade, inclusive pelo fato de que não se tratava de uma Lei específica do Estágio Probatório, mas que regia a criação e provimento de cargos públicos, os direitos e vantagens, assim como os deveres e responsabilidades dos funcionários públicos.

No município de Curitiba em relação aos critérios atuais, há uma ampliação de cinco itens e também a modificação do período de avaliação de dois para três anos, conforme regulamenta a Constituição Federal de 1988. Hoje, o Estágio Probatório é regulado pela Lei 10.815/2003 (com alterações da Lei nº 12.814/2008) que modificou as Leis Municipais 8444/94 e 9723/99. A Lei Municipal 10.815/2003 está regulamentada pelo Decreto 793/2004. Durante o Estágio Probatório, o servidor é submetido a avaliações periódicas para verificar se está apto ou não a permanecer no cargo público para o qual foi aprovado no Concurso Público.

Entender a importância vinculada a este espaço-tempo de três anos, na configuração administrativa-pedagógica atual na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, implica também em perceber que neste período os professores nos anos iniciais de ingresso na carreira docente podem se apropriar de métodos e de esquemas arbitrários de condutas na profissão docente. Condição que não pode mais ser adiada em face da emergência das ações assertivas no campo educacional.

A compreensão possível na atualidade, acerca do Estágio Probatório, compreende um momento pelo qual o servidor público, de todas as esferas administrativas passa, demarcado pelo cumprimento de alguns critérios que basicamente compreendem a pontualidade, assiduidade e a boa relação com os pares. O Estágio Probatório deveria ser considerado como “etapa complementar à seleção baseada em provas, títulos e aulas práticas do concurso público, por meio de um período de formação, adaptação e avaliação do novo servidor na execução da função pública” (SUDANO, 2010, p.01).

Tomando as palavras da autora como referência para reflexão deste tipo de avaliação hoje, observa-se um espaço-tempo vinculado ao emprego de uma especificação avaliativa que tende a mensurar, a partir de critérios gerais e não

específicos de uma determinada função pública, no caso do profissional professor. Trata-se da etapa final e regulatória de inserção ao serviço público.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, ao instituir o Decreto nº 530/2010, que aprovou o regulamento da avaliação especial de desempenho para servidores em Estágio Probatório, de que trata a Lei nº 10.815/2003, com as alterações da Lei nº 12.814/2008, propõe:

Art. 2º Os servidores públicos municipais concursados e nomeados para cargo de provimento efetivo, cumprirão o Estágio Probatório pelo período de 3 (três) anos de efetivo exercício, devendo ser submetidos a cada 180 (cento e oitenta) dias de efetivo exercício à Avaliação Especial de Desempenho por comissão designada na forma deste decreto.

Art. 5º A contagem do tempo de efetivo exercício iniciará na data da posse e será realizada através de sistema informatizado, levando em consideração o artigo 1º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 10.815/2003 (CURITIBA, 2010, s/p).

A Lei do Estágio Probatório em vigência não explicita de forma clara quais seus objetivos. De modo complementar a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, destaca no caderno do Programa de Admissão e Integração de novos agentes públicos (CURITIBA, 2010, p.21) que o objetivo do Estágio Probatório neste município é “confirmar o servidor no cargo e aferir sua aptidão para o desempenho das atividades que lhe são pertinentes.” Para tanto, pretende-se mensurar essa aptidão baseada em critérios gerais que supostamente atendem as especificidades de todas as identidades profissionais, vinculadas à mantenedora pública deste município.

O caráter formal e burocrático do Estágio Probatório e a identificação deste como condição *sine qua non* para a inclusão formal no serviço público, implicam em interpretações diferenciadas quanto a seu uso e eficácia. Primeiro pela relação instaurada no campo escolar entre o avaliado e aquele que o avalia, pois ao primeiro, pode parecer ou não que seu avaliador poderá utilizar-se desta avaliação como medida de repressão à sua conduta profissional e, ainda, se o mesmo tem condições de acompanhar sua trajetória profissional neste período, para atribuir uma nota compatível à sua conduta como servidor.

Ao avaliador há também questões que o impelem a dobrar a atenção para com o momento e o documento avaliativo, pois o avaliado ao discordar da nota atribuída, pode mover processo administrativo a quem o avaliou. Outra questão, é a

forma de acompanhamento deste servidor, ou a impossibilidade de acompanhamento do trabalho, atribuindo ao professor uma nota que talvez não saiba como justificar. Ambos os fatos podem incidir diretamente sobre esse tipo de avaliação, restringindo a constituição profissional do professor.

No tocante à lei, não há especificações de como os avaliadores devem proceder para realizar o acompanhamento e a avaliação do profissional. Diante disso, estes seguem uma métrica de avaliação, que no tempo previsto, que comporta aproximadamente o período de seis em seis meses de efetivo serviço público, o profissional seja avaliado e neste momento se consolida a tarefa de ambas as partes, aquele que avalia e aquele que é avaliado.

Neste sentido é importante destacar que o caderno do Programa de Admissão e Integração de novos agentes públicos (CURITIBA, 2010, p.21) indica que deve haver uma comissão de avaliação constituída especificamente para este fim, à qual cabe:

O acompanhamento e monitoramento do desempenho do servidor no trabalho efetivo, devendo pronunciar-se quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos em Lei, ao final de cada período de seis meses de efetivo exercício, ou a qualquer tempo, nos casos de infração disciplinar durante o lapso temporal de três anos de efetivo exercício.

Embora a descrição normatize a função da comissão de avaliação, o que se observa é a inexistência de indícios que informem sobre como se deve avaliar ou mesmo se há cursos para orientação da comissão que realizará a avaliação do servidor em Estágio Probatório. Pensar esse momento de avaliação como uma etapa que auxilie o servidor público a dimensionar sua profissão e as aplicabilidades possíveis na esfera pública, poderá auxiliá-lo a atender qualitativamente aqueles que buscam estes serviços.

Para tanto, a avaliação no Estágio Probatório deve atender aos aspectos que promovam o desenvolvimento profissional, conforme aponta Marconi (2006, p.110):

A avaliação deve ser utilizada como um incentivo positivo, certamente, e essa é sua principal função: estimular o desenvolvimento e o desempenho. Mas também é fundamental que seja possível desligar os servidores que não pretendem fazer qualquer esforço para desempenhar suas funções de forma adequada ou melhorá-la.

O Estágio Probatório é realizado atualmente a partir da verificação de onze itens ou critérios, que são denominados requisitos de avaliação a serem observados pela comissão de avaliação (Lei nº10.815/2003, CURITIBA, 2010, s/p):

- I. Conhecimento para o trabalho;
- II. Pontualidade;
- III. Assiduidade;
- IV. Iniciativa;
- V. Flexibilidade;
- VI. Produtividade e qualidade no trabalho;
- VII. Disciplina;
- VIII. Ética pública;
- IX. Cuidados com materiais e equipamentos;
- X. Relacionamento interpessoal;
- XI. Ter plena capacidade física e mental para o exercício do cargo.

Para avaliar a assiduidade é necessário verificar se o servidor público comparece regularmente ao trabalho, ou seja, se não possui muitas faltas. A iniciativa refere-se ao fato do servidor propor novas alternativas e se o mesmo soluciona problemas que surgem nas práticas relacionadas ao trabalho que desempenha. Quanto a flexibilidade, a comissão de avaliação do Estágio Probatório deve verificar a capacidade do servidor público em adaptar-se às novas situações propostas pela instituição e equipe. Quanto à produtividade e qualidade, se o servidor realiza o que lhe é esperado, no prazo, em volume e qualidade. Em relação à disciplina, se o servidor preocupa-se em agir de acordo com as normas da organização.

Ao avaliar a ética pública, deve-se ter em mente que o servidor deverá agir conforme as normas da instituição. No caso dos cuidados com materiais, equipamentos e ambiente, é necessário observar se o mesmo utiliza adequadamente os equipamentos no ambiente de trabalho. No que se refere ao relacionamento interpessoal, verificar a relação com os colegas de trabalho e com o público a que atende. Por fim, ter plena capacidade física e mental para o exercício do cargo, significa avaliar para que o servidor possa exercer plenamente as atividades que lhe forem atribuídas, sem o comprometimento de sua saúde.

A partir da observação dos requisitos referidos, o resultado final da avaliação deverá atender a três indicativos, sendo que no primeiro, o profissional é considerado apto; o segundo atende parcialmente e o terceiro não apto. Diante do terceiro resultado, não apto, o servidor é encaminhado para processo de exoneração de acordo com o artigo 16 da Lei nº 10.815/2003, com as alterações da Lei nº 12.814/2008, durante o devido processo administrativo é assegurado o direito à ampla defesa com advogado. O servidor que discordar das notas que recebeu tem direito de fazer ressalvas por escrito. Aprovado em Estágio Probatório adquire-se a estabilidade, e, o servidor é efetivado no cargo público municipal.

No Manual de Direitos do Professor (2011, p.10) publicado pelo Sindicato dos Servidores Municipais do Magistério de Curitiba – SISMMAC, há maiores especificações em relação a cada um dos requisitos avaliados no EP. No que se refere ao conhecimento para o trabalho, deve-se observar se as habilidades e conhecimentos técnicos do servidor estão em nível compatível para o desempenho satisfatório do cargo. No item pontualidade, deve ser verificado se há o cumprimento do horário estabelecido para o desenvolvimento das atividades.

Cabe destacar que as vertentes vinculadas à questão avaliativa dos profissionais da educação escolar municipal, podem ser observadas também por análises realizadas pelo Sindicato Municipal do Magistério de Curitiba (SISMMAC), no que se refere a divulgar e criar mecanismos para a compreensão da Lei nº 10.815/2003, que regulamenta a avaliação do Estágio Probatório dos professores da RME de Curitiba.

No que se refere à ação sindical, Ferraz (2012) esclarece que esta empreende ações objetivando, sobretudo o avanço da condição do trabalho desenvolvido, como uma atividade específica constituída na sociedade capitalista, lembrando, no entanto, que o sistema operacional do capitalismo, está centrado principalmente no trabalho e no mercado produtivo.

Neste sentido, o poder simbólico dos sindicatos, é a capacidade de representação dos trabalhadores, principalmente diante das emergências do trabalho em cada esfera laboral, no regime capitalista. A partir da ótica bourdieusiana, o poder simbólico “É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito, crê que ele existe” (BOURDIEU, 2012, p.188).

A ação sindical docente, revela sua importância na vida dos trabalhadores da educação a partir de ações determinadas em assembleias, que buscam decidir sobre melhores condições de trabalho e de salários, do que depreende-se que se trava aí uma efetiva luta por defesa e garantia de direitos legais. É um movimento de organização dos trabalhadores no magistério, cujas disputas se refletem diretamente na esfera educativa, a partir do campo político, neste caso do funcionalismo público.

Na pesquisa realizada, retoma-se a questão política inclusive, evidenciando a ação sindical, pela prontidão requerida aos trabalhadores da educação, que precisam estar atentos às demandas públicas. Ao exercer a atividade sindical, é fundamental selecionar as melhores estratégias e formas que possam produzir impactos positivos em suas funções específicas, do ponto de vista de maior qualidade, igualdade social e salarial.

Nesse sentido, de acordo com Bourdieu (2012), pensar a política sindical é verificar que ela se determina na relação entre os interesses que exprime a classe representada e a capacidade de expressão de seus interesses. A principal tarefa do sindicato, é defender os avanços conquistados pelos trabalhadores da educação, buscando expressar os interesses dos trabalhadores junto à esfera política que representa o município de Curitiba, no caso da presente pesquisa.

Imersos em suas funções específicas, por vezes os profissionais da educação em Estágio Probatório, não têm oportunidade para refletir sobre os critérios sob os quais são avaliados, a partir da lei, e dos objetivos da avaliação de desempenho. A busca de esclarecimentos sobre o amparo legal e sobre a avaliação no Estágio Probatório, mostra-se como um conjunto de atividades e ações informativas e de exercício do debate sindical, que podem ser promovidas com o apoio do sindicato e de ações organizadas pelos mesmo.

O Estágio Probatório, para Rangel e Canello (2013), é um processo que se inicia com a entrada do servidor, neste caso o professor, correspondendo aos primeiros anos de atividade, cujo cumprimento satisfatório é requisito para aquisição da estabilidade na carreira. Deste modo, cada mantenedora possui especificidades que marcam a prática avaliativa desse período, designando para essa tarefa um avaliador ou grupo de avaliação do Estágio Probatório. A organização do Estágio Probatório na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, considera a avaliação do servidor público de modo geral, desta forma não indica critérios específicos do

profissional da educação quanto aos quesitos esperados daqueles professores que irão trabalhar na rede pública escolar.

3.3 A QUALIDADE DA ESCOLA BÁSICA DE ENSINO FUNDAMENTAL: AS IMPLICAÇÕES DESTE MODELO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Promover o desvelamento das práticas institucionais que compreendem o Estágio Probatório, configura-se como necessidade de conhecimento sobre os processos pedagógicos, culturais e valorativos que apoiam as práticas desenvolvidas pela instituição, notadamente aquelas de professores iniciantes, e que reverterão em benefício das escolas e dos profissionais professores que nela ingressam.

A condição avaliativa presente nos três anos de Estágio Probatório pode ser pensada como um espaço rico na construção e reorganização de saberes e conhecimentos iniciais da docência e de relevância pedagógica e ética para a profissão docente. É um tempo que pode ser propício para desenvolver o sentimento de pertencimento à profissão, um momento de acolhida, de apropriação e consolidação de conhecimentos, saberes e práticas.

A avaliação de desempenho é um tema polêmico, pois abriga em seu escopo um emaranhado de percepções as quais equivalem a problemática do mérito, dos instrumentos de avaliação, da validade e da perspectiva avaliativa que se configuram em dois seguimentos, basicamente, a pessoa avaliada e seu avaliador.

Avaliação ou administração de desempenho é uma metodologia que visa, continuamente, estabelecer um contrato com os funcionários referentes aos resultados desejados pela organização, acompanhar os desafios propostos, corrigir os rumos. Quando necessário, e avaliar os resultados conseguidos (PONTES, 2010, p.26).

Tendo a avaliação de desempenho essa configuração, volta-se o olhar para a possibilidade de utilizá-la para colaborar na busca pela qualidade da escola básica. A partir dessa forma de avaliação atualmente utilizada na RME de Curitiba, talvez inadequada às necessidades da constituição da docência, pode-se contribuir para a formação de um profissional pouco comprometido e relutante em cumprir com as especificidades de seu cargo, que poderá vir a comprometer a qualidade da escola enquanto organização institucional promotora de ensino e formação humana na

esfera pública, neste caso. O profissional engajado e que manifesta desejo em aprender, pode não ter respaldo e orientações específicas para desempenhar com qualidade sua função docente. Cabe compreender, que os dispositivos que regulam a avaliação durante o Estágio Probatório podem ganhar contornos mais específicos e próximos da profissão docente, pois para além de regular esse tipo de avaliação, podem contribuir para a formação em serviço a partir das práticas cotidianas estabelecidas no ambiente de trabalho, a escola pública de Ensino Fundamental, tratada nesta pesquisa.

As urgências da realidade escolar, demandam o domínio teórico e prático, e espera-se do profissional professor, a tomada de decisões ainda no calor e rapidez das situações em que as circunstâncias ocorrem. Voltar-se para a formação do professor no *locus* escolar, é em grande medida o objetivo do acompanhamento e da busca de critérios para avaliar a constituição da profissão docente nos três anos iniciais do Estágio Probatório.

Para contribuir com a discussão sobre o período de avaliação profissional, é importante a compreensão sobre o processo pelo qual o profissional constrói sua identidade docente durante o Estágio Probatório, a partir das mudanças e permanências produzidas nos contextos educacionais.

Neste sentido, a história da avaliação no Estágio Probatório deve ser considerada como representativa, pois revela os interesses sociais no que se refere à qualidade no atendimento aos estudantes da escola pública municipal em Curitiba, o que passa principalmente pelas mãos do professor.

Para Certeau (2007), é preciso familiaridade com o objeto que se vai investigar e com o campo que configura esse objeto: a educação escolar pública e suas especialidades. Depreende-se que este campo remete à análise da precariedade do Estágio Probatório e no desperdício de uso efetivo desse momento para a consolidação de saberes docentes, que estimulem o sentimento de pertença à profissão, e sobretudo que ao compreender o contexto escolar, social e cultural em que se insere o seu trabalho, possa investir na construção de sua atuação docente de forma qualitativa.

A busca por situar e contextualizar o processo de Estágio Probatório na rede municipal de Curitiba, mesmo que com poucos registros e dados disponíveis no âmbito do setor de educação da mesma rede, sobre a proposta e a trajetória dos professores no Estágio Probatório, permitiu constatar a tendência a um processo

que decorre de visões técnicas, de cunho empresarial a partir de seu instrumento e forma de se desenvolver na escola, com o exercício profissional inicial dos professores que ingressam na referida rede escolar.

Considerando a função social da escola pública, e o instrumento utilizado, para verificar se o mesmo abraça a docência em suas múltiplas possibilidades, pressupõe-se que há um investimento a ser feito para uma mudança considerável de concepção e na forma desta proposta avaliativa. Nesta perspectiva, o Estágio Probatório pode contribuir com a melhoria da qualidade na inserção, acolhimento e preparo dos profissionais da educação e por consequência, atendendo qualitativamente aos estudantes da escola pública contemporânea.

A depreciação social da profissão docente ou o olhar dos professores sobre sua própria profissão, tem levado boa parte dos professores a acreditar que a sua prática diária não mereça reflexão intelectual mais aprofundada. Para Giroux (1997) o professor é o intelectual que pensa de forma consciente sobre o conhecimento necessário aos processos pedagógicos da instituição escolar, considerando os objetivos a que se propõe, em função da socialização dos conhecimentos e valores democráticos.

A efetividade e a seriedade da ação pedagógica docente, incide de modo irrefutável na ação da escola pública na sociedade atual, na qual os professores aprendem a profissão docente e se desenvolvem como profissionais. Nesta perspectiva, os anos iniciais de entrada para o serviço docente na escola pública, configuram-se terreno fértil para a compreensão da responsabilidade para com a instituição escolar pública.

Deste modo, promover o diálogo entre aspectos sociais, pedagógicos e de cunho avaliativo formativo, contribuiu para a obtenção de elementos de análise que poderão proporcionar não só um olhar sobre as formas de organizar a avaliação, mas também a busca de alternativas para o desenvolvimento profissional docente na escola pública. Para além da avaliação técnica de instância administrativa, importa contribuir com a tomada de decisões, sobretudo no espaço escolar, considerando o conhecimento mais detalhado sobre a formação, atuação qualitativa e contributiva do professor que ingressa no quadro profissional da escola municipal.

Nesta busca por ampliar os estudos realizados que se referem ao exercício e desenvolvimento profissional docente, pode-se perceber que a avaliação dos servidores durante o período do Estágio Probatório, pressupõe meios menos

prescritivos e mais próximos das necessidades da realidade dos profissionais professores e das instituições escolares. Os processos de acompanhamento e avaliação podem subsidiar e orientar os professores na constituição de uma imagem profissional coerente com as reais necessidades da escola pública contemporânea.

4 A INVESTIGAÇÃO REALIZADA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS OBTIDOS

Neste capítulo, são abordados os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na pesquisa qualitativa para a investigação teórico-prática constituída nesse estudo, bem como o percurso de investigação trilhado até o presente momento.

A confluência de textos a seguir, representa os aspectos que constituem teórica e metodologicamente este processo de pesquisa, e caracterizam as formas de como se pretendeu explorar, descrever, categorizar e sistematizar os dados obtidos na busca por responder ao problema proposto.

Propõe-se que sejam observados no decorrer do texto os processos discursivos presentes nas transcrições das entrevistas e destaque aos elementos apreendidos nas exposições escritas disponibilizadas pelos participantes da pesquisa que se apresenta. Considerando que “os processos discursivos são linguagens por meio das quais o objecto científico toma forma.” (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1990, p. 18)

Cabe então assegurar, a partir das categorizações realizadas e da análise das mesmas, que a construção dos elementos baseados na pesquisa de campo, oportunizem a compreensão do acompanhamento e constituição das dimensões da profissão docente no âmbito escolar, a partir dos depoimentos e narrativas dos professores pesquisados, obtidas a partir dos procedimentos metodológicos, visando desvelar também as práticas presentes no período de Estágio Probatório nas escolas.

4.1 AS REVELAÇÕES DO ESTUDO EXPLORATÓRIO: CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES, DIRETORES E PEDAGOGOS

A pesquisa propõe inicialmente, além de selecionar um levantamento bibliográfico que sustente o diálogo acerca do exercício profissional docente, também um estudo exploratório, cujo campo de análise seja a escola de Ensino Fundamental. Neste sentido, Gil (1999, p.43) explica que o estudo exploratório “é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. O processo de

acompanhamento dos profissionais da educação durante o Estágio Probatório na escola pública municipal, se configura como um nicho de pesquisas exíguas, como destacado a seguir, que precisa ser observado e ganhar visibilidade no campo acadêmico.

Deste modo, é necessário destacar que a principal finalidade das pesquisas exploratórias de acordo com Gil (1998), consiste em desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Trata-se de um esforço de pesquisa que busca compreender para além da situação avaliativa, mas também visualizar os processos formativos ambíguos, ou não, de avaliação e acompanhamento didático pedagógico, fundado nos processos culturais da escola. Portanto, buscou-se responder, inicialmente como os funcionários professores avaliados no Estágio Probatório, passam a se constituir professores nos anos iniciais de ingresso na carreira? Identificar formas de qualificar a constituição profissional dos professores que ingressam na rede pública municipal de ensino, teve a proposta de favorecer a qualificação destes neste período inicial da carreira, e na sequência de sua vida profissional docente.

A primeira parte do estudo exploratório, se deu em meio eletrônico, no qual buscou-se averiguar se haviam outras pesquisas que indicassem o trato com o termo Estágio Probatório e se, a partir desta primeira incursão, havia indicativos de fontes bibliográficas que discutissem o assunto e que pudessem se somar às fontes já pesquisadas.

Para tanto, inseriu-se o tema em pauta no banco de teses e dissertações da CAPES⁴, refinando a busca em Educação e obtendo-se uma listagem de cento e sessenta e seis títulos na varredura inicial proposta. Nessa visualização percebeu-se que havia nos títulos menções ao termo estágio, principalmente ao estágio obrigatório nas graduações, porém, nenhuma indicação ao termo *Estágio Probatório*. Portanto, não foi selecionada nenhuma pesquisa de Tese ou Dissertação especificamente sobre Estágio Probatório e principalmente vinculada ao campo educacional propriamente dito e à formação de professores, nesta perspectiva.

⁴A **CAPES** (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) é o órgão do Ministério da Educação responsável pelo reconhecimento e a avaliação de cursos de pós-graduação stricto-sensu (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado) em âmbito nacional.

Já no portal de periódicos da CAPES, inserindo as palavras Estágio Probatório, listou-se dezenove trabalhos, sendo um deles duplicado. No entanto, somente em três deles as palavras Estágio Probatório apareciam juntas nos títulos. Nos demais casos encontrou-se a palavra estágio ou probatório, mas não efetivamente uma vinculada à outra e, também não havia esta menção relativamente à especificidade da educação.

Observando os três títulos destacados abaixo, pode-se perceber que em apenas um deles aparece explicitamente a palavra professores vinculada às palavras que originaram a busca.

Quadro 1 – Menções ao termo Estágio Probatório na plataforma CAPES- Periódicos.

ANO	TÍTULO	AUTOR	TIPO DE PESQUISA
2014	As representações sociais circulantes no período de margem no ritual de passagem: o caso dos peritos criminais em estágio probatório.	Neusa Rolita Cavedon.	Artigo
2012	O desafio de supervisionar, apoiar e avaliar professores em estágio probatório: uma experiência para refletir.	Candido Gomes	Artigo
2009	Estágio probatório: um desafio para a qualificação da gestão em recursos humanos. Relato da experiência da Secretaria Municipal de saúde de Amparo-SP.	Elisa Toledo de Mesquita Sampaio e Aparecida Linhares Pimenta	Artigo

FONTE: Dados obtidos pela autora a partir da verificação da presença do termo Estágio Probatório na Plataforma Capes, entre os anos de 2009 e 2016.

De modo mais específico, o primeiro artigo discute a área do direito e a formação de peritos criminais, a partir do método etnográfico.

O segundo artigo será objeto de análise na sequência do próximo trabalho, abaixo descrito.

O terceiro artigo vinculado ao termo Estágio Probatório, trata de aspectos de avaliação em serviço na esfera pública voltada a Secretaria Municipal da Saúde, não efetivamente mencionando a educação.

Neste sentido, interessa destacar a representatividade do segundo trabalho de pesquisa, no caso o artigo de Gomes (2012), em que se destaca o desafio de supervisionar, apoiar e avaliar professores em Estágio Probatório: uma experiência

para refletir. O texto foi publicado na revista *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*⁵ e tem como pano de fundo um programa de supervisão, acompanhamento e avaliação do período de Estágio Probatório com professores, que a Universidade de Aveiro, desenvolveu em convênio com o Ministério da Educação de Portugal. Neste caso, o processo e a sua avaliação de impacto constituem o objeto dos dados, dos quais, de acordo com Gomes (2012), é possível extrair experiências significativas para o Brasil e outros países.

O texto aborda os principais eixos de intervenção, supervisão, formação e colaboração, apontando limitações e possibilidades do projeto e delas retirando lições. O trabalho está centralizado em três níveis de análise: o macro, do sistema educacional, o meso, relativo ao desenvolvimento organizacional da escola, e o micro, do desenvolvimento profissional dos docentes envolvidos, em sua atuação na sala de aula, diretamente com os seus alunos.

Esses dados levantados inicialmente e, principalmente os dados apresentados no artigo de Gomes (2012), reforçaram a necessidade de ampliar as pesquisas com vistas ao Estágio Probatório e à avaliação de desempenho, vinculados à educação e formação de professores, pois além do tema ter pouca visibilidade dentro das produções acadêmicas, também interessa saber a que o leva o percurso de três anos de avaliação e acompanhamento do Estágio Probatório. Portanto, tema singular e de importância na esfera educacional.

Após essa incursão às pesquisas relacionadas ao tema, buscou-se definir os critérios de seleção dos participantes da investigação junto à mantenedora pública, a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. Também foi necessário neste período, buscar a aprovação e cadastrar o projeto de pesquisa no Comitê de Ética de Pesquisa da UFPR. Ao final do trâmite, o projeto de pesquisa foi registrado sob número 1.426.568 na data de 26/02/16.

A próxima etapa do estudo exploratório, configurou-se também como relevante, em função da oportunidade de vislumbrar o ambiente educativo em sua integridade, dificuldades, lutas por mudanças, mas também em relação ao culto às permanências de um ensino enraçado em visões técnicas, e nas possibilidades de vislumbrar práticas que se voltem ao acompanhamento do ensino centrado no desenvolvimento profissional do professor.

⁵ GOMES, C. *Ensaio: avaliação de políticas públicas*. Educ. vol.20 n.76. Rio de Janeiro Set. 2012.

Para esse momento do estudo exploratório, pensou-se em procedimentos que possibilitassem um processo de sondagem, no qual fosse possível aprimorar as ideias vinculadas ao que poderiam vir a desvelar as questões e hipóteses para a questão problema inicialmente posta, como que intuitivamente detectando prováveis concepções e práticas que respondessem de forma aproximada ao desafio lançado.

A forma metodológica da pesquisa, constituiu-se então por dois objetivos principais: o primeiro, que diz respeito à necessidade de selecionar o grupo de participantes da pesquisa, pois a princípio pensou-se em tentar responder ao problema formulado, a partir da vinculação do mesmo às respostas de professores em Estágio Probatório e dos diretores da escola. Quanto ao segundo objetivo, buscou-se saber se o problema inicialmente posto, atendia às necessidades de um estudo que tem como campo de pesquisa a escola pública em sua pluralidade e singularidade, considerando a formação e desenvolvimento de seus profissionais professores.

A primeira fase do estudo exploratório foi a aproximação ao campo, constituído por seis escolas públicas de três núcleos de educação distintos, da cidade de Curitiba, visando detectar o número de profissionais em Estágio Probatório em cada uma das escolas. A primeira percepção comprovou que é necessário ouvir professores em Estágio Probatório e também conhecer o ponto de vista dos diretores.

Nesta etapa do estudo exploratório, as questões de cunho pedagógico formativas, levaram ao entendimento de que seria interessante e necessário ouvir as considerações dos pedagogos de modo a ampliar o entendimento acerca da proposta de avaliação da docência neste período, que se configura também sob o olhar do pedagogo escolar.

Em contrapartida, o diálogo com a profissional responsável pelo Estágio Probatório na Secretaria Municipal de Educação, mostrou que o problema de pesquisa necessitava ser revisto em função da restrição inicial aos professores que já possuíam experiências anteriores, pois o problema de pesquisa apresentado propunha como participantes apenas professores iniciantes na carreira docente. O fato é que não seriam muitos os professores a colaborar com a pesquisa em função deste recorte, levando a abranger na pesquisa os professores que fossem iniciantes (ou não) na função docente, mas que estivessem em Estágio Probatório.

A aplicação de um roteiro de questões na forma semi-estruturada, com professores iniciantes ou não na carreira docente na Rede Municipal de Ensino, tencionou averiguar a princípio, se os mesmos são iniciantes na carreira ou na função, quais as orientações iniciais que receberam para a realização de seu trabalho junto aos alunos, se estão cientes dos critérios de avaliação no processo de Estágio Probatório e como buscam soluções para os problemas característicos da ação docente diária.

Essa fase do estudo exploratório foi necessária para reavaliar o ponto de partida e considerar os demais envolvidos no modelo avaliativo proposto pela mantenedora pública. A ideia de que os professores pedagogos estão na maioria das vezes entrosados com os processos didático pedagógicos e também do Estágio Probatório, levou a considerar que poderiam trazer visões e uma contribuição significativa à averiguação da organização desta etapa na escola.

O universo da pesquisa foi redesenhado para atender as características que envolvem o processo de avaliação do Estágio Probatório, considerando suas facetas avaliativas que abrigam três pontos de vista específicos: a) do docente avaliado como ponto central da pesquisa, o qual pode estar iniciando sua carreira docente ou ingressando no segundo padrão da profissão; b) do gestor da instituição que, vinculado ao processo gerencial da escola, responde diretamente pela avaliação, acompanhamento e nota que a comissão do Estágio Probatório valida; e c) dos pedagogos das escolas selecionadas, que a partir do acompanhamento do processo pedagógico como um todo, também foram ouvidos em seus depoimentos sobre o processo que observam do ponto de vista pedagógico docente durante o Estágio Probatório.

Ao repensar a abrangência da pesquisa incluindo outros setores da escola foram resolvidas as condutas da pesquisa com relação ao problema proposto. Na sequência cabe esclarecer o tipo e a natureza da pesquisa.

4.2 A NATUREZA DA PESQUISA E OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Tomar a escola como ponto de referência e campo de pesquisa propriamente dito, permite a aproximação a uma realidade social e cultural que mantém em seu compêndio de atividades, algumas que revelam não somente suas propostas de ensino, filosofias e organização de atividades cotidianas. Trata-se também de um

lugar singular, no qual destacam-se as relações, interações e processos interpessoais como constitutivos de um tipo de profissional: aquele que atua na educação escolar municipal como professor.

Neste estudo, objetivamente, propõe-se a adoção de um tipo de pesquisa que revele as especificidades do olhar escolar para com o Estágio Probatório. De acordo com Lüdke e André (1986), a pesquisa de abordagem qualitativa, prevê a descrição de significados culturais de um determinado grupo. No caso do Estágio Probatório, que envolve os processos de formação para o professor da escola pública, desde as relações de poder que estão relacionadas com a cultura escolar, a partir das teorizações dos autores selecionados Vinão Frago (1995 e 2007), Shulman (2005), e da noção do *habitus* de Bourdieu (2009), são contemplados nas questões dos procedimentos de pesquisa, os objetivos mais amplos da escola.

A natureza da pesquisa aqui apresentada revela a necessidade de se tomar todas as facetas da escola, para observar com maior especificidade como se organiza o acompanhamento e a avaliação do Estágio Probatório neste espaço educativo. A realidade escolar, levando em conta os processos culturais de inserção de seus profissionais professores, precisa ser investigada a partir de uma abordagem qualitativa, que segundo Lüdke e André (1986), oferece maior oportunidade, riqueza de instrumentos e formas de aproximação do pesquisador ao objeto pesquisado.

Reforçando esses aspectos, Neves (1996. p. 02), explica que,

Nas ciências sociais, os pesquisadores, ao empregarem métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo e o objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno estudado.

A abordagem qualitativa, associada às preocupações dos autores voltados à cultura e também aos aspectos sociológicos, propiciaram à pesquisa elementos de interpretação que, com base nos depoimentos e dados obtidos a partir das análises no campo da pesquisa, refletiram as expectativas, os anseios, as angústias e os momentos assertivos dos professores na etapa inicial de inserção docente na Rede Municipal de Educação de Curitiba. Tal opção permitiu a possibilidade de realinhar o raciocínio, a partir do trato com as informações que a todo instante puderam ser reformuladas considerando o andamento da pesquisa. Neste caso,

Nas pesquisas qualitativas as exigências sobre o que deve ser antecipado no projeto, tanto no que se refere ao problema/questões de estudo, como na descrição do quadro teórico e dos procedimentos metodológicos, são menores do que nas pesquisas tradicionais, uma vez que o foco da pesquisa vai sendo ajustado ao longo do processo (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998, p.151).

Com a pesquisa exploratória, foram levantados os primeiros dados com os professores iniciantes em fase de avaliação no Estágio Probatório. Para tanto foi utilizado como instrumento a observação participante, considerando que:

Na observação participante, é o próprio investigador o instrumento principal de observação. Isto significa que, de acordo com os postulados epistemológicos do paradigma interpretativo ou compreensivo o investigador pode *compreender* o mundo social do *interior*, pois partilha a condição humana dos indivíduos que observa (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1990, p. 155).

Na observação participante, observou-se o campo no seu conjunto. Isto ocorreu desde a solicitação à Secretaria Municipal de Educação para a realização da pesquisa, assim como dos trâmites necessários para a admissão da pesquisa nos espaços gerenciados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, e no primeiro contato com o campo de pesquisa, considerando as especificidades das seis escolas tomadas como objeto de investigação. A observação se fez presente nas negociações iniciais, para se conseguir acesso ao espaço físico e aos participantes e continuou, considerando que mais tarde, além dos questionários entregues aos professores, também foram ouvidos os diretores e pedagogos destas escolas. Outro ponto a ser destacado é o reconhecimento do espaço e a interação com indivíduos envolvidos, ainda que o pouco contato tenha se restringido a uma conversa na porta das salas de aula, para a apresentação da pesquisadora, da pesquisa e entrega do material que visava a coleta dos dados.

Neste sentido, enquanto abordagem aberta ao contexto, relatos e anotações transcritos e descritos em diário de bordo, foram realizados, os quais de acordo com Evertson e Green (1986, p.169-171) “propiciam maior possibilidade de construção de um registro de anotações do trabalho investigativo de campo, favorecendo a organização e sistematização destas anotações para posterior análise.”

Considera-se que por se tratar de uma perspectiva mais próxima da pesquisadora, as experiências anteriores permitiram verificar as situações que

emergem da cena de organização escolar estudada. A fase da coleta de dados, sob a ótica qualitativa da pesquisa, possibilita a posterior análise e sistematização dos depoimentos e dados obtidos, levando-se em conta que:

O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. [...] Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70).

Diante do exposto, no que se refere à aproximação ao campo de pesquisa, como descrito acima, foram aplicados questionários estruturados com os professores em Estágio Probatório, e um roteiro de entrevista semi-estruturada e gravadas com diretores e pedagogos avaliadores do Estágio Probatório, para a obtenção de depoimentos e para a complementação da observação participante, como se clarifica a seguir:

A técnica da entrevista é não só útil e complementar à observação participante, mas também necessária quando se trata de recolher dados válidos sobre as crenças, as opiniões e as ideias dos sujeitos observados. [...] a observação participante é uma técnica utilizada numa etapa preparatória relativamente à entrevista e que é ela que permite recolher os dados de base daquilo que se tornará a etnografia do meio (WERNER e SCHOEPFLE, 1987, p.78).

Ampliando a discussão sobre as entrevistas semi-estruturadas, para Babbie (2001) trata-se de um tipo de pesquisa na qual o entrevistador estabelece uma direção geral para a conversação e persegue tópicos específicos levantados pelo respondente. O que se está dizendo é que aquele que responde as questões postas no roteiro, tende a assumir a maior parte de uma conversação. Portanto, um dos pontos de destaque deste tipo de entrevista é a flexibilidade observada durante a interação entre pesquisador e pesquisado, a partir do roteiro de questões estruturadas e semi-estruturadas.

A vantagem da entrevista frente à outras técnicas é que ela permite a captação imediata da informação. Estas situações ocorreram na maioria das entrevistas, pois era possível à entrevistadora retomar e reformular uma pergunta de modo que pudesse obter de fato dados ou aproximações bastante significativas para

o que se buscou detectar e identificar como respostas. Percebeu-se que diferentemente do roteiro de questionário aplicado aos professores, a entrevista favoreceu o aprofundamento de alguns temas abordados que, talvez em função do pronto registro, os questionários não seriam capazes de apreender. Para Lüdke e André (2013, p. 39), a entrevista “pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário.”

Além disto, a entrevista permite as correções de palavras, esclarecimentos como forma de melhor explicitar o que se pergunta, adaptações que buscam a eficácia na obtenção das informações almejadas. “Enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado.” (LÜDKE E ANDRÉ, 2013, p.40).

Neste sentido, principalmente para as duas entrevistas iniciais com diretores e pedagogos, no roteiro de perguntas elaborado, não foram realizadas ampliações de perguntas, pois naquele momento inicial ao proferi-las procurava-se seguir exatamente como as perguntas funcionavam, a partir das respostas. Mais tarde, os demais participantes foram entrevistados de um modo mais livre, em que a entrevistadora se permitiu aprofundar alguns conceitos, reformular algumas perguntas e solicitar complementação a alguns comentários dos entrevistados. Para André e Lüdke (2013), a entrevista semi-estruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.

Parece-nos claro que o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados. As informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível (LÜDKE e ANDRÉ, 2013, p.40).

Definidos os instrumentos para a abordagem aos participantes no campo de pesquisa, propõe-se ainda, realizar a análise documental sobre a lei que rege o magistério municipal, Leis nº 6761/1985 e 10.815, e dos documentos que integram o processo de avaliação do estágio probatório, bem como os itens das fichas de acompanhamento utilizadas nesta avaliação.

Uma vez apontados os instrumentos, cabe reafirmar que se buscou nos autores que trouxessem contextualizações e a pesquisa sobre os processos de constituição da profissão docente, como apoio teórico metodológico para a posterior análise de dados obtidos.

A pesquisa empírica visou, sobretudo, compreender para além da organização do período de Estágio Probatório, a análise dos dados a partir da real configuração deste, entendendo-o como momento de reflexão crítica, observando se os avaliados de fato assumem a docência como atividade humana e como são orientados neste sentido.

4.3 A DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A Secretaria Municipal de Educação de Curitiba organiza o atendimento aos alunos em dez núcleos de educação distintos. Para a efetivação da pesquisa foram selecionadas seis escolas de três núcleos de educação.

O estudo realizado contou com a participação de doze profissionais, sendo cada uma das seis escolas representada por um diretor e um pedagogo e, também de 21 professores iniciantes em um primeiro padrão ou iniciando um segundo padrão em Estágio Probatório nas escolas. No caso dos professores o número de participantes ocorreu de acordo com os profissionais em Estágio Probatório na instituição.

Cada concurso público para a docência no Ensino Fundamental no município de Curitiba corresponde a um padrão de quatro horas diárias ou vinte horas semanais, por esse motivo ao ingressar na RME o profissional assume o primeiro padrão e pode, via novo concurso público, concorrer ao segundo padrão.

Correspondendo ao núcleo de educação do Boqueirão, a escola municipal está situada nas proximidades do terminal de ônibus de mesmo nome do bairro, próxima à divisa entre os municípios de Curitiba e de São José dos Pinhais e atende os alunos no período regular e integral, ou seja, alguns alunos atendidos permanecem na escola por oito horas diárias. Recebeu, de acordo com a direção, cinco professores em Estágio Probatório que permaneceram nos últimos dois anos. Os professores em Estágio Probatório realizam trabalho docente em outras instituições, sendo estas públicas e privadas.

No núcleo de educação do Pinheirinho, a escola contatada está situada nas proximidades da BR 116, atendendo os alunos em meio período, equivalente a quatro horas aula de ensino. De acordo com o levantamento, nesta escola dois professores estão em Estágio Probatório e estes profissionais não atuam o dia todo na escola, chegando neste local à tarde, para o segundo turno de trabalho.

No caso das quatro escolas pertencentes ao terceiro núcleo de educação, o núcleo do Bairro Novo, apresentam-se efetivamente em espaços físicos muito próximos umas das outras. Trata-se de uma escola próxima ao terminal de ônibus da região do Sítio Cercado, outras duas escolas no interior do Bairro Novo e uma localizada nas proximidades do núcleo regional de educação daquele bairro. Nestas quatro escolas, encontra-se a maioria dos professores participantes da pesquisa. Observou-se que grande parte deles, possuem hora-extra nestas escolas, o que é denominado como RIT (Ritmo integral de trabalho), nas próprias escolas, nos turnos contrários em que atuam em seus padrões. Isso ocorre basicamente com vistas ao atendimento de licenças como maternidade, licença para tratamento de saúde por prazo superior a quinze dias ou a licença prêmio, dentre outras.

Buscou-se neste último núcleo quatro escolas em função do número significativo para a pesquisa dos profissionais da educação em Estágio Probatório, ainda que nem todos pudessem colaborar, o número final foi relevante a pesquisa e seguem detalhados, na sequência deste texto.

4.4 IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO DE COLABORADORES

O trabalho com a investigação científica na escola e com aqueles que a constroem diariamente, apresenta certo grau de dificuldade, pois em geral, fala-se de um campo social, de uma instituição social, desacreditada por ela mesma ou por seus profissionais. Desacreditada em face da contingência de responsabilidades assumidas, ainda que indiretamente, pela escola, neste modelo que atualmente conhecemos e também pela constituição da consciência sobre sua condição, no interior da escola ou constituída no exterior social, em que se percebe a escola, e ela própria, como agente de dominação. No entanto, esse descrédito é proveniente também de certo pesar dos profissionais da educação, que não têm se utilizado de práticas de pesquisa sobre as relações presentes no âmbito escolar, e/ou como

facilitadoras de ações a favor dos domínios dos professores e da inovação neste espaço.

Por outro lado, é como se a escola fosse palco de entraves, como detectamos na pesquisa, que efetivamente, enquanto pesquisadores, não conseguimos retornar à mesma com referenciais e indicativos de mudança, ou de superação das dificuldades detectadas na pesquisa. Portanto, a mesma se vê como utilizada pelo pesquisador e, embora reconhecendo o esforço deste, sabe que as problemáticas que a constituem não serão resolvidas plenamente com os estudos propostos na pesquisa da qual é objeto circunstancial.

Há uma maioria dos “atores” que entrevistamos hoje em dia que tem uma certa ideia do que é investigação e no discurso que dirigem ao investigador há um modelo do que é a investigação. [...], mas não podemos ignorar que o discurso que nos dirigem é mais reflexivo, que está integrado, de certa maneira, a uma vulgarização do que é o trabalho científico, do que buscam os investigadores (ZATEN, 2004, p. 29).

Isto posto, cabe destacar que o espaço escolar é fonte inesgotável de possibilidades de pesquisa, mas no entanto, parece estar desmotivado com a inconcretude de ações que visem aplicações possíveis para a superação das reais dificuldades vividas, no que se refere as pesquisas das quais é palco.

O professor aparece então, como indivíduo desse processo, cuja identidade, formação, perspectivas e práticas inovadoras ou não inovadoras são tomadas como elementos de análise. Portanto, vê-se constantemente como o agente a ser avaliado nas pesquisas. De acordo com os estudos de Zaten (2004), no campo escolar é que a maioria dos “atores”, sobretudo os professores, mas não somente, compara a situação da pesquisa a uma situação de avaliação. Ou seja, nem sempre conseguimos evitar que ao participarem de pesquisas, estes se percebam em condição avaliativa.

Esta é uma perspectiva para a qual alguns adotam posturas nem tão colaborativas e que denotam certa agressividade para com o pesquisador, já que para este a pesquisa em si, em nada corrobora para a imediatização de ações garantidoras de aplicação qualitativa nas escolas. Ações que deveriam contribuir de fato com a melhoria das questões problematizadas pela escola e seus profissionais.

Neste sentido, faz-se necessário, após a pesquisa, apresentar aos que colaboram com a mesma os dados obtidos, as análises realizadas a partir dos dados

e os referenciais e considerações a que se chegou, buscando aproximações na prática, com as formas de constituir a mudança almejada nos processos iniciais de inserção dos professores na profissão docente.

A ideia é de que se possa identificar medidas para que a pesquisa realizada no âmbito escolar, ganhe visibilidade no próprio campo escolar. Busca-se a possibilidade de combater as decisões que chegam à escola de modo verticalizado, tornando-a produto e não produtora de práticas bem sucedidas de profissionalização.

Pretendeu-se compor o quadro de análise com participantes iniciantes na carreira docente em Estágio Probatório, ou na impossibilidade deste balizador, professores em Estágio Probatório de modo geral. Outro viés de análise, contou com a exposição de ideias e experiências dos avaliadores do Estágio Probatório nas escolas, sendo estes diretores e pedagogos que participam desse processo de avaliação. Tal contribuição se deu a partir de entrevistas gravadas, sob autorização dos mesmos.

Segue abaixo, os dados dos professores em Estágio Probatório que colaboraram para a pesquisa, sendo estes denominados em P seguido por um número entre 1 a 21.

Quadro 2 – Características dos professores participantes da pesquisa em Estágio Probatório nas escolas.

Identificação	Idade	Escolarização			Ingresso na RME de Curitiba
		Magistério	Pedagogia	Pós-graduação	
P1 (F)	33		X	X	2013 (2º Padrão)
P2 (F)	39	X	X	X	2013
P3 (F)	45	X	X		2014
P4 (F)	28		Outra – Educação Física	X	2012
P5 (F)	26		Outra – Educação Física	X	2013
P6 (F)	37	X	Outra- Letras	X	2014
P7 (F)	28		X	X	2014
P8 (F)	32		X		2014
P9 (F)	32		X	X	2014 (2º Padrão)
P10 (F)	35		X	X	2014 (2º Padrão)
P11 (F)	46	X	X		2015
P12 (F)	29		Outra –		2014

			Educação Física		
P13 (F)	45		X	X	2014 (2º Padrão)
P14 (F)	42		X		2014 (2º Padrão)
P15 (F)	29		Outra – Educação Física		2014
P16 (F)	30		X	X	2013
P17 (M)	24		X		2014
P18 (F)	25		X	X	2015
P19 (F)	-		X	X	2014
P20 (F)	-	X	X	X	2015
P21 (F)	25	X	X		2015

FONTE: Dados obtidos pela autora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

Os participantes foram abordados nas escolas a partir de autorização para a visita, obtida no setor de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação e do Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Federal do Paraná. Os professores participaram da pesquisa, a partir de convite e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Apêndice 1).

No caso das entrevistas com os profissionais que avaliam o Estágio Probatório, o contato inicial deu-se através do telefone, momento em que a pesquisadora se apresentou e explicou os objetivos da pesquisa para a direção das escolas selecionadas e informadas à Secretaria Municipal da Educação, considerando com as mesmas a possibilidade de agendamento para a entrevista.

Na sequência, na data combinada, apresentou-se aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE- Apêndice 2) para ser lido e assinado. A pesquisadora explicou que havia a possibilidade de reagendar a data para a entrevista de modo que o TCLE pudesse ser lido e analisado com tranquilidade pela(o) entrevistada(o), bem como lhes foi esclarecido que as perguntas e respostas seriam gravadas, para a seguir serem transcritas na pesquisa.

Foram dois os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizados na pesquisa, um específico apresentado aos Avaliadores do Estágio Probatório (Diretores e Pedagogas) e outro aos Professores participantes da pesquisa.

As demais respostas dos professores registradas no instrumento utilizado – um questionário – encontram-se sistematizadas no Apêndice cinco.

É importante destacar que os professores, antes de ingressar por concurso na Rede Municipal de ensino de Curitiba, tiveram experiências em redes de ensino particulares, sendo que a maioria tem de 1 a 3 anos de experiências nessas redes e três professores tinham entre 7,8 e 10 anos atuando em escolas particulares. Este dado revela que estes apresentam algumas aprendizagens da docência, a serem levadas em conta, sendo que nos cursos de formação docente demandam discussões sobre as diferenças da atuação entre estes campos de ensino, particular e público.

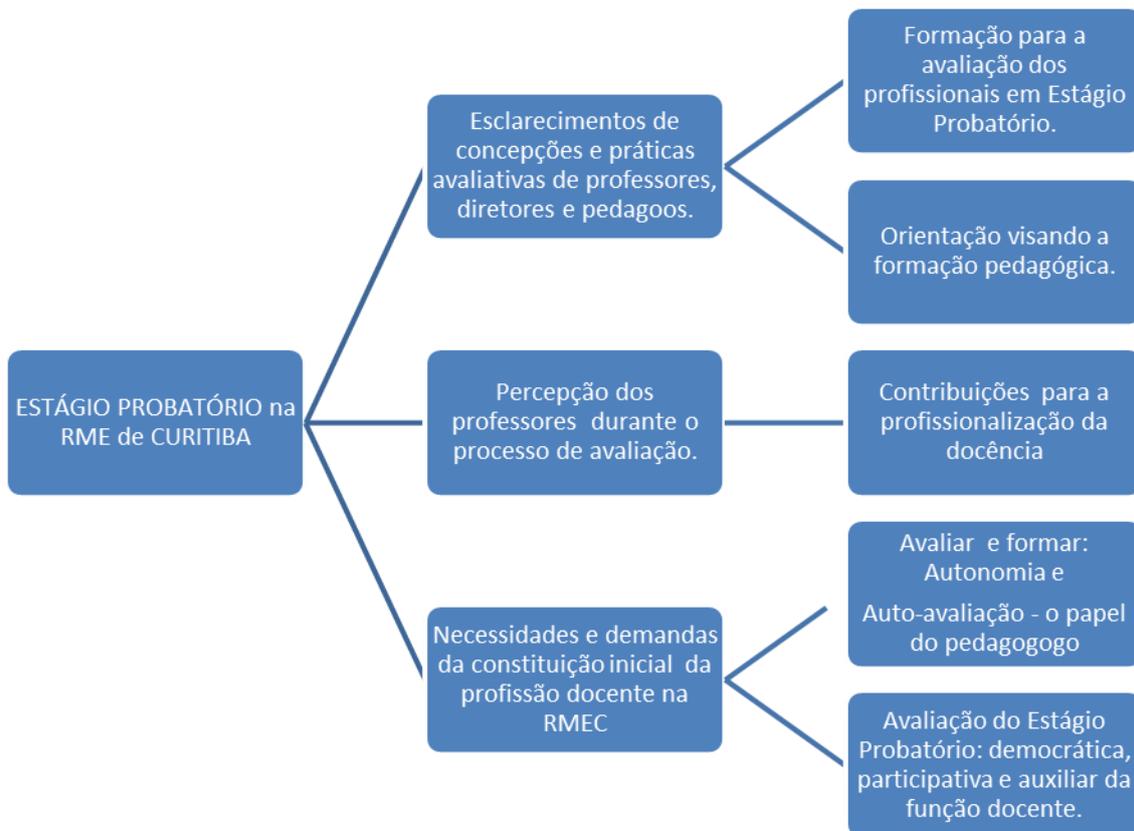
Cabe ainda destacar que 17 professores passaram por cursos nas escolas da RME, sobre temas da formação para a docência, e 15 professores passaram por cursos que objetivaram informá-los sobre Recursos Humanos.

4.5 A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Para a proposição de análise dos dados, procurou-se situar a problemática instituída, vinculada ao objetivo geral da proposição de pesquisa, que possibilitaram observar pelo menos cinco categorizações iniciais, conforme se pode observar na primeira figura organizada a seguir. As categorizações sistematizam os desdobramentos obtidos a partir da pesquisa de campo.

É necessário apontar que para cada um dos vieses de análise, que se referem aos grupos de professores, diretores e pedagogos, foi constituída uma figura (Figuras 2, 3 e 4) para ilustrar as categorizações e suas especificidades no que se refere às apropriações de cada uma das vertentes, a partir do tema avaliação no período do Estágio Probatório.

Figura 1 – Estágio Probatório na Rede Municipal de Educação de Curitiba: em busca de novas lógicas de constituição profissional docente .



Fonte: Elaboração da autora a partir de estudo, pesquisa e análises dos dados de questionários aplicados aos professores, diretores e pedagogos das escolas municipais de Curitiba, 2016.

Os dados apresentados na sequência, revelaram de que modo o grupo de participantes da pesquisa, através de suas respostas, percebiam sua vivência e participação no processo de avaliação do Estágio Probatório nas escolas. Como anteriormente se destacou, são três as fontes de análise nas quais se buscou captar o devir desse espaço tempo de três anos e suas implicações (ou não), a partir das percepções dos professores, diretores e pedagogos escolares no processo formativo inicial de *tornar-se professor*.

Retoma-se o problema de investigação, para observar as similaridades e também as singularidades presentes nas respostas dos grupos de colaboradores da pesquisa. Ao buscar esclarecer as concepções e práticas avaliativas do Estágio Probatório na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, buscou-se analisar como os professores se percebem neste processo de avaliação e acompanhamento profissional, diante das necessidades e demandas da constituição inicial da profissão docente, para identificar novas possibilidades de avaliação que favoreçam a auto avaliação e a autonomia, vinculadas ao desenvolvimento profissional

docente. Nesta perspectiva, procurou-se vislumbrar, para além dos procedimentos da avaliação de desempenho que fundamenta as ações do EP, uma proposta de ruptura com uma visão técnico administrativa somente da docência, buscando a superação de processos formativos ambíguos de avaliação, visando identificar formas de qualificar a constituição profissional dos professores que ingressam na rede pública municipal de ensino.

Tencionando obter respostas para a problematização formulada, os dados constituídos no campo de pesquisa foram categorizados, tendo o entendimento de que, ao serem agrupados de acordo com as questões e especificidades observadas nas respostas às questões, trouxeram colaborações para a compreensão sobre o devir da profissão docente.

De acordo com Olabuenaga e Ispizúa (1989), o processo de categorização deve ser entendido em sua essência, como um processo de redução dos dados. Ou seja, as categorias aqui, constituem uma tentativa de aproximar os dados de acordo com uma característica que singulariza esses dados, representando como resultado, um esforço de síntese presente na comunicação entre a entrevistadora e os participantes da pesquisa. Foram destacados nas transcrições realizadas, os aspectos mais importantes relativos à elucidação do problema da pesquisa, vinculado ao Estágio Probatório.

Para Moraes (1999), a categorização é um procedimento de agrupar dados comuns existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos nesse processo.

Deste modo, percebe-se que as categorias podem ser constituídas a partir da alocação de palavras semelhantes como verbos, uso de siglas, adjetivos atribuídos a uma questão aparente ou não no texto de respostas do grupo de participantes, ou seja, nos sentidos que estes determinam a uma palavra e que pode ser melhor compreendida quando está alocada junto a outras, de mesmo efeito ou possibilidade interpretativa no grupo de análise.

De modo mais específico, para Moraes (1999) a categorização é a operação de classificação dos elementos de uma mensagem, seguindo determinados critérios. Percebe-se deste modo, que ela facilita a análise da informação quando é vinculada e fundamentada a uma definição precisa do problema e dos objetivos.

Classificar elementos em categorias impõem a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. O que vai permitir seu agrupamento é a parte comum existente entre eles. É possível contudo, que outros critérios insistam em outros aspectos de analogia, talvez modificando consideravelmente a repartição anterior (BARDIN, 2011, p.148).

Percebe-se deste modo que a tarefa do pesquisador em categorizar, está vinculada à necessidade de classificar as narrativas e elementos presentes nestas para considerar suas similaridades.

Para Bardin (2011) a categorização é um processo do tipo estruturalista e comporta duas etapas, sendo a primeira o inventário em que se isola os elementos e a classificação em que se reparte os elementos. Observa-se nesta última, a partir da exposição da autora, a imposição de certa organização às mensagens explícitas ou implícitas no texto.

Neste sentido Bardin (2011, p.204) corrobora na explicitação das técnicas para acessar o conteúdo:

Nem todo texto é tido em consideração. Não se trata, pois de um método exaustivo, pelo menos em relação ao conteúdo do texto. Apenas uma dimensão, a das atitudes, é tida em consideração, e por consequência só os enunciados que exprimem uma avaliação são submetidos à análise. A primeira operação consiste, portanto, em extrair da mensagem as proposições que respondem a esse critério.

Faz-se necessário destacar que a análise do material levantado nas incursões ao campo e nas respostas dos grupos investigados, há uma propensão à forma cíclica de análise dos dados. Portanto não se trata de trabalhar com eles de modo sequencial e linear, pois percebe-se que os dados, embora organizados e expostos com a clareza necessária para a sua leitura, não falam por si mesmos, no sentido de serem prontamente interpretados. Durante a pesquisa o pesquisador tende a extrair destes dados o significado que busca para responder ao problema posto. Parece necessária essa retomada constante aos mesmos, uma espécie de refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados que precisam ser cada vez melhor explicitados.

Diante desse entendimento de que a categorização e análise dos dados se constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada nova leitura ou releitura para ampliar o repertório de análises percebem-se novas possibilidades para atingir a compreensão a qual se busca, Bardin (2011) explica que existem boas

e más categorias e, um conjunto de boas categorias deve possuir as seguintes qualidades:

- Exclusão mútua (um único princípio de classificação deve estar presente na organização);
- A pertinência (está de acordo com o material produzido e com o referencial teórico utilizado na pesquisa);
- A objetividade e a finalidade (as variáveis devem estar claramente definidas e deve-se ter claro os critérios para a entrada de um elemento em uma categoria);
- A produtividade (deve produzir resultados férteis: novas hipóteses e dados exatos) (p.149).

No caso dos discursos dos professores, estes foram evocados para responder tanto as questões formuladas, quanto ao problema estabelecido, sendo que passam a ser analisados com base nos autores selecionados na fundamentação teórica da pesquisa.

Assim constituída, uma base de compreensão do conceito e dos aspectos que agregam a importância da categorização para a análise dos dados, destacam-se as categorias levantadas para a leitura crítica dos depoimentos e relatos presentes nas falas de professores (P), diretores (D) e pedagogos (Ped) das seis escolas públicas municipais em Curitiba, em face do tema Estágio Probatório e formação docente.⁶

4.5.1 A categorização dos dados

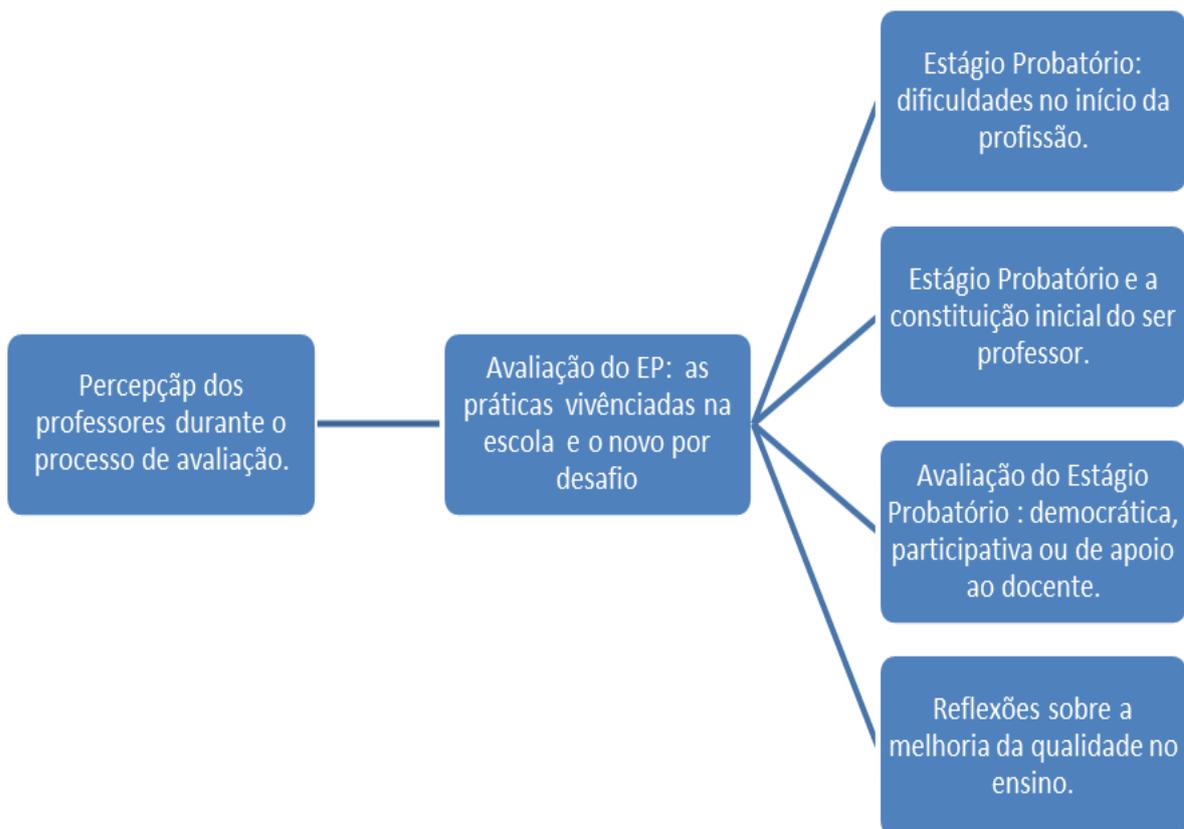
Para a categorização dos dados, foram consideradas as respostas que apareceram de forma recorrente nas considerações de professores, diretores e pedagogos das escolas selecionadas para a pesquisa. As menções a temas como *formação docente e avaliação no Estágio Probatório (EP)*, foram tomadas como necessárias à seleção categorial organizada, dentre outras que se fizeram constar como complementares ao entendimento dos termos em destaque. Na sequência, as falas representativas desses profissionais serão analisadas com base nos autores consultados.

⁶ Para indicar os participantes da pesquisa, foram adicionados ao lado das letras P (para professores em Estágio Probatório), D (para diretores) e Ped (para pedagogas) um número relacionado à ordem de pesquisa ou entrevista.

A análise das respostas dos professores, foram agrupadas e categorizadas nos quadros em anexo, sendo que a partir das intenções da pesquisa, foram selecionadas quatro categorias: - *dificuldades no início da profissão*; - *Estágio Probatório e a constituição inicial do ser professor*; - *a avaliação do Estágio Probatório: democrática, participativa ou de apoio ao docente*; - *reflexões sobre a melhoria da qualidade do ensino*. As respostas presentes nestas categorias foram consideradas respeitando os discursos apresentados pelos professores.

As percepções verbalizadas pelos participantes da pesquisa, foram organizadas a partir dos grupos de representações, sendo que as semelhanças nas repostas em termos de conteúdo, foram suprimidas, para auxiliar a compreensão e leitura dos quadros em destaque.

Figura 2 – Categorização a partir da pesquisa com os professores.



Fonte: Elaboração da autora a partir de pesquisa e análises dos dados vinculados aos questionários aplicados a professoras, diretoras e pedagogas de escolas municipais de Curitiba, 2017.

a) Os desvelamentos dos depoimentos e narrativas dos professores:

Quadro 03 – Categorização 01: Dificuldades no início da profissão.

Identificação	Verbalizações e depoimentos dos professores/as.
P2	<i>“Falta de tempo para planejamento.”</i>
P3	<i>“Foi no início, que descobria as coisas que deveria fazer, somente quando era cobrada.”</i>
P4	<i>“No início tive um pouco de dificuldade em relação a burocracia de documentos.”</i>
P6	<i>“Enfrentar certa pressão para fazer tudo corretamente, por parte das chefias, o que não ocorre com profissionais que não estão em Estágio Probatório.”</i>
P7	<i>“Escolha da vaga. Fica com o que sobra. Escolha de turma, não tem prioridade.”</i>
P9	<i>“Falta de experiência no início do padrão.”</i>
P10	<i>“Quando iniciei na Rede, senti dificuldade na elaboração do planejamento.”</i>
P11	<i>“A maior dificuldade é enfrentar o novo, se ver em uma sala de aula, com 30 alunos. Esperando o melhor de você. Assusta no começo.”</i>
P12	<i>“A principal dificuldade foi conciliar a teoria e a prática vivenciada na Faculdade e desenvolver o mesmo no dia a dia.”</i>
P14	<i>“O não acompanhamento da equipe pedagógica.”</i>
P15	<i>“Minha dificuldade foi no início, quando senti falta de auxílio com conteúdo e desenvolvimento de atividades. Depois fui me habituando.”</i>
P16	<i>“Conhecer os documentos a serem preenchidos pertinentes à Rede.”</i>
P17	<i>“Inexperiência e adaptação nas escolas.”</i>
P21	<i>“A dificuldade maior está relacionada ao acompanhamento pedagógico e administrativo. Falta apoio.”</i>

FONTE: Dados obtidos pela autora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

Ao comentar suas dificuldades no período de Estágio Probatório, os professores investigados referiram-se à falta de tempo para suas atividades, falaram sobre as determinações acerca dos planejamentos e atividades que deveriam realizar, também sob “certa pressão” enfrentada no ambiente escolar assim como atitudes de autoridade pedagógica, o que segundo uma das professoras, “não acontecia com quem não estava em Estágio Probatório”.

Essas colocações revelaram para além de aspectos sobre impressões iniciais, uma atitude referente à prática de recepção aos professores em Estágio Probatório, que faz com que estes tomem para si conceitos pedagógicos vinculados às dificuldades da prática pedagógica, não orientada em serviço e não sustentadas em experiências positivas que possam convergir para a aprendizagem da docência no cotidiano escolar.

De acordo com Tardif e Lessard (2014, p.17) “longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, o trabalho docente constitui uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades do trabalho.” No entanto, as primeiras experiências docentes ou as experiências circunstanciais que envolvem a aprendizagem no trabalho, não são contempladas na recepção dos professores na RME de Ensino de Curitiba.

Embora um curso inicialmente seja ofertado aos docentes recém concursados, a abordagem apresenta aspectos relacionados à vida funcional, ligados à esfera administrativa e especificamente não trata do impacto inicial do professor iniciante, e dos desafios presentes na escola, para a consolidação do trabalho docente a médio e longo prazo. Para Marcelo Garcia (2009b, p.86) “converter-se em professor se constitui num processo complexo, que se caracteriza por sua natureza multidimensional, idiossincrática e contextual.”

É como se o professor em Estágio Probatório estivesse ancorado em práticas culturais que a escola tende a repassar historicamente e que em função de tais associações, instaladas em seu interior. Espera -se destes professores condutas específicas, porém estas são apreendidas por força das circunstâncias do cotidiano pedagógico.

Uma cultura escolar, segundo Vinão Frago (2007, p. 87) é “[...] sedimentada ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras do jogo não interditadas, e repartidas pelos seus atores, nos seios das instituições educativas”. Neste sentido, o autor tende a não concordar com a apreensão pelo professor de suas atribuições docentes, com base na emergência da vida escolar, pois não está sendo para isto orientado. Segundo Bourdieu (2009, p.87), as instituições sociais, neste caso, as escolas, desenvolvem esse conceito, e explica o autor o *habitus* como um:

Sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser produto da ação organizadora de um maestro.

Desta forma, os professores passam a agir de acordo com um determinado *habitus* escolar, sendo que não efetivamente ou especificamente por intervenções correlatas a um processo de aprendizagem voltado à busca da autonomia ou da auto avaliação dos professores neste âmbito.

Pelo menos sete professores/as, referiram-se às dificuldades didático pedagógicas, quanto ao planejamento, ao conteúdo e desenvolvimento de

atividades, à falta do apoio e acompanhamento da Equipe Pedagógica, à dificuldades de relacionar teoria e prática.

Percebeu-se que as instituições escolares representadas por suas equipes pedagógicas, estão assoberbadas de funções. Então pergunta-se: Esta intensificação das atividades extrapolam os limites da atuação pedagógica propriamente dita, de tal modo que não conseguem atender qualitativamente os professores iniciantes na rede municipal de ensino? No Estágio Probatório os professores chegam às escolas, embora com alguma inserção anterior na profissão docente, e precisam ser orientados em face das atividades para as quais prestaram concurso público. Qual seria então, o papel da mantenedora pública (SME), uma vez que os cursos são ofertados aos professores durante todo o ano letivo e não há especificidade para a formação inicial para os professores em Estágio Probatório?

Da escolha de vagas à escolha da função na escola, há uma determinação maior, que não parece passar pela qualidade do trabalho escolar, ou seja, em relação a assumir um trabalho pedagógico em sala de aula, os professores estão recebendo informações incompletas ou não têm oportunidade de refletir sobre a função social da escola pública atual e a forma como exercerão suas práticas, vinculadas à profissão docente na RME de Curitiba.

Quadro 04 – Categorização 02 – Contribuições e apoio pedagógico para constituição inicial da profissão docente.

Identificação	Verbalizações e depoimentos dos professores/as
P1	<i>“Apesar de algumas colegas ajudarem em nada houve outras que contribuíram muito, dando apoio para superar dificuldades.”</i>
P2	<i>“Muito pouco, auxiliaria nas horas atividades e permanências com auxílio nas sequências didáticas.” (Apoio Pedagógico)</i>
P3	<i>“As boas contribuições vieram muito das minhas colegas de profissão e alguns cursos que fiz. O apoio fica um pouco a desejar, pois como falei em uma pergunta anterior, tem muita coisa que eu nem sabia que tinha que fazer.”</i>
P4	<i>“Os cursos que foram disponibilizados e o apoio das pedagogas da escola.”</i>
P5	<i>“Relação com a troca de experiências entre professores e também com alunos. Sempre que preciso tenho apoio (Pedagógico) com relação a organização, atividades direcionadas aos alunos com alguma dificuldade.”</i>
P6	<i>“Trocas de experiências com outros profissionais e diversos cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela Rede.”</i>
P7	<i>“Troca de experiências e cursos já realizados anteriormente.”</i>
P10	<i>“Formação continuada oferecida pela Rede.”</i>
P11	<i>“Os cursos ofertados pela rede nas formações continuadas e o apoio da equipe pedagógica.”</i> <i>“Sim. Todo tipo de apoio, desde pedagógico, quanto ao comportamental</i>

	<i>dentro de sala de aula, meu e dos alunos, elo entre professor e família.”</i>
P14	<i>“A troca de experiências e apoio das colegas de profissão. “Muito pouco. Somente assuntos urgentes. Deveria ter um acompanhamento (Pedagógico) mais profundo, principalmente na parte dos planejamentos, planos de apoio e currículo.”</i>
P15	<i>“Para mim os colegas de trabalho foram os principais contribuintes no mais o cotidiano é corrido e nada se aproveita cem por cento para se desenvolver na prática. Sim, tenho apoio, mas acho que estas possuem funções demais que lhes impossibilitam ajudar especificamente o pedagógico. Sempre estão dispostas a ajudar.”</i>
P16	<i>“Formação continuada abordando o processo de ensino aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem.”</i>
P17	<i>“Aquisição de experiência, a possibilidade de remanejamento e a formação continuada.”</i>
P18	<i>“Experiência e as capacitações. Pouco, devido o número de capacitação, os pedagogos são bem ausentes e muitas vezes temos que tomar decisões sozinhas.”</i>
P19	<i>“Interesse, compromisso, procurar aprender mais sobre a prática pedagógica com colegas experientes.”</i>
P20	<i>“Ambiente agradável, cursos para especialização e escolas com pessoal amigo. A equipe tem muitos cursos e não conseguem ficar na escola.”</i>
P21	<i>“A troca de experiências com os colegas no dia a dia, facilitam o trabalho que realizo. É bom contar com a experiência dos colegas. Não, pois efetivamente não me vi apoiada. Sabem dos alunos no conselho de classe. Gostaria de maior proximidade com a equipe pedagógica.”</i>

FONTE: Dados obtidos pela autora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

Nos momentos em que se vêem em dúvida, os professores em Estágio Probatório não recorrem às Equipes Pedagógicas, mas sentem que podem contar com a efetiva colaboração de *seus pares*, na apropriação de condutas, métodos e falas que possam lhe mostrar a percepção de como agir no ambiente escolar no qual se vê inserido por escolha ou por força de vagas remanescentes a eles disponibilizadas, como apontam os professores P3, P14, P15 e P21, por exemplo.

Entre as dificuldades e a sensação da falta de apoio pedagógico, há também questões positivas que os professores levantaram no início de sua carreira como a cooperação entre os pares, as quais percebe-se, tomam como referência de conduta e passam a ser suborientadas pelas colegas, como pode ser comprovado pelo apontamento da entrevistada P3: *“As boas contribuições vieram muito das minhas colegas de profissão e alguns cursos que fiz.”* e também da P21: *“A troca de experiências com os colegas no dia a dia, facilitam o trabalho que realizo. É bom contar com a experiência dos colegas. [...]”*

Essas trocas efetivadas no ambiente de trabalho e a busca por sugestões e apoio dos profissionais mais experientes, leva a considerar que “a relativa uniformidade das condições de trabalho possibilitam, uma socialização comum e a formação de um *ethos* coletivo.” (TARDIF e LESSARD, 2014, p. 63). Um *ethos*

coletivo que se constitui na base das relações entre professores em Estágio Probatório e professores que já possuem maior tempo na RME de Curitiba e que tendem a contribuir com os colegas em início de profissionalização docente. Neste caso, o *ethos* está vinculado a um conjunto de costumes, hábitos fundamentais, ações capazes de influenciar no âmbito do comportamento de outra pessoa, pois de acordo com Amossy (2005), o *ethos* surge como uma troca simbólica, regida de maneira regrada, por mecanismos sociais e posições institucionais⁷.

Nestas relações, os professores em Estágio Probatório tendem a buscar em suas próprias possibilidades o que é *ser professor* e nas referências que observam nas práticas de seus pares professores, refere-se a uma condição de atuação pedagógica que convença a si próprio e aos alunos a que atende de que está no caminho certo.

Nessa composição individual inicial, cada professor traz consigo modos muito próprios de agir e pensar, características de um *habitus* individual constituído. Ao serem estimulados pela crescente assimilação do cotidiano da escola pública e da docência neste âmbito, sem perceber os professores também assimilam o *habitus* coletivo escolar.

O *habitus* então, é entendido a partir de “princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expreso das operações necessárias para alcançá-los” (BOURDIEU, 2009, p.87, *Grifo meu*).

Neste sentido, os professores entrevistados e que estão sendo avaliados no período de Estágio Probatório, recorrem aos seus colegas para apoiar-se nas definições e ações que permeiam o ambiente educativo. Mostram-se imbuídos, a partir desses processos socializadores, de um acervo próprio que foram constituindo – ou que irão à medida de suas apreensões da docência e com o passar do tempo efetivo na docência, apreendendo os modos de se movimentar na escola, modos que podem evidenciar passividade, atividades repetitivas, formas da relação

⁷ Rodrigues (2008) explica que o *ethos* pode ser entendido também a partir da Retórica de Aristóteles, pois segundo Eggs (2005) há dois campos semânticos ligados à questão que suscitam contradições: um fundado na moral, no qual se encaixam atitudes e virtudes pautadas pela honestidade, benevolência ou equidade, e outro de sentido mais objetivo, neutro e sem afetações, no qual se adequam hábitos, modos e costumes ou caráter. Ainda a partir da exposição da autora, “esses dois campos, aparentemente contraditórios, seriam, na verdade, constitutivos da noção de *ethos* e, portanto, indispensáveis a qualquer atividade argumentativa, sendo entendidos como a realidade problemática de todo discurso humano” (EGGS, 2005, p. 30).

professor aluno não discutidas e a acomodação diante das mudanças científicas, contextuais e tecnológicas. Por outro lado, parte dos professores, com seus ideais e expectativas, podem revelar-se pesquisadores e buscam desenvolver sua profissionalidade de forma qualitativa, no campo educativo escolar que passam a integrar.

Em outras palavras, os professores ao buscarem em seus pares direcionamento para as práticas que realizam, são regulados pelos princípios organizadores das ações didático-pedagógicas de seus colegas mais experientes, sem, contudo terem percebido os fins e os meios que os levaram a se apropriar deste repertório docente eficaz, sob seu ponto de vista de professor iniciante. Nas palavras de Bourdieu (2008, p.53) “produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de se perpetuar após o cessar da ação pedagógica e assim de perpetuar nas práticas, os princípios do arbitrário interiorizado.”

Também merece destaque a participação do pedagogo, que aparece nas percepções de algumas professoras, como profissional que apoia e colabora com as práticas docentes. Das respostas selecionadas e destacadas neste quadro de número quatro em análise, cinco professores apontaram o apoio de seus pedagogos como boas contribuições à prática docente. Outros dois, embora reconhecendo sua importância, percebem sua ausência na escola em detrimento de cursos ou outras atribuições que os impedem de estar presentes e colaborar nas questões de cunho formativo do docente recém concursado, como explicitado pela P15: “[...]. *Sim, tenho apoio, mas acho que estas possuem funções demais que lhes impossibilitam ajudar especificamente o pedagógico. Sempre estão dispostas a ajudar.*”

Os pedagogos em parte, acompanham o trabalho pedagógico e são por esse motivo lembrados, no entanto, em face das questões que surgem no setor pedagógico, as orientações se fazem em meio às decisões, preenchimento de documentos, atendimento aos pais e também aos alunos, o emprego do tempo destes profissionais está estratificado em atribuições que não necessariamente se referem às orientações ao profissional da educação que chega à escola. Há espaço ou tempo para essa função no Setor Pedagógico? A SME orienta os pedagogos a realizarem aporte aos docentes, considerando suas atribuições na escola?

No que se refere a forma de avaliação de desempenho, todos os professores que participaram da pesquisa conhecem a proposta de Estágio Probatório (Quadro

6). Este parece ser um conhecimento de algo que está posto e não discutível aos professores.

O papel do professor está relacionado à sua informação e domínios sobre as diretrizes curriculares, documentos de apoio, tipos de avaliação e documentos pedagógicos escolares, que devem ser preenchidos pelos pedagogos a exemplo do PAPI – Plano de Apoio Pedagógico Individual, o percurso individual de avaliação do aluno, que constituem pareceres descritivos individuais dos professores, dentre outros. Deste modo, ao juntar-se aos demais profissionais da escola, o professor iniciante na função, não pode estar fora dos processos de orientação e contextualização dos encaminhamentos e propostas da RMEC, e dos saberes básicos para idealizar o trabalho de sala de aula, na rede escolar de ensino.

As professoras entrevistadas responderam no instrumento de coleta de dados (questionário, APÊNDICE 3), que a Equipe pedagógica tende a influenciar posturas referentes à adoção de condutas de relacionamento professor e aluno e também referente à construção da aula propriamente dita, como se pode observar no depoimento da P5: *“Sempre que preciso tenho apoio (Pedagógico) com relação a organização, atividades direcionadas aos alunos com alguma dificuldade.”* e também da P11: *“[...]Sim. Todo tipo de apoio, desde pedagógico, quanto ao comportamental dentro de sala de aula, meu e dos alunos, elo entre professor e família.”*. Embora se observe que há tipos de apoio, não se trata de uma postura orientadora do Setor pedagógico, dirigida às práticas docentes dos professores em Estágio Probatório.

Tem-se sob esta ótica, o professor como responsável pela sala de aula e pela organização do trabalho pedagógico, que é desenvolvido no âmbito da sala de aula e da escola. Aqui, não se trata de não concordar com a ideia de que a sala de aula é responsabilidade do professor, mas de considerar que nas sociedades modernas, há uma precípua orientação de que o aluno é de “todos”, constituindo-se deste modo uma relação dialógica entre todos os funcionários da escola na educação dos alunos, claro, inclusive do setor pedagógico e administrativo.

O professor é aquele que responde pelas tarefas docentes e, portanto, é o principal responsável pela sala de aula. Tardif e Lessard (2014), explicam que os docentes se recolhem nas salas de aula, e estas se tornam células do sistema escolar, garantindo-lhes assim um posto de trabalho, que em boa medida, está sob controle direto, vindo do exterior. Deste modo, o trabalho ali desenvolvido, possui

uma métrica e um objetivo, que nestes últimos tempos, está também vinculado aos índices de avaliação do ensino na educação básica.

A forma como o professor irá desenvolver o seu trabalho em sala de aula, as decisões que toma neste espaço diante das problemáticas ali instaladas, não é condição significativa de reflexão sobre a sociedade e a cultura pelo professor. Se o professor estiver dentro da sala de aula e os alunos sendo atendidos, parece não haver maiores preocupações em como a adoção de estratégias pode ou não ser significativa a aprendizagem dos estudantes. Como há escolas nas quais o fluxo de profissionais é instável, há um trabalho de organização e formação continuada a ser empreendido, para que os professores iniciantes se reconheçam como parte de um processo democrático de ensino, aprendizagem e formação não reprodutora na escola pública.

Quadro 05 – Categorização 03 – A avaliação democrática, participativa e auxiliar na função docente.

Identificação	Verbalizações e depoimentos dos professores/as.
P2	<i>“Sim, pois temos como questionar a avaliação feita pela direção.”</i>
P3	<i>“Democrática, fico em dúvida. Acho que a avaliação deveria ser participativa, para sabermos o que está certo e o que está errado para aprimorar.”</i>
P4	<i>“Não. O estágio é preenchido por ‘preencher’ e as pessoas que assinam nem olham, só assinam.”</i>
P5	<i>“Não, pois os critérios de avaliação não se relacionam com a minha graduação.”</i>
P6	<i>Não. É feita de forma displicente, por equipe que mantém pouco ou nenhum contato com o docente avaliado.”</i>
P7	<i>“Não, pois mesmo dentro da escola, não tenho contato com os avaliadores e não somos orientados para melhorar.”</i>
P8	<i>“Não é democrática e as vezes mascara – apenas para cumprir – e ainda impede participar de atividades importantes como PNAIC e aumento vertical.”</i>
P13	<i>“Sim. Auxilia quando toda a equipe pedagógica e administrativa se envolve para apoiar o trabalho.”</i>
P14	<i>“É feita pela comissão de Estágio Probatório, nunca tive problemas até agora, porém já soube de casos onde o funcionário foi avaliado de forma injusta e com motivos pessoais.”</i>
P15	<i>“Acho que sim, de maneira prática, porém acho que se deve avaliar o profissional atuante em sala de aula (quadra) para que realmente se tenha bons profissionais.”</i>
P17	<i>“Considero democrática, por ter uma equipe formada por gestores e professores que avaliam o Estágio e, principalmente, por haver a necessidade de aferir a aptidão e capacidade do servidor no cargo. Portanto auxilia no aprimoramento.”</i>
P18	<i>“Poderia melhorar. Ser pontuado sempre e não somente no período de avaliação.”</i>
P19	<i>“Sim, apenas alguns funcionários que estão aptos à avaliar não tem muito contato com os profissionais avaliados em algumas escolas. Ex: na escola</i>

	<i>em que trabalhei anteriormente.”</i>
P20	<i>“Não seria necessário três anos, tendo base que isso não avalia (depois do estágio a pessoa falta) e você já passou pelas etapas do concurso.”</i>

FONTE: Dados obtidos pela autora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

A análise da percepção dos docentes sobre uma avaliação democrática demonstra que, embora apresentem uma visão de certa forma, generalizada em relação ao campo educativo, possuem também posturas diferenciadas a cerca das características desse universo sócio cultural. Há um compartilhamento hegemônico de ideias, percepções e estratégias, contudo, as mesmas não são uniformes sobre a organização e concepção do espaço como democrático, em face da avaliação do Estágio Probatório.

Nesta categorização propõe-se destacar e analisar como o próprio profissional em Estágio Probatório pensa os processos avaliativos pelo qual está sendo avaliado. Verifica-se um interesse e observação desses profissionais pela circunstância de avaliação e pelos indicadores que são objeto de análise para expressar sua competência ou não para o cargo público. Neste sentido o termo “democrático”, permitiu às entrevistadas uma reflexão necessária antes da organização de suas escritas no instrumento de coleta de dados.

No que se refere a questão democrática, a colaboradora P2 explicita que *“Sim, pois temos como questionar a avaliação feita pela direção.”* No entanto tem-se nessa colocação da professora uma visão parcial do que é uma escola democrática, a partir do uso das fichas de acompanhamento do Estágio Probatório, pois a mesma parece não conciliar a ideia de que ao chegar à escola, este processo de avaliação é objeto de uma decisão verticalizada e instrumento que não pode ser alterado ou questionado. Este instrumento deve ser preenchido a partir de uma lógica própria não discutida no interior da escola, por aqueles que de fato vivem e fazem essa avaliação acontecer. Deste modo, a nota pode ser questionada, mas as questões que podem vir a compor essa nota, não podem ser alteradas.

Neste sentido, nas palavras de Giroux (1997, p.27) “o conhecimento escolar é desconsiderado e os professores são com frequência retratados como estando presos a um aparelho de dominação que funciona com a precisão de um relógio suíço.” Ou seja, a escola, levada a se ocupar com o domínio de técnicas e da transmissão do conhecimento de caráter instrumental, possui poucos momentos

coletivos de reflexão de suas próprias práticas e do alcance de suas ações na composição de um quadro social.

Outra descrição a partir da pesquisa, que gera certa dúvida sobre a concepção do termo ou ideia de democracia, pode ser percebido no destaque à colocação da P17, *“Considero democrática, por ter uma equipe formada por gestores e professores que avaliam o Estágio e, principalmente, por haver a necessidade de aferir a aptidão e capacidade do servidor no cargo. Portanto auxilia no aprimoramento.”* O fato daqueles que a avaliam não poderem participar em maior medida em seus processos de formação, em função das urgências da escola, o acompanhamento ao profissional em Estágio Probatório pode não ser tão democrático, quanto vislumbrado pela professora em destaque, pois efetivamente o acompanhamento ocorre de modos diferenciados nas unidades de ensino. Cada integrante da equipe avaliativa pode tomar a análise dos professores em avaliação, a partir de suas próprias percepções, o que não confere uma postura democrática avaliativa. Reforçando que é uma questão não assegurada pelo modelo de documento utilizado para a validação do período de Estágio Probatório.

No entanto, a maioria de professores entrevistados explicou que o termo *democrática*, talvez não fosse o mais indicado para representar a organização da avaliação do Estágio Probatório, conforme aponta P3: *“Democrática, fico em dúvida. Acho que a avaliação deveria ser participativa, para sabermos o que está certo e o que está errado para aprimorar.”* P5 também afirma que *“Não, pois os critérios de avaliação não se relacionam com a minha graduação.”* assim como P8 *“Não é democrática e as vezes mascara – apenas para cumprir – e ainda impede participar de atividades importantes como PNAIC e aumento vertical.”* (PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, vinculado ao MEC)

A expressão dos professores sobre a avaliação pela qual passam no Estágio Probatório, mostra que durante o percurso de formação e de reflexão da função docente, ao adentrar a carreira, trazem consigo uma constituição intelectual própria sobre a função e sobre o que é avaliação democrática.

Giroux (1997) contribui neste sentido, enfatizando que o professor deve ser entendido como personagem principal do processo de democratização e transformação do ensino. Daí se depreende que não se trata de um coadjuvante que está a postos apenas para fazer cumprir determinações pedagógicas sem refleti-las e considerá-las necessárias ao momento pedagógico em que se encontra.

A partir destes apontamentos é necessário considerar o papel do Estágio Probatório na composição do profissional que, atendendo às necessidades da RME, tende a colocar em suas ações pedagógicas mais do que teorias. Para Silva (2011, p. 338), os professores “são agentes que, de acordo com sua posição social, em sentido largo e estrito, reproduzem modos de ser e estar no efetivo exercício de suas funções. [...] têm um padrão de comportamento constituído pelas características de suas práticas.”

A democracia deve ser entendida aqui como uma forma de exteriorizar o pensamento sobre as práticas formativas docentes. É necessário o compromisso de “articular uma linguagem que possa contribuir para o exame do campo de educação docente como uma nova esfera pública, a qual busque recuperar a ideia de democracia como movimento social de liberdade individual e justiça social.” (GIROUX, 1997, p. 203).

Este entendimento refere-se à postura dos professores diante de seus alunos e da escola pública, quando os processos de ensino, aprendizagem e formação valorativa, possuem relação ao respeito às culturas e às necessidades que apresentam na sociedade brasileira. Portanto, importa ter como prioridade, os processos vividos pelos professores entendidos como intelectuais da educação, cuja função para além de aspectos técnicos, reedificando a composição de um quadro de perspectivas educacionais que objetivem a consolidação da função docente e dos aspectos que a constituem.

Quadro 06 – Categorização 04 – As demandas do desenvolvimento profissional inicial docente.

Identificação	Verbalizações e depoimentos de professores/as.
P3	<i>“O professor deveria ser indagado e ouvido em muitos pontos importantes, como por exemplo, no que dá certo ou não na aprendizagem. Pois sinto muito forte a imposição de situações para trabalharmos, o que não dá certo.”</i>
P11	<i>“Continuação de formação continuada, abrangendo temas que foquem as realidades em sala de aula. Maior apoio das famílias.”</i>
P14	<i>“Melhor organização da EPA, diminuir ou melhor, acabar os privilégios e regras que valem para uns e para outros não; divisão do tempo de utilização de ferramentas de trabalho como o computador, por exemplo, e bom senso na hora de cobrir faltas, não sobrecarregando sempre os mesmos profissionais.”</i>
P15	<i>“Acho que conteúdos e objetivos são 90% do trabalho pedagógico e sinto falta de ajuda para desenvolver boas aulas com os materiais que temos.”</i>
P16	<i>“Melhor acompanhamento do setor pedagógico; maior participação das famílias de forma a colaborar com a aprendizagem dos alunos. Ações</i>

<i>eficazes de incentivo à leitura.”</i>
--

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir de pesquisa de campo com professores em Estágio Probatório na RMEC e em estudo exploratório.

No quadro de análise composto acima, pretendeu-se verificar a participação do professor em Estágio Probatório como indivíduo que pensa sobre sua função e evidencia preocupações com a educação, num movimento de auto avaliação, o que o leva a contribuir com a melhoria da qualidade profissional para o ensino público. Tomar sob a perspectiva de análise seus saberes e os seus interesses por ações decisórias vinculadas à escola e a função que desempenham, configuram-se proposições de acréscimo ao trabalho docente, constituindo o respeito à percepção dos mesmos frente ao cotidiano pedagógico.

Os saberes que os professores mobilizam, segundo Tardif (2000), são utilizados no trabalho cotidiano e lhes possibilita desempenhar suas funções para atingir seus objetivos. Deste modo, as apreensões dos professores no que se refere ao âmbito da qualidade no ensino, perpassam aspectos correlatos à função social da escola, aos métodos pedagógicos e da avaliação, e fazem ainda referência aos pais, como se percebe na opinião do P3: *“O professor deveria ser indagado e ouvido em muitos pontos importantes, como por exemplo, no que dá certo ou não na aprendizagem. Pois sinto muito forte a imposição de situações para trabalharmos, o que não dá certo”*. Ainda sugeriu o P16: *“Melhor acompanhamento do setor pedagógico, maior participação das famílias de forma a colaborar com a aprendizagem dos alunos. Ações eficazes de incentivo à leitura.”*

Estas preocupações, estão vinculadas aquilo que o professor é capaz de perceber e compreender a partir de suas experiências teórico práticas, mesmo enquanto profissional da educação em Estágio Probatório, pois constitui-se professor na reflexão sobre os múltiplos conceitos em contextos vividos. Neste sentido Shulman (1986, p.25) considera que “o professor é capaz de reflexão que leva ao autoconhecimento, à consciência metacognitiva que distingue o artesão do arquiteto, o guarda-livros do auditor.” Em outras palavras, um profissional com competência suficiente para não somente praticar e entender suas possibilidades enquanto docente, mas também capaz de informar/justificar/explicar/transmitir aos outros, de forma pró-ativa os motivos das decisões e ações profissionais pelas quais passa a optar.

Ainda nas palavras de Shulman (1986, p.25), isso se deve porque “há um grande desafio quando se fala em formação profissional: estas pedagogias devem manter um padrão não só acadêmico, mas também um padrão particular da atividade profissional”, ou seja, a sociedade espera que a formação profissional docente se dê de modo que os professores realizem “um bom trabalho, devendo entender a sua profissão da maneira como atuam e, atuando, entendam que estão de alguma forma servindo alguém.” (SHULMAN, 2005, p.53).

b) Estágio probatório e a visão dos Diretores:

Outra frente de análise se constitui no discurso dos diretores que avaliam e acompanham o processo de avaliação no Estágio Probatório. As categorizações foram realizadas com base na transcrição direta das entrevistas por eles concedidas. Foram organizadas cinco categorias: *preparo e acompanhamento do Estágio Probatório*; - *Observância da lei 10.815/2003 nos processos do Estágio Probatório*; - *As lacunas e possibilidades do acompanhamento e as orientações no período do Estágio Probatório*; - *Os critérios e instrumentos utilizados*; - *O trato da avaliação: critérios e formas de lidar*.

Figura 3 – Categorização a partir da pesquisa realizada com os Diretores.



Fonte: Elaboração da autora a partir de pesquisa e análises dos dados vinculados aos questionários aplicados a professores diretores e pedagogos das escolas municipais, 2017.

Quadro 07 – Categoria 1: Preparo e acompanhamento do Estágio Probatório.

Identificação	Verbalizações e depoimentos de diretores/as
D1	<i>“É tudo de acordo com as orientações que vem, não tem curso destinado para a questão do exame do Estágio Probatório, não tem. É de acordo com as normativas. São as normativas que vem diretamente do Núcleo, às vezes vem on line, às vezes por malote...”</i>
D2	<i>“Os diretores das escolas recebem orientações a respeito da avaliação, mas a equipe que avalia, é o diretor que organiza e é o diretor que passa as orientações.”</i>
D3	<i>“A gente faz a avaliação conforme as orientações que vem da rede, não tem formação específica. Fazem dois anos, um ano e pouquinho que estou na direção da escola e não tive formação nenhuma. A gente recebe orientação da própria equipe do Estágio Probatório. Via e-mail e via telefone.”</i>
D4	<i>“Formação para o pessoal que acompanha o Estágio Probatório não vi nenhum tipo de formação nesse aspecto.[...] eu por exemplo já participei de comissão avaliativa, mas não tive nenhum tipo de acompanhamento ou formação para que eu seja avaliador.”</i>
D5	<i>“O processo de formação, acaba que, a gente faz uma reunião na própria unidade, já no início a gente faz com o conselho de escola, a definição de quem fará parte da comissão de estágio probatório. Ela acontece anualmente, no início do ano. Não temos. Temos informações via e-mail, bem claras de como deve acontecer. Eu tive uma capacitação já no início da gestão, isso foi em 2012. É nos foram passadas todas as informações de como funciona. Eu acho assim, que dentro da questão do estágio probatório a avaliação em si, ela não é complicada, ela não é difícil.”</i>
D6	<i>“Na realidade a proposta da prefeitura hoje tem uma formação direcionada para o gestor, até tem algumas lá no site aprender, que ofertam esses cursos, e aí o gestor acaba multiplicando para a Equipe. É um curso a princípio de quatro horas, esse inicial, aí a gente pode estar repassando pra</i>

<i>equipe que avalia o servidor (professor)."</i>

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

Na rede municipal de ensino, os diretores são eleitos, e são profissionais professores e/ou pedagogos que participam de processo eleitoral, ao se candidatar. Após um processo político eleitoral, em que concorre com outra/s chapas da escola, é eleito como diretor. As incumbências técnico administrativas e de gestão da escola, esta última decorrente das formas organizacionais dos vinte últimos anos, tendem a torná-lo um representante administrativo da mantenedora e estas incumbências se confundem com sua trajetória também de pedagogo ou docente.

Observou-se que estão conscientes de que o processo da forma como está, deixa a desejar como avaliação e acompanhamento dos professores que ingressam na escola. Inicialmente, nas entrevistas suas condutas mostraram tão somente uma função de cumpridores das ordens da mantenedora.

As respostas a esta primeira questão mostraram que os diretores não recebem uma formação para atuar como aqueles que acompanham o exercício profissional dos professores que ingressam nas escolas. Também, não organizam esta formação ou mesmo não partilham esta formação com os pedagogos, por exemplo.

Milstein e Mendes (1999), autores que analisam a noção decorrente do estudo sobre a circulação de capitais, a partir da noção de *arbitrário cultural dominante* (BOURDIEU, 1980), termo utilizado para delimitar aqueles dados significativos que predominam nas culturas escolares e definem o sentido legítimo das práticas escolares, em relativa correspondência com os significados da estrutura social. O termo *arbitrário* aponta, justamente, para o caráter não natural, nem inevitável, nem necessário desses significados. Isto é, são formas de agir que poderiam ser modificadas segundo Milstein e Mendes (1999).

Quadro 08 – Categoria 2: Observância da lei 10. 815/2003 nos processos do Estágio Probatório

Identificação	Verbalizações e depoimentos de diretores/as
D1	<i>"Não. Posso até conhecê-la, mas não lembro o número das leis."</i>
D2	<i>"Nunca recebi a Lei. O que a gente tem do Estágio é o que está lá no programa que a gente entra, no RH meta 4, e na formação que eles falam dos critérios, mas da Lei a gente nunca tomou ciência."</i>
D3	Responde com um gesto de negativa com a cabeça.

D4	“Sim, veja bem..., a gente sempre pede instrução, eles passam pra você por e-mail, te orientam, tudo a respeito da lei.”
D5	“Nós passamos todas as informações para os profissionais, da lei. E eles tem já essa informação pra que eles possam estar acompanhando.”
D6	“Na verdade assim, nós temos acesso, mas assim que eu saiba de cor exatamente o que está escrito lá, não. Tem essas orientações, então tem a equipe que está sempre lembrando dos processos, lembrando dos períodos, quando às vezes vence de alguém, né? Que veio de outra escola e tem que passar por aquela transferência que eles fazem. Efetivo mesmo não. Nós temos acesso, mas não é consultado assim, só quando necessário mesmo.”

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo no estudo exploratório.

Os diretores confirmam em suas respostas as formas de agir que já estão introjetadas em sua função. Nessa constituição, é importante considerar a *consciência prática*, definida por Bourdieu (1980), na qual tais significados expressam-se como *saberes* que estão incorporados nos sujeitos na forma de predisposições, funcionando de modo fortemente imediato e automático nas configurações de seus comportamentos e reações.

Os autores Milstein e Mendes (1999), referem-se à *homogeneização dos tempos e ritmos* na escola para a realização de atividades, algo que exige muito esforço dos profissionais docentes, como uma forma ou modelo único de planejar: a fidelidade a reuniões pedagógicas, formas instituídas de avaliar etc.

Nesta perspectiva, segundo Bourdieu (1980), as práticas dos indivíduos não são simples execuções das normas explícitas, mas traduzem um sentido de jogo, que se adquire mediante o *habitus*: o sentido prático. Hagemeyer (2006), refere-se a esse sentido, que se define como aptidão para mover-se, agir e orientar-se, de acordo com a posição ocupada no espaço social, segundo a lógica da instituição em que atua, da função e da situação na qual está inserido.

Como Bourdieu (1980) afirma com relação ao *habitus*, essas disposições são interiorizadas como atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar interiorizadas pelos indivíduos, em razão de suas condições de existência, e que funcionam como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão.

Esta interiorização de suas funções, constitui um mecanismo de ação, à medida que os comportamentos e valores apreendidos são considerados como óbvios, quase naturais, instintivos. A interiorização permite ao diretor cumprir passos dessa admissão sem ser obrigado a lembrar-se explicitamente das regras para a ação, porque age respondendo como representante do poder na instituição, que

decide sobre o que será considerado ao admitir o professor, como servidor das escolas da SME de Curitiba.

Para os diretores, mesmo sem interpretar a legislação que institui e regulamenta o Estágio Probatório, passaram a se desemcumbir desta avaliação dos professores em sua escola, a partir de uma sequência de ações que são finalizadas pela admissão dos professores como funcionários da RMEC, sem considerar a importância da função docente e suas necessidades nesta fase inicial.

Quadro 09 – Categoria 3: As lacunas e possibilidades do acompanhamento e as orientações no período de Estágio Probatório.

Identificação	Verbalizações e depoimentos de diretores/as
D1	<p><i>“Então, a primeira vez que a pessoa entra do concurso e está em Estágio Probatório, a escola tem que orientar esse profissional de como ele é avaliado, quais são os itens em que ele vai ser avaliado, nessas seis avaliações que ele terá pela frente. Então ele tem que ter essa orientação pela escola em que ele está iniciando.”</i></p> <p><i>“É orientado até mesmo no início do ano. Em que se faz a reunião inicial, em que a gente coloca a questão dos cursos que tem que ser feitos; a importância dos cursos ofertados pela SME, às vezes em particular e às vezes no grande grupo mesmo.”</i></p>
D2	<p><i>“É a gente procura sempre acolher bem esse professor, e a gente passa para ele qual é a função que ele vai assumir; a gente orienta quais são as normas as regras da escola, os direitos e deveres que ele tem. [...] aqui a gente orienta para que ele se sinta acolhido, para que ele possa realmente desenvolver a função para a qual ele foi destinado. Então esse ano, na escolha de turmas, nós recebemos três servidores novos, aí já perguntei se ia assumir agora, ou se já estava atuante, né? Perguntei qual era o interesse de turma, qual a preferência, pra ver se a gente organiza de acordo com aquilo que ele tenha perfil e que se sinta bem, também.”</i></p>
D3	<p><i>“A gente faz as orientações é ..., quando chega. A gente tem até uma que é bem novinha, ela entrou ano passado. Ela é bem novinha na rede, então a gente chama pra conversar, mostra como que são as regras da escola. Como que funciona tudo.”</i></p>
D4	<p><i>“Você veja bem, acho que ... ele quando ele já faz o concurso público, já está bem específico ali no próprio concurso quais são as suas atribuições, já é um dever né, dele saber quais as suas atribuições dele. No entanto, mesmo chegando na instituição ele recebe, sem dúvida nenhuma um feedback, ele conversa com a direção, conversa com o setor pedagógico. Inclusive ele tem várias capacitações de iniciantes na rede.”</i></p>
D5	<p><i>“[...] tem toda essa orientação já na primeira reunião que nós fazemos com a equipe. Em seguida, elas (pedagogas) estão sempre sentando com as professoras, né? Fazendo essa orientação pedagógica dentro daquilo que, na área que ela está atuando. Enquanto direção, a gente está sempre observando, essa é minha maior preocupação o desenvolvimento da professora dentro da sala de aula.”</i></p>
D6	<p><i>“Eu sempre converso muito com as pedagogas, porque elas estão assim mais de perto na questão pedagógica, é de realmente estar do lado desse profissional, porque o que pra nós parece muito óbvio, né, para aquele profissional é como se eu estivesse, para alguns casos, ensinando japonês. Então eu tenho que pensar como ele.”</i></p>

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo no estudo exploratório.

Esta questão, que trata do acompanhamento e das orientações, foi formulada no sentido de perceber como os diretores se colocavam diante de uma função, que fosse além dos trâmites burocrático administrativos. Trata-se da dimensão do educador na função do diretor. Neste momento observa-se que apresentam uma atitude de resgate e de maior reflexão sobre o que significa orientar os professores iniciantes em seu exercício profissional.

As diretoras manifestaram preocupação com o aspecto que reconhecem como de interação e de relação humana na escola, embora sempre permeadas pelas regras a cumprir, como aponta em suas declarações o D2. É como se a diretora lembrasse que há uma lacuna nesta orientação e que algumas ações eram realizadas na direção do acolhimento do professor iniciante.

Com relação à função dos diretores, cabe lembrar que segundo Giroux (1997, p.27), o conhecimento escolar não pode estar preso a um aparelho preciso de dominação. Neste sentido os diretores personificam a preocupação com o domínio de técnicas e da transmissão do conhecimento de caráter instrumental, desconhecendo o alcance de suas ações na busca da participação dos professores iniciantes, na construção da proposta pedagógica da escola. Neste contexto, o Estágio Probatório demanda uma outra conotação, a ser problematizada por todos os profissionais da escola.

Quadro 10 – Categoria 4: Os critérios e o instrumento utilizados

Identificação	Verbalizações e depoimentos de diretores/as
D2	<i>“São apenas os critérios em conformidade com os indicativos do setor responsável. Não há critérios da escola. E eu acho bem difícil, porque eu acho muito técnico aquilo lá. As vezes foge do nosso cotidiano aqui, né? Então, o pessoal adota uma postura, tem pessoas que adotam uma postura porque estão em Estágio Probatório e depois do Estágio Probatório, né? Algumas situações acontecem, a pessoa se prevalece porque tem a tal da estabilidade. Enquanto está em Estágio...”</i>
D3	<i>“Olha, sinceramente, eu acho que não funciona o Estágio. Porque assim, eu sou do jeito que eu sempre fui, entendeu? O profissional é aquilo que ele é. Independente do Estágio Probatório ou não. [...] Não que eu esteja desmerecendo o Estágio Probatório. Eu acho que na verdade a avaliação tinha que ser uma coisa contínua. Entendeu? Três anos pra mim é muito pouco, porque infelizmente tem gente que acha assim, passei pelo Estágio, tô livre. Tá entendendo? Agora eu posso ser aquilo que eu sou.”</i>
D4	<i>“Eu acho que essa avaliação do Estágio Probatório ela deveria ser um pouco, um pouco não, bem mais cautelosa e muito mais criteriosa, sabe? Às vezes as pessoas confundem muito, o simples fato da pessoa ter uma amizade, uma com a outra e coisa e tal. Essa avaliação deveria ser feita não</i>

	<i>só aqui dentro da escola, como deveríamos ter uma equipe fora da escola, uma outra equipe diretiva onde todos deveriam se reunir e fazer essa avaliação em reunião todo mundo junto, especificamente sobre aquela pessoa, porque ele é muito aleatório, entendeu? [...] Não é uma avaliação muito criteriosa. Eu acho que deveria ser muito mais criteriosa. Muito mais criteriosa.”</i>
D6	<i>“Sinceramente, eu acho que está ultrapassado.[...] E o servidor ele é avaliado por nota e me preocupa porque eu não sei como é encaminhado em outras escolas. Aqui eu fico segura porque realmente é no processo. A gente está olhando o dia a dia, então o profissional só será prejudicado se realmente não está adequado pra aquela função.”</i>

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

Nesta questão os diretores avançaram para uma reflexão mais coerente com sua visão de profissionais educadores e agentes culturais. O D2, ao abordar os critérios de avaliação, refere-se à *“conformidade com os indicativos do setor responsável. Afirma em seguida que “Não há critérios da escola”. Refere-se ao processo da avaliação do Estágio Probatório como “muito técnico”; e que foge “do nosso cotidiano”. Observa-se aqui uma consciência sobre a cultura da escola, presente e a ser considerada ao contribuir com a constituição de novos professores para a mesma.*

A D4 refere-se ao processo avaliativo em si considerando a necessidade de esta ser *“[...] bem mais cautelosa e muito mais criteriosa”*. A diretora admite que a avaliação não deveria ser realizada exclusivamente pela escola, mas *“deveríamos ter uma equipe fora da escola [...]”,* sugerindo ainda que *“uma outra equipe diretiva onde todos deveriam se reunir e fazer essa avaliação[...]”*. Esta sugestão diz respeito a avaliar uma só pessoa, um só professor, e neste momento a diretora não faz referência à possível valorização da profissão de docentes que iniciam seu trabalho profissional, o qual precisam aperfeiçoar.

Não se constatou nas respostas a preocupação com a interlocução com estes professores, isto é, com a necessidade de ouvi-los em suas necessidades e mesmo iniciativas diante dos desafios da profissão. As posições voltaram-se ao aperfeiçoamento do processo de avaliação em si.

A D6 referiu-se ao fato de que este é um processo *“que está ultrapassado.[...] E o servidor é avaliado por nota e me preocupa, porque eu não sei como é encaminhado em outras escolas”*. Descreve uma sensação de segurança pelo fato de este processo acontece na escola e reafirma: *“Aqui eu fico segura porque realmente é no processo. A gente está olhando o dia a dia, então o profissional só será prejudicado se realmente não está adequado pra aquela função”*.

Mesmo quando a profissional se refere ao âmbito da cultura da escola, visualiza somente a avaliação do professor iniciante em Estágio Probatório, como candidato a uma profissão para a qual estará ou não adequado/a, processo no qual não se vê como participante e gestor no que diz respeito a contribuições para a organização e formação didático pedagógica.

Cabe detectar nessa forma de visualizar e agir sobre este processo, a constituição do *habitus*, que Bourdieu (1980) define como *consciência prática*, na qual os significados que emergem, expressam-se como *saberes* incorporados nos sujeitos, na forma de predisposições. Funcionam de modo imediato e automático nas configurações de seus comportamentos e reações, como se pôde observar.

Quadro 11 – Categoria 5: O trato e as formas de lidar com o processo de avaliação.

Identificação	Verbalizações e depoimentos de diretores/as
D1	<i>“É contínuo. Ele é avaliado diariamente. Mas não tem um momento específico em que você fica junto com o profissional para avaliar o seu trabalho, é a questão do dia-a-dia mesmo.”</i>
D2	<i>“A nossa equipe avaliativa é composta pela direção e pelos pedagogos que acompanham também o trabalho diário. Porque o que eles orientam, é que seja uma pessoa da comunidade, que faça parte do conselho de escola, um professor para avaliar e a equipe pedagógica mas eu fico pensando, como é que uma pessoa da comunidade, que não acompanha o trabalho dessa pessoa que está sendo avaliada, vem aqui junto com a gente para avaliar? Ela vai se basear naquilo que nós vamos apresentar pra ela, então não vejo sentido! Pra me respaldar também, porque a pessoa pode não aceitar a avaliação, eu pego, né? Por conta própria, assim, a gente passa pelo conselho de escola, mas a gente se respalda junto com os pedagogos, que é a pessoa que está acompanhando o trabalho pedagógico. Porque senão, não há sentido. É complicado!”</i>
D3	<i>“A gente convoca a equipe, a comissão, também, né? Se reúne, fala, coloca as questões, cada um fala seu ponto de vista em relação a pessoa que está sendo avaliada. Nos pontos que a gente tem, por que a gente tem os pontos pra avaliar. Né? Então, cada ponto é colocado, daí a gente discute sobre o ponto e chega em um acordo comum ... em relação a nota.”</i>
D4	<i>“Bom veja bem, acredito eu que ... essa ficha de avaliação do Estágio Probatório é igual pra todas as escolas, até porque tem um sistema onde a direção das escolas entra e faz a impressão, onde sai todos os nomes dos avaliadores, os mesmos analisam vê a capacidade do avaliado, um dos exemplos é assiduidade é, um dos itens é assiduidade, preparação para o trabalho. São vários itens, o que acontece? Todos os avaliadores visualizam, vê a situação realmente do servidor e se realmente a nota dele vai ser de acordo com aquilo que ele apresenta dentro da escola.”</i>
D5	<i>“A avaliação, ela acontece já no início do ano letivo. Após formada a comissão, é feito um ofício de ciência do servidor que ele vai ser avaliado durante o ano letivo, em seu período de avaliação. Então assim, acontece muito desse período de avaliação acabar oscilando a data. Por que? Justamente por afastamentos, às vezes pode se prolongar, então não existe uma data fixa, desde que não haja afastamentos.[...] E o servidor ele está ciente de que durante o ano letivo, né, a gente faz essa observação, faz o acompanhamento”.</i>
D6	<i>“Então... a partir do momento em que a equipe é composta, nós</i>

	<p><i>conversamos com todos que vão avaliar e mostramos quais são os critérios; não temos critérios próprios da escola, são aqueles critérios propostos na avaliação, aí a gente vai avaliando no período. Não tem um dia específico que a gente vá sentar... hoje segunda-feira a servidora tal vai ser avaliada. Então é no processo, durante tudo o que está acontecendo. [...]A partir do momento que a servidora chega na escola daí a gente já apresenta a equipe, mostra que tem exposto lá na sala do professores. [...]Uma coisa que eu não falei sobre a equipe é tentar que a equipe seja a mesma, alguém que trabalhe manhã e tarde na escola, como nós temos essa facilidade, tem várias pessoas que estão de manhã e à tarde na escola, então nós tomamos esse cuidado. Salvo as pedagogas que nós não temos a mesma para manhã e tarde.”</i></p>
--	---

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

As diretoras deixaram claro que o momento ou o próprio processo em que acontece a avaliação, sempre está respaldado pelos pedagogos, e este é um dado importante a destacar. A D2 esclarece ainda que este é um processo no qual participam várias instâncias da escola representadas como orientação da SME de Curitiba e refere-se à preocupação de passar pelo Conselho da escola: *“Por conta própria, assim, a gente passa pelo conselho de escola, mas a gente se respalda junto com os pedagogos, que é a pessoa que está acompanhando o trabalho pedagógico. Porque senão, não há sentido. É complicado!”*

A D6 refere-se à equipe que avalia *“ [...] tentar que a equipe seja a mesma, alguém que trabalhe manhã e tarde na escola [...], então nós tomamos esse cuidado. Salvo as pedagogas que nós não temos a mesma para manhã e tarde.”* Há nesta exposição a preocupação da gestora escolar em conduzir as práticas avaliativas referentes ao Estágio Probatório com o cuidado necessário ao momento, pois ao indicar que a equipe avaliativa possa integrar os turnos de trabalho da escola, aproxima-se de uma equidade avaliativa próxima ao desejado para esta etapa pela qual o servidor público municipal se constituiu profissional da educação.

D4, fala sobre a ficha de avaliação *“... essa ficha de avaliação do Estágio Probatório é igual pra todas as escolas, até porque tem um sistema onde a direção das escolas entra e faz a impressão, onde sai todos os nomes dos avaliadores”*. Os diretores prendem-se aos quesitos desta ficha de avaliação, que avaliam assiduidade, preparação para o trabalho, entre outros itens. Segundo este gestor, *“Todos os avaliadores visualizam, veem a situação realmente do servidor e se realmente a nota dele vai ser de acordo com aquilo que ele apresenta dentro da escola.”*

Constata-se que a avaliação, segundo dois diretores, se dá como um processo em que todo o tempo o professor estaria sendo avaliado. No entanto no momento final da avaliação, torna-se muito difícil emitir julgamentos quando há alguns problemas de não adaptação ou dificuldades dos professores. Neste caso as diretoras não se vêem como possíveis interlocutoras dos professores, para uma conversa franca e com a possibilidade de busca de soluções conjuntas.

Esta possibilidade foi delegada em suas falas aos pedagogos e de fato é possível constatar que os depoimentos e posições dos/as pedagogos/as, categorizados e analisados na sequência, trazem aspectos de maior franqueza para a discussão sobre o Estágio Probatório, assim como tratam mais de perto as questões substantivas da inserção dos professores na carreira profissional, discutindo alguns de seus significados na Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

c) O Estágio Probatório e as aquisições da docência na visão dos pedagogos

Os pedagogos aparecem e trazem aspectos a considerar na necessidade de esclarecer questões da pesquisa, notadamente relativas ao ponto chave do processo pedagógico, instaurado a partir de uma cultura escolar que por vezes cerceia a cultura dos profissionais da escola. Também toma-se a questão da formação docente, como vinculada ao período do Estágio Probatório, na constituição da carreira de professor.

Neste caso, cinco categorias foram organizadas considerando – *Participação e contribuições do setor pedagógico*; - *Percepções da visão didático pedagógica*; - *O que e como se avalia*; - *Avaliação: necessidades e aspectos a serem retomados*; - *Avaliação e formação no processo*.

Figura 4 – Categorização dos dados a partir da pesquisa com os Pedagogos



Fonte: Elaboração da autora a partir do projeto de pesquisa e das análises dos dados vinculados aos roteiros de questionários aplicados aos diretores e pedagogos das escolas municipais e dos roteiros de questionários aplicados com os professores durante o estudo exploratório.

Quadro 12 – Categorização 01: Participação e contribuições do setor pedagógico na avaliação do Estágio Probatório.

Identificação	Verbalizações e depoimentos das pedagogas.
Ped1	<i>“Eu participo de uma forma bem efetiva no que me pedem, então quando a direção se reúne com a gente para conversar sobre a pessoa que está em Estágio Probatório a gente coloca aquilo que é necessário ser atingido, se atingiu ou não. Tenho condições de avaliar e acredito que, não menosprezando as outras pessoas, mas acredito que o setor pedagógico é sim a melhor e mais sensata escolha para fazer isso.”</i>
Ped2	<i>“Não. Na verdade eu acho assim, desde que eu faço parte da comissão de Estágio Probatório na escola, por ser a pedagoga da escola, eu nunca tive, não me recordo, puxo da minha memória, já fazem 10 anos que eu sou pedagoga, nunca fui a uma capacitação do Estágio Probatório. Nunca me foi dito assim, então você a partir de hoje você é da comissão do Estágio Probatório, então vamos destrinchar essa avaliação. Não me sinto apta porque nunca fui capacitada para. Nunca tive essa formação da nossa mantenedora nunca teve essa preocupação, vamos capacitar, vamos formar quem faz parte da comissão da avaliação do Estágio Probatório dentro das nossas unidades de ensino.”</i>
Ped3	<i>“Apto sim, mas sempre correndo atrás para poder estar apto sempre, porque as coisas mudam, os processos mudam e você tem que estar mudando junto com ele.”</i>

Ped4	<i>“Na realidade é difícil a gente avaliar um colega, né? Que tá chegando. Atribuir uma nota pro desempenho dele. É desconfortável, mas ... Eu acho uma questão difícil.”</i>
Ped5	<i>“Eu não me considero apta, não me considero apta, porque tem os critérios avaliativos, que eles já vem prontos. Não existe uma discussão com as escolas ou, de repente, até com os núcleos, pra que se construa esses critérios aí. E são critérios muito pontuais e a gente sabe que na escola acontecem diversas questões, diversos fatores que muitas vezes poderia entrar como critério na avaliação do Estágio Probatório e que não entram, então eu acho que essa avaliação do Estágio Probatório é pró-forma, pra se cumprir aquela situação de que passou pelo Estágio Probatório.”</i>

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

A partir da ideia de participação e contribuições ao processo de avaliação do Estágio Probatório, os pedagogos revelaram na entrevista certa insegurança com as práticas avaliativas que desenvolvem, pois como apontado pela Ped4 *“Na realidade é difícil a gente avaliar um colega, né? Que tá chegando. Atribuir uma nota pro desempenho dele. É desconfortável.”* De outra vertente que complementa essa questão da insegurança nas ações avaliativas no Estágio Probatório, a Ped2 esclarece que *“Não. Na verdade eu acho assim, desde que eu faço parte da comissão de Estágio Probatório na escola, por ser a pedagoga da escola, eu nunca tive, não me recordo, puxo da minha memória, já fazem 10 anos que eu sou pedagoga, nunca fui a uma capacitação do Estágio Probatório. Nunca me foi dito assim, então você a partir de hoje é da comissão do Estágio Probatório, então vamos destrinchar essa avaliação. Não me sinto apta porque nunca fui capacitada para. Nunca tive essa formação da nossa mantenedora nunca teve essa preocupação, vamos capacitar, vamos formar quem faz parte da comissão da avaliação do Estágio Probatório dentro das nossas unidades de ensino.”* Percebe-se nestes destaques uma ideia relacionada à formação e outra que trata da ação avaliativa sobre outrem. Embora considerando que suas práticas de pedagogas envolvem o trabalho de orientação docente, as entrevistadas demonstram que a avaliação do Estágio Probatório não é necessariamente uma atividade simples e plenamente apoiada por documentos que orientem essa visão para a avaliação.

Para Ball (2003), citado por Santos (2004), o desempenho consiste em uma cultura, um modo de regulação que emprega julgamentos, comparações e termina se revelando como meio de controle e de desgaste, que não avalia ou contribui com os professores em suas carreiras profissionais. Neste sentido os pedagogos tendem a visualizar suas práticas como invasivas, *“desconfortável”* (Ped4), como bem descrito pelos autores a avaliação tomada como estanque aos trabalhos

desenvolvidos na escola é desgastante e torna-se objeto que serve ao controle de um tipo de profissional em função da sua condição de indivíduo avaliado. O que se considera diante dos apontamentos é a necessária retomada de instrumentos e modos de formação aos avaliadores, constituindo um viés de capacitação do profissional com vistas ao trabalho educativo que irá desempenhar.

Por outro lado, tem-se nas palavras da Ped1 a percepção de que as pedagogas tendem a constituir uma condição de preceptoras do trabalho docente e que nem todas consideram de fato que a condição de acompanhar e avaliar os servidores da educação em Estágio Probatório é condição inadequada a sua função de pedagoga, como apontado: *“Eu participo de uma forma bem efetiva no que me pedem, então quando a direção se reúne com a gente para conversar sobre a pessoa que está em Estágio Probatório a gente coloca aquilo que é necessário ser atingido, se atingiu ou não. Tenho condições de avaliar e acredito que, não menosprezando as outras pessoas, mas acredito que o setor pedagógico é sim a melhor e mais sensata escolha para fazer isso.”* Esta pedagoga considera que pode contribuir e que, no sentido de orientar e acompanhar o trabalho docente, o pedagogo é o profissional que melhor pode fazê-lo.

Diante dos fatos, a busca dos profissionais da educação em Estágio Probatório pelo entendimento de suas atribuições pode estar basicamente em pelo menos dois fatores: o sentido de suas ações e a coerência dessas ações em detrimento do processo educativo. O sentido de suas ações, pois precisa compreender a que propósito de formação humana suas atividades pedagógicas tenderão a favorecer. Conhecer a proposta pedagógica da instituição de ensino não representa, circunstancialmente, que estes profissionais reconheçam a tendência educativa que a mantenedora suscita desenvolver. E a coerência dessas ações, em função de como empregar seus conhecimentos pedagógicos nas práticas docentes cotidianas, fazendo com que as mesmas atendam as especificidades da mantenedora pública municipal de Curitiba, no caso.

Assim o pedagogo pode estabelecer os laços entre a formação inicial na graduação e a formação no campo escolar, propriamente dito. Permitindo-se contribuir para as aquisições da docência, pois o professor de acordo com Cunha e Zanchet (2010, p. 193) *“vive em um tempo determinado e em uma sociedade concreta, atravessando e sendo atravessado pelas contradições e pelas incertezas desse mesmo tempo e sociedade”*. O cotidiano atarefado dos pedagogos na RME

de Curitiba, pode não contemplar essa necessária intervenção no trabalho do professor durante os três anos de Estágio Probatório na carreira docente.

Quadro 13 – Categorização 02: Percepções sobre as apreensões didático-pedagógicas no EP.

Identificação	Verbalizações e depoimentos das pedagogas.
Ped1	<i>“Eu acredito que a pessoa tem que estar sempre fazendo novos cursos, novos cursos de formação que acompanham as permanências com as demais profissionais, sabe? Que busque esse conhecimento, porque às vezes a pessoa nunca trabalhou na área, ou sempre trabalhou em escola particular, chega na prefeitura é totalmente diferente, quantidade de alunos, conteúdos, né? Maneiras de lidar com a turma, ninguém é obrigado a ter quando entra no Estágio Probatório.”</i>
Ped2	<i>“Eu pedagoga não posso avaliar esse servidor se eu estiver sempre na minha sala do setor pedagógico. Eu tenho que ir in loco pra ver. Se eu vou falar da relação do professor com o aluno eu tenho que ir in loco onde ele está atuando pra saber.”</i>
Ped3	<i>“Você entra num trabalho, se você não mostra o que você sabe naquele período é uma instância que a prefeitura tem de barrar também os maus profissionais, mesmo assim a gente sabe que passam muitos por esse Estágio e não acontece nada, mas é um momento que a gente tem pra poder fazer alguma coisa. Porque quando se trata de criança, esse profissional tem que vir muito bem formado, com muita vontade de trabalhar, com um querer, porque senão não vai funcionar. Eu acho bem importante e necessário esse Estágio Probatório.”</i>
Ped4	<i>“Talvez alguns profissionais que a gente percebe que tem um probleminha ou outro, que poderia assim dar nove pra ele, as vezes a gente não acaba fazendo para não se indispor com colegas.[...] Eu trato eles como qualquer outro profissional de dentro da escola. É lógico que quando é um profissional que já é da Rede Municipal, que está em Estágio Probatório em um outro padrão, é diferente. Talvez até na mesma escola já é atuante, então a gente já sabe a conduta profissional daquela pessoa. Mas independente, se ele é um profissional que está em Estágio Probatório ou não e que veio de fora da escola, o olhar é mais atencioso no sentido de ver como é que é, conhecer aquela pessoa, do que talvez um profissional que você já conheça o trabalho de anos. Então assim, a gente acaba por acompanhar efetivamente o trabalho dele.”</i>
Ped5	<i>“Todos são orientados, independentemente de estarem em Estágio Probatório.”</i>

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

No que se refere as orientações à formação para a prática docente dos profissionais em Estágio Probatório, na percepção das pedagogas entrevistadas, há a necessidade de acompanhar e intervir, como apontado por Ped5, orientando os professores para as ações em face do processo pedagógico, a partir de “um olhar mais atencioso” como explicitado pela Ped4.

Embora pretensamente capacitado para a atribuição, uma vez que foi aprovado em concurso público para a docência, os professores possuem conteúdos vinculados a graduação realizada, mas podem não compreender como utilizar esses

saberes no campo de trabalho tão específico como a escola e as salas de aula, vinculadas a um pensamento pedagógico da mantenedora municipal de Curitiba, reconhecendo neste mesmo campo a pluralidade cultural e os aspectos sociais que dele emergem.

Shulman (1986, p.12) defende no artigo redigido para a Revista Teaching Education Research que “o mero conhecimento é provavelmente tão inútil pedagogicamente quanto a habilidade sem conteúdo.” Requer-se deste modo, que os pedagogos realizem orientações contínuas em relação a ação docente, o que é indicado pela Ped2, ao afirmar que não poderá avaliar o servidor “*se estiver sempre na sala do setor pedagógico. [...] Se eu vou falar da relação do professor com o aluno, eu tenho que ir in loco, onde ele está atuando para saber.*” O que demanda acompanhar o professor no processo pedagógico, até para poder melhor orientá-lo e na sequência ponderar sua avaliação.

Deste modo a visão didático-pedagógica constituída na prática docente permite ao professor em Estágio Probatório conciliar seus conhecimentos prévios às demandas presentes na escola, pois de acordo com Tardif (2007), as nossas apropriações teóricas devem passar pela teoria da experiência, deste modo, a formação não pode tomar o lugar da experiência. Ou seja, a habilidade de refletir sua prática docente eminente aos conceitos pedagógicos apreendidos, tendo como pano de fundo as diretrizes pedagógicas da mantenedora, o projeto político pedagógico da instituição de ensino, podendo refletir e reorganizar as ações docentes a partir das experiências práticas vivenciadas.

Quadro 14 – Caracterização 03: O que e como se avalia.

Identificação	Verbalizações e depoimentos das pedagogas.
Ped1	<p><i>“As professoras que entram pra fazer parte desse quadro, elas precisam ter uma boa didática, elas precisam ter... horário, elas precisam ter conhecimento daquilo que estão fazendo, sabe?”</i></p> <p><i>“Eu comecei na Rede, e eu tive uma equipe pedagógica bem ruim me acompanhando. Não que elas fossem ruins lá dentro da sala delas, no serviço burocrático, eu como pedagoga agora sei disso, mas esse contato mesmo, pedagoga e professora ...Que eu não era flexível as coisas da escola. Então de repente era um direito meu, e elas não se sentiam a vontade para me pedir para voltar para a escola. E eu fiquei com isso, e vou levar essa visão que elas tiveram de mim. E de repente agora, elas me vêem como pedagoga, devem pensar, ela é pedagoga lá e era tão ruinzinha, não sei... talvez seja isso que a gente passe, a gente fica marcado, uma professora que vem de uma escola particular, canta, dança, faz e acontece, mas...”</i></p>

Ped2	<p><i>“Eu acho que fica muito fragmentada essa avaliação dos professores, muitas vezes eu já presenciei avaliações assim: é preenchida, é dada a nota desse servidor, daí é passada para cada membro de cada segmento. Você concorda, você concorda, você concorda, todo mundo concorda? Então a ata já está pronta com a nota desse servidor, então todo mundo assina e pronto! Tá feita a avaliação desse servidor.”</i></p>
Ped3	<p><i>“A gente acompanhava pelos critérios, mas tem que ter um outro olhar também, um olhar pedagógico, né? Porque você ser assíduo não quer dizer que você é um bom profissional. E eu ... tem algumas coisas ali dentro que eu acho que é falho, eu acho que deveriam ter mais questões que a gente poderia estar avaliando e observando, porque tem algumas coisas ali que não fazem um bom profissional. Porque tem profissional que a gente conhece que está todos os dias na escola e tem um bom planejamento, mas quando ele entra dentro da sala, aquela turma não ganha em nada. Porque o conhecimento é dele, ele não sabe passar, ou ele não tem um domínio de turma e a disciplina tem que acontecer junto pra ter aprendizagem.”</i></p>
Ped4	<p><i>“É feita uma reunião com os membros, e é falado sobre a assiduidade do profissional, a chefia acaba falando, mas é visível também como que é a atuação do profissional. E daí todos acabam por definindo, basicamente pela nota cem. Eu não participei de nenhuma avaliação em que o funcionário foi avaliado com menos de cem.”</i></p>
Ped5	<p><i>“A gente sabe que existe lá os conluios políticos dentro a escola, de amizades dentro da escola e por mais que tenha, que eu vejo assim que tenha aquela comissão do Estágio Probatório, sempre há a possibilidade de dar uma jeitinho para a pessoa que está sendo avaliada. Ou alguém que tem um posicionamento mais firme de convencimento, né em relação aquela pessoa que está sendo avaliada, pra mais ou pra menos.”</i></p>

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

Ao indicarem suas percepções sobre a avaliação no Estágio Probatório constituída, as pedagogas entrevistadas, de modo geral, tendem a refutar o modo como essa avaliação ocorre, considerando aspectos como a dificuldade em avaliar, dificuldade nos critérios de avaliação por parte daqueles que avaliam, a composição dos critérios a serem observados para realizar a avaliação, o aligeiramento e superficialidade com que é tratado esse momento em específico, como pode ser destacado na entrevista da Ped2 “[...] *muitas vezes eu já presenciei avaliações assim: é preenchida, é dada a nota desse servidor, daí é passada para cada membro de cada segmento. Você concorda, você concorda, você concorda, todo mundo concorda? Então a ata já está pronta com a nota desse servidor, então todo mundo assina e pronto! Tá feita a avaliação desse servidor.*” O que também é reforçado no depoimento da Ped4. Neste tipo de avaliação do Estágio Probatório proposta, há espaço para a reflexão da constituição do profissional docente? As atribuições de seus cargos conferem ao pedagogo e também à direção da escola a possibilidade de acompanhar o profissional em Estágio Probatório, mas qual o uso efetivo destas observações no momento do preenchimento das fichas de avaliação propriamente ditas? As questões se multiplicam quando as narrativas transcritas das

entrevistas são lidas, pois parece haver certo desprendimento da mantenedora para com essa etapa de aprovação no serviço público, uma vez que o trato com essa avaliação se dá conforme é possível dentro da escola. Não se observa nestes relatos o acompanhamento eficaz da ação docente desses servidores em Estágio Probatório, contudo há um esforço no próprio campo, para que estes sejam recebidos, orientados e acompanhados ainda que sob a “correria” cotidiana das práticas na escola. Para De Ketele (2010) os processos de avaliação de desempenho devem ser orientados por uma postura de reconhecimento em vez da postura de controle, visto que esta tem como consequência mais efeitos perversos do que positivos sobre a qualidade do ensino de um docente e do seu desenvolvimento profissional.

Diferente do desejado pelas pedagogas entrevistadas, acompanhar e intervir no processo, refletindo as apreensões destes profissionais em Estágio Probatório, não significa que os mesmos receberão notas compatíveis com a realização de suas práticas.

Por mais que a pedagoga observe que o profissional não realizou as adequações por ela sugeridas, ou em algum momento, demonstra “má vontade” na realização de suas atividades conforme orientações pedagógicas, no momento da avaliação do Estágio Probatório em que ocorre o preenchimento das fichas e das notas parciais e final, sua “voz” pode não ser efetiva para corrigir ou indicar as distorções. Prefere-se endossar uma nota menor ou igual a cem para não tumultuar o processo e evitar averiguações ou processos por parte da SME de Curitiba, a pedido ou não do próprio servidor em avaliação. Penna Firme defende que (1998, p. 62) “[...] no seu sentido mais amplo, a avaliação precisa ser impregnada, não só e ciência, mais das artes, para ser mais responsiva aos vários contextos de mudança.”

Em resposta ao que se está avaliando e ao como se avalia, os pedagogos demonstram clareza quanto a sua função pedagógica de orientador das práticas docentes, inclusive demonstram consolidar essa atribuição com intervenções pertinentes, mas o sistema avaliativo em uso tende a não contribuir para que o real envolvimento com as práticas observadas para o Estágio Probatório de fato se consolidem.

Quadro 15 – Categorização 04: Avaliação: necessidades e aspectos a serem retomados.

Identificação	Verbalização e depoimentos das pedagogas.
Ped1	<p><i>“Daí a gente vai dar todo o auxílio pedagógico, estar acompanhando nas janelas, nas permanências, pra que ela consiga ter um contato com o plano curricular, com toda a documentação que ela precisa preencher, o plano de apoio, a gente coloca bem o que a pessoa precisa, né? Explica várias vezes, de repente você chega pra ela e diz que a criança tem um PAPI, mas ela não sabe o que é o PAPI. Então assim, a gente tem que estar acompanhando como uma criança que está aprendendo mesmo, assim quando chegou o que vai fazer, tem que ser uma pessoa bem orientada, para depois você poder julgá-la, né? De repente até dar uma nota pra essa pessoa, você tem que ter feito o seu papel bem feito.”</i></p>
Ped2	<p><i>“O que a gente faz é assim, por exemplo, tem um professor que eu sei que está em Estágio Probatório, ele tá com uma determinada função. Então você chega e orienta ele, [...] você precisa fazer isso, isso e isso. Fala com relação aos horários, fala com relação a postura, como que ele tem que agir frente aquela função que ele está exercendo naquele momento. Passado algum tempo, você começa a observar que o professor realmente não está cumprindo com aquilo que você tinha orientado à ele. Você chama de novo e toma o cuidado de registrar esta orientação, porque em um dos itens do Estágio Probatório tem essa questão que fala do professor estar realmente exercendo a sua função, né? E daí você registra que ele está, quais são suas atribuições, o que ele precisa fazer, que ele esta sendo reorientado, mas agora de uma forma não verbal, de uma forma escrita, e você toma cuidado para que esse professor possa estar realmente fazendo aquilo ..., Ah! Não está fazendo ainda a orientação que ele recebeu, então você chama a direção, faz uma nova ata, com uma nova orientação, mas isso é pra gente tomar cuidado por quê? Porque quando eu for avaliar ele lá no Estágio Probatório, na ficha do Estágio Probatório, na questão se ele está fazendo as atribuições que lhe foram dadas, eu tenha como provar que ele foi orientado. Porque o que aconteceu algumas vezes, não consigo, mas em relatos que a gente já escutou foi assim, o professor foi orientado, ele foi reorientado sempre de forma verbal até mesmo pelo setor pedagógico e no dia da avaliação do Estágio Probatório a ele foi dada uma nota, agora não vou recordar das notas, como uma nota não satisfatória digamos assim, nas atribuições, no cumprimento de suas atribuições e o professor questionar que ele nunca tinha sido orientado, porque não tinha nenhum registro.”</i></p>
Ped3	<p><i>“Eu sinto assim que a gente falha, peca porque não é bem orientado, ele já chega novo, tadinho lá, e as vezes pela correria do dia a dia, a gente até tenta, mas a gente não dá aquela orientação pra eles. Por isso que as vezes acontece esse problema, de muito profissional entrar e ele passar a vida inteira fazendo um péssimo trabalho, por uma má orientação do primeiro momento dele dentro da escola.”</i></p> <p><i>“Eu acredito que o gestor, a EPA em si, junto com o gestor, ele deve e poderia ajudar muito mais, do que só estar avaliando. Eu acho que o diretor deveria fazer parte efetivamente da parte pedagógica, num conselho de classe, em uma permanência. Porque eu não vejo que falte tempo, sabe professora, pra direção estar fazendo esse acompanhamento. Em questão de organização do seu tempo está faltando pra direção de escola, para ela poder estar acompanhando mesmo de pertinho lá o professor. Eu acho que o diretor tem obrigação de saber de todo o pedagógico da escola, não é um administrador apenas, ele é muito mais do que isso. Se ele não mudar essa consciência ele não vai pra frente, os índices não melhoram porque, ou é uma equipe onde todo mundo sabe tudo ou ...”</i></p>
Ped4	<p><i>“Por exemplo, no início do ano letivo a gente já proporciona para todos os profissionais todos os documentos, indicadores de qualidade, currículo, alguns textos de embasamento, como níveis de escrita para quem é do</i></p>

	<i>Ciclo I. De repente numa fala que a gente ache que contemple tudo, não é o que ele queria saber. Talvez venha de lá a pergunta. Tem que esperar um pouquinho também dele. Sentir a escola para depois vir tirar as dúvidas no decorrer do percurso.”</i>
Ped5	<i>“Na verdade a gente procura orientar dentro das diretrizes pedagógicas da mantenedora. Né, então, depende da função que o professor vai assumir aqui na escola, a gente vai orientar ele de acordo com essa função. Nada mais do que isso. Né, então, ele vai assumir lá um primeiro ano, ou segundo ano, então a gente vai pegar lá as Diretrizes e o Plano Curricular e conversar com os professores e explicar, né? Como que é esse movimento dentro da escola. E também lógico, a gente dá algumas orientações quanto ao trato com a criança, algumas orientações sobre a escola, planejamento, óbvio, mas não mais que isso.”</i>

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

A investigação no campo da avaliação docente chama a atenção, como adverte Flores (2010), de que esta encontra-se associada a determinadas visões de ensino e de professor e ao modo como estas são traduzidas em padrões, critérios e indicadores de avaliação. Neste contexto, a retomada dos aspectos relacionados a avaliação confere ao professor a possibilidade de refletir suas ações e adequá-las as necessidades prementes da instituição de ensino. A Ped4 relata que as orientações são ofertadas à todos logo no início do ano letivo, incluindo no “todos” também os professores em Estágio Probatório. A mesma pedagoga afirma ainda que aguarda que o próprio profissional venha até ela para tirar dúvidas.

Há um ponto controverso nesta situação, que está intimamente relacionado à recepção desse profissional em Estágio Probatório na escola por parte do pedagogo, pois este professor pode entender que as orientações foram realizadas e que para desempenhar suas atividades deve buscar maiores informações com seus pares. Neste caso, pode estar recebendo destes informações propícias ao desenvolvimento de sua prática em acordo com as diretrizes municipais ou não.

Embora como descrito pela Ped 5, que procura orientar seus novos professores dentro das diretrizes pedagógicas da mantenedora e de acordo com a função, mas não mais do que isso, faz-se necessário compreender que o profissional do magistério em Estágio Probatório pode ter visões muito específicas da ação docente e compreendê-la, por vezes, como pouco influenciada pelas suas intervenções. Trata-se de pensar nesta condição do aprendizado numa perspectiva espontaneísta de ensino, a depender do colega que o influencia em suas práticas.

É nesse sentido que as reflexões de Gatti (2011) nos ajudam a compreender que a avaliação de desempenho de natureza educativa pressupõe colocar em evidência: a) as realidades locais específicas para o exercício da docência; b) a

formação dos docentes e avaliadores; c) a cultura regional/ local, como campo onde deve assentar-se tal avaliação em uma perspectiva formativa.

Em consonância com o item b, pontuado por Gatti (2011), a Ped3 se percebe como uma profissional com dificuldades para realizar as orientações aos seus professores, pois considera que não foi orientada para tanto. Justifica essa percepção também na “correria do dia a dia”, por mais que tente auxiliar no que é preciso, não consegue realizar a orientação como acha que seria necessário a seus docentes e acrescenta que o gestor escolar não deve se esquivar dessa responsabilidade, vinculada também a reflexão das realidades locais específicas para o exercício da docência (item a, citado por Gatti, 2011).

Para a Ped1, para dar uma boa nota ao servido em avaliação no Estágio Probatório, o pedagogo tem que desempenhar seu papel com efetividade. Considerando, neste sentido a avaliação em uma perspectiva formativa.

A avaliação de professores é um campo complexo e Gatti (2011) adverte que é muito simplista a noção de que um resultado numa escala avaliativa será suficiente para melhorar ou modificar conceitos e práticas ligadas ao trabalho profissional de professores. Nota-se que há uma preocupação do pedagogo com o acompanhamento do profissional em Estágio Probatório, contudo as práticas correlatas ao setor pedagógico demandam um tempo físico que por vezes não propicia a este intervir e a ajudar na adoção – reflexão – aplicação de propostas pedagógicas necessárias ao campo escolar por parte do professor em avaliação de desempenho. Estas intervenções vinculadas a prática dos pedagogos escolares, constitui-se em importante fator que irá, possivelmente, desencadear ações mais assertivas na prática docente destes indivíduos.

Quadro 16 – Categorização 05: As mudanças necessárias à avaliação para a formação em processo.

Identificação	Verbalizações e depoimentos das pedagogas.
Ped1	<i>“No que se refere ao pedagógico sim, sabe? Quando a pessoa entra na escola, a gente já recebe ela com esse olhar. De que ela faça um bom trabalho dentro dessa dinâmica que o Estágio Probatório pede.”</i>
Ped2	<i>“Então você o acompanha pedagogicamente por fazer parte da sua atribuição de pedagogo, mas não que você tome os itens do Estágio Probatório como referência no acompanhamento pedagógico daquele professor. Não é o norte do meu trabalho. A professora X está em Estágio Probatório, então eu preciso acompanhá-la e avaliá-la tomando como norte os itens do Estágio Probatório, até mesmo porque eu não sei quem atualmente são eles.”</i>

Ped3	<p><i>“Primeiramente eu acho importante esse trabalho que você está fazendo, né? Porque o Estágio Probatório na verdade o pessoal vê como uma questão de fiscalização. Eu não acredito que seja fiscalização, mas é um ganho para as próprias meninas que estão participando desse processo de Estágio Probatório, porque é o momento que elas tem alguém que possa sentar não só pra julgar, mas pra orientar também no que estão falhando e elas possam crescer dentro da escola e dentro do lado profissional delas.”</i></p> <p><i>“Queira ou não, o professor ainda vê o pedagogo como o cobrante e não é isso. É o parceiro. Que o diretor, o pedagogo tem que ser parceiro da sua equipe, porque se eles não forem parceiros a coisa não vai caminhar. E as vezes até por culpa mesmo de uma direção de um pedagogo, onde se coloca mesmo uma diferença que não existe. Aí ele sente mesmo mais a vontade para pedir uma orientação a um colega a um parceiro que trabalha com ele do que para o próprio pedagogo.”</i></p>
Ped4	<p><i>“Eu acho assim que a avaliação é uma forma coercitiva, sabe? De sei lá, passar numa experiência, em que você vai trabalhar são três meses no máximo, três anos por quê? Parece que é uma forma de pressão. Eu na realidade não concordo nem com a avaliação. Não acho que sejam suficientes para avaliar. Se fosse um caso de efetiva avaliação, não acho que sejam suficientes. Se fosse uma instituição privada, não seria suficiente para avaliar, mas não concordo.”</i></p> <p><i>“A questão de orientar sempre que possível, acompanhar, né o... Eu acho que assim a gente percebe também o tipo de perfil do professor para cada tipo de função, né?”</i></p>
Ped5	<p><i>“Então pra que esse Estágio Probatório? Ele é pró-forma. Eu vejo assim pró-forma, só pra se cumprir essa obrigatoriedade que o servidor tem de passar por essa situação. Porque daí ele tem inúmeras, digamos assim, formas de recorrer daquilo e, pelo que eu sei, a não ser que isso tenha mudado, ele acaba ganhando nas instâncias em que ele vai pedir socorro pra se manter mamando nas tetas do cargo dele.”</i></p> <p><i>“Tem alguém lá na ponta. Tem o estudante lá na ponta. Tem o aluno. Tem as famílias. [...] Tem a sociedade que a gente precisa dar uma resposta, agora se for um trabalho medíocre, aonde o profissional só reclama, só quer as benesses, né? Vai na contramão daquilo que poderia ser melhor. Então eu vejo que há muita dificuldade. Eu passo por essa dificuldade em questão de orientação, reorientação. No acompanhamento do trabalho, não é uma fiscalização, mas no acompanhamento do trabalho. Então eu vejo assim, sim a gente sofre, porque assim como tem os profissionais que tem muito comprometimento com o que fazem, tem aqueles três, quatro que o trabalho acaba ficando assim fragmentado, porque é como um elo. Um depende do outro. Por conta de três ou quatro que não tem essa seriedade profissional.”</i></p>

FONTE: Dados obtidos pela pesquisadora a partir da pesquisa de campo e estudo exploratório.

No que se refere aos indicativos de avaliação (critérios) do Estágio Probatório, as pedagogas revelam que estes não são os norteadores de suas observações ou orientações, como indicado pelas Ped4 e também pela Ped 2, esta última explica que: *“Você o acompanha pedagogicamente por fazer parte da sua atribuição de pedagogo, mas não que você tome os itens do Estágio Probatório como referência no acompanhamento pedagógico daquele professor.”*

Para a Ped5, a avaliação do Estágio Probatório é “Pró-forma”, cumprimento de uma obrigatoriedade, pois o profissional que se sentir prejudicado no que se refere a nota, pode recorrer e, na visão da mesma, ele acaba ganhando nas

instâncias em que solicitará apoio. “[...] Assim como tem os profissionais que tem muito comprometimento, tem aqueles [...] que não tem seriedade profissional”.

A Ped4 define a avaliação do Estágio Probatório como “coercitiva”. *“Parece uma forma de pressão”*

Para Gatti (2011) é simplista a concepção que resultados de avaliações, por si só, provoquem mudanças reais. As avaliações que têm por objetivo criar condições de mudanças conceituais, de atitudes e práticas, precisam ganhar sentido no meio socioeducacional. O conceito defendido pela autora corrobora para compreender que sem ter sentido para o avaliado, as avaliações são apenas notas no formulário, não mobilizam e não geram consequências positivas para sua formação e auto avaliação.

5 ASPECTOS E DIMENSÕES CONCLUSIVAS

A proposta de análise da pesquisa, visou esclarecer a interferência do Estágio Probatório do professor iniciante na carreira, na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, para analisar como os professores se percebem neste processo de avaliação e acompanhamento profissional, buscando identificar necessidades e demandas da constituição inicial da profissão docente, para além da avaliação de desempenho, concepção sob a qual se apoia. A pauta de pesquisa apresentada, trouxe consigo portanto questões complexas, descritas já na formulação do problema e nos seus objetivos, visando identificar as necessidades e demandas do desenvolvimento inicial da profissão docente não consideradas neste período.

Esta disposição levou a buscar uma maior compreensão sobre os processos da cultura escolar e do habitus, notadamente do ponto de vista de um maior cuidado com relação às aquisições dos professores iniciantes na rede escolar municipal. A análise sobre a inserção dos professores na cultura escolar, favoreceu o reconhecimento de outras e novas possibilidades de realizar a fase inicial da docência na escola pública municipal. Um exemplo refere-se à maior autonomia dos professores em suas atividades, experiências e aquisições, bem como o exercício da auto avaliação, vinculada a uma maior consciência e visão ética sobre o seu papel e função social na esfera pública, o que pressupõe o seu constante desenvolvimento profissional.

O esforço de responder ao problema proposto nesta dissertação, instigou ao estudo e a pesquisa que contou com a colaboração dos profissionais das escolas campos de investigação, possibilitando uma análise sobre os dados obtidos, com base nas vivências, opiniões e experiências de professores, diretores e pedagogos, analisadas à luz dos autores selecionados nessa dissertação. Cada uma dessas três atuações profissionais, originaram categorias específicas, que foram sistematizadas em subcategorias, referentes a cada segmento do processo avaliativo investigado.

Os diálogos dentro da escola e as entrevistas levaram a constatar que a pesquisa e o debate sobre a formação e profissão dos professores, diante das questões contundentes que foram retomadas por seus protagonistas, sobre a qualidade da educação escolar, deram maior visibilidade e força nos âmbitos de atuação do professor. A opção por considerar na análise proposta os processos culturais escolares, foram decisivos para a superação das crenças dos professores

quando iniciam sua carreira, a atitude de passividade quando buscam adquirir conhecimentos e saberes em fase de avaliação do Estágio Probatório ou o enfrentamento da imagem estigmatizada do professor, que interfere na auto imagem docente no início de sua profissão, com influências em sua atuação futura.

Buscou-se contribuir para a releitura da prática avaliativa no período do Estágio probatório, obrigatório para o ingresso no cargo público, releitura que sugere considerar uma visão do professor como agente cultural, intelectual e mediador entre o conhecimento e os estudantes da escola contemporânea, como propôs Hagemeyer (2006, p.259).

Percebeu-se que os professores avaliados em fase de Estágio Probatório, a partir de suas próprias vivências no espaço escolar e no espaço tempo de três anos, expressaram suas percepções sobre a forma de avaliação e acompanhamento de seu trabalho, assim como compreendem o uso do instrumento avaliativo e seus critérios, ilustrando com depoimentos, a participação dos profissionais pedagogos e diretores que os avaliam. Por outro lado, foi possível captar o devir presente na movimentação e ideologias dos diretores e pedagogos, em relação ao seu acompanhamento junto ao processo de inserção do profissional docente na escola.

Estiveram sob análise, os modos, características e atitudes do trato e uso do instrumento que orienta a avaliação, entendido em relação ao acompanhamento do profissional da educação propriamente dito. As análises revelaram que este instrumento não representa a especificidade do trabalho docente, consideradas as nuances de um trabalho do ponto de vista humano, o qual requer considerar momentos de diálogo e interlocução sobre as aquisições, atividades e necessidades verbalizadas pelos professores na docência.

A pesquisa mostrou que os docentes passam por esse momento avaliativo, com certa resignação, pois interiorizam as estruturas sociais, que conformam o pensamento docente no período do Estágio Probatório, considerado como condição para que se faça nítida a organização da mantenedora em relação à situação avaliativa posta.

Como constatação da pesquisa, a imersão na cultura escolar, mostrou o compartilhamento da cultura profissional de seus pares, e do *habitus* instaurado no âmbito escolar de trabalho. Para vários dos profissionais que participaram da pesquisa, revelou-se necessário nas práticas pedagógicas que desempenham, observar o trabalho de colegas mais experientes, o que os leva a partilhar seus

conhecimentos, aproximando-se e compreendendo os modos de ser e pensar como professor. Desta percepção, depreende-se que as professoras tomam os modelos culturais pedagógicos de seus pares, como possibilidade de acertar na condução de estratégias pedagógicas da aprendizagem dos alunos.

Como complemento a esta perspectiva, o vínculo com o serviço público, na composição de um *habitus*, garante ações centralizadas, levando os profissionais que ingressam na profissão à aceitação passiva da forma de avaliação por que precisam passar e, inclusive, não participando dela ou levantando expectativas para o seu trabalho.

Retomando as acepções de Bourdieu (2001, p.189), este caminhar durante o Estágio Probatório levou a constatar que os professores “refletem o exercício da faculdade de ser condicionável, como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, arbitrárias.” Na proposição avaliativa em que os professores ingressam, não emergem possibilidades de reverter o quadro de análise de suas próprias condutas profissionais, dificultando a percepção de sua condição de profissional da educação, no que se refere às possibilidades de reflexão intelectual próprias da profissão docente (GIROUX, 1997).

Os dados e análises obtidas na investigação, contribuíram para a percepção de que seria oportuno garantir aos profissionais professores em EP, que antes de serem alocados nas escolas, passassem por uma formação efetivamente pedagógica, ministrada por pedagogos/as da Secretaria Municipal de Educação. A composição do quadro de funcionários públicos da educação municipal, com base em uma abordagem pedagógico identitária dessa rede de ensino, torna-se nesta perspectiva, uma contribuição para a construção de objetivos formulados considerando uma educação de qualidade no município.

Deste modo, seria possível favorecer a compreensão sobre os princípios a que está remetida a ação docente, facilitando aos professores identificar *o que* e *o como poderão desenvolver* suas atividades, considerando a linha pedagógica adotada. Não se trata, portanto de fornecer os dados para a avaliação do seu **desempenho**, mas sim da aprendizagem de conhecimentos de sua área, formas e opções por estratégias e estilos de ensino, trato da identidades estudantis, como elementos vitais culturais para que construam sua profissão docente e a sequência do seu percurso e desenvolvimento.

Neste sentido, enquanto processo de acompanhamento de aquisição profissional, o período de Estágio Probatório não tem propiciado momentos de autoavaliação, para favorecer aos professores a percepção sobre o processo de avaliação e identificação dos elementos que compõem suas trajetórias como professores. Desta forma caberia retomar as referências de sua função social e cultural como profissionais da educação pública, a serviço de uma sociedade que requer a compreensão das dimensões e significados dessa atuação. Uma vez que não há essa pretensão na configuração da avaliação do Estágio Probatório, o que já se reconheceu nesta pesquisa, resta ao professor buscar meios para compreender sua função docente, constituindo estratégias de autoaprendizagem.

Neste sentido, o *habitus* professoral apareceu em boa parte nas narrativas, quando os professores se percebem dependentes do apoio de colegas que já possuem maior tempo de docência e conhecimentos em suas áreas de atuação. Segundo Silva (2005, p. 160), “O *habitus* professoral será desenvolvido somente *no* e *com* o exercício da docência.” Os professores mostraram interiorizar práticas, discursos, lógicas para as dificuldades cotidianas nas escolas, como forma de se autoafirmar enquanto profissionais. Portanto, o trabalho efetivamente prático, cujas ações se realizam em sala de aula e dizem respeito ao planejamento e às demais atividades inerentes à profissão de professor, o que garante a vinculação docente aos processos presentes na escola.

Na sistematização da análise da pesquisa foram destacadas as categorias que emergiram e que representaram os aspectos e questões identificadas, em aproximações às respostas ao problema formulado. Neste sentido, no que se refere à avaliação do Estágio Probatório, da função docente, para os professores, não se trata de uma avaliação democrática, mas de uma situação que está posta, de forma obrigatória, e como uma etapa final de sua investidura ao cargo público de professor.

Os critérios avaliativos, embora não mencionados pelos professores, tratam de acompanhá-los a partir de uma métrica gerencial prescritiva do serviço público, implementada para tratar o todo e não as especificidades das partes que, ao se integrarem, sustentam os serviços públicos disponibilizados neste município. Os professores indicaram que o termo democrático, tomado como referência para uma das categorizações, seria o mais correto para representar as necessidades dos professores, uma vez que estes anseiam por uma avaliação participativa, em que

pudessem estar a par dos critérios de avaliação e sendo estes também, mais coerentes com o trabalho pedagógico desenvolvido.

A formação para o acompanhamento dos profissionais em Estágio Probatório e orientações visando à formação pedagógica durante este período, mostrou que os diretores, assim como a equipe composta para avaliar o servidor em Estágio Probatório, não recebem a formação necessária para este investimento. O gestor escolar tende a seguir as orientações determinadas pela SME, emanadas do departamento de Recursos Humanos, com vistas a cumprir a exigência legal, descrita em etapas a serem cumpridas, para garantir que a avaliação ocorra e seja considerada concluída (a cada semestre), sendo na sequência encaminhada ao setor responsável.

Deste modo, ao pensar no reflexo desse tipo de avaliação, sem respaldo formativo para o intento dos avaliadores, os diretores pensam suas atribuições nesta etapa avaliativa como o de orientadores pedagógicos, embora alguns se reconheçam como coautores de um processo formativo. Percebeu-se em seus discursos, que atribuem essa função aos pedagogos da escola, revelando que estes poderiam e saberiam como orientar melhor seus profissionais em Estágio Probatório de forma mais coerente. Distante de preocupações didático pedagógicas, os diretores revelaram também preocupação com o domínio de técnicas por parte dos servidores professores da educação escolar, assim como com a transmissão formal dos conhecimentos por parte destes profissionais.

Em alguns momentos, pareceram não acreditar na efetividade da avaliação do instrumento utilizado para verificar e avaliar o profissional em Estágio Probatório e em outros momentos, revelaram que além desse ponto destacado, também não concordaram com essa etapa do processo de inserção no serviço público. Contudo, o professor iniciante, precisa perceber-se como parte do contexto educativo escolar municipal, reconhecendo neste a sua responsabilidade e entendendo que todas as suas ações, correspondem a um tipo de resultado que pode não ser absorvido pelo campo educacional e que tenderá a retornar, como uma cobrança social para si e para seus pares.

Faz-se necessário reconhecer que o Estágio Probatório precisa ser repensado, refletido e reorganizado com base na constituição do docente como profissional e que este instrumento avaliativo, ainda que cumpra um papel tangencial, deveria refletir com maior eficiência a admissão permanente (ou não) do

servidor na esfera pública. Essa percepção tende a garantir que o acesso ao serviço público agregue compreensões a cerca da responsabilização de cada indivíduo na sociedade e na escola atual.

Avaliar e formar os professores que ingressam na profissão, mostrou-se a principal categorização e questão chave, no que se refere aos discursos dos Pedagogos, pois descreveram-se como os profissionais habilitados para essa tarefa e, ao mesmo tempo, indicaram que não realizaram sua formação para avaliar os professores em Estágio Probatório, a partir dos critérios gerais estabelecidos pela Secretaria de Recursos Humanos da Prefeitura de Curitiba. As dificuldades em avaliar e principalmente, avaliar um colega de profissão, foram consideradas pelas entrevistadas como algo nada confortável, pois embora se considerem preceptoras e capazes de orientar e acompanhar o trabalho desse profissional, decidir sobre se este deve ou não ser exonerado é uma tarefa para a qual não se percebem capacitadas.

A pesquisa revelou a clareza na percepção das pedagogas entrevistadas, tanto no que se refere à compreensão de sua função de poder colaborar para explicitar e orientar a função docente, quanto para acompanhar e orientar o trabalho do professor em Estágio Probatório, favorecendo interpretações e indicando possibilidades para que estes busquem compreender sua função.

Considera-se, a partir das análises efetivadas com base nas contribuições teóricas e participação dos entrevistados, que o Estágio Probatório deve ser entendido como momento de qualificação para o processo de aquisições iniciais da docência, como espaço de aprendizagens *para* e *na* prática docente, possibilitando desenvolver um sentimento de pertencimento à profissão, que poderá ajudar a combater a desvalorização da profissão dos professores, hoje em descrédito na sociedade brasileira.

Como se pretende garantir uma atuação voltada a termos qualitativos para a formação de profissionais da educação, revela-se uma outra possibilidade que fundamenta esta empreita acadêmica, sustentada e direcionada à consciência sobre as formas de favorecimento da constituição inicial da profissão docente, instigada pela interlocução frequente, o acolhimento, o compartilhamento nas atividades pedagógicas e nos processos de formação continuada em serviço. Nesses processos de constituição da docência inovadora e de motivação à carreira dos professores, o processo de estabilização do habitus, não impede a busca de

espaços de autonomia, mesmo que relativa, para a construção da docência necessária à escola pública municipal atual.

Tais questões, precisam ser discutidas e analisadas pelos profissionais das Equipes Pedagógicas das escolas e mesmo fazer parte dos cursos da formação continuada e em serviço, no preparo inicial dos professores que ingressam nas escolas municipais. Como se analisou na investigação, as formas de avaliar e formar os professores iniciantes, tanto podem considerar as singularidades das ações dos professores, seus interesses e crenças, como ignorá-las. Cabe retomar as observações e estudos de Marcelo (2009a, p. 15), nos quais as atividades de desenvolvimento profissional, afetam diretamente à interpretação e valorização que os professores fazem das suas crenças e experiências. Essas aprendizagens, em atividades de formação profissional, geradas nem sempre de forma intencional, penetram de forma inconsciente nas estruturas cognitivas e emocionais dos professores, chegando a criar expectativas e crenças equivocadas difíceis de eliminar.

Nesta perspectiva, vale analisar o processo de admissão e avaliação profissional da referida rede de ensino, para localizar em quais aspectos é possível pensar as lógicas da avaliação profissional inicial da carreira docente.

As necessidades do campo educacional escolar atual, levam a propor a ampliação e o aprofundamento dessas discussões, sobretudo considerando o desgaste da imagem do professor como profissional no Brasil. Essa condição implica na observância de que a valorização e o status da docência não podem ser descartados nas esferas oficiais educacionais e sociais, pois o professor se alimenta de uma força proveniente também da sociedade em que se inserem as escolas, e que contribuem para suas ações, implicando diretamente na qualidade ascendente de sua profissão e desta forma do ensino na rede escolar pública.

Diante das necessidades dos professores que ingressam no trabalho profissional do ensino público, as novas tomadas de posição quanto às formas de avaliação e acompanhamento profissional, precisam ser empreendidas com urgência pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, em articulação e apoio das universidades e faculdades de educação do município de Curitiba.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A J; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisas quantitativas e qualitativas. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.
- AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- AZANHA, José Mário Pires. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- AZANHA, José Mário Pires. **Proposta pedagógica e autonomia da escola**. Cadernos de História e Filosofia da Educação 2, 1998.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, 519 p.
- BALL, S. The teachers soul and the terror of performativity. **Journal of Education Policy**, 18(2), 2003. p. 215-228.
- BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: Ferreira, N.S.C. (org.) **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.
- BARROSO, João (Org.). **O Estudo da Escola**. Porto: Porto Editora, 1996.
- Berman, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996, 231 p.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BORDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Brasil. **O plano municipal de educação: caderno de orientações**. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CALIXTO, C. Costa. **O Estado Nação e o Século XX**, Revista Brasileira de Estudos Políticos, PPGE, Projeto da Faculdade de Direito de MG, 2006.

CANDAU, V. M. (org.). Multiculturalismo e educação: desafios para prática pedagógica. In: _____. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: VOZES, 2008.

CAVEDON, N. R. **As representações sociais circulantes no período de margem no ritual de passagem**: o caso dos peritos criminais em estágio probatório. Revista de Administração Mackenzie, 01 April, 2014, Vol. 15(2), pp. 66-96.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 1988/1990. Pág. 177-229.

COTRIM, G. **Fundamentos da filosofia para uma educação consciente**: elementos da história do pensamento ocidental. 3.ed. São Paulo, Saraiva: 1988.

CUNHA, M. I. e ZANCHET, B. M. B. **A problemática dos professores iniciantes**: tendência e prática investigativa no espaço universitário. Revista Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 189-197, set./dez. 2010.

CURITIBA. **Decreto nº 530 de 06 de maio de 2010**. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 10.815, de 16 de outubro de 2003. Que dispõem sobre o sistema de avaliação de desempenho para servidores em estágio probatório. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2010/53/530/decreto-n-530-2010-aprova-o-regulamento-da-avaliacao-especial-de-desempenho-para-servidores-em-estagio-probatorio-de-que-trata-a-lei-n-10815-2003-com-as-alteracoes-da-lei-n-12-814-2008>

Acesso em: 22 de set. de 2015.

CURITIBA. **Lei 265 de 20 de junho de 1950**. Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1950/26/265/lei-ordinaria-n-265-1950-estatuto-dos-funcionarios-publicos-municipais>

Acesso em: 26/02/2017.

CURITIBA. **Lei nº 724 de 18 de setembro de 1953.** Dá nova redação ao artigo 46º, da Lei Municipal nº 59/48, de 05/06/48 e estende aos extranumerários os benefícios da Lei nº 265, de 20/06/50. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1953/72/724/lei-ordinaria-n-724-1953-da-nova-redacao-ao-artigo-46-da-lei-municipal-n-59-48-de-05-06-48-e-estende-aos-extranumerarios-os-beneficios-da-lei-n-265-de-20-06-50>

Acesso em: 26/02/2017.

CURITIBA. **Lei nº 1656 de 21 de agosto de 1958.** Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-curitiba-pr>

Acesso em: 26/02/2017.

CURITIBA. **Programa de admissão e integração de novos agentes públicos.** Secretaria Municipal de Recursos Humanos. Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP. 4ª Edição, 2010.

DE KETELE, Jean-Marie. A avaliação do desenvolvimento profissional dos professores: postura de controle ou postura de reconhecimento. In: ALVES, Maria Palmira; MACHADO, Eusébio André. **O pólo de excelência: caminhos para a avaliação do desempenho docente.** Porto: Areal Editores, 2010.

EGGS, Ekkehard. Ethos Aristotélico: convicção e pragmática moderna. In: Amossy, Ruth (Org.) **Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos.** São Paulo: Contexto: 2005, p. 29-56.

ESQUINSANI, R. S. S. e ESQUINSANI, V. A., **Políticas e perspectivas do trabalho docente na educação básica:** agenda atual. Revista Teoria e Prática da Educação, v.15, n. 02, p. 75-83, maio/ago. 2012.

EVANGELISTA, O. e SHIROMA, Eneida O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma, **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3. p. 531-541, set./dez. 2007.

EVERTSON, C.; Green, J. **Observation as Inquiry and Method.** In: Handbook of Research on Teaching, 3ed., MacMillan Publ. Co., New York, 1986, p. 464-478.

FERRAZ, M. A.; Sindicalismo Docente no Brasil: elementos para uma análise. In: GOUVEIA, A. B. e FERRAZ, M. A.; Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios. Curitiba: Appris, 2012.

FLORES, Maria Assunção. **A avaliação de professores numa perspectiva internacional:** sentidos e implicações. Porto: Areal Editores, 2010.

FLORES, M.A. Tendências e tensões no trabalho docente: reflexões a partir da voz dos professores, **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 161-191, jan./jun. 2011.

FONSECA, A.M., RICHTER, L. M. e VALENTE, L. de F. **Regulação do trabalho docente**: a presença da avaliação externa. *Revista Educação e Políticas em Debate*, V.2, n.2, julho-dezembro, 2012.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 208 p.

GATTI, Bernardete. **Avaliação de professores**: um campo complexo. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 77-88, jan./abr. 2011.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: Unesp, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Candido. **O desafio de supervisionar apoiar e avaliar professores em estágio probatório: uma experiência para refletir**. Ensaio, 01 September, 2012, Vol.20(76), pp.0.

GOODSON, I.R. **As políticas de currículo e de escolarização**. Petrópolis: Vozes, 2006; p. 107-157.

HAGEMEYER, R. C. C. **A função do professor na contemporaneidade**: fundamentando o processo das práticas catalisadoras. 304f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

HAGEMEYER, R.C.C. Formação docente, valores éticos e cultura das mídias digitais. Curitiba: **Revista Diálogo educacional**, Champagnat, Editora da PUCPR, Vol 14, nº42, Maio/agosto, 2014.

HARGREAVES, Andy. **Os professores em tempos de mudança**. O trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna. Alfragide: Editora McGraw-Hill, 2001.

JULIA, Dominique. La culture scolaire comme objet historique. In: NÓVOA, Depaepe; Johanningmeier (Eds.). **The Colonial Experience in Education. Historical Issues and Perspectives**. Paedagogica Historica, supplementary séries. v.1, 1995.

JULIA, Dominique. **Revista brasileira de história da educação**. Trad. Gizele de Souza. n°1 jan./jun. 2001.

LLAVADOR, F. B. Organización postfordista y régimen de producción de los nuevos sujetos docentes. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **A gestão da educação na sociedade mundializada: A gestão da educação na sociedade mundializada por uma nova cidadania**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 101-125.

LESSARD-HÉBERT, Michelle.; GOYETTE, Gabriel.; BOUTIN, Gérald. **Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas**. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

LIRA, S. L. S. **Avaliação do desempenho docente: Por onde começar?** Universidade Federal de Alagoas. Monografia, Maceió, 2003.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. **Conhecimento escolar: ciência e cotidiano**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2.ed. São Paulo: EPU, 2013.

MARCELO, C. A identidade docente: constantes e desafios. **Revista Brasileira de Formação Docente**. Belo Horizonte, vol. 01, n.01, p. 109-131. 2010, agosto-dezembro. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Downloads/A%20identidade%20docente-%20constantes%20e%20desafios.pdf>

MARCELO, C. **Formação de professores**. Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

MARCELO, C. Desenvolvimento Profissional: passado e futuro. **Sísifo – Revista das Ciências da Educação**, n. 08, p. 7-22, jan./abr. 2009a.

MARCELO, C. (Org.). **El profesorado principiante. Inserción a la docência**. Barcelona: Editorial Octaedro, 2009b.

MARCONI, N. As políticas de Recursos Humanos adotadas pelos governos estaduais: um diagnóstico da situação atual e possibilidades de avanços. In: FUNDAP; CONSAD (Org.). **Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados**. Brasília: CONSAD; São Paulo: FUNDAP, 2006.

MATTEI, Rejane E. Vieira. Estado e educação. In: **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 12(22): 111-126, jan.-jun. 2012 .

MEDEIROS, C. C. C. de. **Pierre Bourdieu e a ação docente: interlocução de uma teoria sociológica para pesquisas sobre práticas pedagógicas**. Anais do VII

Congresso Nacional de Educação – EDUCERE (recurso eletrônico); Saberes docentes: edição internacional. Curitiba: Champagnat, 2007, p. 1476-1487.

MEDEIROS, C. C. C. e KNOBLAUCH, A. Articulando Bourdieu às pesquisas sobre educação. In: HAGEMeyer, R. C. de C., Sá, R. A. e GABARDO, C. V. (Orgs). **Diálogos epistemológicos e culturais**. Coleção Pesquisa em Cultura e Escola. Vol. I. Curitiba: W.A. Editores, 2016.

MEKSENAS, P. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MILSTEIN, D.; MENDES, H. **La Escuela en el cuerpo: estudios sobre el orden escolar y la construcción social de los alumnos en escuelas primarias**. Madrid, Buenos Aires: Miño y Dávila, 1999.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Antonio Flavio & SILVA, Tomás T. da (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v. 01, n. 3, 2º sem./ 1996.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. **Bourdieu & a educação**. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOGUEIRA, M. A. e NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

NÓVOA, António. Relação escola-sociedade: novas respostas para um velho problema. In: SERBINO, Raquel Volpato e outros (Orgs.). **Formação de Professores**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

NÓVOA, Antônio. **O regresso dos professores**. Pinhais: Melo, 2011.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

PACHECO, J. Fazer a Ponte. In José A. Franco et al. (orgs.) **Experiências inovadoras no ensino: inovação pedagógica** (pp.159-180). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1998.

PASSERON, Jean-Claude. **Pedagogia e poder. Teoria e Educação.** Porto Alegre, n. 5, p. 3-12, 1992.

PENNA FIRME, T. **Avaliação: resposta, responsabilidade, integração.** In: Brasil. Secretaria da Educação Superior. Coletânea de Textos. Brasília: MEC. Uberlândia: UFU. 1998.

PONTES, B. R. **Avaliação de desempenho: métodos clássicos e contemporâneos, avaliação por objetivos, competências e equipes.** 11. Ed. São Paulo: LTR, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico (recurso eletrônico): métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 3ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANGEL, Carlos Alberto Boechat. CANELLO, Júlio. **Cartilha do estágio probatório.** 2013. Disponível em:

http://www.sintfub.org.br/arquivos/publicacoes/cartilha_estagio_probatorio.pdf

Acesso em 20/08/14.

RODRIGUES, K. C. **Em pauta o conceito de ethos: a movência do conceito de retórica aristotélica à sua ressignificação no campo da análise do discurso por Dominique Moingueneau.** Signum estudos da linguagem. Vol 11, n.2, 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno e GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino.** Trad. Ernani F. Da Fonseca Rosa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAMPAIO, E. T. de Mesquita e PIMENTA, A. L.. **Estágio probatório: um desafio para a qualificação da gestão em recursos humanos. Relato da experiência da Secretaria Municipal de saúde de Amparo-SP.** Saúde e Sociedade, 01 March 2009, Vol.18, pp.74-74

SANTOS, L. L. de C,P. **Formação de professores na cultura do desempenho,** Educ. e Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, Set./Dez. 2004, 1153

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, nº. 20, 60-70, mai./jun./jul./ago. 2002.

SETTON, M. G. **Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 90, p. 77-105, jan./abr. 2005.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades e pesquisa.** Educar, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006.

SILVA. M. **O habitus professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula.** Revista Brasileira de Educação, n.29, mai-ago, 2005.

SILVA, M. **Habitus professoral e habitus estudantil**: uma proposição acerca da formação de professores. In: Educação em Revista. v.27. Belo Horizonte, n.03. dez. 2011.

SISMMAC. Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba. **Manual dos direitos do professor**. 2011.

SHULMAN, L.S. Those who understand: knowledge growth. In: **Teaching Educational Researcher**, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986.

_____. Knowledge and teaching: Foundations of the new reform. In: **Harvard Educational Review**, v. 57, n. 1, p. 1-21, fev. 1987.

_____. Signature pedagogies in the professions. **Daedalus**, v. 134 n. 3, p. 52-59, 2005. Trad. Thiago Carnevali Pizzutti. EM756 - FORMAÇÃO DOCENTE, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

SUDANO, Andréia Di Camilla Ghirghi Pires. **Estágio Probatório e Reformas na Gestão Pública: um estudo de caso da avaliação no início de carreira no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010. 153 f.

TARDIFF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério**. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 13, jan/fev/mar/abr, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes**. Conferência proferida no VII Congresso Internacional de Educação – EDUCERE. Edição Internacional. Curitiba: PUC, Nov. 2007.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Trad. João Batista Kreuch. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Historia de la educación y historia cultural**: posibilidades, problemas, cuestiones. Revista Brasileira de Educação, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas.** Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, 2007.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem.** n. 16, p. 63-71, 2007.

WERNER, O. e SCHOEPLE, G. M. **Systematic fieldwork.** V. 1. Foundations of ethnography and interviewing. Newbury Park, 1987, 416p.

ZANTEN, Agnès Van. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. **Revista Perspectiva.** Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun. 2004.

ZEICHNER, K. M. **A Formação Reflexiva de Professores, Idéias e Práticas.** EDUCA, Lisboa 1993.

APÊNDICE 1
TCLE - PROFESSORES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Adriana Aparecida de Lima Oliveira, aluna da pós-graduação e minha orientadora Dr^a. Regina Cely de Campos Hagemeyer, professora da Pós graduação em educação da Universidade Federal do Paraná, convidamos a Senhora, professora do Ensino Fundamental – anos iniciais em Estágio Probatório, a participar de um estudo intitulado **“O estágio probatório como oportunidade de apropriação e consolidação de conhecimentos e saberes para a construção da profissão e identidade docente”**. Essa pesquisa se justifica pelo levantamento de aspectos de cunho pedagógico formativos, buscando saber quais as orientações fornecidas ao docente e o acompanhamento propriamente dito de suas atribuições, no intuito de averiguar o impacto do acompanhamento dos anos iniciais pela mantenedora, avaliado pelo estágio probatório, e sua influência no processo de formação e constituição da profissão docente. Nesta perspectiva algumas informações são apresentadas a seguir para o desenvolvimento desta pesquisa:

a) O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de acompanhamento do Estágio Probatório do profissional que ingressa na Rede Municipal de Educação do município de Curitiba, no cargo de professor do Ensino Fundamental, dos anos iniciais, para constatar como esse profissional é avaliado após sua admissão, identificando as necessidades do processo de constituição da profissão docente.

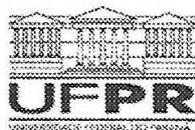
b) Caso você participe da pesquisa, solicito sua autorização para realizar, dentro do espaço escolar, observações in loco de suas tarefas profissionais cotidianas. Neste caso, proponho observações de sua prática pedagógica em sala de aula e também em horários de estudo ou permanência, objetivando verificar as

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica] _____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica] _____
Orientador [rubrica] <u>RC</u>

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo |

Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1426/2016
na data de 26/02/2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



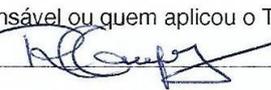
necessidades que surgirem em suas atribuições cotidianas com a atividade docente. Será necessário também, responder algumas questões propostas em um questionário, sendo que os dados presentes no mesmo serão posteriormente transcritos e analisados.

c) Para tanto farei a entrega do instrumento de pesquisa, no caso um questionário, no seu local de trabalho, cujo preenchimento levará aproximadamente 15 minutos, no entanto me disponho a recolher o questionário no dia seguinte, para esclarecimento de dúvidas ou outras questões, se assim lhe for conveniente.

d) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser eventuais constrangimentos de, a partir de sua autorização, ver exposto seu modo de pensar em relação ao objeto de estudo nesta pesquisa, uma vez que as respostas serão transcritas na íntegra, respeitando totalmente sua forma de se posicionar em relação aos questionamentos apresentados, no entanto faz-se necessário reforçar que o sigilo em relação ao nome do participante da pesquisa será inteiramente preservado.

e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são conhecer as práticas legais e institucionais que compreendem o Estágio Probatório, pois esta configura-se como uma necessidade acadêmica que irá apoiar as práticas consolidadas e desenvolvidas na escola e para uso da escola, com vistas a melhoria da qualidade no atendimento e acolhimento aos seus profissionais e, por consequência ao atendimento aos estudantes da escola pública.

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1426/2016
na data de 26/02/2016

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica] _____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica] _____
Orientador [rubrica]  _____

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR |
CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo |

Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



f) As pesquisadoras Adriana Aparecida de Lima Oliveira, aluna da pós-graduação e a orientadora Dra. Regina Cely de Campos Hagemeyer, professora da Universidade Federal do Paraná, responsáveis por este estudo poderão ser localizados na rua General Carneiro, 460, 1º andar – Reitoria da UFPR, Ed. Dom Pedro I, 80060-150, Curitiba, PR, tel. 3360-5127, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que a senhora possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

g) A sua participação neste estudo é voluntária e se a senhora não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento, sem prejuízo a si mesma ou ao trabalho que realiza, e solicitar que eu lhe devolva este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado. Do mesmo modo, coloco-me a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que surgirem durante a pesquisa e até a sua finalização.

h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, no caso a professora orientadora da pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade

i) O material obtido – questionários – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]	_____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]	_____
Orientador [rubrica]	

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR |
CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo |

Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259

em Seres Humanos do Setor de Ciências da
Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1426568
na data de 26/02/2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa, como as cópias do termo e do questionário não são de sua responsabilidade e a senhora não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, 10 de janeiro de 2016.

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1426/568
na data de 26/02/2016.

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

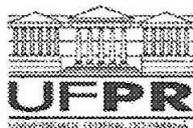
[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo |

Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259

APÊNDICE 2

TCLE – AVALIADORES DO ESTÁGIO PROBATÓRIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Adriana Aparecida de Lima Oliveira, aluna da pós-graduação e minha orientadora Dr^a. Regina Cely de Campos Hagemeyer, professora da Pós graduação em educação da Universidade Federal do Paraná, convidamos o(a) Senhor(a), avaliador(a) do profissional da Educação em Estágio Probatório na escola, a participar de um estudo intitulado **“O estágio probatório como oportunidade de apropriação e consolidação de conhecimentos e saberes para a construção da profissão e identidade docente”**. Essa pesquisa se justifica pelo levantamento de aspectos de cunho pedagógico formativos, buscando saber quais as orientações fornecidas ao docente e o acompanhamento propriamente dito de suas atribuições, no intuito de averiguar o impacto do acompanhamento dos anos iniciais pela mantenedora, avaliado pelo estágio probatório, e sua influência no processo de formação e constituição da profissão docente. Nesta perspectiva algumas informações são apresentadas a seguir para o desenvolvimento desta pesquisa:

- a) O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de acompanhamento do Estágio Probatório do profissional que ingressa na Rede Municipal de Educação do município de Curitiba, no cargo de professor do Ensino Fundamental, dos anos iniciais, para constatar como esse profissional é avaliado após sua admissão, identificando as necessidades do processo de constituição da profissão docente.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder a algumas questões propostas para a entrevista, sendo que os dados gravados, transcritos e analisados.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica] _____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica] _____
Orientador [rubrica] <i>R. Campos</i>

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1426568
na data de 26/02/2016.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo |

Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



c) Para tanto farei a entrevista, de modo individual, no seu local de trabalho e solicito sua autorização para gravá-la. Para responder as questões propostas para a entrevista, aproximadamente, serão necessários 15 minutos, no entanto coloque-me a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ou outras questões, que surgirem neste íterim, ou mesmo até o final desta pesquisa.

d) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser eventuais constrangimentos ao, a partir de sua autorização, ver exposto seu modo de pensar em relação ao objeto de estudo nesta pesquisa, o que será inteiramente descrito na íntegra, de acordo com seu posicionamento na entrevista.

e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são conhecer as práticas legais e institucionais que compreendem o Estágio Probatório, pois esta configura-se como uma necessidade acadêmica que irá apoiar as práticas consolidadas e desenvolvidas na escola e para uso da escola, com vistas a melhoria da qualidade no atendimento e acolhimento aos seus profissionais e, por consequência ao atendimento aos estudantes da escola pública.

f) As pesquisadoras Adriana Aparecida de Lima Oliveira, aluna da pós-graduação e a orientadora Dra. Regina Cely de Campos Hagemeyer, professora da Universidade Federal do Paraná, responsáveis por este estudo poderão ser localizados na rua General Carneiro, 460, 1º andar – Reitoria da UFPR, Ed. Dom Pedro I, 80060-150, Curitiba, PR, tel. 3360-5127, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que o(a) senhor(a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1426.568
na data de 26/02/2016

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica] _____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica] _____
Orientador [rubrica] *R. C. Campos*

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo |

Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



g) A sua participação neste estudo é voluntária e se o(a) senhor(a) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento, sem prejuízo a si mesmo ou ao trabalho que realiza, e solicitar que eu lhe devolva este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, no caso a professora orientadora da pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade

i) O material obtido – entrevista transcrita – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao fim da mesma.

j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa, como as cópias do termo e do questionário não são de sua responsabilidade e o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação

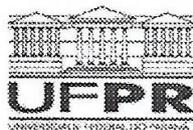
k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1426 568
na data de 26 / 08 / 2016

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica] _____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica] _____
Orientador [rubrica] *[Assinatura]* _____

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR | CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo |

Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, 10 de janeiro de 2016.

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1426 568
na data de 26 / 02 / 2016

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR |
CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo |

Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 | cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259

APÊNDICE 3

QUESTIONÁRIO APRESENTADO AOS PROFESSORES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Questionário para professores em Estágio Probatório

Data: ____ / ____ / 2016

Local: Escolas Municipais de Curitiba dos núcleos de Educação do Bairro Novo, Boqueirão e Pinheirinho.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS COM PROFESSORES

Caro colega da Rede Municipal da Educação de Curitiba,

Solicito sua colaboração ao responder este questionário, que faz parte da pesquisa que estamos realizando sobre o Estágio Probatório e anos iniciais da profissão docente, para que possamos identificar aspectos que levem a melhorar as condições de ingresso à aprendizagem da função docente nesta rede de ensino. Os resultados serão encaminhados posteriormente, bem como será mantido o sigilo de nomes e opiniões. Agradecemos sua colaboração!

Prof^a. Adriana Aparecida de Lima Oliveira (Mestranda - UFPR)

Prof^a. Dra. Regina Cely de Campos Hagemeyer (Orientadora da pesquisa – UFPR)

Identificação (Não obrigatório)

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Formação

Cursou magistério no Ensino Médio? () Sim () Não

Nome do curso de Graduação: _____

Há quanto tempo concluiu a graduação? _____

Pós-graduação: () Sim () Não

Qual o curso de pós-graduação? _____

Docência

1- Ano de ingresso na Rede Municipal de Educação de Curitiba:

() 1º padrão _____ () 2º padrão _____

2- Ao ingressar na RME de Curitiba você participou de cursos:

() Específicos de formação para a docência.

() Específicos nos aspectos de RH, administrativos ou de legislação.

3- Já lecionou em outra escola ou rede de ensino que não as municipais? Escola Pública ou Particular? Durante quanto tempo?

4- Você conhece os critérios de avaliação do Estágio Probatório?

() Sim Como obteve essas informações? _____

() Não _____

5- Fazendo uma auto avaliação, você considera que vem cumprindo os requisitos avaliados no Estágio Probatório, ou no cumprimento de sua profissão? Justifique:

6- Quais suas dificuldades no período do Estágio Probatório, considerando a função que está exercendo?

7- Quais aspectos você citaria como boas contribuições ao seu trabalho pedagógico docente nos anos iniciais em sua profissão?

8- Você tem recebido apoio da Equipe Pedagógica? Que tipo de apoio? Se não, quais aspectos a(o) auxiliariam no cumprimento de sua função?

9- Quais os temas que você considera, enquanto sugestão, importantes para as atividades ou cursos, que auxiliariam neste início de carreira?

10- Na sua opinião, a avaliação no Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba é democrática? Auxilia no aprimoramento docente? Explique seu ponto de vista:

11- Outros comentários no sentido de melhorar o trabalho que desenvolve em sua escola: _____

Qualificação do(s) Pesquisador(es):

Adriana Aparecida de Lima Oliveira: <http://lattes.cnpq.br/7872170717452367>

Regina Cely de Campos Hagemeyer: <http://lattes.cnpq.br/2212075215946570>

APÊNDICE 4**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AVALIADORES DO ESTÁGIO
PROBATÓRIO NAS ESCOLAS**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AVALIADORES QUE ACOMPANHAM O ESTÁGIO PROBATÓRIO NAS ESCOLAS

ENTREVISTA

Data:

Entrevistada: (Você será denominada apenas pela primeira letra de seu nome)

Escola: Núcleo Regional

Duração: _____ m

Tempo na função de como pedagogo ou diretor:

1- Entrevistadora: Como você descreve a sua participação no processo de avaliação do Estágio Probatório na escola? Considera-se apta a participar desse processo avaliativo?

Entrevistada:

1.1 Entrevistadora: Você considera que sua participação é ativa nesse processo?

Entrevistada:

2- Entrevistadora: Você acompanha os profissionais que chegam à escola, tomando como referência os indicadores de avaliação do Estágio Probatório? De que modo isso acontece?

Entrevistada:

3- Entrevistadora: Nesse início de carreira, como você orienta a formação desse profissional? (No que se refere a cursos, leituras dos documentos da rede, dentre outros)

Entrevistada:

4- Entrevistadora: Há um trabalho pedagógico específico que favoreça a inserção do profissional que inicia a profissão docente na escola?

Entrevistada:

5- Entrevistadora: Mas com relação ao professor que está iniciando, ou que está em Estágio Probatório dentro da escola, as orientações de formação são as mesmas?

Entrevistada:

6- Entrevistadora: As questões que integram os critérios de avaliação presentes no instrumento de avaliação do Estágio Probatório são suficientes para avaliar as especificidades do profissional da educação que se quer na escola? Especifique:

Entrevistada:

7- Entrevistadora: Quais seriam as outras possibilidades para acompanhar o professor durante o Estágio Probatório?

Entrevistada:

8- Entrevistadora: Gostaria de emitir outras opiniões sobre este processo e a atuação do Pedagogo ou equipe pedagógica?

Entrevistada:

APÊNDICE 5**TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS AVALIADORES DO ESTÁGIO
PROBATÓRIO NAS ESCOLAS**

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS DIRETORES AVALIADORES DO ESTÁGIO PROBATÓRIO NAS ESCOLAS

ENTREVISTA 1

Data: 17/12/15

Entrevistada: Diretora E.

Escola: Núcleo Regional do Bairro Novo.

Duração: 7 minutos 54 segundos

Entrevistadora: Em relação ao processo de validação do Estágio Probatório, quais os critérios de avaliação adotados no Processo de Estágio Probatório da Escola?

Entrevistada: *“Tudo que é feito nas avaliações do Estágio Probatório é tudo de acordo com as perguntas já prontas que vem pela SME. Todas elas. Não tem nada há mais assim que a gente... Está tudo incluso ali na verdade. Falta algumas coisas, mas a gente não tem como avaliar.”*

Entrevistadora: Em relação ao acompanhamento do Estágio Probatório, como a equipe avaliadora tem conduzido os encaminhamentos do Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Através das observações realizadas de acordo com o desenvolvimento do trabalho de cada funcionário, de cada pessoa que está sendo é ... passando pelo Estágio Probatório, daí de acordo com todos os itens de avaliação, observados diariamente.”*

Entrevistadora: Em se tratando da formação dos componentes da banca examinadora do Estágio Probatório, como funciona efetivamente a parte de capacitação? Você recebe orientações prévias, ou o documento chega, acompanhado de normativas orientações, e você se põe a executá-las, a conduzir essas observações para o preenchimento dos documentos do Estágio Probatório?

Entrevistada: *“É tudo de acordo com as orientações que vem, não tem curso destinado pra questão do exame do Estágio Probatório, não tem. É de acordo com*

as normativas. São as normativas que vem diretamente do Núcleo, as vezes vem on line, as vezes por malote, mas não...”

Entrevistadora: As horas do dia letivo para acompanhar o trabalho do novo profissional, em relação a essa questão, há um horário em que o trabalho do profissional em Estágio Probatório é acompanhado ou esse processo se dá ao longo das horas trabalhadas pelo profissional?

Entrevistada: *“É contínuo. Ele é avaliado diariamente. Mas não tem um momento específico em que você fica junto com o profissional para avaliar o seu trabalho, é a questão do dia-a-dia mesmo.”*

Entrevistadora: Enquanto gestora e componente da equipe avaliadora do Estágio Probatório, você conhece a Lei 10.815/2003?

Entrevistada: *“Não. Posso até conhecê-la, mas não lembro o número das leis.”*

Entrevistadora: Existem interferências externas nesse momento de avaliação, há algumas situações em que alguém da secretaria ou do núcleo vem até a escola e faz orientações mais pontuais em relação à avaliação do Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Durante meu mandato, isso nunca aconteceu. Eu fiz as avaliações, não veio nada do Núcleo dizendo, tem que ser assim, ou esse profissional tem esse tipo de problema, ou então você tem que avaliar de tal modo, não. Até agora não!”*

Entrevistadora: Em relação ao atendimento das dúvidas da equipe avaliadora. Como são sanadas as dúvidas da sua equipe avaliadora e a quem é possível recorrer em caso de dúvidas durante esta avaliação?

Entrevistada: *“Então..., se aparecer alguma dúvida e não tiver nada na normativa que esclareça a situação, daí é ligado para o setor responsável, para o núcleo, para a chefia, para ter a resposta, ver se consegue a resposta.”*

Entrevistadora: Durante o Estágio Probatório, o novo profissional, professora né? Recebe auxílio com relação às suas aquisições, necessidades e esclarecimentos, isso tudo relacionado a função docente na modalidade do Ensino Fundamental em que atua? Ele tem um olhar específico em relação a atuação dele enquanto profissional da Educação? Proferido pelos componentes da banca? Existem orientações?

Entrevistada: *“Então, a primeira vez que a pessoa entra do concurso e está em Estágio Probatório, a escola tem que orientar esse profissional de como ele é avaliado, quais são os itens que ele vai ser avaliado, nessas seis avaliações que ele terá pela frente. Então ele tem que ter essa orientação pela escola em que ele está iniciando. Então, na maioria das vezes a escola em que, vamos supor, entra um professor novo que está em Estágio Probatório, mas que já vem do segundo ou terceiro Estágio, é as vezes lembrado, de acordo com algumas atitudes é chamado no particular e é conversado e orientado novamente.”*

Entrevistadora: Quem faz essas orientações?

Entrevistada: *“A direção. Não a equipe como um todo, mas a direção.”*

Entrevistadora: Quem orienta a equipe avaliadora (professores e pedagogos) para fazer a avaliação dos professores em Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Na verdade é a equipe administrativa ou avaliadora, não tem orientação de fora. Eles recebem uma orientação no dia. A gente coloca que tal profissional está sendo avaliado e são discutidos cada item de acordo com o item são dadas as notas.”*

Entrevistadora: Há uma preocupação da Equipe do Estágio Probatório ou da EPA neste período com a formação continuada do professor em Estágio Probatório? Há orientação da própria equipe local, em relação a esse profissional buscar formação continuada? Ou vocês só o fazem quando percebem que ele é um profissional novo na rede e não tem uma orientação anterior?

Entrevistada: *“É orientado até mesmo no início do ano. Em que se faz a reunião inicial, em que a gente coloca a questão dos cursos. Que tem que ser feitos, a importância dos cursos ofertados pela SME, as vezes em particular e as vezes no grande grupo mesmo.”*

ENTREVISTA 2

Data: 18/12/15

Entrevistada: Diretora S.

Escola: Núcleo Regional do Pinheirinho.

Duração: 20minutos 06segundos

Entrevistadora: Em relação a formação para acompanhar o período do Estágio Probatório, qual a formação ofertada para os componentes da equipe avaliadora que acompanham o Estágio Probatório por está mantenedora.

Entrevistada: *“No início do ano, né, os diretores das escolas, recebem orientações à respeito da avaliação, mas a equipe que avalia, é o diretor que organiza e é o diretor que passa as orientações. Nos avaliamos, tem os critérios avaliativos lá e fica à cargo do diretor. A equipe avaliativa mesmo, os componentes, pela mantenedora não há nenhuma capacitação. Acho que deveria ter, porque é bem importante, né? Porque por mais que a gente tenha conhecimento dos critérios, não é como a pessoa com a formação, capacitada para aquilo, pra orientar. Acho uma falha nesse processo de formação.”*

Entrevistadora: Nesse caso quando o diretor vai até o local de formação, é na própria Secretaria Municipal de Educação (SME) ou no Centro de Capacitação na Rua Dr Faivre? Ela é feita por alguém da equipe de Estágio Probatório da Rede Municipal de Ensino, no caso SME ou ela é feita por alguém que fala sobre o Estágio Probatório na Prefeitura de Curitiba?

Entrevistada: *“Nos tivemos a formação no Centro de Formação, não é no Delta (na SME), e geralmente para os diretores novos há essa fala. Neste ano, no caso, eu*

não participei. E é uma pessoa responsável do setor do Estágio probatório, que passa as orientações de forma geral.”

Entrevistadora: Em relação as dúvidas, quando há dúvidas a quem é possível recorrer?

Entrevistada: *“Quando temos alguma situação assim, recorremos ao setor de Estágio Probatório, que fica no Delta (SME). A pessoa responsável atende. Eu, graças a Deus, nunca tive a necessidade de ir, mas é a ela que a gente recorre. E daí ela orienta e esclarece alguma situação pendente.”*

Entrevistadora: Como a equipe avaliadora do Estágio Probatório tem conduzido os encaminhamentos do Estágio Probatório? Como são conduzidos os encaminhamentos? Vem algum encaminhamento específico do Estágio Probatório ou a partir dos critérios e que os encaminhamentos aqui dentro são conduzidos, dentro desse espaço educativo?

Entrevistada: *“A gente tem os períodos avaliativos, certo? Então assim, cabe ao diretor monitorar o período para fazer a avaliação. Então quando passa esse período eles entram em contato com a direção pedindo para que o diretor faça essa avaliação que já passou do período, pra que não fique acumulada, principalmente final de ano, para que digamos, o servidor não participe do remanejamento ou vá para outra instituição sem ter tido a avaliação, mas acontece. Eu já recebi servidores aqui com avaliações pendentes. Daí eu não consigo cadastrar no sistema, porque ele está com avaliações pendentes em outra unidade. É uma confusão, na verdade quando acontece.”*

***Entrevistadora:** Quais os critérios de avaliação adotados no processo do Estágio Probatório na escola? Existem critérios da Escola?

***Entrevistada:** *“São apenas os critérios em conformidade com os indicativos do setor responsável. Não há critérios da escola. E eu acho bem difícil, porque eu acho muito técnico aquilo lá. As vezes foge do nosso cotidiano aqui, né? Então, o pessoal adota uma postura, tem pessoas que adotam uma postura porque estão em Estágio*

Probatório e depois do Estágio Probatório, né? Algumas situações acontecem, a pessoa se prevalece porque tem a tal da estabilidade. Enquanto está em Estágio... Então o que é que eu faço aqui junto com as pedagogas? A nossa equipe avaliativa é composta pela direção e pelos pedagogos que acompanham também o trabalho diário. Porque o que eles orientam, é que seja uma pessoa da comunidade, que faça parte do conselho de escola, um professor para avaliar e a equipe pedagógica mas eu fico pensando, como é que uma pessoa da comunidade, que não acompanha o trabalho dessa pessoa que está sendo avaliada, vem aqui junto com a gente para avaliar? Ela vai se basear naquilo que nós vamos apresentar pra ela, então não vejo sentido! Pra me respaldar também, porque a pessoa pode não aceitar a avaliação, eu pego, né? Por conta própria, assim, a gente passa pelo conselho de escola, mas a gente se respalda junto com os pedagogos, que é a pessoa que está acompanhando o trabalho pedagógico. Porque senão, não há sentido. É complicado!”

Entrevistadora: Há um horário, ou dia da semana em específico em que o trabalho do profissional em Estágio Probatório é acompanhado? Vocês sistematizam um horário em que esse profissional é acompanhado, ou ele é acompanhado de outro modo?

Entrevistada: *“Ele é acompanhado em todo processo. Porque se a gente falar que ele está sendo avaliado, né? O que pode acontecer é que gera uma ansiedade muito grande. E assim, pelo menos a gente tem uma visão geral, do trabalho dele, não fica fragmentado a avaliação. Eu acho!”*

Entrevistadora: Dentro da escola, diretor, vice diretor, equipe pedagógica, há uma observância, um olhar para a lei 10. 815/2003? A lei é divulgada pelo setor competente? Vocês recebem os critérios e também recebem a Lei? Há um estudo da Lei?

Entrevistada: *“Nunca recebi a Lei. O que a gente tem do Estágio é o que está lá no programa que a gente entra, no RH meta 4, e na formação que eles falam dos critérios, mas da Lei a gente nunca tomou ciência.”*

Entrevistadora: Há interferências externas, em um momento em que você esteve na direção, ou você já ouviu falar de interferências externas em relação ao profissional que passou pelo Estágio Probatório aqui? Interferências positivas ou negativas?

Entrevistada: *“Interferências de outros setores, nunca vi. O professor vem pra cá, a gente abre a avaliação. Se ele está em Estágio Probatório, né? Você tem condições de ver as avaliações que ele já realizou, que já foram realizadas. Mas interferências a gente nunca teve. Nunca ninguém nos chamou lá pra falar de alguma coisa. A única coisa é quando a avaliação está atrasada que daí a gente recebe um comunicado para atualizar.”*

Entrevistadora: Há uma preocupação da equipe avaliadora do Estágio Probatório, neste período ou da própria EPA com a formação continuada especificamente? A formação continuada em serviço especificamente para o profissional em Estágio Probatório?

Entrevistada: *“A gente acompanha mesmo porque ele vai ser avaliado, e entende assim, se a pessoa vai ser avaliada ela tem que saber os critérios que acontecem, pra quê depois a gente possa cobrar. Eles quando passam no concurso eles tomam ciência também que vão ser avaliados, pelo menos esse ano eu tive essa percepção dos servidores novos que vieram, que durante aquele processo de formação que eles tem inicial, lá... Eles tomaram conhecimento do Estágio Probatório mais detalhado. Então assim, na escola, a gente conversa com eles no início do ano sobre os critérios, para que a gente possa... cobrar, né? Justificar o porque da avaliação. Porque que atingiu Bom ou Ótimo, Regular, os critérios lá, pra depois justificar até o por quê. Mas é bem complicado.”*

Entrevistadora: Durante o Estágio Probatório, o novo professor recebe auxílio com relação as suas aquisições necessidades, esclarecimentos da função docente, na modalidade em que atua. Ele tem uma orientação mais específica da escola, como você mencionou agora há pouco, ele vem com respaldos de entendimentos do que é ser professor, né? De qual é sua profissão especificamente, ao chegar aqui dentro, ele recebe outras orientações?

Entrevistada: *“É a gente procura sempre acolher bem esse professor, e a gente passa pra ele qual é a função que ele vai assumir, a gente orienta quais são as normas as regras da escola, os direitos e deveres que ele tem. Pelo menos aqui nós temos essa prática. Nas outras unidades eu não sei como é, mas aqui a gente orienta pra que ele se sinta acolhido, para que ele possa realmente desenvolver a função para a qual ele foi destinado. Então esse ano, na escolha de turmas, nós recebemos três servidores novos, aí já perguntei se ia assumir agora, ou se já estava atuante, né? Então, tem três servidores que estão em Estágio Probatório, né? Perguntei qual era o interesse de turma, qual a preferência, pra ver se a gente organiza de acordo com aquilo que ele tenha perfil e que se sinta bem, também. Então, essas que virão ano que vem, daí a gente faz uma fala depois com ela.*

****Entrevistadora:** *Leva-se em conta a questão da experiência desse docente?*

****Entrevistada:** *“A gente procura levar em conta sim, apesar de que, as vezes a pessoa tem experiência Adriana, mas não tem boa vontade, não tem participação, não tem iniciativa, nos temos professores aqui com longa jornada, mas que infelizmente, agora, nesse momento, não tem condições de assumir uma turma, porque não desempenha um bom trabalho. Produzem com um grupo pequeno, mas não com o grande grupo. Então a gente tem que administrar de outra forma pra que as crianças não saiam prejudicadas, porque nos temos que manter aqui o profissional. Entendeu? Para que o trabalho avance a gente senta todo final de ano, na distribuição de turma, direção e setor pedagógico, e a gente faz uma análise do trabalho, para depois passar para os professores qual é a turma que vai ser assumida. E esse ano a gente fez uma mudança bem grande, assumimos o risco. Tivemos uns enfrentamentos, porque as vezes a pessoa... O primeiro critério é a formação continuada, nos tivemos um caso aqui que a professora não fez nenhum curso, nem o PNAIC. E a professora utilizou como justificativa que ela não tinha companhia pra ir pro curso. Então a gente tirou a professora da regência e ela vai assumir corregência, não por que a gente acha que corregência não tem valor. Tem! Mas para dar uma sacudida, entre aspas, nesse professor, para que ele entenda que tem que se capacitar, que as crianças mudaram e que a gente tem que estar interagindo sempre. Que a gente tem que ter conhecimento para lidar com essa*

criança. Que as reclamações dos pais foram muitas. Por mais orientação que teve não mudou, então partiu de nós da gestão, ter esse olhar. Nós precisamos melhorar nossos índices, nós precisamos que as crianças avancem e quem está a frente tem que entender isso. É um período de mudanças. A inclusão tá aí! Tá aqui, né? Tivemos muitos casos de inclusão. Temos que estar preparados. Não dá pra ficar sentado na cadeira e deixar a turma aí, por que não é mais assim. Então a gente faz esse trabalho.”

Entrevistadora: Mais alguma coisa a acrescentar em relação ao Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Eu acredito assim, que o Estágio Probatório, seria bem útil se a gente pudesse avaliar o profissional do trabalho apresentado por ele. Quando o critério não é de acordo, ele abaixa lá, o critério na avaliação, pra gente justificar, porque está tudo registrado em ata, porque o profissional não aceita, ele pode se negar a assinar o Estágio Probatório, então assim, eu não entendo, se eu estou aqui com uma equipe avaliando o servidor pode entrar com um processo, porque ele não acredita naquilo, ele não concorda com aquela avaliação e nós não temos respaldo nenhum. Então assim, é avaliar por avaliar. Na verdade é isso que acontece. Eu, diretora S falando, talvez eles tenham uma outra visão disso na Secretaria, mas não é assim que acontece. Não é! Então as vezes a gente acaba tendo um profissional no magistério sem condições porque a avaliação não é adequada. Ele passou no concurso e ele tem essa tal de estabilidade. Pra exoneração, não que eu ache que a gente tenha que estar exonerando todo mundo, mas tem pessoas que não tem perfil. Não tem perfil e quer ser professor. E a gente não tem como ... fica amarrado, né? Outra coisa que deveria ser pensada, é quem é o gestor da escola? Quem é essa pessoa que está ali. Ela tem perfil mesmo para ser gestor? Pra avaliar o conhecimento para quem ela tá se...Elá tá estudando também? O que é que ela está fazendo? Porque a gestão da escola vai além, né, da parte burocrática. Ela tem a parte pedagógica, que é mais importante. Se a pessoa que estiver a frente não tiver esse conhecimento a escola não vai. É um jogo de aparências! Cada um faz o que quer, não pode estar atrelado à voto, porque eu acho esse período de campanha muito perigoso, de transição, que a gente sabe que acontece ali uma troca, né? Você colabora comigo, e a pessoa fica amarrada ao voto. É uma troca de*

favores. E aí a educação não vai. Tem que ser bem aberto bem transparente. Não só na escola, mas no CMEI também. Para que a Educação avance. Porque tá difícil! Falta de profissional, de inspetor, de pessoal, tudo isso afeta no andamento da escola. Começar o ano sem tem o apoio dos inspetores, por exemplo. A gente conversa muito com elas para que elas sejam os nossos braços aqui. Tem que estar bem harmonioso o trabalho.”

ENTREVISTA 3

Data: 13/04/02/16

Entrevistada: Diretora R

Escola: Núcleo Regional do Bairro Novo.

Duração: 15m

Entrevistadora: Qual a formação ofertada para os componentes da equipe avaliadora que acompanha o Estágio Probatório?

Entrevistada: *“A gente faz a avaliação conforme as orientações que vem da rede, não tem formação específica. Fazem dois anos, um ano e pouquinho que estou na direção da escola e não tive formação nenhuma. A gente recebe orientação da própria equipe do Estágio Probatório. Via e-mail e via telefone. A gente monta a comissão aqui na escola, de acordo com quem? Com quem está diretamente ligada as pessoas que vão ser avaliadas. Pedagogos, direção, secretaria e os docentes que já passaram pela avaliação.”*

Entrevistadora: Na comissão há integrantes da comunidade?

Entrevistada: *“Não. Todos os integrantes pertencem ao grupo da escola.”*

Entrevistadora: Como são sanadas as dúvidas da equipe avaliadora? A quem é possível recorrer nos momentos de dúvida, sobre e durante o momento de avaliação?

Entrevistada: *“A gente recebe, ... manda um e-mail com as dúvidas, liga e eles sanam nossas dúvidas.”*

Entrevistadora: Como a equipe avaliadora tem conduzido os encaminhamentos do Estágio Probatório? Como funciona o trabalho da comissão avaliadora?

Entrevistada: *“A gente convoca a equipe, a comissão, também, né? Se reúne, fala, coloca as questões, cada um fala seu ponto de vista em relação a pessoa que está sendo avaliada. Nos pontos que a gente tem, por que a gente tem os pontos pra avaliar. Né? Então, cada ponto é colocado, daí a gente discute sobre o ponto e chega em um acordo comum ... em relação a nota.”*

Entrevistadora: Quais os critérios de avaliação adotados no processo de avaliação do Estágio Probatório na escola? Quais os critérios que a professora consegue lembrar?

Entrevistada: *“Eu lembro da pontualidade, assiduidade, é ... o relacionamento. Que mais que tem? É conhecimento, ... Quando a gente vai falar na hora, daí a gente põe o ponto a ser avaliado. Discute, ... não sei se precisar colocar mais, além daqueles que a gente já avaliou. Que na verdade engloba bastante coisa.”*

Entrevistadora: Do ponto de vista da questão do acompanhamento, há um horário ou dia da semana em que o profissional em Estágio Probatório é acompanhado? Isso acontece?

Entrevistada: *“A gente avalia no dia-a-dia, em como esse profissional caminha dentro da escola. Não tem um dia específico, assim a gente ainda quem acompanha, quem tá junto é a pedagoga, né? Que sempre acompanha o processo pedagógico. Mas a gente vê todo o resto, tá acompanhando e as meninas passam pra gente no dia-a-dia observando na verdade. E não é especificamente do pessoal do estágio, a gente como diretor, a gente tem que ver o todo da escola. E é nisso que a gente se pega pra poder avaliar a pessoa quando está no Estágio Probatório.”*

*****Entrevistadora:** A sua pedagoga participa do processo de avaliação?

*****Entrevistada:** *“Participa. Uma de manhã e outra a tarde. Por que daí como a gente tem funcionário que está em avaliação de manhã ou de tarde, porque o nosso grupo da manhã já está fora do estágio.”*

Entrevistadora: A professora tem conhecimento da lei 10815/2003, que rege o Estágio Probatório? Você não participou de uma formação, então os aspectos da lei não são de seu conhecimento.

Entrevistada: *Sacode a cabeça.*

Entrevistadora: É difícil, né?

Entrevistada: *“É!”*

Entrevistadora: Na SME ou no NRBN, você já recebeu ligações de interferências, ou melhor há interferências nas avaliações do Estágio Probatório? Que o profissional possa ter características específicas?

Entrevistada: *“Nunca. Com a gente nunca houve. Até porque eu acho assim, quem conhece o professor é a gente que está junto com ele. Não é? A gente! Tá certo que pode ter passado por outros lugares, mas não teve interferência do Núcleo ou da secretaria de ninguém. Comigo não, né? E também nem como as outras meninas que vieram antes de mim. Que a gente dica sabendo dessas coisas, né? Tudo tranquilo.”*

Entrevistadora: Há uma preocupação da equipe avaliadora do Estágio Probatório ou da EPA com a formação continuada desse profissional em específico? Há cobranças, orientações, indicações? Como é que funciona essa questão da capacitação?

Entrevistada: *“É que é assim, na verdade a gente não instiga só os professores do Estágio Probatório, né? É num todo, né? A gente ta falando sempre pra todo mundo e tem que fazer curso, que tem que tá indo. Né? Mas as meninas, elas, são bem participativas. A gente tem um grupo bom. Eles tem uma sede, assim... a gente não tem essa dificuldade. As meninas que estão em Estágio Probatório é uma de Educação Física e outra de Docente I, elas estão fazendo curso, todas as formações*

que tem elas estão sempre fazendo cursos, elas não se negam. E não é só elas, aqui os professores em geral gostam de fazer as formações.”

Entrevistadora: As formações que o IMAP dispõem, a professora não sabe exatamente quais são?

Entrevistada: *“Não! Eu só lembro de mim. Eu tive que fazer. Foi numa época em que eu estava e ninguém tinha feito. Daí o IMAP veio, não sei se foi o IMAP ou a Secretaria e disse que todo mundo tinha que fazer. Foi daí que a gente foi no bolo. E foi um monte de gente, onde eu estava, mas hoje em dia não tem mais essa coisa, essa cobrança.”*

Entrevistadora: A senhora lembra como era o formato do curso? Se o curso atendia a necessidade da formação de docente ou se a sua expectativa era uma e a realidade era outra.

Entrevistada: *“Não tinha assim ... não me agregou muito não.”*

Entrevistadora: Durante o Estágio Probatório o novo professor recebe auxílio com em relação as suas aquisições, necessidades e esclarecimentos na função docente na modalidade em que atua.

Entrevistada: *“A gente faz as orientações é ..., quando chega. A gente tem até uma que é bem novinha, ela entrou ano passado. Ela é bem novinha na rede, então a gente chama pra conversar, mostra como que são as regras da escola. Como que funciona tudo. Por que cada escola tem um jeito de funcionamento, desde o preenchimento do registro da chamada até lá fora como que funciona. Então tem tudo aqui um movimento. Cada escola tem o seu particular. Então a gente chama. Quando chega a gente fala pras pedagogas chama e, comunica as regras pra pessoa. É assim que a gente faz. Até porque aqui né, nos temos os espaços externos, temos o farol, temos a informática, então a pessoa precisa estar inserida pra saber como que funciona, como que é o horário, tal, onde posso estar, onde não posso estar. Então a gente precisa saber, né, porque está chegando, a pessoa precisa saber como é que funciona.”*

Entrevistadora: Dos profissionais avaliados, nunca foi necessário encaminhar alguém com notas abaixo de 7,5?

Entrevistada: *“Eu fiz duas avaliações só. Não houve ninguém. Teve uma única professora que a gente teve que fazer uma ressalva na avaliação dela, no registro da ata, mas foi assim. Nada que merecesse ir além da escola, que agente tivesse que fazer um processo por causa da nota.”*

Entrevistadora: Você considera que os formulários para a avaliação estão de acordo com a nossa profissão, com a formação docente? Eles atendem aos requisitos para avaliar um profissional da educação?

Entrevistada: *“Olha, sinceramente, eu acho que não funciona o Estágio. Porque assim, eu sou do jeito que eu sempre fui, entendeu? O profissional é aquilo que ele é. Independente do Estágio Probatório ou não. Eu acho assim muito pouco. Não que eu esteja desmerecendo o Estágio Probatório. Eu acho que na verdade a avaliação tinha que ser uma coisa contínua. Entendeu? Três anos pra mim é muito pouco, porque infelizmente tem gente que acha assim, passei pelo Estágio tô livre. Tá entendendo? Agora eu posso ser aquilo que eu sou. Não falo de mim, não falo de você, porque eu sou o que sou. Antes, durante e pós Estágio Probatório, falo por mim, mas tem gente que infelizmente não e que a gente houve, porque né? Na onde eu tô, no ponto que eu tô a gente houve muita coisa. Então é triste a gente escutar isso de um profissional, mas é a realidade. Eu acho que três anos de avaliação é muito pouco para uma carreira inteira. Eu acho que tinha que ter sim uma estratégia, não no sentido de punir, mas de estar observando sim o trabalho da pessoa. Como que está se desenvolvendo no decorrer da carreira. Né? Até porque você sabe que a nossa profissão não é uma profissão estagnada. Ela não para. Né? A gente está sempre evoluindo, sempre evoluindo e a gente precisa sim acompanhar, não é questão de avaliação, mas é questão de acompanhamento da carreira. Essa é minha opinião.”*

ENTREVISTA 4

Data: 13/04/02/16

Entrevistada: Diretor M

Escola: Núcleo Regional do Bairro Novo.

Duração: 20m

Entrevistadora: Qual a formação ofertada para os componentes da equipe avaliadora que acompanha o Estágio Probatório?

Entrevistado: *“Formação para o pessoal que acompanha o Estágio Probatório não vi nenhum tipo de formação nesse aspecto. As pessoas que acompanham o Estágio Probatório, são professores já ... e não só professores como alguns são funcionários da escola, servidores como auxiliares de serviços escolares, não são só os professores que fazem a avaliação, mas em relação a formação, eu por exemplo já participei de comissão avaliativa, mas não tive nenhum tipo de acompanhamento ou formação para que eu seja avaliador.”*

Entrevistadora: Como são sanadas as dúvidas da equipe avaliadora e a quem é possível recorrer em caso de dúvidas durante e sobre a avaliação?

Entrevistado: *“A gente tem um local específico dentro do edifício Delta, lá no centro, que o responsável né, da Rede Municipal no aspecto de Estágio Probatório, onde tem uma responsável que todas as dúvidas em relação ao Estágio Probatório, ela nos repassa e nos conduz a fazer a situação ali correta.”*

Entrevistadora: Como a equipe avaliadora tem conduzido os encaminhamentos do Estágio Probatório? O professor avisa os avaliados que está se aproximando a data da avaliação?

Entrevistado: *“Veja bem, geralmente todos os avaliados ele já tem uma ideia de que as avaliações deles acontecem em tempos aproximadamente de seis em seis meses, geralmente são três anos de Estágio Probatório, ... eles realmente sabem quando vem e quando não vem a sua avaliação. Daí chegando, tem vários itens que*

são analisados pela comissão avaliadora, avaliando esses aspectos, os avaliadores dão a nota adequada para cada situação para cada item.”

Entrevistadora: Quais os critérios de avaliação adotados no processo do Estágio Probatório na escola? São aqueles orientados pela própria SME?

Entrevistado: *“Bom veja bem, acredito eu que ... essa ficha de avaliação do Estágio Probatório é igual pra todas as escolas, até porque tem um sistema onde a direção das escolas entra e faz a impressão, onde sai todos os nomes dos avaliadores, os mesmos analisam vê a capacidade do avaliado, um dos exemplos é assiduidade eeeé, um dos itens é assiduidade, preparação para o trabalho. São vários itens, o que acontece? Todos os avaliadores visualizam, vê a situação realmente do servidor e se realmente a nota dele vai ser de acordo com aquilo que ele apresenta dentro da escola. Mas as fichas, são todas iguais, não existe diferença de ficha para ficha.”*

******Entrevistadora:** Mas dentro dessa questão, o professor acaba por se utilizar de algum outro critério para ajudar o professor que está em Estágio Probatório? Como por exemplo, cursos?

*****Entrevistado:** *“Veja bem, a gente sempre faz com que, ... pede pra que todos eles que estão em Estágio Probatório principalmente, façam vários cursos, até porque a mantenedora ela tem essa situação, oferece vários cursos de capacitação, principalmente pras pessoas que estão em Estágio Probatório, sempre tem aqueles cursos iniciais, pra Educação Infantil, pra aquelas outras situações específicas realmente pra sua área. E eu acho que vai bem mais, porque cursos tem e tem muitos cursos pela mantenedora, o que acontece, aí vai mesmo do interesse daquela pessoa que está em Estágio Probatório em realizar as capacitações, vai mais da pessoa. Isso também, sem dúvida nenhuma é avaliado no Estágio Probatório. Inclusive tem até um item que é a observação, onde a própria direção pode escrever alguma coisa em relação a isso.”*

Entrevistadora: Há um horário ou dia da semana em específico, em que o trabalho do profissional em Estágio Probatório é acompanhado? Descreva um pouquinho do processo de acompanhamento do Estágio Probatório.

Entrevistado: *“Veja bem, o Estágio Probatório é cerca de três anos para qualquer servidor da Rede Municipal, todos esses que estão em Estágio Probatório, sem dúvida nenhuma, eles são analisados, os dados quando chegam pra nós, nós já sabemos, porque dentro da escola não são muitos os que estão em Estágio Probatório, normalmente no máximo de três as seis pessoas no máximo, fica muito mais fácil para equipe diretiva avaliar essas pessoas, porque o acompanhamento é mais individual, ele é mais tranquilo, né? Mesmo o acompanhamento pedagógico que é feito pelas pedagogas, com o planejamento de aula, realmente verificando se oooo, a pessoa, o avaliado tem capacidade para elaborar um bom trabalho, se ele não tem ele é instigado pela própria equipe pedagógica a elaborar um bom trabalho, ele é acompanhado, ele tem sugestões, a equipe pedagógica acompanha muito isso, sabe? Ajuda muito nessa situação. Quero dizer pra você, é isso aí, o acompanhamento é bom. Tem bastante, sendo poucas pessoas, dá pra acompanhar bem sim.”*

Entrevistadora: O diretor conhece a Lei 10815? Ou quando solicita apoio do responsável pelo Estágio Probatório no Edifício Delta, Ihe são apontadas as normativas presentes na Lei 10815?

Entrevistado: *“Sim, veja bem..., a gente sempre pede instrução, eles passam pra você por e-mail, te orientam, tudo a respeito da lei. Comentam sim.”*

Entrevistadora: Em algum momento você recebeu orientações ou intervenções externas a respeito de algum profissional que estava sendo avaliado por sua equipe nesta instituição de ensino?

Entrevistado: *“Não! Até hoje a gente não recebeu nenhum tipo de intervenção, né, externa em relação a algum profissional. Ligando, dizendo, olha esse profissional é assim, tem determinada dificuldade, não. Todos os analisados, até hoje, a gente nunca sofreu nenhum tipo de interferência externa. Até que vieram de outras escolas, eles chegam aqui, a gente sabe quem é, a gente conversa, tem uma ideia. Os únicos problemas que podem as vezes surgir são de laudo médico ou alguma coisa, mas interferência externa não. A gente não recebe nenhuma interferência.”*

Internamente não. Também não tivemos nenhum dado que veio de outra escola, que venha a classificar aquela pessoa como, a ser tratada diferente, que tenha alguma especificidade.”

******Entrevistadora:** Há alguma orientação em relação a nota? Você observa que o profissional foi avaliado com uma nota superior ao que ele está efetivamente mostrando em suas práticas diárias, há como fazer sua avaliação sem necessariamente, se a ter à nota anterior, podendo está ser inferior à anterior?

******Entrevistado:** *“Bom, a gente já observou essa situação, inclusive o profissional tinha uma nota boa na outra instituição. Ao chegar aqui a gente notou que o profissional, ele, ... não sei se veio a ter ou tinha discrepâncias no desenvolvimento de suas tarefas, a gente conversou com ele e falou: “Veja bem servidor a tua assiduidade na outra escola, para ter sido dez, você acho mantinha, ... que não tinha faltas, aqui você está penalizando em tal situação, tal situação, então para que sua avaliação seja igual a que você tinha, acho que é bom você rever alguns conceitos em relação”. Daí depois desse feedback ao servidor ele realmente mostrou que tinha capacidade de receber dez. Mas se deixasse do jeito que estava ele não ia receber dez. Porque se deixasse do jeito que estava ele, não ia receber dez. Acho que isso é bem importante pra falar pra ele, porque de repente na outra escola, não sei... ele tinha outros hábitos, podia ser melhor que aqui. Então acho que ele tinha que manter, indiferente da instituição em que ele esteja ele tem que manter a mesma, ... o mesmo grau de capacidade. Por que ele ter uma capacidade em uma escola superior e em uma escola inferior? Acho que tem que manter o mesmo grau de satisfação, tanto pros alunos, quanto pra direção da escola.”*

Entrevistadora: Durante o Estágio Probatório o novo professor recebe auxílio com relação as suas aquisições, necessidades e esclarecimentos da função docente na modalidade em que atua?

Entrevistado: *“Você veja bem, acho que ... ele quando ele já faz o concurso público, já está bem específico ali no próprio concurso quais são as suas atribuições, já é um dever né, dele saber quais as suas atribuições dele. No entanto, mesmo chegando na instituição ele recebe, sem dúvida nenhuma feedback, ele conversa*

com a direção, conversa com o setor pedagógico. Inclusive ele tem várias capacitações de iniciantes na rede. Professores de educação física iniciantes, daí tem capacitações para pessoas que trabalham com a Educação Infantil, as pessoas que trabalham com classes especiais ou com crianças com limitações especiais, também já tem capacidade ou uma especialização nesse ramo, entendeu? Mesmo assim, a mantenedora oferta capacitações para essas pessoas. Mas eles também, quando chegam na entidade eles são, é dito a eles, é conversado com eles, quais serão as atribuições deles, como professor, como professor regente, quando é um professor corregente, quais as especificidades, se o professor vai ser um professor de artes ou de ensino religioso, e se tem capacidade para aquilo também, né?”

Entrevistadora: O que o professor consegue lembrar daquele período em que estava em Estágio Probatório? Como você acha que foi atendido no estágio probatório e você acha que os instrumentos de avaliação, as fichas de avaliação atendem as especificidades da educação?

Entrevistado: *“Eu acho que essa avaliação do Estágio Probatório ela deveria ser um pouco, um pouco não, bem mais cautelosa e muito mais criteriosa, sabe? Às vezes as pessoas confundem muito, o simples fato da pessoa ter uma amizade, uma com a outra e coisa e tal. Essa avaliação deveria ser feita não só aqui dentro da escola, como deveríamos ter uma equipe fora da escola, uma outra equipe diretiva onde todos deveriam se reunir e fazer essa avaliação em reunião todo mundo junto, especificamente sobre aquela pessoa, porque ele é muito aleatório, entendeu? Ele chega na escola, a escola já corre faz, conversa com todo mundo, vê como está sendo a situação, e eu acho que é muito corrido. É muito corrido. É uma coisa que não dá pra ser assim, ... Não é uma avaliação muito criteriosa. Eu acho que deveria ser muito mais criteriosa. Muito mais criteriosa. As questões que aparecem na ficha de avaliação conferem com nossa prática educativa, mas não só... as únicas pessoas que interferem nessa ficha são os avaliadores, acho que o próprio avaliado ele deveria colocar uma avaliação dele, de como se sente nessa avaliação, qual a sugestão dele em relação a essa avaliação e alguma observação dele, até porque ele mesmo poderia dizer que ele não merecia ganhar uma nota dez em tal situação, ou que ele merecia ganhar uma nota superior aquela que ele ganhou porque? Seria uma justificativa interessante que ele mesmo colocasse, até pra mantenedora*

verificar se essa ficha que deve ser ter sido utilizada e é utilizada até hoje durante tanto tempo sem ter um recall. Essa ficha é uma ficha que deve ter no mínimo dez anos. E as coisas mudam, os tempos são outros e acho que tudo deve receber uma modernidade de forma contemporânea sim, porque como diz o outro a fila anda, as coisas tem que mudar pra melhor. Eu acho que é muito simplificado, as coisas tem que ser muito mais criteriosas. Ainda mais quando se trata de funcionário público. Não há um critério específico, qualquer um dos profissionais da escola pode ser um dos avaliadores. Eu só acho que deveria ser um pouco mais criteriosa e receber alguns avanços, por que estacionou, né?”

ENTREVISTA 5

Data: 14/04/02/16

Entrevistada: Diretora S

Escola: Núcleo Regional do Boqueirão.

Duração: 24m

Entrevistadora: Qual a formação ofertada para os componentes da equipe avaliadora que acompanha o Estágio Probatório?

Entrevistada: *“O processo de formação, acaba que, a gente faz uma reunião na própria unidade, já no início a gente faz com o conselho de escola, a definição de quem fará parte da comissão de estágio probatório. Ela acontece anualmente, no início do ano. Essa comissão pode estar sendo trocada, de acordo com, com ... os professores que fazem parte da comissão e que podem estar saindo da unidade. Pode haver troca de um ano para o outro ou se mantém. Essa definição acontece dentro do conselho, a direção, a equipe diretiva é que faz a indicação desse grupo. Dessa comissão.”*

* **Entrevistadora:** Mas formações por parte da SME?

***Entrevistada:** *“Não temos. Temos informações via e-mail, bem claras de como deve acontecer. Eu tive uma capacitação já no início da gestão, isso foi em 2012. Nós tivemos. É nos passado todas as informações de como funciona. Eu acho assim, que dentro da questão do estágio probatório a avaliação em si, ela não é complicada, ela não é difícil.”*

Entrevistadora: Como são sanadas as dúvidas da equipe avaliadora e a quem é possível recorrer em caso de dúvidas durante e sobre a avaliação?

Entrevistada: *“Qualquer dúvida que haja, a gente sempre entra em contato com contato com a Andréa, que é da gerência de RH aqui do nosso Núcleo e ela sempre nos dá todas as informações e tira as dúvidas, então quando surge alguma situação atípica a gente tira essa dúvida com ela.”*

Entrevistadora: Como a equipe avaliadora tem conduzido os encaminhamentos do Estágio Probatório?

Entrevistada: *“A avaliação, ela acontece já no início do ano letivo. Após formada a comissão é feito um ofício de ciência do servidor que ele vai ser avaliado durante o ano letivo, em seu período de avaliação. Então assim, acontece muito desse período de avaliação acabar oscilando a data. Por que? Justamente por afastamentos, as vezes pode se prolongar, então não existe uma data fixa, desde que não haja afastamentos. Se não houver afastamentos ela é fixa, digamos assim, mas se houver um mês de atestado já vai mudar o meu, a data do Estágio Probatório. E o servidor ele está ciente de que durante o ano letivo, né, a gente faz essa observação, faz o acompanhamento, faz anotações de quando deve haver as avaliações para que a gente não perca o prazo. E é feita a avaliação junto com a equipe, ou melhor, junto com a comissão de avaliação. A gente tem esse olhar de estar observando o profissional, de estar orientando também quando necessário, para que se, quando chegar na data da avaliação, a gente possa estar fazendo de acordo com o desempenho do profissional.”*

Entrevistadora: Quais os critérios de avaliação adotados no processo de avaliação na escola?

Entrevistada: *“Acho que os critérios que tem já são bem ..., eles são amplos na verdade. Eu vejo eles, os critérios que tem, como eu disse eles são amplos. A acessibilidade... esses critérios como a acessibilidade, trabalho realizado, até mesmo a questão da assiduidade, então ele é bem amplo, relacionamento interpessoal, cuidados com os materiais e equipamentos do ambiente, ética que é*

muito importante, a questão da disciplina, da produtividade no trabalho, flexibilidade, iniciativa, assiduidade, pontualidade e o conhecimento no trabalho. Então acho assim que ele tá bem..., no meu ver está bem amplo, se a gente for analisar cada um deles em específico, como nós não tivemos problemas dentro desses critérios, pra gente está bem tranquilo. Esses critérios que já existem tá... , não vejo... por exemplo a questão da assiduidade, não vejo necessidade, por exemplo de ter alguma coisa... né, porque ele está bem específico. Comparece ao trabalho continuamente, não possui faltas. Então os profissionais estão sempre, quando precisam faltar tem a justificativa, o que a gente observa é que o profissional está empenhado ele tá sempre colaborando, e ele faz o seu trabalho muito bem feito.”

****Entrevistadora:** Então dentro desses critérios a professora não iria propor nenhum outro? Ou na escola são observados outros critérios, vinculados a questão pedagógica propriamente dita?

****Entrevistada:** *“Quando a gente fala conhecimento para o trabalho, né, já está no pedagógico, né. Então aplicar conhecimentos técnicos e práticos, pertinentes ao cargo na execução de seu trabalho. Então, né nas ações necessárias. Então ele é um único critério né, que a gente observa todo o trabalho pedagógico do profissional. E a gente não espera chegar a avaliação pra dizer, olha você, você não, você não, neste critério você não teve uma boa pontuação, olha houve ...você poderia... a gente vê da seguinte forma, eu preciso estar alertando o profissional, orientando, pra que quando chegue a avaliação eu possa ser realmente fidedigna ao trabalho dele. Né?”*

Entrevistadora: Há um horário ou dia da semana em específico, em que o trabalho do profissional em Estágio Probatório é acompanhado? Descreva um pouquinho do processo de acompanhamento do Estágio Probatório.

Entrevistada: *“Ele se dá diariamente. Então assim, o trabalho do profissional, eu não posso analisar em uma única situação. Então ele é observado durante todo o trabalho dele, na questão do envolvimento com o grupo, que é o que coloca aqui, né? A questão da flexibilidade, de repente eu preciso fazer um trabalho diferenciado, que foge um pouquinho daquilo que é..., com a turma, ou com situações que demandam dentro da unidade mesmo..., então a questão da flexibilidade no dia-a-dia nos já vamos percebendo isso. Então todos esses critérios ... os nossos*

profissionais estão atendendo. Então nós não tivemos problemas nenhum com os nossos profissionais até hoje nesse sentido. Então não existe um horário, nem um dia, nem um horário específico, porque nos estamos avaliando no decorrer, porque ele é contínuo. Só observando sempre e orientando quando é necessário.”

*****Entrevistadora:** Quando a professora fala de observar sempre, você fala de si mesma ou da equipe?

*****Entrevistada:** *“A equipe. A equipe, no caso a nossa comissão de avaliação do Estágio probatório é composta por cinco profissionais da unidade, cinco membros. O pedagogo, que é muito importante porque ele tem que ter conhecimento no pedagógico, porque ele tem que ter conhecimento também do pedagógico do profissional que vai ser avaliado, também uma professora que acompanha esse critério do interpessoal, da vice diretora que também faz esse trabalho junto comigo. E a gente sempre faz, ... antes de avaliar a gente senta e faz a análise dos critérios, chega num consenso pra fechar a avaliação. É uma pedagoga da manhã e da tarde, justamente para observar eles. Dependendo do servidor. Manhã ou tarde, a gente pega a pedagoga que está atendendo. Apesar de que a gente já vai fazendo a avaliação no período, porque a avaliação, a observação ela não é fechada só no último dia, como a gente falou, ela tem um período de avaliação que é observado.”*

Entrevistadora: A professora tem conhecimento da lei 10815?

Entrevistada: *“Nós passamos todas as informações para os profissionais, da lei. E eles tem já essa informação pra que eles possam estar acompanhando. Então o que a gente faz? Passa pra eles estarem acompanhando quais são os critérios. A maioria dos profissionais que estão na unidade, eles não são novos de período de avaliação. Então eles tem uma ou duas avaliações que no caso falta pra fechar o Estágio Probatório. Eu tive um ano, acho que foi em 2013, eu estava em torno de uns oito ou nove servidores novos na rede e ai pra ficar bem claro eu fiz uma reunião com eles, né, separado. Coloquei todos os critérios, da lei do decreto. Para que eles pudessem entender quem fazia parte da comissão, por quê, então a gente fez desse modo e ficou bem claro pra eles. Como os profissionais que eu tenho hoje são profissionais que já estão na rede a mais tempo, já entendem o processo, então não houve essa necessidade de ta colocando pra eles. Mas quando chega um*

profissional que é novo na unidade, recém chamado pelo concurso, eu vejo essa necessidade.”

Entrevistadora: Em algum momento você recebeu orientações ou intervenções externas a respeito de algum profissional que estava sendo avaliado por sua equipe nesta instituição de ensino?

Entrevistada: *“Em Estágio Probatório, nunca houve e quando a gente percebe isso dentro da unidade o primeiro passo é estar orientando. Em seguida se a gente observa, não aconteceu isso na minha gestão, mas se eu já participei da coordenação administrativa em outras gestões, que houve a necessidade de fazer o registro, em situações que poderiam levar ao... como eu posso dizer? Poderiam, não prejudicar o profissional, mas que a sua nota não seria boa, digamos assim, justamente por essas situações que realmente interferem, justamente pelo fato, que não atendiam esse critérios, então a gente orientou, eu lembro muito bem, na época a gente fez essa orientação, na época a situação persistiu, em vários critérios como assiduidade, conhecimento para o trabalho, que é muito importante e a questão da ética também. Então houve essa orientação para o profissional. Então de fora nunca veio pra gente. A gente observa essa questão do profissional.”*

Entrevistadora: Há uma preocupação da equipe avaliadora do Estágio Probatório ou da EPA com a formação continuada desse profissional em específico? Há cobranças, orientações, indicações? Como é que funciona essa questão da capacitação?

Entrevistada: *“Sim. Então existe um incentivo dentro da unidade. Isso já em anos anteriores que nós incentivávamos o profissional a fazer os cursos. Pra esse ano já tem uma outra dinâmica. Os cursos já estão programados para esses profissionais. Onde o profissional de acordo com sua área já tem essa programação. Isso falando do regular (Ensino Regular) Quando se trata da unidade que trabalham no integral (ensino integral) não existe uma programação específica. A nossa equipe ela busca. Ela tá sempre buscando. Cursos à noite. Então existe essa busca esse interesse por parte do profissional. Isso eu falo de profissionais que nem estão mais em estágio*

probatório, mas que estão sempre buscando coisas novas e é bem legal. Dentro dessa questão a gente vê bem claro isso.”

Entrevistadora: Durante o Estágio Probatório o novo professor recebe auxílio com relação as suas aquisições, necessidades e esclarecimentos da função docente na modalidade em que atua?

Entrevistada: *“Como que acontece aqui? Normalmente é o que deve acontecer em outras unidades, na nossa primeira reunião administrativa ela já mostra qual o funcionamento da unidade. Isso dentro do administrativo e dentro do pedagógico também. Pra que o profissional tenha uma noção de como é o funcionamento da unidade, das questões pedagógicas, tanto a questão do livro ponto, assiduidade, que é um controle que a gente faz, com relação às pedagogas, ao atendimento. Então tem toda essa orientação já na primeira reunião que nós fazemos com a equipe. Em seguida, elas (pedagogas) estão sempre sentando com as professoras, né? Fazendo essa orientação pedagógica dentro daquilo que, na área que ela está atuando. Enquanto direção a gente está sempre observando, essa é minha maior preocupação o desenvolvimento da professora dentro da sala de aula. Então eu me preocupo muito com o bem estar do profissional, esse ano mesmo houveram situações que a gente enquanto direção tivemos que interferir, pra poder colaborar para haver um bom momento em sala de aula. Questões de disciplina, né? E a gente sabe que essas questões as vezes afetam, as vezes não, elas afetam o pedagógico. Então a gente já observou essas questões já buscamos achar estratégias e formas de estar ajudando esse profissional e sempre dizendo, além de acompanhar pra que ela venha buscar, nos procure pra que a gente possa dar apoio. Então é..., quando a gente é nova na função a gente tem essas dúvidas, quando a gente tem suporte, tem apoio isso é muito bom. Eu passei por isso, você passou por isso, então você sabe que é fundamental. Cem por cento a gente nós nunca vamos ser, mas naquilo que a gente pode fazer a gente está sempre tentando colaborar e apoiar esses professores, tanto nas questões do dia a dia, no trabalho dela, no pedagógico também, quando as pedagogas estão aí. Hoje por exemplo, eu estou sem as duas pedagogas, uma de LTS e a outra em curso, então elas não estão, então nós fazemos esse trabalho, precisou... então nós temos a semana*

literária, que está acontecendo agora, a gente faz o acompanhamento, sempre procura ajudar esse profissional, dar suporte.”

Entrevistadora: *Você acha que os instrumentos de avaliação, as fichas de avaliação atendem as especificidades da educação?*

Entrevistada: *“A lei poderia ser mais específica pra cada, pra cada.. por exemplo o magistério, ela deveria ser mais específica para que a gente não... a lei é nosso amparo com relação ao formulário é ... ele poderia ser mais é ... ter mais tópicos dentro de um próprio critério, né? Como eu falei, com relação por exemplo ali, quando conhecimento para o trabalho, né. Nós temos ali, aplicar conhecimentos técnicos e práticos pertinentes para o cargo, né? Então se a gente for analisar ele poderia ser mais específico, com subitens. Poderia, né? O profissional teria a oportunidade de estar sabendo onde, em que ponto ele ou falha, ou ele precisava melhorar. Por que quando acontece, eu vejo muito importante nas orientações colocar para o profissional onde ele precisa melhorar. Se acontece essa orientação ele vai buscar, mas se eu for chegar aqui no dia e ..., eu fiquei o período de avaliação todinho só observando e não fiz orientação, quando chegar o momento da avaliação eu chamo o profissional e digo a sua nota não foi satisfatória no conhecimento para o trabalho, ela pode recorrer, por quê? Ela não foi orientada. E eu vejo assim, que se eu for fazer uma avaliação, eu tenho, eu já disse e reforço, eu preciso orientar meu profissional pra que na hora da avaliação ele saiba, né, o por quê, ele já foi orientado, porém não houve, ou a gente não percebeu essa melhora, ai o profissional já está ciente daquilo. E nesse caso se houver uma avaliação, por quê? Nas nossas avaliações a maioria dos nossos servidores tiram dez, posso dizer que é cem por cento, no entanto se houver algum caso eu gosto de fazer o registro dessa avaliação, porque eu não faço ela sozinha e não decido sozinha. É uma equipe. É uma comissão, então se houver essa necessidade, ou melhor se o servidor não atingir a nota máxima é necessário esse registro para que a gente possa fechar, argumentar se o profissional não atendeu os critérios né? Para que ele tenha ciência disso. Já antecedente a outras atas e outros registros.”*

ENTREVISTA 6

Data: 25/04/02/16

Entrevistada: Diretora E

Escola: Núcleo Regional do Bairro Novo.

Duração: 23m

Entrevistadora: Qual a formação ofertada para os componentes da equipe avaliadora que acompanha o Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Na realidade a proposta da prefeitura hoje tem uma formação direcionada para o gestor, até tem algumas lá no site aprendere, que ele oferta esses cursos, e aí o gestor que acaba multiplicando pra equipe. É um curso a princípio de quatro horas, esse inicial, aí a gente pode estar repassando pra equipe que avalia o servidor.”*

***Entrevistadora:** E no caso a equipe que avalia o seu servidor é composta por professores? São todos profissionais da educação ou há pessoas da comunidade?

***Entrevistada:** *“No nosso específico temos só da escola. Então nos temos, por exemplo, inspetora de alunos. Porque nos achamos importante ter também uma visão dessa pessoa que não está tão ligada, ela é ligada à área da educação, mas a função dela não é a de professora, ela é inspetora, aí ela faz parte da equipe. Sempre nos tomamos esse cuidado de ter essa pessoa junto ali pra avaliar a pessoa que está em Estágio Probatório. Até porque elas acabam vendo algumas coisas que a gente, na correria, acaba não vendo.”*

Entrevistadora: Como são sanadas as dúvidas da equipe avaliadora? A quem é possível recorrer nos momentos de dúvida, sobre e durante o momento de avaliação?

Entrevistada: *“Em primeira instância é o RH aqui da regional. Nós ligamos e conversamos com a responsável que hoje é a Gisele e caso ela também ainda tenha dúvidas de alguma coisa que ela não saiba responder, nós temos a Carmem que fica lá na SME e nós ligamos direto pra ela.”*

Entrevistadora: Como a equipe avaliadora tem conduzido os encaminhamentos do Estágio Probatório? Como funciona o trabalho da comissão avaliadora?

Entrevistada: *“Então... a partir do momento em que a equipe é composta, nós conversamos com todos da equipe que vai avaliar e mostramos quais são os critérios, não temos critérios próprios da escola, são aqueles critérios propostos na avaliação, aí a gente vai avaliando no período. Não tem um dia específico que a gente vá senta... hoje segunda-feira a servidora tal vai ser avaliada. Então é no processo, durante tudo o que está acontecendo. A partir do momento que a servidora chega na escola daí a gente já apresenta a equipe, mostra que tem exposto lá na sala do professores, caso elas esqueçam, pois no começo elas não decoram muito. Uma coisa que eu não falei sobre a equipe é tentar que a equipe seja a mesma, alguém que trabalhe manhã e tarde na escola, como nós temos essa facilidade tem várias pessoas que estão de manhã e a tarde na escola então nós tomamos esse cuidado. Salvo as pedagogas que nós não temos a mesma para manhã e tarde. Só uma delas que é pedagoga pela manhã e a tarde ela é professora, então esse ano ela entrou pra equipe, ela veio agora pra escola, já deixamos ela ali pra... colocamos a outra pedagoga como suplente e ela como membro estável. E é assim é durante o processo. Não tem um dia específico pra avaliar. Estamos avaliando nas atitudes, na questão do horário, atitudes, planejamento, tudo aquilo que é proposto ali nos critérios a gente vai avaliando. Mas fica muito assim, na hora da decisão final lá, fica muito visível assim que a fala da pedagoga e da direção acaba..., não que as outras..., elas falam também, mas acabam meio que concordando. Nós até o momento, nós não tivemos nenhuma situação assim de um servidor nós causasse constrangimento, ou que tivéssemos que dar uma nota baixa. Todas que passaram até o momento, diferente do que vai acontecer esse ano, que a gente já está observando uma servidora com uma certa dificuldade, a gente já está encaminhando pra isso, temos chamado, registrado em ata, conversado com a servidora, explicando em que ela está sendo avaliada, o que está acontecendo, mas tá bem difícil a comunicação ali. Então possivelmente essa, a equipe que estava avaliando, possivelmente não vá ser o que a gente estava acostumada em outros anos. Que vai ser na minha gestão, o primeiro caso de uma servidora que não vai com uma nota máxima. Porque todas as outras, quando nós víamos alguma situação, e com todas, não só quem está em Estágio Probatório,*

talvez por isso que a gente não, claro, tem a questão burocrática nós temos que fazer o preenchimento, mas pra nós todas estão sendo avaliadas sempre. Sempre está conversando retomando, não existe o estou em Estágio Probatório até tal dia, no dia seguinte vou ser outra pessoa. Com a equipe toda, mesmo com as pessoas que estão quase se aposentando, que é uma equipe já antiga pelo tempo da escola, todas estão sempre sendo chamadas quando preciso e não pela..., no caso por quem está avaliado, mas pela gestora mesmo, pelos diretores.”

Entrevistadora: Quais os critérios de avaliação adotados no processo de avaliação do Estágio Probatório na escola? Quais os critérios que a professora consegue lembrar?

Entrevistada: *“Então a princípio sim. É o que está lá no instrumento. Não tem nada que a gente assim... Não me recordo agora de nada. Só o que está no instrumento mesmo.”*

Entrevistadora: Do ponto de vista da questão do acompanhamento, há um horário ou dia da semana em que o profissional em Estágio Probatório é acompanhado? Isso acontece?

Entrevistada: *“Em todas as ramificações do servidor, desde que ele entra na escola. A questão que é acompanhado muito é o planejamento, é acompanhado muito. Esse retorno do que é proposto ao servidor, a gente fica muito focado nisso mesmo. Mais o pedagógico, mesmo. Claro que todo o resto faz parte, né? A questão da pontualidade, tudo isso faz parte, mas e também, se acaso precise, como eu falei até então não tinha acontecido de precisarmos retomar esse tipo de... ou de pontuar no instrumento. Sempre nos conseguíamos fazer isso no processo e daí quando chegava o momento da avaliação não precisava mais, já foi sanado. Porque eu entendo que assim como o estágio do magistério, vamos pensar na minha época de formação, quando eu fiz magistério eu precisei de professores que estavam ali comigo me orientando pra eu ser a profissional de hoje. Então, esse servidor que está entrando tem que entender que ele veio...ele não sabe como é que funciona, qual a música que ele vai ter que dançar. Então, eu vou ter que ..., quem está ali, o pedagogo enfim, vai estar mostrando pra ele como é que dança, então hoje vai tocar*

..., sei lá, samba, então vamos sambar. Hoje vai tocar música clássica, então vamos dançar balé, então é..., eu acho, entendo assim, né? É durante o processo. Porque nós não queremos penalizar ninguém, é formação mesmo. O profissional veio passar no concurso, passou numa aula didática, então ele está aqui na minha frente agora, mas ele não sabe como é que funciona. Então eu tenho que sentar e mostrar, olha a escola funciona assim. Hoje com a tecnologia, está muito mais fácil. Nós temos um grupo no whatsapp, todas as orientações é passado ali, mesmo que a professora um dia esteja, o servidor esteja numa reunião, um curso, ela vai ficar sabendo o que está passando na escola. Nós temos também o e-mail, o grupo de e-mail dos professores. Tudo que chega pra nós, todos os lados, que diz respeito ao professor a gente está enviando e mesmo quando não diz, nós também enviamos para eles ficarem sabendo o que está acontecendo na escola. Porque as vezes é uma coisa direcionada pra Educação Física, nós mandamos pra todos, pra que ele saiba que o professor de Educação Física naquela quarta-feira vai estar fazendo um curso de xadrez. Né? Então é para o grupo estar... é uma escola muito grande, muitos professores. No grupo de whatsapp também tem o pessoal terceirizado pra ficarem sabendo também, porque pra nós não tem distinção se é da prefeitura ou se não é, enfim. Então a informação chega no servidor novo e mesmo assim, se a gente percebe que a servidora, servidor, não está né? Se adequando, caminhando, aí gente chama pra uma conversa particular pra orientar mesmo. É uma orientação. Então, só não aprende mesmo quem não, não...quem tem alguma limitação ou não que mesmo.”

Entrevistadora: A professora tem conhecimento da lei 10815/2003, que rege o Estágio Probatório? Você não participou de uma formação, então os aspectos da lei não são de seu conhecimento?

Entrevistada: “Na verdade assim, nós temos acesso, mas assim que eu saiba de cor exatamente o que está escrito lá, não. Tem essas orientações, então tem a equipe que está sempre lembrando dos processos, lembrando dos períodos, quando às vezes vence de alguém, né? Que veio de outra escola e tem que passar por aquela transferência que eles fazem. Efetivo mesmo não. Nós temos acesso, mas não é consultado assim, só quando necessário mesmo.”

Entrevistadora: Na SME ou no NRBN, você já recebeu ligações de interferências, ou melhor há interferências nas avaliações do Estágio Probatório? (15'58s)

Entrevistada: *“Da SME ou de alguém da Regional, não. Nunca ligaram. Mas quem tem muitos anos de Prefeitura, sempre conhece alguém de outra escola e eles acabam falando né? Ah! Aquela foi pra lá. Mas assim, independente da gente estar falando sobre isso, eu como pessoa é... não sou perfeita, mas eu não entendo o profissional, claro tem uma história, mas ele pode viver uma outra história aqui. Então ele pode chegar com essa fama, ou de um mal servidor ou de um bom servidor, mas aqui ele vai construir a história dele. Então eu não posso ... Claro, que eu não vou fingir que não ouvi o que me contaram, mas não vou tomar isso como parâmetro para iniciar meu trabalho com você. Né? Se eu ouvi isso lá fora, não aqui pode ser diferente. E nós já tivemos muita gente, não foi uma, que chegou aqui e falaram: Olha essa porque essa pessoa é isso, porque é aquilo e aqui é maravilhosa, sabe? Desempenha um trabalho assim..., e já aconteceu o contrário também, né? Da pessoa falar, mas daí nem estava em Estágio Probatório, mas de chegar, ... e falar essa pessoa é perfeita, mas nem era tão perfeita assim. Então pra nós, nessa história aqui, na história do tempo em que ela esteve aqui, eu penso muito do começar do zero, eu conheço você a partir de agora, então a partir de agora que nós vamos construir a nossa história. Então pode ser que eu não tenha vivido naquele ano um ano bom, pode ser que eu sai de lá, e naquele ano eu estava ... não sei, meu filho doente, eu faltei muito, não sei o que aconteceu lá, mas a partir desse ano é outra vida, vida nova. Então eu acredito muito nisso. Da gente começar de onde a gente se conheceu. Aí se eu perceber ou se a equipe percebeu a pessoa que tá, se a equipe percebeu aí sim, nós tomamos a atitude durante o processo, mas não em porque se basear. Eu acho muito pequeno, se basear naquilo que foi falado de mim lá, se você nem me conhece, vai achar que eu sou isso mesmo.”*

Entrevistadora: Há uma preocupação da equipe avaliadora do Estágio Probatório ou da EPA com a formação continuada desse profissional em específico? Há cobranças, orientações, indicações? Como é que funciona essa questão da capacitação? (11'40s)

Entrevistada: *“No início do ano já vem um plano de formação, né? É um livro grosso e já tem essa proposta. E a mantenedora é muito rica, isso não podemos reclamar é pra quem quiser ver. Então, tem uma formação muito ampla e ali..., nós na verdade assim, se nós percebemos ou a própria equipe independente de estar em Estágio Probatório ou não, percebe por exemplo o pessoal do quarto ano percebeu, não do quinto, percebeu que eles estão com dificuldade para trabalhar História, nesse novo formato do currículo agora, dentro da proposta, daí elas já pediram assessoramento. Então, além daqueles cursos que são ofertados ali, tem destinado para arte, se você pegou arte, tem os ofertados em arte, direcionam no dia da permanência que é na quarta-feira. Mas além disso, para além dessas formações que vem desde o início do ano essa proposta, tem esses assessoramentos. Que a gente pode estar chamando o pessoal da SME pra estar assessorar e elas gostam muito, inclusive. Então, essa questão de formação, nisso a gente tem que tirar o chapéu porque acontece. E assim quando não acontece, porque a gente está vivendo uma situação um pouco complicada, porque a proposta da Prefeitura esse ano veio com a proposta do PROFI, que é uma formação diferenciada e nós tivemos um pouco de resistência com professores mais antigos, com os novos não, aceitaram porque tem muito a aprender mesmo lá, porque o formato é bom, o único problema é a quantidade de dias que elas tem que sair e aí, esse grupo mais antigo da escola, no início mostrou resistência, aí o que é que eu fiz? Pedi pra elas, conversei com o pessoal responsável, daí a L... lá do departamento veio na escola e conversou com a Pedagoga da tarde e aí, nós colocamos as angústias do grupo e além disso eu fui em um dos PROFI, pra ver o que realmente estavam falando, né? Pra ver por que estavam tão insatisfeitas. Daí eu entendi que muito por conta dos dias que elas saem e, mas um tanto também porque são professoras que fizeram PNAIC tem uma gama de informações ali, para além de PROFI, mas isso ... mas agora elas estão indo, depois que eu fiz toda essa sensibilização, porque é muito fácil chegar para o professor e falar vá. É diferente você estar lá junto, eu sentei do lado delas, e teve um dia em que elas vieram falar comigo, não queremos mais... e não vamos. E eu pedi, olha vamos dar mais uma chance, porque eles começaram..., só o um encontro, vamos no segundo? Eu vou junto com vocês. Aí diz que o boato é que elas davam risada, porque não achavam que essa seria resposta, né? Então acho que é muito isso, o servidor, você tem que estar do lado dele. Tenho que descer do meu..., deixar as minhas atribuições ali que*

tem, algumas que tem ali em termos burocráticos, para estar do lado e pra sentir o que elas estão sentindo. Independente de quem esteja em Estágio Probatório ou professor que já está há anos, que foi o caso do profê, aí que nós passamos.”

Entrevistadora: Durante o Estágio Probatório o novo professor recebe auxílio com em relação as suas aquisições, necessidades e esclarecimentos na função docente na modalidade em que atua. (18'28m)

Entrevistada: *“Sim. E assim eu sempre converso muito com as pedagogas, porque elas estão assim mais de perto na questão pedagógica, é de realmente estar do lado desse profissional, porque o que pra nós parece muito óbvio, né, para aquele profissional é como se eu estivesse, para alguns casos, ensinando japonês. Então eu tenho que pensar como ele. Eu entrei agora, porque eu também entrei não sabia nada. E tive alguém que me ensinou. Eu tive excelentes pedagogas que me ensinaram. Tive gestores assim maravilhosos que passaram, que me ensinaram a ser professora a ser um bom profissional. E..., com certeza sim, tem esse acompanhamento. E fora aquelas questões que lhe falei da informatização de tudo, que além de você estar do lado, de mãozinha dada com o profissional, tem o registro, que além do whatsapp, tem o e-mail e tem o livro aviso, quando é uma coisa bem específica para aquela área a gente coloca, cola no livro aviso e a pessoa assina. A informação é dada. E a questão de como fazê, o que fazer, o que eu posso e o que eu não posso, tem várias pessoas que elas podem recorrer. Tem a direção, que é muito aberta, tem a vice-diretora, tem os pedagogos, as secretárias, as inspetoras. Eu costumo sempre, que no dia que a pessoa chega aqui na escola, eu faço um tour, porque fizeram isso comigo. E eu acho maravilhoso, porque eu lembro do meu primeiro dia. Então eu faço esse tour com o profissional que chega e eu vou mostrando as pessoas e coloco algumas pessoas como referência. Então eu sempre brinco, né? Tem a pessoa da limpeza que está aqui também há muitos anos, acho que há 18 anos, a encarregada, eu sempre falo assim, conversa com ela, porque na verdade ela que é a diretora da escola, ela sabe tudo. Então ela já sabe que aquela pessoa ela já pode, a nível de andamento mesmo do dia a dia, ela chega na pessoa e ela já sabe o que ela sabe mesmo. Mostro uma inspetora referência e depois apresento pro grupo sim. Mas fica sempre uma pessoa referência ou as pessoas referência.”*

Entrevistadora: Você considera que os formulários para a avaliação estão de acordo com a nossa profissão, com a formação docente? Eles atendem aos requisitos para avaliar um profissional da educação? (21')

Entrevistada: *“Sinceramente, eu acho que está ultrapassado. Sabe eu acho que nós estamos já, em um nível de diálogo mesmo com o servidor que poderia..., eu não consigo imaginar agora o quê. De repente isso que a gente faça hoje, que é esse no processo porque o papel pra gente é lá no final. Né? Então depois de todas as tentativas realmente, em todos os diálogos e conversas e orientações que são registradas as orientações não conseguiu, aí sim vai lá pro papel essa questão. Não foi o caso aqui até então, como eu já falei, mas eu penso que fala-se tanto na ..., até pro aluno que hoje nós avaliamos no processo, né? Tem todo uma forma diferenciada de avaliação. E o servidor ele é avaliado por nota e me preocupa porque eu não sei como é encaminhado em outras escolas. Aqui eu fico segura porque realmente é no processo. A gente está olhando o dia a dia, então o profissional só será prejudicado se realmente não está adequado pra aquela função. Então, não tem como também você deixar um funcionário ou servidor se ele está..., não atende o que foi estabelecido pela mantenedora. Caso contrário, estamos em aprendizado, todos! E ela também, essa servidora também tem como aprender. Então, eu não consigo instrumentalizar isso, porque tem que ter o retorno, está em Estágio Probatório, mas o que vai ser feito? Eu não sei esse retorno, mas que tem que mudar eu acredito que já esteja ultrapassado.”*

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS PEDAGOGOS QUE AVALIAM O PROFISSIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NAS ESCOLAS

ENTREVISTA 1

Data: 16/05/16

Entrevistada: Pedagoga E.

Escola: Núcleo Regional do Boqueirão.

Duração: 18m

Entrevistadora: Como você descreve a sua participação no processo de avaliação do Estágio Probatório na escola? Considera-se apta a participar desse processo avaliativo?

Entrevistada: *“Eu descrevo de uma forma boa. Eu acredito que é uma..., uma função que cabe ao setor pedagógico mesmo, porque a gente está falando de educação e as professoras que entram pra fazer parte desse quadro, elas precisam ter uma boa didática, elas precisam ter... horário, elas precisam ter conhecimento daquilo que estão fazendo, sabe? Então eu acredito que o setor pedagógico é o mais..., o melhor sabe, para descrever isso para prefeitura, para quem está pedindo essa avaliação no caso. Então assim, eu participo de uma forma bem efetiva no que me pedem, então quando a direção se reúne com a gente para conversar sobre a pessoa que está em Estágio Probatório a gente coloca aquilo que é necessário ser atingido, se atingiu ou não. Tenho condições de avaliar e acredito que, não menosprezando as outras pessoas, mas acredito que o setor pedagógico é sim a melhor e mais sensata escolha para fazer isso.”*

Entrevistadora: Você acompanha os profissionais que chegam à escola, tomando como referência os indicadores de avaliação do Estágio Probatório?

Entrevistada: *“No que se refere ao pedagógico sim, sabe? Quando a pessoa entra na escola, a gente já recebe ela com esse olhar. De que ela faça um bom trabalho dentro dessa dinâmica que o Estágio Probatório pede.”*

Entrevistadora: Nesse início de carreira, como você orienta a formação desse profissional?

Entrevistada: *“Eu acredito que a pessoa tem que estar sempre fazendo novos cursos, novos cursos de formação que acompanham as permanências com as demais profissionais, sabe? Que busque esse conhecimento, porque as vezes a pessoa nunca trabalhou na área, ou sempre trabalhou em escola particular, chega na prefeitura é totalmente diferente, quantidade de alunos, conteúdos, né? Maneiras de lidar com a turma, ninguém é obrigado a ter quando entra no Estágio Probatório e as vezes, eu já presenciei, quando eu fui avaliada, presenciei, casos assim de a pessoa receber nota baixa por a pessoa não ter domínio de turma, de repente era uma profissional excelente com conhecimento didático, conhecimento pedagógico, e por não ter domínio dessas 35 crianças que estão ali, que de repente, de uma realidade diferente ela não tenha ali conseguido. Não que a aula dela não fosse boa, acho que a gente tem que ajudar, auxiliar nesse processo, não ver com um olhar discriminatório, evitar essas coisas que acontecem na escola, já vi muito acontecer, das pessoas ficarem ... ah você é novinha, ficarem é... ta chegando agora... essas coisas são bem ruins.”*

Entrevistadora: Há um trabalho pedagógico específico que favoreça a inserção do profissional que inicia a profissão docente na escola?

Entrevistada: *“Não, na verdade a gente... coloca sempre uma pergunta pra pessoa, o que ela gostaria de fazer? Onde ela estaria melhor, onde ela se encaixa, quando há essa possibilidade, porque as vezes a pessoa chega de um concurso no meio do ano e está faltando uma professora de artes, ela tem que entrar em arte indiferente de sua aptidão, por que todo mundo faz concurso, e é a fala de pessoas da escola e se diz, fez concurso de primeira a quarta, de primeiro ao quinto ano e é isso que vai fazer, independente da função, mas eu não vejo desta forma, eu vejo que a pessoa tem que fazer aquilo que tem melhor aptidão. Gosta de primeiro ano, vai pegar primeiro ano, gosta de segundo, vai pegar segundo, sabe? Gosta dos maiores, tem mais jeito pra lidar com crianças grandes, então é isso que a gente pretende que a pessoa chegue na escola e pegue o que já está apta a fazer, ou já teve algum contato com essas crianças, mas se não tem essa oportunidade de estar inserindo*

naquilo que ela tem aptidão, daí a gente vai dar todo o auxílio pedagógico, estar acompanhando nas janelas, nas permanências, pra que ela consiga ter um contato com o plano curricular, com toda a documentação que ela precisa preencher, o plano de apoio, a gente coloca bem o que a pessoa precisa, né? Explica várias vezes, de repente você chega pra ela e diz que a criança tem um PAPI, mas ela não sabe o que é o PAPI. Então assim, a gente tem que estar acompanhando como uma criança que está aprendendo mesmo, assim quando chegou o que vai fazer, tem que ser uma pessoa bem orientada, para depois você poder julgá-la, né? De repente até dar uma nota pra essa pessoa, você tem que ter feito o seu papel bem feito.”

Entrevistadora: As questões que integram os critérios de avaliação presentes no instrumento de avaliação do Estágio Probatório são suficientes para avaliar as especificidades do profissional da educação que se quer na escola?

Entrevistada: *“Eu acho aquele documento muito sucinto e ao mesmo tempo muito abrangente. Porque dentro daquilo você pode colocar qualquer situação, sabe? Quando você não gostou, por exemplo, do trabalho de uma pessoa, de uma forma pessoal, que existem e a gente sabe, então a não essa pessoa... ou alguma das avaliadoras não se adaptou com a pessoa, ou com o jeito dela trabalhar, isso se encaixa de muitas formas, a assiduidade por exemplo, a pessoa está na escola, ela veio todos os dias, mas tem atestados médicos no Estágio Probatório, não deixou de ser assídua, isso a gente não pode julgar, porque teve atestados médicos, porque atestado médico não se julga, mas você pode dar uma nota assiduidade, porque ninguém vem conferir o ponto dessa pessoa, então você pode julgar de uma maneira errônea, abre-se brechas para isso, sabe? Em outros pontos também da avaliação, eu dei o exemplo da assiduidade porque é uma coisa que pode acontecer. A pessoa vem, a pessoa de repente enfrenta um período bem difícil logo no Estágio Probatório, com o marido doente, filho doente, e até que a pessoa mesmo fique doente, e ali está vários atestados, e eu como pedagoga sou um voto vencido na verdade, né? ... a mais a pessoa estava com atestado. É, mas dentro da assiduidade ela não estava aqui. Então tem várias formas de pré-julgar essa pessoa.”*

Entrevistadora: Quais seriam as outras possibilidades para acompanhar o professor durante o Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Eu acho que além de ter essa formação das pessoas que fazem a avaliação do Estágio Probatório, mais itens para que não se ..., criar novas formas de avaliação, mesmo ali. Mais itens, novas perguntas para fazer, inclusive para que os avaliadores mesmo se fizessem, sabe? Perguntas para que a gente mesmo conseguisse colocar assim, é ... , por exemplo, após o seu trabalho com essa pessoa o que você relata? Eu acredito assim, após você ter orientado essa professora a fazer um planejamento de primeiro ano por exemplo, ela teve o que? Foi parcialmente atingido, atingido ou não? O quê? Após você ter acompanhado a frequência, evitando atestados médicos tal, tirando isso, a pessoa foi assídua ou não? Então, perguntas para que as pessoas que avaliam, nos fazem avaliar melhor. Se a gente fizer as perguntas a nós mesmas. Eu mesma, como pedagoga, acompanhei essa pessoa, eu ajudei, auxiliei, sabe? Eu vi ela dando aula. Porque alguém diz aquela menina não dá conta. Mas, como assim? Eu fui na sala? Eu vi ela dando aula, não vi? Ter noção pelo que ela faz pelo caderno de planejamento dela não é legal. Você julgar pelo caderno dela. Eu tenho que ir lá, ver ela dando uma aula, uma não né? Porque são três anos de Estágio Probatório. Você ver o crescimento da pessoa. Eu acredito que Estágio Probatório é bem isso mesmo, crescimento da pessoa que entra e deve ficar com louvor depois. Porque existem pessoas que já passaram pelo Estágio Probatório e não fazem um bom trabalho as vezes.”*

Entrevistadora: Gostaria de emitir outras opiniões sobre este processo e a atuação do Pedagogo ou equipe pedagógica?

Entrevistada: *“Eu tenho uma experiência mesmo do Estágio Probatório com a equipe pedagógica. Eu comecei na Rede, e eu tive uma equipe pedagógica bem ruim me acompanhando. Não que elas fossem ruins lá dentro da sala delas, no serviço burocrático, eu como pedagoga agora sei disso, mas esse contato mesmo, pedagoga e professora ... Que eu não era flexível as coisas da escola. Então de repente era um direito meu, e elas não se sentiam a vontade para me pedir para voltar para a escola. E eu fiquei com isso, e vou levar essa visão que elas tiveram de*

mim. E de repente agora, elas me veem como pedagoga, devem pensar, ela é pedagoga lá e era tão ruinzinha, não sei... talvez seja isso que a gente passe, a gente fica marcado, uma professora que vem de uma escola particular, canta, dança, faz e acontece, mas...”

ENTREVISTA 2

Data: 31/05/16

Entrevistada: Pedagoga A.

Escola: Núcleo Regional do Bairro Novo.

Duração: 35m22s

Entrevistadora: Como você descreve a sua participação no processo de avaliação do Estágio Probatório na escola? Considera-se apta a participar desse processo avaliativo?

Entrevistada: *“Bom então a primeira questão é como eu participo da avaliação do Estágio Probatório. Eu acho que ele deveria vir mais estruturado da própria secretaria. Na época em que eu entrei na rede tínhamos uma avaliação de Estágio Probatório mais efetiva. Vinha alguém da secretaria, se reunia com o pessoal da própria escola e realmente se discutiam item por item do Estágio Probatório daquele servidor. Hoje me dia a gente já não faz mais assim. Não temos mais ninguém da secretaria durante as avaliações, somente o segmento da escola mesmo, cada segmento tem um avaliador e eu acho que ela é feita de forma muito fragmentada. Não é feita uma reunião, uma análise desse servidor, não é perguntado ao pedagogo, assim: Pedagogo qual a sua visão deste professor? O que esse professor faz no processo pedagógico que contribui? O que a gente precisa melhorar? Vamos analisar item por item desse servidor, o que ele faz. Pedagogicamente, como que é a visão desse servidor na escola, administrativamente como que é a visão desse professor na escola, como que ele está atuando. Administrativamente também. Eu acho que fica muito fragmentado essa avaliação dos professores, muitas vezes eu já presenciei avaliações assim, é preenchido, é dada a nota desse servido, daí é passado para cada membro de cada segmento. Você concorda, você concorda, você concorda, todo mundo concorda? Então a ata já está pronta com nota desse servidor, então todo mundo assina e*

pronto! Tá feita a avaliação desse servidor. Né? Então falta o conhecimento. Do que trata o item um da avaliação do Estágio Probatório, porque ela é em termos complexa. O termo, a questão um, ela é de difícil entendimento. Então, quando a gente monta o grupo pra avaliação do Estágio Probatório, eu acho que tinha que ser feita essa formação, digamos assim, sabe? Essa questão, ela vai tratar do quê? Ela trata do equipamento, ela trata do pedagógico, ela trata do administrativo, ela trata da relação intrapessoal, interpessoal, tem todas essas questões dentro da avaliação do Estágio Probatório. Acho que falta, antes da avaliação, a gente poder discutir que que trata antes de avaliar, porque a gente não pode avaliar uma pessoa, um servidor, se a gente não sabe o que a gente está avaliando. Do que trata essa avaliação? Essa questão fala do quê? Que termo é este, nesta questão? O que que a gente quer avaliar realmente nesta questão, para este servidor? Então não tem como a gente avaliar se a gente não for in loco mesmo. Se eu não for ver a atuação desse servidor. Eu pedagoga não posso avaliar esse servidor se eu estiver sempre na minha sala do setor pedagógico. Eu tenho que ir in loco pra ver. Se eu vou falar da relação do professor com o aluno eu tenho que ir in loco aonde ele está atuando pra saber. Se eu quero saber qual é a relação desse profissional com um profissional eu tenho que estar in loco, eu tenho que estar na sala dos professores, eu tenho que estar na sala de permanência, se esta for desvinculada da sala dos professores. Eu tenho que participar dessas relações interpessoais desse professor para saber como ele é. Se eu quero saber como esse professor utiliza os equipamentos da escola, eu tenho que estar junto com ele também para visualizar como que é. Então eu acho assim, profissional que está em Estágio Probatório ele tinha que ser mais sinalizado, digamos assim. Eu teria que saber exatamente quem são eles. Vamos iniciar esse ano letivo, vamos fazer a reunião lá do, dos representantes da organização do Estágio Probatório e vamos sinalizar, este ano nós temos em nossa escola três servidores em Estágio Probatório. Quem são esses servidores? São esses, esses e esses. Nesses profissionais a gente tem que visualizar a atuação desses profissionais. Não somente relatar lá no dia da avaliação. Ah veio o documento da rede e eu tenho que entregar até o dia tal. Então o diretor chama a gente, preenche, e o servidor tal, a gente nem lembra, nem sabia que o servidor estava em Estágio Probatório, muitas vezes. A então vamos lá dar a nota máxima e pronto. Então acho que falta essa formação pra que a gente possa avaliar esse servidor de uma forma mais coerente, porque este é o único

instrumento que nós temos na rede pra dizer se nós queremos esse profissional ou não, né? Porque após ele ser aprovado em concurso público, e ter passado por todas as etapas deste, essa é a forma de nós dizermos se ele está apto ao exercício pedagógico dentro de uma escola. Porque ele foi apto na questão do conhecimento, na prova didática, ele foi apto na questão da saúde, né? E agora neste último concurso, nós temos a questão psicológica também, mas você estar atuando de verdade com estudantes dentro de um processo pedagógico que acontece na escola é diferente do que a gente avaliar ele num concurso fragmentadamente. Então eu acho que esse instrumento deveria ser mais importante pra nós na escola. Poderíamos dar a importância maior na escola pra esse instrumento que é a avaliação do Estágio Probatório.”

Entrevistadora: E a pedagoga considera-se apta a avaliar?

Entrevistada: *“Não. Na verdade eu acho assim, desde que eu faço parte da comissão de Estágio Probatório na escola, por ser a pedagoga da escola, eu nunca tive, não me recordo, puxo da minha memória, já fazem 10 anos que eu sou pedagoga, nunca fui a uma capacitação do Estágio Probatório. Nunca me foi dito assim, então você a partir de hoje você é da comissão do Estágio Probatório, então vamos destrinchar essa avaliação, como eu falei anteriormente, vamos dizer pra você na questão um o que você tem que observar desse professor, na questão dois o que você tem que observar, saber do que eu to avaliando. Então assim, eu busco o conhecimento ali na minha leitura, nos meus conhecimentos prévios, mas dizer assim que estou apta para avaliar, não. E ainda posso ir além, eu acho que tem pessoas que não chegam nem a ler a avaliação do Estágio Probatório e fazem parte da comissão, da avaliação do Estágio Probatório. Eu acho assim que essa formação tinha que acontecer. Tinha que ser mais específica essa formação pro Estágio Probatório. Não me sinto apta porque nunca fui capacitada para. Nunca tive essa formação da nossa mantenedora nunca teve essa preocupação, vamos capacitar, vamos formar quem faz parte da comissão da avaliação do Estágio Probatório dentro das nossas unidades de ensino.”*

Entrevistadora: Você acompanha os profissionais que chegam à escola, tomando como referência os indicadores de avaliação do Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Então..., não, não tomo como referência para o meu trabalho pedagógico efetivo dentro da escola. Como eu falei anteriormente, eu acho que a gente deveria no início de cada ano deveriam falar olha esse professor está em Estágio Probatório, esse também está. Como não é feito isso, acaba correndo o ano e você não sabe que aquele profissional está em Estágio Probatório. Então você o acompanha pedagogicamente por fazer parte da sua atribuição de pedagogo, mas não que você tome os itens do Estágio Probatório como referência no acompanhamento pedagógico daquele professor. Não é o norte do meu trabalho. A professora X está em Estágio Probatório, então eu preciso acompanhá-la e avaliá-la tomando como norte os itens do Estágio Probatório, até mesmo porque eu não sei quem atualmente são eles. Nós estamos em maio e eu não sei ainda quem está em Estágio Probatório na minha escola ou não. Eu acompanho, avalio e oriento pela prática pedagógica mesmo que é inerente a minha função, mas não que o Estágio Probatório, os itens do Estágio Probatório estejam a frente desse meu acompanhamento dessa avaliação pra determinados professores. Então é pela prática mesmo, não é pelo Estágio Probatório.”*

Entrevistadora: Nesse início de carreira, como você orienta a formação desse profissional? (Faz ou fez algumas orientações específicas?)

Entrevistada: *“Não. Frente ao Estágio Probatório não. Não tem nenhuma orientação assim que eu faça. O que a gente faz é assim, por exemplo, tem um professor que eu sei que está em Estágio Probatório, ele tá com uma determinada função. Então você chega e orienta ele, olha tua função, você precisa fazer isso, isso e isso. Fala com relação aos horários, fala com relação a postura, como que ele tem que agir frente aquela função que ele está exercendo naquele momento. Passado algum tempo, você começa a observar que o professor realmente não está cumprindo com aquilo que você tinha orientado à ele. Você chama de novo e toma o cuidado de registrar esta orientação, porque em um dos itens do Estágio Probatório tem essa questão que fala do professor estar realmente exercendo a sua função, né? E daí você registra que ele está, quais são suas atribuições, o que ele precisa fazer, que ele está sendo reorientado, mas agora de uma forma não verbal, de uma forma escrita, e você toma cuidado para que esse professor possa estar realmente fazendo aquilo ..., Ah! Não está fazendo ainda a orientação que ele recebeu, então*

você chama a direção, faz uma nova ata, com uma nova orientação, mas isso é pra gente tomar cuidado por quê? Porque quando eu for avaliar ele lá no Estágio Probatório, na ficha do Estágio Probatório, na questão se ele está fazendo as atribuições que lhe foram dadas, eu tenha como provar que ele foi orientado. Porque o que aconteceu algumas vezes, não comigo, mas em relatos que a gente já escutou foi assim, o professor foi orientado, ele foi reorientado sempre de forma verbal até mesmo pelo setor pedagógico e no dia da avaliação do Estágio Probatório a ele foi dada uma nota, agora não vou recordar das notas, como uma nota não satisfatória digamos assim, nas atribuições, no cumprimento de suas atribuições e o professor questionar que ele nunca tinha sido orientado, porque não tinha nenhum registro. Então, mas isso a gente toma esse cuidado, esse processo, com primeira orientação verbal, depois um registro no setor pedagógico, depois um registro junto com pessoal do administrativo pra todos os profissionais. Não é porque o profissional está em Estágio Probatório, mas está ferramenta, esse registro de orientação ele é utilizado lá no Estágio Probatório, caso o professor conteste, aí eu não fiz porque não fui orientado. A pedagoga não me orientou, o diretor não me orientou, eu fiz porque eu sou nova na rede e achei que era assim. Então este não é assim, porque o professor está em Estágio Probatório, este é um cuidado que tem que tomar com todos os profissionais.”

Entrevistadora: Há um trabalho pedagógico específico que favoreça a inserção do profissional que inicia a profissão docente na escola?

Entrevistada: *“No interior da escola, você fala no processo pedagógico?”*

Entrevistadora: Sim, na demanda do dia a dia.

Entrevistada: *“Assim, não tem nada assim muito específico. Vai chegar um professor novo e a gente tem que fazer isso com ele. Chega um professor e se ele chega no começo do ano ele é apresentado ao colegiado e é definida a sua atribuição dentro da escola, os pedagogos fazem a orientação pra ele do que vai ser a sua função frente a sua atribuição. Mas não tem assim nada específico de acolhida de como vai ser feito. Não tem nada específico com relação a isso, sabe? É feita uma acolhida ao grupo, mas depois é feita a sua atribuição e sua função e*

depois durante o ano letivo é claro, a gente vai avaliando. O professor está dando conta da sua atribuição? Ele precisa de um trabalho mais específico de um pedagogo junto com ele? Ele precisa que seja chamado alguém do núcleo regional de educação para fazer essa orientação. Ele precisa de uma capacitação com o pessoal do núcleo regional de educação. E a gente vai avaliando e vai fazendo a inserção dele no processo pedagógico. Não vamos deixar chegar ao final do ano pra gente perceber que esse professor não deu conta do trabalho pedagógico, né? Então, essa inserção no trabalho pedagógico a gente vai fazendo no decorrer do ano. Nada assim, tem que ser feito dessa forma, de acordo com o profissional a gente vai atuando com ele.”

Entrevistadora: As questões que integram os critérios de avaliação presentes no instrumento de avaliação do Estágio Probatório são suficientes para avaliar as especificidades do profissional da educação que se quer na escola?

Entrevistada: *“Não. Eu acho que o Estágio Probatório é muito amplo como eu já falei, eu acho que as questões dele são muito abertas, não é claro o que se quer. As questões são muito mais administrativas do que pedagógicas, eu acho que elas poderiam ser mais claras e mais voltadas ao processo pedagógico. Por que, quais profissionais nós queremos dentro da escola? Um profissional que tenha atuação pedagógica. Que ele saiba atuar pedagogicamente, por que quem nós temos? Nós temos os estudantes. E o que nós queremos? Nós queremos um processo pedagógico de qualidade dentro da escola. Então eu preciso de um profissional que saiba atuar pedagogicamente. O manejo dele com o instrumento é importante, que é uma das questões que nós temos lá no Estágio Probatório, se o profissional faz o manejo adequado dos instrumentos que temos na escola? É importante? É. Claro, eu não quero um profissional que sai quebrando as coisas que temos na escola. Que vá bater porta do armário, quebrar, quebrar monitor, enfim. Ligar o ventilador de qualquer forma, mas o que é mais importante para mim dentro da escola? É eu ensinar este professor que este material está ali e tem que ser utilizado de forma adequada, porque ele é um bem público e nós temos que cuidar dele, porque não é nosso, não está em nossa casa. Ou eu quero um profissional que saiba atuar pedagogicamente de forma correta? Né, então eu tenho que pensar o que é mais importante eu avaliar deste profissional. Então as vezes eu acho que a gente se*

atém a questões mais administrativas nesta avaliação pedagógica, nesta avaliação do Estágio Probatório, perdão, e nós esquecemos da questão pedagógica, e daí depois nós temos profissionais na rede que repetidamente em nossas reuniões junto com o núcleo, nós falamos, não tem mais o que fazer com esse profissional. Eu já orientei. Já mandei para a capacitação. Eu já fui na sala trabalhar junto com ele. Eu já fiz o planejamento com ele, na minha sala, no setor pedagógico. Num vai. O negócio não flui. Não caminha. Ele não tem interesse. E esse profissional passou pelo Estágio Probatório, assim como todos nós passamos pelo Estágio Probatório. E porque este profissional chegou neste nível? Porque a avaliação não deu conta de dizer pra escola que esse profissional não estava bom. Que não era esse profissional que nós queríamos. Então eu acho que nós temos que pensar que passou da hora de reestruturar a avaliação do Estágio Probatório, no sentido do documento que ele traz pra nós escola. Nós temos que pensar primeiro assim: que sociedade é essa que nós temos? Esse documento foi feito quando? Não tem essa informação de quando foi feito, quando foi escrito, redigido. Será que esse documento foi redigido para está sociedade que nós temos hoje? Pra esses estudantes que nós temos hoje? Será que esse documento foi redigido pensando no profissional que nós queremos para atuar com esse estudante que a sociedade nós traz hoje? Acho que não. Então precisamos pensar nesse documento que ele seja mais claro e que talvez ele venha dividido em administrativo, em questões administrativas que vai falar da utilização dos equipamentos, da pontualidade, que vai falar dos números de atestados desse profissional. E ele vir também numa parte pedagógica e nessa parte a gente pensar assim na atuação efetiva desse profissional, qual a função que esse profissional exerce? Porque a atuação ela se difere também de acordo com a função que você tem dentro da escola. Se eu sou um professor regente eu tenho que ser avaliado como um professor regente. A função do professor regente..., o regente, traz com ele muitas atribuições. Se eu sou um professor de educação física, eu tenho que ser avaliado enquanto um professor de educação física, né? Porque é diferente uma função do professor de educação física do profissional regente, do docência um, do docência dois. E eles trazem consigo a mesma avaliação. Por que? Porque nenhum lugar na avaliação do Estágio Probatório me diz pra eu dizer qual a função que esse professor está exercendo nesse momento. Hoje ele é um regente. Amanhã ele pode ser um regente de ciências. E a função é diferente. O caminhar pedagógico dele é diferente. No

próximo ano ele pode ser um professor que dá aula de arte, de ensino religioso, que traz consigo uma especificidade dentro desse componente curricular. Então eu acho que a gente tem que pensar pedagogicamente nessa questão. Que professor é esse que eu quero dentro da escola? Hoje a avaliação do Estágio Probatório ela é muito ampla e ela não me diz exatamente que profissional é esse que a rede de ensino quer. O município tem que pensar: qual é o profissional que nós queremos? Qual o profissional que nós buscamos? Assim como quando a gente planeja um concurso público e quando a gente elabora as questões a gente pensa assim: o que que eu quero que esse profissional me diga quando responder essa questão? Que profissional é esse? Que visão pedagógica é essa que eu quero desse profissional? Que linhagem pedagógica é essa que eu quero desse profissional? Então a avaliação do Estágio Probatório também tem que me trazer isso. Quem é esse profissional que a rede quer? Será que é a escola está precisando? Então a gente precisa urgentemente reestruturar essa avaliação do Estágio Probatório. E deixar ela mais significativa, mais clara, que ela traga o perfil desse profissional que a escola precisa e que a rede municipal quer. Eu acho assim que fazer a avaliação do Estágio Probatório hoje em dia tá infelizmente, está... preencher papel. Eu preciso fazer isso pra mandar porque eu tenho um prazo. A avaliação é preenchida. É passada de pessoa pra pessoa, você concorda, você concorda, você concorda? Ah, todo mundo concordou, todo mundo assina, todo mundo assina a ata. Pronto. Eu mando por malote pela secretaria. Então precisamos resgatar a importância desse Estágio Probatório, mas é claro o documento também precisa ser significativo pra nós dentro da escola. Né? Porque se esse documento não é significativo eu simplesmente vou preencher, não vou dar a importância que ele tem. Então a gente precisa urgentemente reestruturar essa avaliação pra que ela se torne significativa. Precisamos formar também quem vai participar. Não é simplesmente chegar no começo do ano e dizer eu preciso de gente pra comissão do Estágio Probatório. Fulano você quer? Fulano você quer? Eu acho que a gente tem que ter esse olhar cuidadoso também com essa escolha de quem vai ser esse profissional. Eu acho que a gente tem que ter também um profissionalismo muito grande em avaliar, não pensar se ele é meu amigo ou não, corregente ou não, mas que é um profissional que está entrando na rede e é essa ferramenta que vai validar esse profissional pelos próximos anos, que ele vai ser nosso profissional pelos próximos anos, então

tem que tomar cuidado. Eu acho que precisa ser reestruturado urgente essa ferramenta de avaliação.”

Entrevistadora: Quais seriam as outras possibilidades para acompanhar o professor durante o Estágio Probatório?

Entrevistada: *“As sugestões foram as que eu falei mesmo. Primeiro pensar em reestruturar a ficha do Estágio Probatório que tem que ser reestruturada urgente, fazendo com que ela se aproxime da realidade mesmo da avaliação. A capacitação do grupo do Estágio Probatório. Ter claro o que a gente tem que fazer com esse novo profissional que chega na rede e que fica nas escolas e ter uma ficha de acompanhamento, que eu acho que é importante, porque se não a gente se perde também. O pedagogo tem tantas atribuições que ele acaba fazendo tudo ao mesmo tempo. Então eu acho que se a gente tivesse uma ficha de acompanhamento, essa ficha entregue no início do ano, então oh pedagoga, essa professora X está em Estágio Probatório ainda na nossa escola, então tem essa ficha de acompanhamento pra você ir norteando seu trabalho, durante as permanências, antes de chamar a professora, eu vou dar uma olhada naquela ficha, ver o que eu preciso ver efetivamente. Quando eu for fazer uma visita na sala dessa professora eu ver o que eu quero olhar. Porque se não chega no dia da avaliação e a questão é sobre o trato da professora..., o relacionamento interpessoal da professora, com os alunos com os demais professores. Eu nunca me ative a observar isso na professora, se ela se relaciona bem com os colegas. Porque você está no movimento, porque escola é movimento. Você está ali naquele movimento. Você não para para observar se a professora X durante os recreios ela conversa com os colegas, se na permanência ela faz sozinha, isoladamente o planejamento dela, ou se ela socializa, ou se busca ajuda dos colegas delas, se ela busca ajuda com o pedagogo ou não. Eu acho que essa ficha de acompanhamento iria nortear o trabalho não só do pedagogo, mas do diretor também, mas acho que o diretor ficaria mais com a questão administrativa e o pedagogo ficaria mais com a questão pedagógica. Porque está mais perto da questão pedagógica do que o diretor. Que também tem muitas atribuições e se ficar com mais essa questão talvez não dê conta de olhar tudo. Então essa ficha de acompanhamento eu acho que seria uma boa, pra na hora em que você sentasse lá na hora da avaliação do Estágio*

Probatório, você tivesse suas anotações frente aquele professor. O que eu observei, o que eu pude observar de cada um desses itens. Se não você observa um item, você tem propriedade pra falar de um item, mas não tem pra falar do outro, porque você não pensou em todos os itens que tem na ficha. Não deu conta de você lembrar de todos eles, até mesmo porque como eu falei a gente acaba só preenchendo e não fazendo uma análise uma reflexão do documento. Você acaba não lembrando de todos os itens que tem naquela ficha, então acho que tinha que ter esse roteiro de acompanhamento mesmo. A reformulação, a formação, um roteiro de acompanhamento, eu acho que tinha que ter também no início de cada ano letivo uma reunião com os profissionais que estão em Estágio Probatório, não pra essa ferramenta ser usada como coerção ao profissional, cuidado que você está em Estágio Probatório, mas pra que o profissional fique atento também, pra saber que ele está sendo avaliado durante todo esse processo. Então olha professor, você está na segunda, está na primeira, você está sendo avaliado. Então o pedagogo vai ter um olhar cuidadoso com você, eu vou ter um olhar cuidadoso com você, essa reunião pra gente deixar clara essa avaliação para o profissional. O que está sendo avaliado no Estágio Probatório, senão a gente chama o profissional e ele pergunta se ainda está sendo avaliado. Nem o professor sabe que está sendo avaliado. Então a gente precisa tomar esse cuidado também de deixar claro ao professor, você está na sua segunda avaliação, são quatro avaliações, você está na segunda de tantas. Deixar isso claro ao professor. Muitas vezes você chama o professor e ele não sabe que legalmente quando ele pega uma licença maternidade, ele não sabe que o processo de avaliação do Estágio Probatório dele fica parado, interrompido. O professor não sabe desse processo. Mas porque? Nas minhas contas eu já tinha terminado. Ai a gente tem que pegar o documento e explicar olha professor você estava em licença maternidade então foram seis meses que o processo de avaliação foi interrompido. Mas porque você fez isso? O professor não compreende que isso é um processo legal, que vem da mantenedora. Está dentro de um decreto. O professor não tem esse conhecimento, acho que falta também explicar pra esse profissional: você está em Estágio Probatório, se você tiver LTS (Licença para Tratamento de Saúde), uma licença maternidade, você tem sua avaliação interrompida, explicar pra esse professor, porque tem professor que cumpre seu Estágio Probatório em dois anos e meio, e tem outros que leva dois três anos a mais. Nossa eu entrei junto com ela, porque ela já terminou e eu não? Professor,

então vamos pegar sua ficha funcional. Veja lá na sua ficha funcional quantas vezes o processo de avaliação de seu Estágio Probatório foi interrompido? Existe isso também que acontece. Esse profissional não tem conhecimento. Antes, como eu já falei, vinha alguém da rede, da prefeitura, os professores tinham cuidado com seu Estágio Probatório, hoje você fala para o professor você está em Estágio Probatório, o professor não dá importância nenhuma. O professor acha estou em Estágio Probatório. No Estágio Probatório não posso fazer crescimento vertical ou horizontal. Eu tenho algumas restrições, só. Ele não tem a noção que está em um processo de Estágio Probatório e que está sendo avaliado constantemente. Foge das vistas dele isso. Por que? Porque não é dada a importância, que esse instrumento avaliativo tem que ter, tem que ter essa importância. Pra gente saber que profissional é esse que a gente vai ter dentro da escola. Né? Então falta isso também, esclarecer para o profissional, pra ponta, o que é esse Estágio Probatório. Um instrumento de avaliação do profissional, que ele tem esse período de dois anos pra gente dizer se esse profissional tem que melhorar, se nós queremos esse profissional ou não. Se o profissional está apto do jeito que nós queremos ou não. Então o professor não sabe disso, nem o próprio avaliado não sabe disso, desse processo. Precisa mudar. Reestruturar ficha, capacitação, ter essa ficha de acompanhamento e esclarecimento desse profissional que está em avaliação para ele saber efetivamente o que é essa avaliação do Estágio Probatório, quais são as consequências dessa avaliação, o que esse instrumento avaliativo pode trazer pra ele, nesse processo.”

Entrevistadora: Seria avaliar e formar uma consequência das avaliações no Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Sim. Eu acho que as duas coisas caminham juntas. Eu não posso avaliar sem formar. Eu acho que a minha função de pedagoga é essa. Eu avaliar esse professor. Esse professor está de acordo com a função que ele está executando nesse momento? Não! Então eu preciso formar. Eu preciso fazer uma formação continuada com ele. Que momento é esse que eu tenho pra fazer uma formação continuada com esse professor? É nas permanências. Hoje em dia nós temos no município de Curitiba trinta e três por cento do nosso horário de permanência. E a permanência não é só para o professor corrigir o caderno,*

planejar, ficar na internet, não é para o professor ficar batendo papo com as colegas na sala de permanência, é para o professor estar em processo formativo em formação continuada, com a pedagoga, quer seja com formadoras do núcleo, formadoras externas, da nossa rede. Então eu acho que eu preciso formar esse profissional. Eu avalio. Não está de acordo, eu formo. Eu vou lá fazer a formação dele. Lá na permanência, eu vou mostrar pra ele os documentos oficiais da rede, que objetivos a nossa rede traz, qual é a conduta que um profissional deve ter, eu vou trazer leituras pra essa pessoa, eu vou reestruturar o planejamento junto com ele e eu vou avaliar ele de novo. É ação, reflexão, ação. Eu tenho que fazer isso com esse profissional. Ah, eu não dei conta dele na escola. Eu já avaliei, eu já formei e só com isso ele não está dando conta eu chamo o pessoal do núcleo regional, eu chamo para uma formação na rede, né? Então eu preciso ter esse olhar cuidador também, eu não vou só avaliar. Professor você não está executando as suas funções de acordo com as atribuições. Então, professor leia o documento, leia professor e execute, daí eu avalio de novo. Isso não é formação. Professor execute. Passou um tempo, vou lá avalio e digo, professor você ainda não está de acordo então peço que você novamente leia suas atribuições e faça de acordo com o que ali está escrito. Vou lá avalio. Eu não posso só avaliar, mas também não posso só formar. Ai eu formo, formo, formo. Chega no final do ano e eu percebo que esse professor não deu conta. Avaliação e formação tem que caminhar juntas. O processo do Estágio Probatório isso acontece até mesmo com quem não está mais em Estágio Probatório. O avaliar e o formar tem que caminhar junto com o processo pedagógico. Isso acontece dentro das nossas salas de aula enquanto professores e tem que acontecer também do pedagogo para os professores em Estágio Probatório ou não, né?”

ENTREVISTA 3

Data: 02/06/16

Entrevistada: Pedagoga M. K.

Escola: Núcleo Regional do Bairro Novo.

Duração: 12m

Entrevistadora: Como você descreve a sua participação no processo de avaliação do Estágio Probatório na escola? Considera-se apta a participar desse processo avaliativo?

Entrevistada: *“Primeiramente eu acho importante esse trabalho que você está fazendo, né? Porque o Estágio Probatório na verdade o pessoal vê como uma questão de fiscalização. Eu não acredito que seja fiscalização, mas é um ganho para as próprias meninas que estão participando desse processo de Estágio Probatório, porque é o momento que elas tem alguém que possa sentar não só pra julgar, mas pra orientar também no que estão falhando e elas possam crescer dentro da escola e dentro do lado profissional delas. Eu acho importante, porque no sentido do..., você entra num trabalho, se você não mostra o que você sabe naquele período é um instância que a prefeitura tem de barrar também os maus profissionais, mesmo assim a gente sabe que passam muitos por esse Estágio e não acontece nada, mas é um momento que a gente tem pra poder fazer alguma coisa. Porque quando se trata de criança, esse profissional tem que vir muito bem formado, com muita vontade de trabalhar, com um querer, porque senão não vai funcionar. Eu acho bem importante e necessário esse Estágio Probatório. Apto sim, mas sempre correndo atrás para poder estar apto sempre, porque as coisas mudam, os processos mudam e você tem que estar mudando junto com ele.”*

Entrevistadora: Você acompanha os profissionais que chegam à escola, tomando como referência os indicativos de avaliação do Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Eu acho até a questão ..., a gente acompanhava pelos critérios, mas tem que ter um outro olhar também, um olhar pedagógico, né? porque você ser assíduo não quer dizer que você é um bom profissional. E eu ... tem algumas coisas ali dentro que eu acho que é falho, eu acho que deveriam ter mais questões que a gente poderia estar avaliando e observando, porque tem algumas coisas ali que não fazem um bom profissional. Porque tem profissional que a gente conhece que está todos os dias na escola e tem um bom planejamento, mas quando ele entra dentro da sala, aquela turma não ganha em nada. Porque o conhecimento é dele, ele não sabe passar, ou ele não tem um domínio de turma e a disciplina tem que acontecer junto pra ter aprendizagem.”*

Entrevistadora: Nesse início de carreira, como você orienta a formação desse profissional?

Entrevistada: *“Geralmente quando eles chegam, eles pegam o que sobra na escola, vou ser bem sincera. Se for pré é um pré, geralmente era primeiro, agora que todo mundo tá fugindo né, da Educação Infantil também, eu sinto assim que a gente falha, peca porque não é bem orientado, ele já chega novo, tadinho lá, e as vezes pela correria do dia a dia, a gente até tenta, mas a gente não dá aquela orientação pra eles. Por isso que as vezes acontece esse problema, de muito profissional entrar e ele passar a vida inteira fazendo um péssimo trabalho, por uma má orientação do primeiro momento dele dentro da escola.”*

Entrevistadora: Há um trabalho pedagógico específico que favoreça a inserção do profissional que inicia a profissão docente na escola?

Entrevistada: *“Na minha experiência, da escola do período da manhã tinha esse acolhimento. Fazia até o profissional se sentir bem, ser acolhido naquele primeiro momento na escola. Tinha todo um envolvimento para que esse professor fosse capacitado nos cursos ofertados pela própria prefeitura e também tinha um cuidado para estar mais próximo dele nas permanências, agora nos trinta e três por cento de hora atividade também, para estar orientando ele, mas não é em todas as escolas que a gente vê esse espaço, de um diretor que se preocupa mesmo, ele fala: “ô pedagogo, foca ali que eu vou atender um problema de recreio”. É raro você ver isso. Queira ou não, o professor ainda vê o pedagogo como o cobrante e não é isso. É o parceiro. Que o diretor, o pedagogo tem que ser parceiro da sua equipe, porque se eles não forem parceiros a coisa não vai caminhar. E as vezes até por culpa mesmo de uma direção de um pedagogo, onde se coloca mesmo uma diferença que não existe. Aí ele sente mesmo mais a vontade para pedir uma orientação a um colega a um parceiro que trabalha com ele do que para o próprio pedagogo.”*

Entrevistadora: As questões que integram os critérios de avaliação presentes no instrumento de avaliação do Estágio Probatório são suficientes para avaliar as especificidades do profissional da educação que se quer na escola?

Entrevistada: *“Não é necessário. Eu acho que deveria ser reformulado, né? A gente repensar isso, até enquanto um novo documento a ser feito com a participação dos professores junto com os pedagogos, pra essas questões. Porque como eu falei, passa...muito, muitos professores passam pelo Estágio Probatório e se tornam, com o perdão da palavra, um problema para a escola e mesmo tendo essa questão toda essa avaliação não se acontece nada, não se barra esse profissional de continuar dentro da escola, numa rede. E vai anos, ele se aposenta, infelizmente, fazendo um péssimo trabalho. Alguns por falta de orientação sim, do setor pedagógico, mas outros, também, por falta de vontade do aprender, de correr atrás, de mudar a sua situação. Então eu acredito que seria necessário uma reformulação no documento hoje, até porque já está ultrapassado, né? A gente falou a educação cada dia está de uma maneira, eles também deveriam ser reformulados nesta mesma velocidade.”*

Entrevistadora: Quais seriam as outras possibilidades para acompanhar o professor durante o Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Eu acredito que o gestor, a EPA em si, junto com o gestor, ele deve e poderia ajudar muito mais, do que só estar avaliando. Eu acho que o diretor deveria fazer parte efetivamente da parte pedagógica, num conselho de classe, em uma permanência. Porque eu não vejo que falte tempo, sabe professora, pra direção estar fazendo esse acompanhamento. Em questão de organização do seu tempo está faltando pra direção de escola, para ela poder estar acompanhando mesmo de pertinho lá o professor. Eu acho que o diretor tem obrigação de saber de todo o pedagógico da escola, não é um administrador apenas, ele é muito mais do que isso. Se ele não mudar essa consciência ele não vai pra frente, os índices não melhoram porque, ou é uma equipe onde todo mundo sabe tudo ou ... Vou relatar uma experiência pessoal nossa que nós participamos, de um conselho, né? Quando acontece um pré-conselho se o diretor ele está em efetivo ajudando nesse processo em que ele poderia estar fazendo mais. Um momento em que a gente não levaria ... levaria uns três quatro nomes apenas e o que a escola enquanto EPA iria fazer por aquele aluno, quais seriam esses encaminhamentos? Mas vale, se o gestor estivesse mais envolvido com a questão pedagógica, a partir de uma organização do tempo dele dentro da escola, eu acho que poderia ter levado mais respostas, não só para os professores em Estágio Probatório, mas para os outros também, porque*

quando a gente está em sala de aula é uma angústia também grande, porque a gente muda as metodologias, tenta de tudo, a gente entra em um desespero. Imagine o professor que está em Estágio Probatório que está chegando lá, ele as vezes, nunca teve contato com uma escola e o que eu faço com meu aluninho que não vai? Então quando o gestor participa ele consegue levar respostas, né? A gente vai... Fulaninho será encaminhado pra isso, Beltraninho chamaremos os pais. Acho que seria mais válido para o grupo essa participação do diretor mais efetiva no pedagógico.”

Entrevistadora: Gostaria de emitir outras opiniões sobre este processo e a atuação do Pedagogo ou equipe pedagógica?

Entrevistada: *“Eu acho que tem que se crescer muito. Se estudar muito, melhorar muito, correr atrás muito ainda para a gente poder ajudar esse professor e não apenas julgar, porque as vezes ele entra na escola, ele é apenas julgado, acho que até excluído, muitas vezes. Há ele é um mal profissional, mas eu acho que quando a gente tem um mal profissional, a gente tem então um mal diretor, um mal pedagogo, porque eu não fiz nada para aquele profissional crescer, dentro da escola. O julgamento deveria ser bem coletivo.”*

ENTREVISTA 4

Data: 20/06/16

Entrevistada: Pedagoga J.

Escola: Núcleo Regional do Bairro Novo.

Duração: 14m

Entrevistadora: Como você descreve a sua participação no processo de avaliação do Estágio Probatório na escola? Considera-se apta a participar desse processo avaliativo?

Entrevistada: *“Na realidade é difícil a gente avaliar um colega, né? Que tá chegando. Atribuir uma nota pro desempenho dele. É desconfortável, mas ... Eu acho uma questão difícil. No sentido de como que é a nossa... do nosso roteiro lá na escola, como que isso funciona, é feito uma reunião com os membros, é falado*

sobre a assiduidade do profissional, a chefia acaba falando, mas é visível também como que é a atuação do profissional. E daí todos acabam por definindo, basicamente pela nota cem. Eu não participei de nenhuma avaliação em que o funcionário foi avaliado com menos de cem.”

Entrevistadora: Então você considera que sua participação é ativa nesse processo?

Entrevistada: *“Hummm.... Sim, mas no sentido assim... Talvez alguns profissionais que a gente perceba que tem um probleminha ou outro, que poderia assim dar nove pra ele, as vezes a gente não acaba fazendo para não se indispor com colegas. Você está entendendo o que eu quero dizer? Não sei se alguém já comentou isso com você, mas talvez não seria um cem por cento, mas ... ninguém quer ficar se indispondo com os colegas, né? Enquanto membro do conselho, nunca aconteceu de eu achar que aquele profissional não é gabaritado, mas assim em outros momentos, quando eu trabalhei em uma outra função, que eu participei das reuniões, somente pelo registro de Ata eu não tinha voz de voto, mas eu percebi que as pessoas se sentiram desconfortáveis de darem menos nota para aquela pessoa, mas ela não merecia o cem que ela recebeu. Entendeu? Eu não tive voz naquele momento. Comigo ainda não aconteceu. Não sei qual seria a minha postura na hora.”*

Entrevistadora: Você acompanha os profissionais que chegam à escola, tomando como referência os indicadores de avaliação do Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Eu trato eles como qualquer outro profissional de dentro da escola. É lógico que quando é um profissional que já é da Rede Municipal, que está em Estágio Probatório em um outro padrão, é diferente. Talvez até na mesma escola já é atuante, então a gente já sabe a conduta profissional daquela pessoa. Mas independente, se ele é um profissional que está em Estágio Probatório ou não e que veio de fora da escola, o olhar é mais atencioso no sentido de ver como é que é, conhecer aquela pessoa, do que talvez um profissional que você já conheça o trabalho de anos. Então assim, a gente acaba por acompanhar efetivamente o trabalho dele.”*

Entrevistadora: Nesse início de carreira, como você orienta a formação desse profissional?

Entrevistada: *“No momento, como nós estamos tendo um curso intensivo, que é o PROFI (Programa de Formação Integrada) nós estamos orientando que os professores participem, porque é na permanência, porque é um momento em que o pedagogo pode estar junto com o profissional. É isto que a SME está propondo pra gente. Em outros anos, eles orientavam que nós proporcionássemos momentos de estudos com os professores nas permanências. Nesse ano, devido a essa nova dinâmica, eles não estão tão exigentes nesse sentido, mas não que isso não possa acontecer quando houver necessidade. Né? Talvez alguma questão que a gente observe que o professor está com dificuldade, não chegar já de cara é falar daquela dificuldade. Trazer um texto como referência que embase isso. Essa é a orientação da SME, que de uma forma mais sutil se coloque isso pro professor. Não se sinta constrangido.”*

Entrevistadora: Há um trabalho pedagógico específico que favoreça a inserção do profissional que inicia a profissão docente na escola?

Entrevistada: *“Há sim. Por exemplo, no início do ano letivo a gente já proporciona para todos os profissionais todos os documentos, indicadores de qualidade, currículo, alguns textos de embasamento, como níveis de escrita para quem é do Ciclo I. Fazemos uma análise já dos materiais dos alunos, do ano anterior pra deixar o professor preparado para o que ele está recebendo. E... acho que seria isso. Nós fazemos a SEP na escola, que já é também um tema proporcionado pela SME, mas que é o pedagogo que tem que desenvolver dentro do interior da escola.”*

Entrevistadora: Mas com relação ao professor que está iniciando, ou que está em Estágio Probatório dentro da escola, as orientações de formação são as mesmas?

Entrevistada: *“São as mesmas. A não ser que a gente perceba algo específico que a pessoa não compreendeu, né? Não tem assim.., não vejo... E geralmente eles acabam vindo perguntar. Olha pedagoga, como que é tal coisa? De repente numa*

fala que a gente ache que contemple tudo, não é o que ele queria saber. Talvez venha de lá a pergunta. Tem que esperar um pouquinho também dele. Sentir a escola para depois vir tirar as dúvidas no decorrer do percurso. Talvez, questão de como que é.., tudo é repassado, o que é trimestral, as regras no começo do ano, agora está tendo uma mudança de pareceres. As orientações de qual forma são gerais, por que é novo pra todos. Na escola em específico são pareceres descritivos. Algumas pessoas, alguns profissionais que vem de outras realidades e usam pareceres que assinalam ou notas por exemplo, as vezes tem alguma dificuldade na elaboração desse documento, a gente acaba sentando com esse profissional. Acaba ajudando, num primeiro momento.”

Entrevistadora: As questões que integram os critérios de avaliação presentes no instrumento de avaliação do Estágio Probatório são suficientes para avaliar as especificidades do profissional da educação que se quer na escola? (Início aos 8 minutos)

Entrevistada: *“Eu acho que não deveria nem existir essa avaliação. Sabe? Que nem eu já falei, me sinto constrangida de ter que realizar, no caso, porque as vezes, a direção acaba escolhendo quem..., pergunta se você quer, mas nem todos querem, mas eu me sinto constrangida de participar desse momento, eu acho que desde que o profissional está lá, ele está para trabalhar. Então, ele precisa daquele momento..., eu acho assim que a avaliação é uma forma coercitiva, sabe? De sei lá, passar numa experiência, em que você vai trabalhar são três meses no máximo, três anos por quê? Parece que é uma forma de pressão. Eu na realidade não concordo nem com a avaliação. Não acho que sejam suficientes para avaliar. Se fosse um caso de efetiva avaliação, não acho que sejam suficientes. Se fosse uma instituição privada, não seria suficiente para avaliar, mas não concordo.”*

Entrevistadora: Quais seriam as outras possibilidades para acompanhar o professor durante o Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Pensar em uma outra forma, um outro instrumento, não consigo pensar. Consigo pensar na eliminação. Sabe por que? Eu penso assim, nós já passamos por uma instituição credenciada, temos uma formação específica,*

passamos por diversas dificuldades na faculdade, que seja numa pós, passamos por um concurso que na nossa rede não é fácil. É quase como se fosse um outro vestibular, né? Tem uma avaliação oral, que nós temos que fazer uma explanação oral, uma aula. Também não é fácil, o profissional está ali... depois tem mais três anos ainda pra provar que você merece ficar naquele emprego. Entendeu? Eu acho que é muito tempo. É quase como se fosse uma residência médica, então? Se for ver... Eu acho assim, não vejo, não consigo pensar em uma outra forma. De repente sentar de uma forma ampla com um grupo maior e ver quais são as possibilidades de mudar esse documento de uma forma que ele seja mais efetivo e que não acabe prejudicando alguns profissionais, porque eu já vi colegas quando não era pedagoga, foram prejudicadas simplesmente pelo fato pessoal. Por não se darem bem com a direção, pela nota. Então assim, fica nítido. E também é aquilo que a gente estava falando lá na questão anterior, o poder que se exerce, porque tem gente que não tem coragem como eu... que as vezes... de exercer essa função, ou não querem prejudicar o outro, mas tem gente que adora ter um tipo de instrumento como este para poder prejudicar o outro, literalmente.”

Entrevistadora: Gostaria de emitir outras opiniões sobre este processo e a atuação do Pedagogo ou equipe pedagógica?

Entrevistada: *“Eu acredito que não a não ser o que a gente já falou anteriormente. A questão de orientar sempre que possível, acompanhar, né o... Eu acho que assim a gente percebe também o tipo de perfil do professor para cada tipo de função, né? De repente, aquele professor tem um perfil melhor pra Ciclo II ou pra uma corregência inicialmente, que eu acho importante né? De repente a pessoa não tem nenhuma experiência no Ensino Fundamental, as vezes cai lá, né? Primeiro ano na docência no caso é interessante que ele fique na função de repente de corregente para estar auxiliando, verificando como um professor mais experiente trabalha. Eu acho que a gente aprende entre os pares, muito. A gente já comentou, as vezes em outros momentos, que acaba trocando entre os pares, mas o pedagogo sempre tem que estar atuante. Então assim, a gente aprende com os colegas, mas o pedagogo tem que ser referência. Sempre apoiando o necessário.”*

ENTREVISTA 5

Data: 05/08/16

Entrevistada: Pedagoga T.

Escola: Núcleo Regional do Bairro Novo.

Duração: 28m

1- Entrevistadora: Como você descreve a sua participação no processo de avaliação do Estágio Probatório na escola? Considera-se apta a participar desse processo avaliativo? Você considera que sua participação é ativa nesse processo?

Entrevistada: *“Eu não me considero apta, não me considero apta porque tem os critérios avaliativos, que eles já vem prontos. Não existe uma discussão com as escolas ou, de repente, até com os núcleos, pra que se construa esses critérios aí. E são critérios muito pontuais e a gente sabe que na escola acontecem diversas questões, diversos fatores que muitas vezes poderia entrar como critério na avaliação do Estágio Probatório e que não entram, então eu acho que essa avaliação do Estágio Probatório é pró-forma, pra se cumprir aquela situação de que passou pelo Estágio Probatório. Não me considero apta pelo fato dos critérios realmente. Eu penso assim, não estão de acordo com muitas situações que acontecem no dia a dia na escola.”*

Entrevistadora: No que se refere ao professor, vou fazer um complemento dessa questão. No que se refere ao professor, você considera que o Estágio Probatório está formando ou ela estaria conformando dentro da profissão docente?

Entrevistada: *“Mais conformando do que formando. Porque a gente sabe que existe lá os conluios políticos dentro a escola, de amizades dentro da escola e por mais que tenha, que eu vejo assim que tenha aquela comissão do Estágio Probatório, sempre há a possibilidade de dar uma jeitinho para a pessoa que está sendo avaliada. Ou alguém que tem um posicionamento mais firme de convencimento, né em relação aquela pessoa que está sendo avaliada, pra mais ou pra menos.”*

Entrevistadora: Você acompanha os profissionais que chegam à escola, tomando como referência os indicativos de avaliação do Estágio Probatório? De que modo isso acontece?

Entrevistada: *“Não acompanho. Nem sempre se sabe quem está em Estágio Probatório.”*

Entrevistadora: Nesse início de carreira, como você orienta a formação desse profissional?

Entrevistada: *“Na verdade a gente procura orientar dentro das diretrizes pedagógicas da mantenedora. Né, então, depende da função que o professor vai assumir aqui na escola, a gente vai orientar ele de acordo com essa função. Nada mais do que isso. Né, então, ele vai assumir lá um primeiro ano, ou segundo ano, então a gente vai pegar lá as Diretrizes e o Plano Curricular e conversar com os professores e explicar, né? Como que é esse movimento dentro da escola. E também lógico, a gente dá algumas orientações quanto ao trato com a criança, algumas orientações sobre a escola, planejamento, óbvio, mas não mais que isso.”*

Entrevistadora: Então na verdade quando você está fazendo esse trabalho com esses profissionais, não necessariamente você sabe quem está em Estágio Probatório ou não?

Entrevistada: *“Todos são orientados, independentemente de estarem em Estágio Probatório.”*

Entrevistadora: Há um trabalho pedagógico específico que favoreça a inserção do profissional que inicia a profissão docente na escola?

Entrevistada: *“Não. Do profissional que chega na escola em Estágio Probatório, não. Eu realmente não observei se há um trabalho diferenciado, até específico pra ele, né? Até em Estágio Probatório, tem os critérios com a equipe, com a direção da escola, fazer a leitura desses critérios, né? Discutir com o profissional esses critérios, informar como que acontece na escola essa avaliação, quem faz parte*

dessa comissão, de repente até a periodicidade dessas avaliações, acho que seria importante saber quem está sendo avaliado saber. Não. Nunca vi isso acontecer, aqui pelo menos, não. Nos últimos, vários anos.”

Entrevistadora: *Você já viu ou ouviu alguma interferência externa com relação a mérito. Em relação a esse profissional que está em Estágio Probatório na escola? Interferências de alguém sobre esse profissional?*

Entrevistada: *“Não. No sentido de que alguém nos informe ou nos oriente, eu nunca ouvi. Muito pelo contrário, já aconteceu de quando eu estava na direção da escola, havia uma professora em Estágio Probatório e ela apresentou inúmeros problemas, mas assim coisas muito graves, com relação a profissão dela, com os estudantes, com ela, ou seja às atribuições dela. Ela apresentou inúmeros problemas e ela fazia uso de drogas. E o que que aconteceu? A gente fez todo o relatório conforme foi orientado pelo pessoal do Estágio Probatório, da Secretaria (SME), nós fizemos todos os relatórios circunstanciados dela, colocamos todas as situações, né? E ainda a gente correu o risco de ser processado, estávamos colocando uma verdade, com provas contundentes da situação e ainda a gente, praticamente e..., daí sim a gente ... de uma forma bem sutil, fomos alertados que poderia dar problemas. Isso mesmo a profissional sendo informada dos critérios, e ela sabia dos problemas, sabia o que e como ela deveria cumprir esses critérios. Mesmo fazendo atas de todas as situações que estavam acontecendo na escola neste período, então a gente fez aquilo que nos foi orientado a fazer nessa situação dessa servidora. Quando chegou toda a documentação que nos foi orientado, daí ainda a gente recebeu essa ameaça velada de que a situação poderia reverter contra a gente. Pelo que sei, a servidora continua na rede. Então pra que esse Estágio Probatório? Ele é pró-forma. Eu vejo assim pró-forma, só pra se cumprir essa obrigatoriedade que o servidor tem de passar por essa situação. Porque daí ele te inúmeras, digamos assim, formas de recorrer daquilo e, pelo que eu sei, a não ser que isso tenha mudado, ele acaba ganhando nas instâncias em que ele vai pedir socorro pra se manter mamando nas tetas do cargo dele.”*

Entrevistadora: As questões que integram os critérios de avaliação presentes no instrumento de avaliação do Estágio Probatório são suficientes para avaliar as especificidades do profissional da educação que se quer na escola?

Entrevistada: *“Eu acho que de jeito nenhum. Até pelos problemas que a gente tem no dia a dia, com relação a orientação, da reorientação a esses profissionais nas atribuições que lhes competem, a gente sofre bastante. A gente está aqui, eu sou professora pela manhã. Já estou quase me aposentando, então a gente sabe, como que funciona a escola, né? Então a gente sabe como que funciona a escola e o que tem que fazer e a gente faz, né? E é o que a gente faz. Tem alguém lá na ponta. Tem o estudante lá na ponta. Tem o aluno. Tem as famílias. O que eu preciso fazer em relação a uma ... então a gente sabe... eu e muitas colegas minhas. Tem a sociedade que a gente precisa dar uma resposta, agora se for um trabalho medíocre, aonde o profissional só reclama, só quer as benesses, né? Vai na contramão daquilo que poderia ser melhor. Então eu vejo que há muita dificuldade. Eu passo por essa dificuldade em questão de orientação, reorientação. No acompanhamento do trabalho, não é uma fiscalização, mas no acompanhamento do trabalho. Então eu vejo assim, sim a gente sofre, porque assim como tem os profissionais que tem muito comprometimento com o que fazem, tem aqueles três, quatro que acabam assim que o trabalho acabe ficando assim fragmentado, porque é como um elo. Um depende do outro. Por conta de três ou quatro que não tem essa seriedade profissional.”*

“A questão que eu vejo bastante também, eu vejo na questão também das benesses da ausência na escola. Então está respaldada por lei, tem lá tantas declarações que pode apresentar, de acordo com a instrução normativa, então a pessoa esgota aquilo ali, dando-se a impressão que nem sempre há a necessidade, mas eu tenho o direito e eu vou usar. Questão de LTS (Licença para tratamento de saúde) é incontestável, porque afinal de contas o profissional passou por um médico, passou pela perícia, quem é que vai contestar, mas ao mesmo tempo eu me pergunto: Meu Deus do Céu! Como que pode, certos profissionais, sempre os mesmos ou geralmente os mesmos com essa carga de LTS, mas a gente vê que em outras situações a pessoa não está doente. Então é complicado. Nós somos difamados pela sociedade. Difamados, porque esses profissionais se utilizam do serviço público

para se encostar. Isso é evidente. Então as vezes a gente coloca assim, se fosse na rede privada, essa pessoa não estava mais trabalhando, mas como tem todas as benesses do cargo público, então a pessoa faz uso lógico, pensando nela própria. A forma melhor de eu tirar vantagem disso. E isso é muito triste. Denigre demais o profissional do magistério aí na sociedade. Eu fico bem chateada. Eu vou me aposentar e não quero mais trabalhar com educação. Eu vou continuar sim, mas não trabalhando com educação, eu tenho uma programação aí pra fazer uma outra coisa, mas não com a educação. Porque o que eu estou vendo, é que a gente na escola, enquanto eu fui diretora ... e outra coisa eu fui diretora por um mandato só. Eu não fui reeleita por causa das minhas cobranças. Então isso ficou, me falaram, pelas minhas cobranças. Me falaram, porque a gente melhorou, mas a gente pode mais ainda, então vamos trabalhar mais, mas então a gente assustou alguns e a gente acabou perdendo por um voto, de dentro da escola. Nos recebemos o nosso salário para trabalhar, então a gente tem que fazer jus ao nosso salário. Tem profissional que ganham mal pelo trabalho que executam dentro da escola? Eu concordo, mas tem outros que ganham muito bem pelo trabalho que não realizam. Então existe esse balanço aí. Todos acabam sendo penalizados por conta dos maus profissionais. Então, o que eu percebo aqui na escola é que aqueles que trabalham, que se doam mais que querem realmente fazer diferente com a criança, esses incomodam. Esses são perseguidos. E esses são difamados dentro do próprio colegiado, né? Então existe assim um bullying velado em relação a esses profissionais que realmente se importam, que realmente trabalham. Todos passaram por Estágio Probatório, então como esse Estágio Probatório avaliou? Que critérios são esses que de repente vem prontos. Porque tudo vem pronto pra gente. Vem pronto isso, vem pronto aquilo. Qual a chance de discutir isso. Né? Então... é igual o Projeto Político Pedagógico, eu vejo assim, esses critérios do Estágio Probatório como o Projeto Político Pedagógico, cada escola tem o seu, né, mas é como um documento pró-forma, porque as outras situações diretrizes vem prontas pra gente e a gente tem que cumpri-las.”

Entrevistadora: Quais seriam as outras possibilidades para acompanhar o professor durante o Estágio Probatório?

Entrevistada: *“Olha, no dia a dia da escola, a gente já vê como é que é esse profissional. A gente já enxerga esse profissional. E muito me preocupa se eu vier a saber que esse profissional que não está desempenhando bem o seu papel está em Estágio Probatório, porque esse é o que precisa de mais cuidado de mais acompanhamento. Então como é que eu vou fazer enquanto pedagoga se eu não sei quem são? Porque eu não sei quem são. Então a minha sugestão seria essa, que ficasse mais claro para a equipe que faz... pra comissão que faz essa avaliação do Estágio Probatório e ter esses critérios para acompanhar melhor esse profissional. Porque não adianta a pessoa que faz parte da comissão trabalhar no turno contrário de quem está sendo avaliado. Porque as vezes o profissional trabalha pela manhã, mas o componente da equipe que irá avaliar trabalha a tarde, daí como que vai ser essa avaliação, para que de repente não prejudique essa pessoa, que pode ser bem trabalhada e vir a ser um bom profissional e as vezes acaba não sendo porque vai na onda daqueles que estão, infelizmente, servindo de mau exemplo dentro da escola. Né? Então, aquele que serve de mau exemplo tem um poder na voz, de persuasão de diálogo, então quem sabe se eles não vão nessa conversa. Como saber a cabeça de cada um? Então eu acho assim que se nós pudéssemos acompanhar melhor todos esses critérios, até que se pense numa forma melhor de construir esse documento, mas acompanhar sim de que forma? É a periodicidade, de acordo com o rendimento dos estudantes, das avaliações. Como que a gente vai fazer isso. Se a gente tivesse um norte pra fazer isso, mas eu não vejo isso. Em algumas situações, eu fico assim reticente, porque eu não sei quem são os avaliados, porque enquanto pedagoga eu acho importante que a gente saiba, pra poder alertar o profissional. Olha, você está sendo avaliado, tem os critérios, então dentro disso aqui você tem que cumprir isso. Mas como que eu vou ajudar? Não é só ler pra ele os critérios, mas mostrar pra ele como que ele vai fazer, dar exemplos. De repente Acompanhar o trabalho dele de perto. Acompanhar uma aula, vamos ver mais de perto com mais carinho esse planejamento. Orientar... se bem que essa questão de planejamento a gente faz com todos e se a gente percebe que há algum equívoco, alguma coisa a ser melhorada a gente sempre está orientando. Porque principalmente nesse Estágio Probatório, porque realmente essa pessoa, quando vencer esse período de Estágio Probatório, ela se sinta o máximo, que bacana, eu sou merecedora do cargo, de estar, de ter passado por essa avaliação, mas foi por mérito, passei por mérito, não foi porque foi julgado, foi avaliado de*

qualquer forma. Por qualquer pessoa sem terem conhecimento de causa do meu trabalho. Porque eu quando entrei na Rede, a avaliação do Estágio Probatório durava dois anos, e eu lembro que naquela época, na escola em que eu comecei, a diretora me chamou e explicou que o Estágio Probatório, quando a gente entra fica sabendo, mas vai saber mesmo na escola, me explicou o que era o Estágio Probatório, a duração. Me disse quem é que fazia parte da comissão de avaliação, na época, se não me engano, eram quatro ou cinco pessoas e disse-me que o que eu deveria atender dentro de cada critério e também me disse que se eu precisasse de uma reorientação de alguma atribuição minha, ia ter um registro em ata para saber que eu já havia sido orientada uma primeira vez. Que daí de repente, na avaliação poderia reduzir o meu percentual de ..., e por conta de algum critério que eu não estivesse cumprindo. Então foi assim, na época foi uma coisa muito, muito clara assim. E quando acabou meu Estágio Probatório eu me senti honrada, sabe? Eu gostei do que foi posto ali, porque foi uma coisa construída junto com a escola. E eu fiquei na escola até terminar o Estágio Probatório e eu fiquei muito mais anos nessa escola, mas assim eu senti assim que eu tive valor naquele período e que eu fui enxergada, fui vista como uma profissional que estava ali iniciando a construção do seu profissionalismo. E foi bacana isso. Eu percebo que de um tempo pra cá se perdeu isso. Vamos fazer tudo a toque de caixa porque tem que cumprir o prazo, daí o profissional... Eu ficou pensando assim, como que eu vou chegar num profissional que está em Estágio Probatório, na hora de avaliar, de pegar a ficha dele de avaliação e lembrar que ocorreu aquele episódio lá e deveria reduzir a nota aqui. Vários episódios que um ou outro da comissão começa a lembrar pra reduzir a nota, mas se não foi conversado e orientado, não dá pra reduzir a nota. Então a partir do momento que não há uma reorientação, porque eu penso que a orientação é dada quando a pessoa chega em Estágio Probatório, se não é conversado com ela, se não é realizado um trabalho de acompanhamento, não dá pra ..., daí é o que a gente vê... Passou o Estágio Probatório daí é o que a gente vê. Parece que a coisa está cada vez pior. Professores que não querem, que são resistentes, os mais novos, a trabalhar, a aprender e... são mal educados. Extremamente... Parece que cada dia que passa... são mal educados. O que importa sou eu, somente eu. Não importa o resto. Tem que ser do jeito que ele quer, como ele acha. Ele não aceita uma ajuda, ele precisa de ajuda, mas ele não aceita ajuda, parece assim que a gente tem mais dificuldade, eu aqui na escola, sinto que tenho mais dificuldade com os mais novos,

né? Do que com os mais antigos. Os mais antigos já estão com o pé no chão. É pra trabalhar, vamos trabalhar. Agora com os mais novos, mesmo os que não estão mais em Estágio Probatório, até dez anos de rede, eu vejo assim que eles são mais resistentes. Parece assim que nós somos dinossauros, que nós estamos assim ultrapassados e que eles não precisam mais, eu já passei pela faculdade, já terminou o Estágio Probatório, fez pós-graduação, eu sei tudo, não preciso de mais nada. Alguns, claro não são todos, não vamos colocar todos nesse balaio, mas alguns ainda tem esse..., na própria fala, nas próprias ações, você vê assim que já tem essa... a gente percebe esse pensamento. É muito triste.”

Entrevistadora: Gostaria de emitir outras opiniões sobre este processo e a atuação do Pedagogo ou equipe pedagógica?

Entrevistada: *“Eu penso assim que, eu não sei das minhas colegas pedagogas, mas eu penso assim que todos nós deveríamos ser informados dos profissionais que estão em Estágio Probatório. Que houvesse uma outra forma, que tivesse uma forma da gente acompanhar melhor esse trabalho. Porque a gente tem que acompanhar melhor esse trabalho no Estágio Probatório, para que também fique bem visto, bem avaliado, todos os critérios. Então assim, estou tão cansada de ver, principalmente essas questões prontas da mantenedora, vamos fazer assim. Então quando se constrói junto com a escola a gente tem aquela responsabilidade, porque eu ajudei a construir aquele documento e a responsabilidade é minha. Então, vem muito pronto. E falta informação, porque eu não sei se todos que estão dentro da escola estão realmente sabendo dos critérios. Se foi lido. Porque quando eu estava na direção da escola, a primeira coisa que eu fazia, por mais que ele viesse de outra escola, era fazer a leitura dos critérios, fazia a ata de que a pessoa está ciente desse processo, tudo... e fazia o acompanhamento mais de perto, dentro das possibilidades, porque a gente tem várias outras situações que você quer fazer mais e melhor, mas você tem tanta demanda que acaba sendo impossível. Mas também eu posso estar aqui pecando né, na minha fala, porque de repente, esses profissionais que chegam em Estágio Probatório, a direção ou a comissão passa todo esse trabalho, mas eu não estou sabendo, eu acho que enquanto pedagoga eu deveria estar sabendo. Senão fica quebrado. A minha sugestão é que esses critérios deveriam ser construídos com as escolas. Não vai dar para ser com todas, mas*

vamos fazer por amostragem, por núcleo de repente. Como eu disse, é como o Projeto Político Pedagógico, cada um tem a sua característica, cada escola tem a sua característica as suas especificidades, então como é que a gente vai daí fazer todo mundo trabalhar igual, como se todo mundo fosse da mesma escola, né? Porque daí tem especificidades. Ah tá, então você está dizendo aí que é melhor em uma escola e pior na outra? Não, não é isso. Mas como é que a gente vai enxergar esse profissional de acordo com as ferramentas que ele tem para dar. Que habilidades que ele tem. O que lhe é oferecido dentro da escola para ele fazer um bom trabalho. Porque não adianta a gente ir para uma escola, porque eu sei, a gente sabe, que há professores lá com grupinhos fechados, a gente chama de panelinhas, que eles excluem quem chega novo, independente de estar em Estágio Probatório. Exclui. E até aquela pessoa que está chegando começar a se construir, né, então vai um bom caminho e nesse caminho pode ficar alguma coisa perdida que poderia ter sido resgatada desde o começo. Então eu acho assim, e a gente está cheia de achismo, mas que poderia fazer mais e melhor. “

ANEXO 1 - Lei 10815/2003

Lei Ordinária 10815 2003 de Curitiba PR



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 02/01/2012

LEI Nº 10.815 DE 16 DE OUTUBRO DE 2003.

"DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO PARA SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REVOGA EXPRESSAMENTE A LEI Nº 9.723, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1999, E O ART. 4º DA LEI Nº 8.444, DE 24 DE MAIO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I DA AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE

Art. 1º Os servidores públicos municipais devidamente concursados e nomeados para cargo de provimento efetivo, estarão sujeitos ao cumprimento de estágio probatório, para a aquisição da estabilidade.

§ 1º. No decorrer do período do estágio probatório o servidor será submetido, a cada 06 (seis) meses, à Avaliação Especial de Desempenho por uma comissão designada para essa finalidade.

§ 2º. A aquisição da estabilidade dar-se-á após cumpridos 03 (três) anos de efetivo exercício, desde que o servidor seja considerado apto, ficando este submetido à Avaliação Especial de Desempenho, a qual será realizada no decorrer do período de estágio probatório, observados os demais requisitos dispostos nesta lei.

§ 3º. Para os efeitos dos parágrafos anteriores, não serão considerados como de efetivo exercício, os dias em que o servidor afastar-se do trabalho, nas seguintes hipóteses:

I - licença à gestante;

II - licença-paternidade;

III - licença para frequentar cursos, lançada em ficha funcional formal a época de sua fruição;

IV - licença para fins de adoção;

Lei Ordinária 10815 2003 de Curitiba PR

- V - licença para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família;
- VI - licença gala;
- VII - licença nojo;
- VIII - candidatura a cargo eletivo, na forma prevista em lei;
- IX - exercício de mandato eletivo que importe em afastamento das funções do cargo;
- X - prestação de serviços considerados obrigatórios por lei;
- XI - disposição funcional a órgão ou entidade da União, do Distrito Federal, dos Estados e de outros Municípios, bem como à CIC - Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, URBS - Urbanização de Curitiba S/A, COHAB - Companhia de Habitação Popular de Curitiba e Câmara Municipal de Curitiba.
- XII - exercício de função gratificada ou cargo comissionado, exceto se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos - SMRH atestar expressamente, através de procedimento específico, a compatibilidade do núcleo central das atribuições do cargo efetivo com aquelas peculiares ao cargo comissionado ou função gratificada exercida.

Art. 2º ~~Com o objetivo de acompanhar o desempenho do servidor em cada local onde estiver desenvolvendo as suas atividades, será realizada Avaliação Subsidiária, antes do final do período previsto no art. 1º, § 1º, nas seguintes hipóteses:~~

- ~~I - quando houver movimentação do servidor para outro local de trabalho;~~
- ~~II - quando houver afastamento contínuo do servidor, por período superior a 30 (trinta) dias, mediante motivo justificado;~~
- ~~III - no fechamento do primeiro período de avaliação, quando o cargo em que estiver investido o servidor, exigir a realização de curso de formação profissional para início das atividades.~~

~~§ 1º - Na hipótese do inciso III deste artigo, a pontuação da avaliação subsidiária será constituída pela média aritmética obtida pelo servidor na avaliação das disciplinas, transposta para a tabela de pontuação constante do Anexo I.~~

~~§ 2º - Sempre que houver Avaliação Subsidiária, o resultado final da Avaliação Especial de Desempenho no respectivo período, será a média ponderada de todas as avaliações dentro do mesmo período.~~

Art. 2º Quando houver movimentação do servidor para outro local de trabalho, que envolva mudança da comissão de avaliação, o servidor será avaliado em formulário de "Avaliação Especial de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório - Avaliação Subsidiária", com o objetivo de acompanhar o desempenho do servidor em cada local onde estiver desenvolvendo as suas atividades.

§ 1º Somente será realizada a avaliação subsidiária, antes da movimentação, quando o tempo de trabalho do servidor for igual ou superior a trinta dias de efetivo exercício.

§ 2º Sempre que houver Avaliação Subsidiária, o resultado final da Avaliação Especial de Desempenho no respectivo período será a média ponderada de todas as avaliações realizadas naquele interstício.

§ 3º Quando houver curso de formação profissional no primeiro período de Estágio Probatório, a média ponderada será calculada com base no período remanescente até o fechamento do primeiro período de avaliação de Estágio Probatório. (Redação dada pela Lei nº 12814/2008)

Lei Ordinária 10815 2003 de Curitiba PR

Art. 3º A data da conclusão da última Avaliação Especial de Desempenho antecederá, em 30 (trinta) dias, àquela prevista para aquisição da estabilidade pelo servidor.

§ 1º. Independente da conclusão da respectiva avaliação, a aquisição da estabilidade pelo servidor, somente ocorrerá após o transcurso do prazo estabelecido no art. 1º, § 2º, desta lei.

§ 2º. Em se verificando qualquer fato determinante, no interstício, referido no art. 1º, § 2º, será realizada avaliação com vistas ao encaminhamento do servidor para exoneração.

Art. 4º O servidor público cedido por força de contrato de gestão, deverá ser avaliado no período do Estágio Probatório.

Art. 5º O servidor público municipal estável fica sujeito a novo estágio probatório quando nomeado para outro cargo, em virtude de um novo concurso público.

Parágrafo único. Aplica-se à situação prevista neste artigo o disposto no § 3º do art. 1º, desta lei.

Art. 6º Na hipótese de acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do servidor será cumprido independentemente, em relação a cada um dos cargos em que tenha sido nomeado.

Art. 7º O servidor público não poderá se afastar do exercício do cargo para usufruir licença prêmio e licença sem vencimento, enquanto estiver em período de estágio probatório.

Parágrafo único. O prazo para concessão de licença prêmio previsto no art. 1º da Lei nº 8995/96, terá início, para o servidor em estágio probatório, no primeiro dia subsequente àquele da estabilidade.

Capítulo II

DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO PARA SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Seção I

Das Normas Gerais

Art. 8º A Avaliação Especial de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório tem por propósito confirmar o servidor no cargo e aferir sua aptidão para o desempenho das atividades que lhe são pertinentes, considerando os seguintes requisitos:

I - conhecimento para o trabalho;

II - pontualidade;

III - assiduidade;

IV - iniciativa;

V - flexibilidade;

VI - produtividade e qualidade no trabalho;

Lei Ordinária 10815 2003 de Curitiba PR

VII - disciplina;

VIII - ética pública;

IX - cuidados com materiais equipamentos e ambiente;

X - relacionamento interpessoal;

XI - ter plena capacidade física e mental para exercício do cargo.

~~§ 1º. Na hipótese de cargo para o qual a lei exija a realização de curso de formação profissional, a média aritmética obtida pelo servidor na avaliação das disciplinas ministradas constituirá critério exclusivo para avaliação do desempenho no período em que se realizar o curso. (Revogado pela Lei nº 12814/2008)~~

§ 2º. O decreto que regulamentar o procedimento da avaliação especial de desempenho para servidores em estágio probatório estabelecerá critérios objetivos e tabela de pontuação, de tal forma que a avaliação não sofra as influências da análise subjetiva dos avaliadores.

§ 3º. Quando o servidor iniciar suas atividades em seu local de lotação será detalhadamente informado dos critérios que estão sendo objeto de avaliação do estágio probatório. (Redação acrescida pela Lei nº 12814/2008)

Seção II

Do Instrumento de Avaliação de Estágio Probatório

Art. 9º Os requisitos da Avaliação Especial de Desempenho para os servidores em estágio probatório mencionados no art. 8º serão aferidos em instrumento próprio e individual, denominado de Formulário de Avaliação Especial de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório, a ser preenchido pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, com conteúdo definido em decreto específico.

§ 1º. O instrumento de avaliação deverá, ao final, conter a assinatura de todos os membros da Comissão, bem como a do servidor avaliado, atestando a ciência do resultado final.

§ 2º. Verificando-se a recusa do servidor avaliado em atestar a ciência do resultado final, será esta suprida pela assinatura de 02 (duas) testemunhas, que o farão na presença do servidor.

Art. 10 O resultado final da Avaliação Especial de Desempenho, relativa a cada período, será obtido pela combinação dos requisitos de avaliação com os indicadores, aplicando-se tabela de pontuação, conforme decreto específico.

Parágrafo único. A Comissão, ao final de cada período de avaliação, emitirá conceito considerando o servidor:

I - apto - atende aos requisitos;

II - atende parcialmente aos requisitos;

III - não apto - encaminhar para exoneração.

Lei Ordinária 10815 2003 de Curitiba PR

Capítulo III
DAS COMPETÊNCIAS

Seção I
Da Secretaria Municipal de Recursos Humanos

Art. 11 Compete à Secretaria Municipal de Recursos Humanos, através do Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Pessoal, definir diretrizes, coordenar, acompanhar, monitorar e atualizar o sistema de Avaliação Especial de Desempenho para o servidor em Estágio Probatório.

Seção II
Da Secretaria/Órgão de Origem

Art. 12 Será de responsabilidade do titular do órgão de lotação do servidor indicar a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

Seção III
Da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório

Art. 13 A Comissão de Avaliação de Estágio Probatório é responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho do servidor no trabalho efetivo, devendo pronunciar-se quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos no art. 8º desta lei.

Sessão IV
Do Comitê Técnico de Estágio Probatório

Art. 14 Compete ao Comitê Técnico de Estágio Probatório deflagrar e conduzir processo administrativo de verificação de cumprimento dos requisitos do estágio probatório, relativamente aos servidores municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, conforme estabelecido no art. 1º do Decreto nº 269, de 23 de março de 1995.

Seção V
Do Instituto de Administração Pública

Art. 15 Compete ao Instituto Municipal de Administração Pública participar do processo de monitoramento e avaliação dos resultados do sistema de Avaliação Especial de Desempenho para atuar, quando necessário, na capacitação dos servidores em Estágio Probatório.

Capítulo IV
DO PROCEDIMENTO DE EXONERAÇÃO

Art. 16 Verificada a qualquer tempo como resultado final da avaliação de desempenho, a situação prevista no art. 10, parágrafo único, inciso III desta lei, deverá o Comitê Técnico de Estágio Probatório instaurar o procedimento de exoneração do servidor, garantindo o contraditório e ampla defesa.

§ 1º. Quando a instauração do processo pelo Comitê Técnico de Estágio Probatório, ocorrer a partir do quinto período de Avaliação do Estágio Probatório, será suspenso o prazo previsto no art.1º, § 2º desta lei.

Lei Ordinária 10815 2003 de Curitiba PR

§ 2º. O processo de exoneração deverá conter todas as avaliações anteriores e a ficha funcional do servidor, bem como o relatório circunstanciado assinado por todos os membros da Comissão de Avaliação, em que constem os fundamentos que conduziram à indicação pela exoneração.

§ 3º. O processo de exoneração instaurado pelo Comitê Técnico de Estágio Probatório não poderá ter duração superior a noventa dias, podendo haver uma única prorrogação de igual prazo por despacho fundamentado. (Redação acrescida pela Lei nº 12814/2008)

~~Art. 17~~ Ocorrendo o Resultado Final previsto no art. 10, parágrafo único, inciso II, desta lei, por 02 (duas) vezes consecutivas ou alternadas, no mesmo requisito de avaliação, a Comissão deverá proceder o encaminhamento da documentação ao Comitê Técnico de Estágio Probatório para instauração do procedimento de exoneração do servidor. (Revogado pela Lei nº 12814/2008)

Art. 18 A qualquer tempo, as Comissões deverão proceder o encerramento antecipado da avaliação, desde que verificada a ocorrência de alguma das seguintes situações:

I - infração disciplinar, caracterizada pela transgressão de quaisquer dos deveres e proibições do servidor especificados nos Capítulos II e III, do Título IV (arts. 207 e 208), da Lei nº 1656, de 21 de agosto de 1958 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais;

~~II - restrição física ou mental, temporária ou permanente, declarada ou reconhecida pelo órgão responsável pela saúde ocupacional da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, de acordo com as normativas internas existentes.~~ (Revogado pela Lei nº 12814/2008)

Parágrafo único. A documentação correspondente aos casos acima mencionados deverá ser encaminhada ao Comitê Técnico de Estágio Probatório, para instauração do procedimento de exoneração do servidor.

Art. 19 Após os procedimentos cabíveis e concluindo-se pela exoneração do servidor, o processo será remetido ao Chefe do Poder Executivo, para decisão.

Capítulo V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 Todos os servidores que se encontram em período de Estágio Probatório na data de assinatura da presente lei, passarão a ser regidos pelos seus dispositivos.

Art. 20 A - Os servidores aprovados em concurso público, em cargo que a lei municipal exija a realização de curso de formação profissional, imediatamente após a nomeação estarão sujeitos no período da realização do curso, a regime excepcional de avaliação do estágio probatório que observará como critério único, a aprovação em todas as disciplinas ofertadas.

§ 1º O não atendimento do previsto no caput deste artigo determinará o imediato encaminhamento do servidor à exoneração.

§ 2º Na hipótese prevista no caput e § 1º deste artigo, o processo de encaminhamento à exoneração junto ao Comitê Técnico de Estágio Probatório, destinar-se-á a garantir única e exclusivamente, o contraditório e ampla defesa, tendentes ao controle dos aspectos formais da reprovação do servidor no curso de formação profissional, conforme regulamentação da presente lei.

Lei Ordinária 10815 2003 de Curitiba PR

§ 3º Caso o servidor seja aprovado no curso de formação profissional, ficará submetido à avaliação de Estágio Probatório no período subsequente, até completar os dias de efetivo exercício para o fechamento do 1º período de avaliação, conforme Formulário de Avaliação Especial de Desempenho para servidor em Estágio Probatório.

§ 4º O servidor cujo impedimento de participação no curso de formação profissional, imediatamente após a nomeação, for acolhido por processo administrativo junto à Secretaria Municipal de Recursos Humanos, terá o início da contagem do Estágio Probatório prorrogada até a deflagração do próximo curso com a mesma finalidade.

§ 5º Só será deferida a postergação do curso de formação profissional nas circunstâncias previstas no § 4º uma única vez e, caso após a conclusão da prorrogação ainda apresentar impedimento de participação no curso, o servidor será encaminhando à exoneração.

§ 6º O curso de formação profissional será regulamentado por decreto específico.

§ 7º É de competência do Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP encaminhar à Secretaria Municipal de Recursos Humanos "Histórico das Disciplinas do Curso de Formação Profissional" de todos os participantes. (Redação Acrescida pela Lei nº 12814/2008)

Art. 21 Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 22 Ficam expressamente revogados:

I - o art. 4º da Lei nº 8.444, de 24 de maio de 1994;

II - a Lei nº 9.723, de 30 de novembro de 1999.

III - os arts. 79 e 80 do Capítulo XI, do Título II, da Lei nº 1.656, de 21 de agosto de 1.958. (Redação acrescida pela Lei nº 12814/2008)

Art. 23 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 16 de outubro de 2003.

Cassio Taniguchi
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I
TABELA DE PONTUAÇÃO

Média aritmética das disciplinas do curso	Tabela de pontuação
60 a 79	85 PONTOS
80 a 89	90 PONTOS
90 a 100	100 PONTOS

Lei Ordinária 10815 2003 de Curitiba PR

~~Obs.: A média final mínima de aproveitamento a ser atingida pelo servidor deverá ser de 60 (sessenta) em uma escala de 0 a 100. (Revogado pela Lei nº 12814/2008)~~

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 10/07/2008